

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

KARINE GIROTO BARBARA

**DO LAR AO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO:**  
A DISCURSIVIZAÇÃO DO HOLOCAUSTO PELAS VOZES DE MULHERES  
SOBREVIVENTES

Maringá  
2022

KARINE GIROTO BARBARA

**DO LAR AO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO:  
A DISCURSIVIZAÇÃO DO HOLOCAUSTO PELAS VOZES DE MULHERES  
SOBREVIVENTES**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Letras.  
Área de concentração: Estudos Linguísticos.  
Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo

Maringá  
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B229d	<p>Barbara, Karine Giroto</p> <p>Do lar ao campo de concentração : a discursivização do Holocausto pelas vozes de mulheres sobreviventes / Karine Giroto Barbara. -- Maringá, PR, 2022. 231 f.: il., figs., tabs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.</p> <p>1. Análise dialógica do discurso. 2. Gênero discursivo - Relato de vida. 3. Holocausto. 4. Vozes de mulheres. I. Romualdo, Edson Carlos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 401.41</p>
-------	--

**KARINE GIROTO BARBARA**

**DO LAR AO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO: A  
DISCURSIVIZAÇÃO DO HOLOCAUSTO PELAS VOZES DE  
MULHERES SOBREVIVENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos**.

Aprovada em Maringá, **30 de novembro de 2022**.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Neil Armstrong Franco de Oliveira  
**Membro Titular - UEM/PLE**



Luciane de  
Paula: 18112656851

Assinado de forma digital por  
Luciane de Paula: 18112656851  
Dados: 2022.11.30 17:18:42  
-0300

Prof.ª Dr.ª Luciane de Paula  
**Membro Externo (UNESP) – Assis/SP**



Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo  
**Presidente – Orientador**

*Dedico este trabalho à mulher que me inspira todos os dias: minha mãe. A voz dela me constitui e está presente neste texto, do início ao fim.*

## AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que o percurso acadêmico possa parecer (e às vezes o é), uma dissertação de mestrado não pode ser concluída se o pós-graduando caminha sozinho. Nesse sentido, várias foram as pessoas, de dentro e de fora da academia, que contribuíram, direta ou indiretamente, para que este trabalho pudesse ser iniciado, desenvolvido e, enfim, finalizado. A todos os que estiveram comigo até aqui, quero deixar registrada a minha gratidão.

Agradeço, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro e pelo incentivo à pesquisa. Em um país que tem valorizado cada dia menos a educação, ser contemplado com uma bolsa de estudos na pós-graduação é um privilégio de poucos. Portanto, agradeço pelo financiamento que tornou minha jornada acadêmica possível.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PLE-UEM) por todo conhecimento partilhado nas disciplinas das quais participei. Mesmo que por via remota, em virtude da pandemia da Covid-19, a experiência de aprender com eles foi motivadora e essencial para esta caminhada. Professores, suas vozes me constituem enquanto pesquisadora e constituem, conseqüentemente, esta dissertação. Obrigada!

Dentre os docentes do PLE, gostaria de fazer um agradecimento especial ao professor Neil Armstrong Franco de Oliveira que, para além da disciplina e da valiosa participação nas bancas de qualificação e de defesa, me acolheu em seu projeto de extensão, O Consoante, e tem me ensinado muito desde então. Neil, obrigada pelo acolhimento e pela paciência.

Agradeço à professora Luciane de Paula, também membro das bancas de qualificação e de defesa, sem a qual este trabalho não teria alcançado os resultados que alcançou. Suas preciosas considerações, de mulher e pesquisadora no Brasil, constituem esta pesquisa do início ao fim e, ainda mais importante, me constituem, também, enquanto mulher e pesquisadora que sou. Luciane, que bom seria se todas as mulheres pudessem ter o privilégio de ouvi-la. Obrigada pelas caras contribuições, um valioso presente.

Enfim, agradeço ao meu orientador, Edson Carlos Romualdo. Devido à pandemia, pouquíssimas foram as vezes que nos vimos pessoalmente, e nossos contatos foram feitos majoritariamente através da tela do computador e/ou do celular. Mesmo com essa barreira que nos foi imposta, não pude deixar de perceber o amor que ele nutre por aquilo que faz. Sempre que o vejo naquele quadradinho da vídeo-chamada, seja em aulas, orientações ou durante participações em eventos científicos, eu fico maravilhada pelo brilho que emana de seus olhos quando ele fala de pesquisa e/ou quando analisa os mais diversos enunciados. Professor, o seu

amor pela pesquisa me encanta e me inspira. Obrigada por ter acreditado em mim e por ter me guiado tão bem nesses anos.

Ademais, gostaria de deixar registrada aqui a minha gratidão às professoras que tive na graduação, na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* Apucarana, especialmente Ana Paula Peron e Nelvana Leuz de Oliveira Ferragini, que, cada uma por uma perspectiva teórica diferente, me introduziram no universo da pesquisa. Desde o início de minha caminhada na universidade, fui tomada por uma admiração muito grande por elas: mulheres e pesquisadoras! Tal admiração nutriu em mim o interesse pela vida acadêmica e me trouxe até aqui. Portanto, queridas professoras, esta dissertação é, também, resultado do trabalho de vocês. Obrigada!

Para fora dos limites do meio acadêmico, estão aqueles que constituem a minha força diária: a minha família. Começo agradecendo à pessoa mais importante da minha vida: Fátima Bonfim Giroto Barbara, minha mãe. Ela é a dona do meu amor mais profundo e sincero e é a mulher que mais me inspira nessa vida, desde sempre e para sempre. Agradeço ao meu pai, José de Rezende Barbara, por ser meu exemplo de esforço e honestidade. Agradeço, também, ao meu irmão(zinho), José Henrique Giroto Barbara, que, apesar de já não ser pequenininho há tempos, continua sendo o meu maior e melhor presente. Família, é por vocês que eu entrego esta dissertação. Obrigada por estarem ao meu lado.

Ademais, agradeço ao meu marido, Renan Pirath Ferro, por sempre ter acreditado em mim, até mesmo quando eu não o fazia. Obrigada, meu amor, por compreender as minhas ausências e o meu cansaço. Você sempre teve a certeza de que eu conseguiria, e eu consegui! Obrigada por não me deixar desistir, nem desanimar.

Não posso deixar de agradecer à Luna, minha cachorrinha, que, com seu amor puro e desinteressado, vinha até o quarto me desejar bom-dia em todas as manhãs solitárias que eu passava em frente ao computador escrevendo esta dissertação. Ela sempre me dizia, em uma linguagem que só nós duas entendemos, que, no fim, tudo daria certo. E deu!

Por fim, agradeço àquele que traçou todos os caminhos seguidos até aqui: Deus, que foi e sempre será a base de tudo. Sem Ele, nada disso seria possível.

*« Je parlerai de l'écriture féminine : de ce qu'elle fera. Il faut que la femme s'écrive : que la femme écrive de la femme et fasse venir les femmes à l'écriture, dont elles ont été éloignées aussi violemment qu'elles l'ont été de leurs corps ; pour les mêmes raisons, par la même loi, dans le même but mortel. Il faut que la femme se mette au texte – comme au monde, et à l'histoire -, de son propre mouvement. » (Hélène Cixous)*



## RESUMO

A partir de 1933, com a ascensão do governo autoritário, racista e eugenista de Adolf Hitler, a vida de todos os judeus europeus mudou radicalmente. O catastrófico evento histórico, conhecido como Holocausto ou *Shoah*, foi planejado e executado pelos nazistas e culminou na morte de mais de seis milhões de judeus e de outros milhões de não judeus. Sabendo que as lentes da ciência, ao construírem conhecimento sobre eventos como esses, focalizam principalmente as vivências masculinas e aquilo que os homens têm a dizer, buscou-se nesta dissertação, como um ato de resistência, ir na contramão dessa estrutura e analisar a discursivização do Holocausto a partir daquilo que as mulheres sobreviventes dizem sobre as suas próprias vivências. Ademais, tendo em vista a crescente em que se encontra a extrema-direita no cenário político mundial, esta pesquisa se justifica também pela necessidade de debater sobre as causas e as consequências de regimes totalitários, a fim de diminuir a força desses discursos pelo mundo, para que eventos como esse não voltem a destruir democracias nem a matar minorias. Nesse viés, considerando a indissolúvel relação existente entre língua(gem), sujeito e história, esta pesquisa investiga enunciados de mulheres sobreviventes do Holocausto, buscando responder a seguinte pergunta-problema: como as mulheres judias sobreviventes valoram as suas vivências, que foram determinadas pela ótica vigente do sistema patriarcal, no cronotopo bélico-nazista? A partir desse questionamento, o objetivo geral deste trabalho é identificar as ideologias presentes nos enunciados das mulheres sobreviventes para analisar como as suas experiências e papéis sociais naquele cronotopo de guerra e violência são discursivizados e (re)valorados no decorrer de suas histórias de vida. Para tanto, selecionou-se como *corpus* de análise 18 relatos de vida de mulheres judias sobreviventes da *Shoah*, que vieram ao Brasil para recomeçarem suas vidas longe do antissemitismo europeu. Inserida no escopo dos Estudos do Texto e do Discurso, o referencial teórico-metodológico que embasa esta pesquisa é a teoria sócio-histórico-dialógica do Círculo de Bakhtin, bem como os estudos de seus caudatários brasileiros que, em diálogo com os teóricos russos, propõem uma nova vertente de análise discursiva: a Análise Dialógica do Discurso. Como resultado, apresenta-se que as mulheres judias sobreviventes, enquanto sujeitos singulares e sociais, valoram o cronotopo bélico-nazista e as suas vivências nesse tempo-espço a partir de diversas vozes sociais que as constituem, como as do patriarcado, as da religião e as de resistência. Além disso, observou-se que, no desenrolar dos acontecimentos relatados, os papéis sociais dessas mulheres foram sendo reconfigurados e revalorados dentro da nova organização social que se instaurara na Europa dominada pelos nazistas. Com esta pesquisa, espera-se poder contribuir para a construção de um novo olhar sobre o cronotopo bélico-nazista e, mais especificamente, sobre a própria história das mulheres no desenrolar de acontecimentos históricos, história essa que foi por muito tempo silenciada.

**Palavras-chave:** Análise Dialógica do Discurso. Gênero discursivo relato de vida. Holocausto. Vozes de mulheres.

## ABSTRACT

From 1933 onwards, with the rise of the authoritarian, racist and eugenicist government of Adolf Hitler, the life of all European Jews changed radically. The catastrophic historical event, known as the Holocaust or Shoah, was planned and executed by the Nazis and led to the deaths of more than six million Jews and millions of non-Jews. It is known that when the knowledge about events like these was built, the lenses of science mainly emphasized on male experiences and on what men had to say. In this dissertation, as an act of resistance, was sought to go against this structure and analyze the Holocaust discourse based on what the women survivors say about their own experiences. Furthermore, considering the growing position of the extreme right in the world political scenario, this research is also justified by the need to debate the causes and consequences of totalitarian regimes, with the objective of reducing the strength of these discourses around the world, so that events like this do not come back to destroy democracies or kill minorities. In this bias, pondering the indissoluble relationship between language, subject and history, this research investigates utterances by women survivors of the Holocaust, seeking to answer the following question: how Jewish women survivors value their experiences, which were determined by the perspective of the patriarchal system, in the warlike-Nazi chronotope? Based on this questioning, the general aim of this paper is to identify the ideologies present in the statements of the surviving women to analyze how their experiences and social roles in that chronotope of war and violence are discussed and (re)valued in the course of their life stories. For this purpose, 18 life stories of Jewish women survivors of the Shoah were selected as the corpus of analysis, who came to Brazil to restart their lives away from European anti-Semitism. Inserted within the scope of Text Studies and Discourse, the theoretical-methodological framework that motivates this research is the socio-historical-dialogical theory of the Bakhtin Circle, even as the studies of its Brazilian followers who, in dialogue with Russian theorists, propose a new aspect of discursive analysis: the Dialogical Discourse Analysis. As a result, it appears that surviving Jewish women, as unique and social subjects, value the warlike-Nazi chronotope and their experiences in that time-space from the various social voices that constitute them, such as those of patriarchy, religion and resistance. In addition, it has been noticed that in the course of the reported events, the social roles of these women were being reconfigured and revalued within the new social organization that had been established in Europe dominated by the Nazis. With this research, it is expected to contribute to the construction of a new perspective at the warlike-Nazi chronotope and, notably, at the very history of women in the course of historical events, a history that had been silenced for a long time.

**Keywords:** Dialogical Discourse Analysis. Life story discursive genre. Holocaust. Voices of women.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Momento introdutório dos relatos .....	141
<b>Figura 2:</b> Subtítulo que marca a ocupação nazista .....	143
<b>Figura 3:</b> Identificação dos relatos .....	145
<b>Figura 4:</b> O concerto de Sarah Lewin no Clube A Hebraica. S. Paulo, 3 de dezembro de 2017. Foto: Douglas Mansur, 2017. ....	179
<b>Figura 5:</b> Caricaturas feitas por Lisbeth Forell no campo de refugiados em Marrocos .....	203

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Sistematização dos relatos de vida que compõem o <i>corpus</i> de análise .....	42
<b>Quadro 2:</b> Ocupação profissional das mães e dos pais das sobreviventes .....	154

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: A NOSSA ORIENTAÇÃO ÀS PALAVRAS OUTRAS</b> .....	13
<b>1 DIÁLOGOS METODOLÓGICOS</b> .....	20
<b>1.1 “A pesquisadora e suas outras” na pesquisa qualitativa de caráter dialógico</b> .....	21
<b>1.2 O corpus de análise: as vozes das mulheres sobreviventes da Shoah</b> .....	26
1.2.1 Antes, uma escolha: Holocausto ou Shoah?.....	26
1.2.2 O projeto Arqshoah e a coleção Vozes do Holocausto .....	29
1.2.3 O corpus e suas inúmeras vozes .....	32
<b>1.3 O recorte: as vozes das mulheres sobreviventes</b> .....	39
<b>1.4 O percurso investigativo a ser trilhado</b> .....	43
<b>2 DIÁLOGOS TEÓRICOS</b> .....	45
<b>2.1 A teoria dialógica bakhtiniana</b> .....	45
2.1.1 Dialogismo: a pedra angular da teoria bakhtiniana .....	46
2.1.1.1. <i>A dialogicidade dos discursos</i> .....	50
2.1.1.2. <i>A dialogicidade da linguagem: vozes e sujeitos sociais</i> .....	53
2.1.1.3. <i>As relações dialógicas</i> .....	63
2.1.2 Gêneros discursivos: os elos entre a língua(gem) e o agir social .....	66
2.1.3 Cronotopo: as amplitudes espaço-temporais dos enunciados .....	74
<b>2.2 Análise Dialógica do Discurso</b> .....	80
2.2.1 Translinguística: a proposta bakhtiniana .....	80
2.2.2 Análise Dialógica do Discurso: a atitude responsiva de pesquisadores brasileiros .....	83
<b>3 DIÁLOGOS ANALÍTICOS 1: AS PORTAS DE ENTRADA</b> .....	95
<b>3.1 Os cronotopos: a passagem pela primeira porta</b> .....	96
3.1.1 Tempo-espaço discursivizado: o cronotopo bélico-nazista.....	99
3.1.2 As configurações do sistema patriarcal no pequeno e no grande tempo .....	109
3.1.3 Tempo-espaço dos pesquisadores: o cronotopo neoautoritário brasileiro.....	126
<b>3.2 Gênero discursivo relato de vida: a passagem pela segunda porta</b> .....	134
<b>4 DIÁLOGOS ANALÍTICOS 2: A CHEGADA AOS SENTIDOS</b> .....	151
<b>4.1 O lar: o (não) lugar das mulheres na sociedade patriarcal</b> .....	153
<b>4.2 A ascensão nazista: um momento de ruptura</b> .....	174
<b>4.3 As mulheres no cronotopo bélico-nazista: rotas de fuga, guetos e campos de concentração</b>	188
<b>4.4 A representação (do) sensível (e) da liberdade</b> .....	212
<b>CONCLUSÃO: À ESPERA DE POSSÍVEIS RESPOSTAS</b> .....	218
<b>Referências</b> .....	225

## INTRODUÇÃO: A NOSSA ORIENTAÇÃO ÀS PALAVRAS OUTRAS

Bauman (1998), em seu livro *Modernidade e Holocausto*, afirma que, antes de ler a história pessoal escrita por sua então esposa, Janina Bauman, uma sobrevivente da *Shoah*<sup>1</sup>, o genocídio cometido pelos nazistas contra o povo judeu era, para ele, como “um quadro na parede: bem emoldurado para fazer a separação entre a pintura e o papel de parede e ressaltar como diferia do resto da mobília” (BAUMAN, 1998, p. 9). No entanto, após ter contato com o enunciado da sobrevivente e debruçar-se sobre alguns estudos históricos a respeito do tema, o sociólogo diz que, mais que um quadro na parede, pôde ver que a *Shoah* é uma janela, cuja vista é deprimente. “Quanto mais deprimente a vista, porém, tanto mais convencido fiquei de que recusar-se a olhar seria temerário para quem o fizesse” (BAUMAN, 1998, p. 10).

Assim, no decorrer de seu livro, Bauman (1998) estuda o Holocausto não como um acontecimento exclusivo da história judaica e alheio a realidade da sociedade, como muitos o determinam, mas como uma execução de “nossa sociedade moderna e racional, em nosso mais alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano” (BAUMAN, 1998, p. 12). Diante dessa constatação, para o autor, é preciso encarar o Holocausto como um problema dessa sociedade, ou seja, como um problema de todos nós.

Em diálogo com a reflexão de Bauman, acreditamos que a construção de conhecimentos científicos acerca de catástrofes históricas, como o Holocausto, e de regimes totalitários, como o de Hitler, ajudam-nos a compreender a sociedade atual e os possíveis sinais que ela nos dá de que governos e ideais como os colocados em prática na Alemanha governada pelos nazistas possam voltar a emergir.

Entretanto, na contramão dessas constatações, vê-se que o genocídio cometido contra o povo judeu continua sendo visto, por muitas pessoas, como uma realidade distante ou, ainda, como um evento singular na história da humanidade, que não representa a realidade da sociedade. Nesse contexto, ao nos posicionarmos dialogicamente frente a esse acontecimento, nossa pesquisa se justifica, principalmente, pela necessidade de desmistificar a ideia de que o genocídio cometido contra o povo judeu seja um quadro na parede, alheio a realidade social e irrepitível, uma vez que ele não o é. Isso porque, no cronotopo<sup>2</sup> atual em que nós, pesquisadoras

---

<sup>1</sup> O termo Shoah é usado, tal como o termo Holocausto, para designar o genocídio cometido contra o povo judeu. Em nosso capítulo metodológico, discutiremos sobre a diferença terminológica e a escolha por um dos dois vocábulos.

<sup>2</sup> O conceito de cronotopo será explorado em duas seções: uma teórica e outra analítica. Por ora, cabe definimo-lo como tempo-espaco (BAKHTIN, 2018b).

e pesquisadores nos inserimos, observamos uma crescente adesão a ideais autoritários, ao mesmo tempo em que vemos governos de extrema-direita emergirem pelo mundo, o que tem colocado em risco a democracia de vários países, bem como o direito à vida de diversas minorias.

No Brasil, por exemplo, após um golpe parlamentar ocorrido em 2016 e após a interferência direta do sistema judiciário no pleito de 2018, a política vem sendo permeada por ações antidemocráticas e discursos de vieses autoritários. Não foram poucas as vezes nas quais foi possível verificar o governo federal brasileiro eleito em 2018, bem como uma parte de seu eleitorado, atacando a democracia do país e fazendo referências e reverências a governos autoritários como o Regime Militar no Brasil e o Governo Nazista de Hitler na Alemanha. Tudo isso foi feito, aliás, sob o véu de uma suposta democracia e da liberdade de expressão. Nesse cenário, urge, tanto no meio acadêmico quanto no debate público, a promoção de discussões e de conhecimentos compartilhados sobre as consequências de governos como esses, a fim de evitar que as suas histórias catastróficas possam, mesmo que em atitudes “veladas”, como se tem visto, se repetir.

Diante do exposto, optamos por tomar o Holocausto como tema de pesquisa a fim de fazer a nossa parte nesse empreendimento contra o autoritarismo. Para tanto, buscamos desenvolver a nossa dissertação dialogando com as vozes daqueles que mais sofreram com essa barbárie: os judeus sobreviventes. Mais especificamente, optamos por dialogar com mulheres judias que sobreviveram à *Shoah*, por entendermos que, com a ascensão do governo nazista na Europa, além de sofrerem com o racismo e com a eugenia, por serem judias, elas sofreram também com a misoginia e com o machismo, por serem mulheres. Assim, acreditamos que a intersecção das questões de raça com as questões de gênero diferenciou e intensificou, no cronotopo bélico-nazista, as vivências traumáticas dessas mulheres.

Ademais, escolhemos por investigar o discurso de mulheres, pois grande parte da história é registrada por vozes masculinas, enquanto as mulheres, como vítimas e mulheres, são, duplamente e incansavelmente, silenciadas. Essa história registrada majoritariamente a partir das lentes masculinas, de acordo com Lerner (2019), é uma história parcial, uma vez que omite as vivências e as percepções de metade da humanidade.

Ao refletir sobre essa constatação de Lerner (2019), podemos perceber que a própria história do Holocausto também foi contada sobretudo por homens. Como exemplos de sobreviventes que se dedicaram a escrever e construir uma memória do dia a dia nos campos de concentração e que ganharam destaque em âmbito mundial podemos citar Primo Levi e Elie Wiesel; enquanto isso, os testemunhos de mulheres sobreviventes que ganharam tamanha

visibilidade são raros. Não buscamos aqui desvalorizar os testemunhos dados por homens judeus sobreviventes, mas problematizar o fato de que eles falam sobre o Holocausto da perspectiva masculina e não têm o lugar de fala necessário para representar e interpretar a vivência que as mulheres tiveram em tal acontecimento. É preciso, pois, ouvi-las também.

Diante dessa constatação, surge a pergunta-problema que guia a nossa pesquisa: como as mulheres judias sobreviventes valoram as suas vivências, que foram determinadas pela ótica vigente do sistema patriarcal, no cronotopo bélico-nazista? Por partir dessa indagação, podemos afirmar que o tema de nossa dissertação, mais que o próprio Holocausto, é a vivência das mulheres judias no e ao Holocausto, vivência essa que deve ser discursivizada pelas próprias mulheres sobreviventes.

Ao escolher estudar a história (pela voz) das mulheres, destacamos que nossa dissertação dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, que em seu quinto objetivo prega a necessidade de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 24), visando acabar com a discriminação, com a violência e com a desvalorização de gênero pelo mundo, garantindo-lhes seus direitos e sua participação na tomada de decisão em todos os setores da sociedade. Portanto, ouvir e dialogar com essas mulheres, aqui, é uma forma de colaborarmos para que tal objetivo possa, um dia, ser alcançado.

Ademais, é preciso sinalizar que a pesquisadora responsável por este trabalho é também uma mulher. Portanto, desde já, peço licença a meu orientador, pois, em momentos específicos, desligar-me-ei, apenas na escrita, de nossa parceria, colocando-me linguisticamente no discurso através do uso do feminino e da primeira pessoa do singular; ou seja, posicionar-me-ei, quando necessário, como pesquisadora e mulher que sou. Faço esse movimento, pois, para além das sobreviventes judias, enquanto mulher, eu também vivencio, mesmo que em um outro cronotopo e de formas incontestavelmente diferentes, a opressão masculina que se instaura incessantemente sobre nós há milênios. Logo, é preciso considerar que o sistema patriarcal, que será discutido em uma seção específica, além de determinar as vivências das mulheres judias sobreviventes, determinam também os sentidos que elas constroem sobre as suas experiências de vida, bem como determina os sentidos que eu, pesquisadora-mulher no Brasil, produzo nesta dissertação ao posicionar meu olhar para os seus enunciados.

Essa escolha discursiva se fundamenta no conceito de *lugar de fala* discutido por Ribeiro (2021). De acordo com a autora, “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2021, p. 69), o que, por conseguinte, pode nos conferir maior autoridade para falar sobre aquilo que falamos. Nesse sentido, é



preciso, em nossos discursos, conhecer e evidenciar os lugares de fala que ocupamos. Isso não significa, conforme pontua a filósofa, que se deve excluir outras vozes do debate. Ao contrário, quanto mais vozes colocarem-se a falar sobre determinado assunto, maior visibilidade ele terá. Assim, quando tratamos desse conceito, assim como defende Ribeiro (2021), buscamos promover a multiplicidade de vozes, quebrando a monologização que visa um discurso único e autoritário.

Portanto, além da pesquisadora, conforme já pontuado, para pluralizar as vozes que discutem sobre o Holocausto, bem como sobre a vivência das mulheres nesse período histórico, esta dissertação dará o lugar de fala àquelas que o precisam ocupar, mas que por muito tempo foram silenciadas: as mulheres sobreviventes. Para tanto, tomamos como *corpus* de análise 18 relatos de vida de mulheres judias que sobreviveram à *Shoah* e que vieram ao Brasil, a fim de reconstruírem suas vidas longe do antissemitismo europeu. Tais relatos de vida foram retirados de uma coleção de livros, denominada *Voices do Holocausto*, desenvolvida por uma equipe de pesquisadoras – também mulheres – do núcleo de estudos Arquivo Virtual sobre o Holocausto e Antissemitismo (*Arqshoah*) vinculado ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. A coleção, publicada até agora em seis volumes intitulados *Histórias de vida: refugiados do nazifascismo e sobreviventes da Shoah*, reúne 77 histórias de vida de refugiados e de sobreviventes do Holocausto que viram no Brasil um local para um possível recomeço de suas vidas, que foram interrompidas pelo advento do nazismo na Europa. Essas histórias de vida são bastante heterogêneas e foram construídas pela equipe do projeto de inúmeras formas. Para esta dissertação, escolhemos analisar os 18 enunciados que foram construídos diretamente pelas vozes das mulheres sobreviventes.

Tal recorte se justifica por nosso objetivo de pesquisa, uma vez que, debruçando-nos sobre esses relatos, objetivamos principalmente identificar as ideologias que constituem os enunciados das mulheres judias sobreviventes para analisar como as suas experiências e papéis sociais no cronotopo bélico-nazista são discursivizados e (re)valorados no desenrolar de seus discursos.

Para atingir esse objetivo, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- a) apresentar as mulheres sobreviventes enquanto sujeitos sócio-historicamente situados e que são constituídos por inúmeras vozes sociais interiorizadas;
- b) compreender as especificidades do gênero discursivo que baliza os enunciados do *corpus*, a saber, o relato de vida, especificamente mobilizado no campo acadêmico-historiográfico de produção de enunciados;

- c) analisar a reconfiguração dos papéis sociais das mulheres judias com o advento do governo nazista;
- d) analisar como as configurações do sistema patriarcal no cronotopo bélico-nazista influenciou as vivências das mulheres judias sob o domínio nazista, bem como as suas valorações sobre elas.

Com esses objetivos em mente, realizamos um movimento que parte da análise do sistema patriarcal, mais especificamente das vivências das mulheres sobreviventes antes do advento do nazismo na Europa, e chega ao momento em que esse sistema ideológico é reconfigurado pelo cronotopo bélico-nazista, que passa a determinar também as vivências das famílias judias naquele continente. Por isso, optamos por intitular esta dissertação como “Do lar ao campo de concentração”, porque pretendemos observar como esse movimento de saída do lar – metafórico e literal – é discursivizado pela ótica das mulheres judias sobreviventes que, vivendo sua infância e adolescência em um sistema de dominação sobre a figura feminina, tinham o ambiente doméstico como um espaço que lhes era próprio, e que, com o advento do cronotopo bélico-nazista, viram essa disposição se reconfigurar.

Para atingir tais objetivos, recorreremos à teoria sócio-histórico-dialógica desenvolvida por Bakhtin e seu Círculo, mais especificamente ao pressuposto do dialogismo, que nos permite chegar aos conceitos de vozes e sujeitos sociais, gêneros do discurso e cronotopo. Além disso, recorreremos também à sua proposta de uma outra ciência para o estudo do discurso. Tal proposta, porém, vem sendo discutida e desenvolvida por pesquisadores brasileiros que, num movimento de diálogo com os estudos bakhtinianos, propõem uma nova vertente de análise discursiva, a saber, a Análise Dialógica do Discurso. Portanto, dialogamos também com essas vozes teóricas.

Diante desse aporte teórico, nossa pesquisa se ancora no escopo teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso e se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa-interpretativista, uma vez que buscamos analisar e interpretar o discurso, concebido aqui como a língua(gem) em uso, em sua relação com o social, com o sujeito e com a história.

Nosso trabalho, apesar de conter quatro capítulos, está dividido em três momentos: o metodológico, o teórico e o analítico. No primeiro capítulo, intitulado *Diálogos metodológicos*, apresentamos a nossa metodologia de pesquisa. Primeiramente, buscamos expor a abordagem de nossa pesquisa colocando-a em diálogo com as discussões bakhtinianas sobre a pesquisa em Ciências Humanas. Em um segundo momento, justificamos a escolha terminológica que fizemos nesta dissertação quanto ao signo ideológico que designa o genocídio cometido contra o povo judeu e apresentamos o material de análise que resultou em nosso *corpus* de pesquisa, evidenciando suas inúmeras vozes e o recorte que optamos por fazer neste trabalho. Por fim,

apresentamos os procedimentos teórico-metodológicos que seguimos para empreender a nossa investigação.

No segundo capítulo, intitulado *Diálogos teóricos*, dedicamo-nos às vozes teóricas com as quais dialogamos durante todo o nosso percurso investigativo. Para tanto, dividimo-lo em duas subseções. Inicialmente, dialogamos, em primeiro plano, com os teóricos do Círculo bakhtiniano e, em segundo, com as vozes de pesquisadores que os explicam. Nesse momento, optamos por mobilizar os principais conceitos que nos guiaram em nosso empreendimento. Partindo do princípio do dialogismo, discutimos a dialogicidade dos discursos, as vozes e os sujeitos sociais e as relações dialógicas; após, debruçamo-nos também sobre os conceitos de gênero discursivo e cronotopo.

Estabelecido esse diálogo inicial com a teoria do Círculo de Bakhtin, na segunda parte desse capítulo, dialogamos com as atitudes responsivas de pesquisadores brasileiros frente ao discurso bakhtiniano, que resultou na metodologia de análise que adotamos nesta dissertação: a Análise Dialógica do Discurso.

Por fim, o nosso movimento analítico foi dividido em dois capítulos, intitulados *Diálogos analíticos 1 e 2*, nos quais desenvolvemos a nossa análise discursiva. No terceiro capítulo, por considerarmos, conforme apresenta a teoria bakhtiniana, que os cronotopos são as portas de entrada que levam aos sentidos, optamos por olhar primeiramente para as amplitudes espaço-temporais que constituem os enunciados de nosso *corpus*, os seus sujeitos-autores e o nosso olhar científico sobre eles. Fizemos tal escolha metodológica por entendermos que são essas amplitudes espaço-temporais que constituem os sujeitos dialógicos e as suas vozes sociais. Assim, buscamos analisar o cronotopo representado nos relatos, qual seja, o bélico-nazista; a organização, nesse tempo-espaço, do sistema ideológico que constitui a vivência dos sujeitos desses enunciados enquanto mulheres, a saber, o sistema patriarcal; e, por fim, o cronotopo que me constitui, enquanto ouvinte, pesquisadora e mulher, e que influencia o meu enfrentamento do *corpus*, qual seja, o cronotopo neoautoritário brasileiro, que, por sua vez, também é organizado pelo sistema patriarcal, configurando-o à sua maneira.

Ainda no terceiro capítulo, em um segundo movimento analítico, analisamos o gênero discursivo relato de vida e suas especificidades nos enunciados aqui analisados, considerando-o como uma segunda porta pela qual é necessário passar para se chegar aos sentidos do discurso. Assim, nessa seção, analisamos como as características desse gênero do discurso, ao ser mobilizado pela esfera acadêmica de produção de enunciados, são refletidas e refratadas organizando os enunciados das mulheres sobreviventes.

Por fim, no quarto capítulo, delineamos nosso último movimento de análise, empreendendo a nossa análise discursiva propriamente dita. Para tanto, dividimos essa seção em quatro principais momentos. Tal divisão evidencia um percurso recorrente que identificamos nos relatos de vida das mulheres sobreviventes, mas que foi vivenciado de maneiras diferentes por elas em suas individualidades de sujeitos sociais.

Tendo isso em vista, iniciamos nossa análise focalizando as suas vivências anteriores à ascensão nazista na Europa, situando-as, principalmente, dentro dos lares patriarcais em que a maioria dessas mulheres, muitas vezes ainda crianças, viviam. Após, investigamos como as vivências das mulheres foram discursivizadas durante a ascensão nazista, momento que consideramos como uma ruptura na vida das mulheres judias. Em um terceiro momento, analisamos as vivências dessas sobreviventes já no cronotopo bélico-nazista estabelecido, considerando que esse tempo-espço envolveu as mulheres sobreviventes em suas rotas de fuga, em seus confinamentos nos guetos e/ou em suas deportações para os campos de concentração e extermínio. Novamente, destacamos que cada uma das sobreviventes vivenciou essas pequenas amplitudes espaço-temporais à sua maneira, dentro da individualidade de suas vivências, e que optamos por essa organização apenas para fins didáticos de escrita. Para finalizar, apresentamos um quarto momento analítico, no qual objetivamos olhar para o modo como a liberdade foi valorada pelas sobreviventes ao término de seus relatos.

Com este trabalho, portanto, além de colocar em discussão, tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele, as consequências de regimes e ideais totalitários e de ouvir e dialogar com aquelas que estavam destinadas ao silêncio, esperamos, também, contribuir com a construção da história das mulheres contada pelo ponto de vista das próprias mulheres, compreendendo que esse movimento é necessário para que, com o conhecimento de nossa própria história, possamos continuar a buscar os nossos direitos até chegarmos, um dia, à tão sonhada equidade de gênero, ou seja, a uma igualdade de oportunidades que considere e valorize as diferenças existentes entre os sujeitos.

## 1 DIÁLOGOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver o percurso teórico-analítico a que este trabalho se propõe, é necessário descrever os procedimentos metodológicos que o sustentam. São eles, afinal, que guiarão o caminho para que os objetivos aqui delimitados sejam alcançados e para que a pergunta-problema que instiga o nosso trabalho seja respondida. Reiteramos que nos interessa responder nesta dissertação como as mulheres judias sobreviventes discursivizam e valoram as suas vivências no cronotopo de guerra e violência que se instaurou com a ascensão do governo nazista. Buscamos responder a esse questionamento especificamente através de relatos de vida de mulheres judias que viram, no Brasil, a oportunidade de um possível recomeço para suas vidas.

Antes de iniciar este caminho metodológico, porém, consideramos necessário apresentar, brevemente, a diferença entre método e metodologia. Tal distinção nos ajudará, posteriormente, a compreender a teoria dialógica bakhtiniana, sem buscar nos escritos do Círculo um método a ser seguido, porque não o há.

Para Geraldi (2012), método é um conjunto de princípios que, quando seguidos rigorosamente, levam a descobertas surpreendentes. No entanto, exemplifica o autor:

Descartes expôs um método, mas Leibniz vai dizer que Descartes, seguindo seu método, descobriu coisas interessantes, mas se outro pesquisador seguir as mesmas regras somente descobrirá o que Descartes já descobrira: será preciso, para fazer descobertas surpreendentes, desobedecer ao método metodicamente diante de outros objetos sobre os quais se debruça o pesquisador. Fazer isso é dispor de uma metodologia (GERALDI, 2012, p. 24).

A partir dessa proposição, o autor conclui que, ao possuir um método, o pesquisador tem, ao seu dispor, corrimãos que o levam ao já conhecido. Enquanto ter metodologia é ter princípios que, ao serem aliados “à intrepidez, à astúcia, à argúcia e à perspicácia” do sujeito que analisa, levam ao realmente desconhecido, a novas descobertas, que, acrescentamos, só são possíveis no diálogo com o objeto de estudo. É, portanto, isto que a teoria bakhtiniana nos apresenta: princípios, conceitos, noções que, a depender da especificidade do *corpus* a ser analisado, devem ser mobilizados dialogicamente pelo pesquisador, e não aplicados sistematicamente aos enunciados.

Feita essa distinção inicial, propomos, neste capítulo, apresentar a nossa metodologia. Para tanto, buscamos, inicialmente, discorrer sobre a abordagem de pesquisa que fundamenta este trabalho, a saber, a abordagem qualitativa-interpretativista, colocando-a em posição dialógica com as discussões bakhtinianas sobre a metodologia de pesquisa nas Ciências

Humanas. Propomos também apresentar o nosso material de pesquisa, evidenciando os critérios de escolha e de recorte do *corpus* de análise, construindo esse processo como um diálogo inicial entre pesquisadora, objeto de estudo e discursos que já foram produzidos sobre o tema. Por fim, buscamos descrever o percurso investigativo que será, por nós, construído e percorrido.

### **1.1 “A pesquisadora e suas outras”<sup>3</sup> na pesquisa qualitativa de caráter dialógico**

Por se tratar de uma pesquisa situada no campo das Ciências Humanas, que busca compreender e interpretar, através de enunciados concretos e únicos, discursos e axiologias de sujeitos sócio-historicamente constituídos, a abordagem de nosso trabalho é a qualitativa de paradigma interpretativista e tem como base teórico-metodológica a produção epistemológica do Círculo de Bakhtin.

Por pesquisa de abordagem qualitativa, entendemos, em consonância com o que propõe Bortoni-Ricardo (2008, p. 34), uma pesquisa que “procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto”. Assim, para a autora, o pesquisador qualitativo não visa estabelecer relações de causa e de consequência entre as variáveis de um fenômeno, mas interessa-se pelo processo que ocorre naquele tempo-espaço, visando analisar como os atores sociais envolvidos nesse processo o interpretam (BORTONI-RICARDO, 2008). Em outras vozes teóricas, Denzin e Lincoln (2006, p. 17) afirmam que os pesquisadores qualitativos “estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”.

Para trazer essas reflexões para a base teórica-metodológica que sustenta o nosso trabalho, podemos dizer que o pesquisador qualitativo de filiação dialógica se interessa pelo processo de interação e produção discursiva que é instaurado em determinada situação de comunicação, estabelecida em determinado cronotopo e busca investigar como os sujeitos dessa interação, a partir das vozes sociais que os constituem, valoram o seu objeto de discurso e o contexto extraverbal que os envolve.

Denzin e Lincoln (2006) propõem uma definição que adjetivam de genérica para a pesquisa qualitativa, uma vez que eles consideram que o campo histórico que a envolve é bastante complexo. Para os autores, portanto, pode-se dizer, de modo geral, que “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo” e, mais do que isso,

---

<sup>3</sup> Emprestamos essa expressão das discussões empreendidas por Amorim (2001) em seu texto *O pesquisador e seus outros: Bakhtin nas Ciências Humanas*.

que ela “consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, transformando-o em uma série de representações a partir daquilo que é tomado como objeto de estudo (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Partindo dessa definição, podemos dizer que, em uma pesquisa qualitativa de cunho dialógico, o mundo é visibilizado a partir da linguagem, uma vez que é o texto-enunciado, enquanto linguagem em uso, que é tomado como objeto de análise.

Assim, pelo viés bakhtiniano, a abordagem qualitativa, dentro da área das Ciências Humanas, é aquela que estuda a relação entre os sujeitos e o social, tomando a linguagem em sua manifestação viva, ou seja, tomando enunciados, como objetos de estudo. Isso porque, para Bakhtin (2011), independentemente do objetivo de uma pesquisa na área das Ciências Humanas, seu ponto de partida sempre será o texto, entendido aqui como enunciado concreto, pois “onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2011, p. 307).

Para o filósofo russo, partindo do enunciado enquanto materialidade analítica, as Ciências Humanas são as ciências que se voltam para o homem em sua especificidade, como ser expressivo e falante, não como uma “coisa muda”. Ademais, de acordo com Bakhtin (2011), a própria natureza humana se materializa apenas no texto. Dessa forma, é o homem social, enquanto produtor de enunciados, que é objeto de estudos nas pesquisas de Ciências Humanas, uma vez que a própria atitude humana “é um texto em potencial e pode ser compreendida” (BAKHTIN, 2011, p. 312).

A questão da compreensão, aliás, é um ponto importante da metodologia dialógica de pesquisa qualitativa nas Ciências Humanas e é ela que insere nosso trabalho no paradigma interpretativista, a partir do qual, de acordo com Bortoni-Ricardo (2008), não há como analisar o mundo separadamente das práticas sociais e das significações que nelas circulam. É por essas práticas de interpretação que o pesquisador qualitativo-dialógico chega à compreensão dos sentidos dos enunciados com os quais dialoga em sua pesquisa.

De acordo com os pressupostos bakhtinianos, esse processo de compreensão que o pesquisador estabelece com o seu objeto de estudo, que são as vozes do sujeito enquanto produtor de enunciados, é essencialmente dialógico. Para o pensador russo, ao nos posicionarmos frente ao nosso objeto de estudo, “a investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo” (BAKHTIN, 2011, p. 319). O objeto das Ciências Humanas *fala* e o pesquisador dialógico *responde* a ele, o *interroga*, o *interpreta*, o *faz ser ouvido*. A voz do pesquisador é, portanto, voz constitutiva da pesquisa que ele empreende e precisa ser marcada.

Nesse sentido, Bakhtin (2011) vai afirmar que a compreensão/interpretação na pesquisa qualitativo-dialógica em Ciências Humanas envolve sempre pelo menos duas consciências, dois

sujeitos. Isso porque, para o filósofo russo, “ver e compreender o autor de uma obra significa ver e compreender outra consciência, a consciência do outro e seu mundo, isto é, outro sujeito (‘Du’). Na *explicação* existe apenas uma consciência, um sujeito; na *compreensão*, duas consciências, dois sujeitos” (BAKHTIN, 2011, p. 316, grifos do autor). Assim, conclui o autor, “a compreensão é sempre dialógica”. No entanto, acrescentamos à reflexão de Bakhtin que há, na pesquisa em Ciências Humanas, sempre mais que dois sujeitos.

Amorim (2001), ao discutir o pesquisador e *os outros* com os quais ele dialoga, conclui que a abordagem das Ciências Humanas é constitutivamente polifônica, pois sempre envolve um *eu*, um *nós*, um *tu* e um *ele*. De acordo com a autora, o pesquisador é sempre o *eu* do enunciado, mas nem por isso ele fala sozinho, ele sempre se baseia no *nós*, “porque ele enuncia sempre no interior de um sistema de legitimidade e de elos que tornam o encadeamento do discurso pertinente” (AMORIM, 2001, p. 250). O *eu* é, assim, a singularidade do sujeito pesquisador ao ter um contato inicial com seu *tu*, ou seja, com o seu objeto de pesquisa; o *nós*, por sua vez, representa a comunidade teórica e intelectual do conhecimento que se quer transmitir (AMORIM, 2001). Ao tratar do pesquisador, falamos, portanto, de “duas criaturas que aparecem no texto: o *eu* do momento singular em campo e o *nós* do momento universalizante da teoria” (AMORIM, 2001, p. 279).

Nesse sentido, a nossa opção, sinalizada desde a introdução, por me colocar no discurso, quando necessário, enquanto pesquisadora-mulher, evidencia uma escolha estilística, própria do discurso das Ciências Humanas, que não elimina o rigor científico desta pesquisa, mas que evidencia a minha subjetividade, que é solicitada pelo *corpus* de análise que é mobilizado, ou seja, pelas vozes das mulheres sobreviventes do Holocausto, o *tu* desta pesquisa, com as quais eu dialogo e com as quais, por vezes, enquanto mulher, me identifico. Assim, “falar *em* mim não significa falar *de* mim” (AMORIM, 2001, p. 280), mas, através da minha voz de mulher (*eu*) e pesquisadora (*nós*), dar espaço para as vozes das mulheres sobreviventes do Holocausto (*tu*) e auxiliá-las na construção da sua/nossa história para que outros sujeitos (*ele*) possam se posicionar frente a ela.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa de cunho dialógico, mais que permitir esse posicionamento, o exige pelo diálogo que precisamos estabelecer com nosso objeto de estudo. Se não o fizéssemos, de acordo com Amorim (2001, p. 280-281), “estariamos perdendo algo de fundamental: o acontecimento do encontro entre o autor e o objeto que tornou possível a descoberta”.

Quanto ao *ele* da pesquisa em Ciências Humanas, Amorim (2001) afirma que se trata do destinatário da pesquisa, ou seja, seus possíveis leitores, que também fazem parte do diálogo



estabelecido pelo pesquisador e que influenciam desde a divisão dos capítulos e parágrafos até as escolhas lexicais e as suas posições no enunciado (AMORIM, 2001).

Dessa forma, seja pelo *eu*, pelo *nós*, pelo *tu* ou pelo *ele*, “independentemente da vontade do autor, seu texto é um dispositivo que coloca em cena outros contextos de enunciação, que faz ouvir outras vozes além da sua” (AMORIM, 2001, p. 180), vozes essas que são refletidas e refratadas pela linguagem e que, ao evidenciarem os seus sujeitos, ganham vida pela voz do pesquisador.

Diante do exposto, podemos afirmar que olhar para a relação dialógica estabelecida entre o sujeito, o texto, enquanto objeto de estudo, e o mundo, situando-os no social e, conseqüentemente, no fluxo da comunicação discursiva, é o papel do pesquisador qualitativo-dialógico. A abordagem qualitativa, então, a partir da dialogia com o viés bakhtiniano, precisa tomar o enunciado como objeto privilegiado de análise, uma vez que ele, como fruto da interação entre sujeitos sociais, reflete e refrata a realidade que os circunda, ou seja, discursiviza e valora o mundo e os seus aspectos sociais.

Para empreender esses gestos de análise e interpretação, Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa, no momento da coleta de dados para a construção do objeto de pesquisa, se vale de variados materiais empíricos “que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos”, tais como “estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Ainda de acordo com os referidos autores, cada um desses materiais de análise garante um ponto de vista diferente sobre o mundo a ser analisado pelo pesquisador-qualitativo. Acrescentamos a isso que cabe ao pesquisador mobilizar a prática interpretativa que melhor se adequa a seus objetivos de pesquisa; aqui, novamente, ele faz ouvir a sua voz.

Em relação ao nosso percurso investigativo, propomos analisar um período histórico pela perspectiva daqueles que sofreram diretamente com as conseqüências desse acontecimento, portanto, nosso material de análise foi construído através de entrevistas e se apresenta ao leitor como histórias de vida.

Para Chizzotti (2000, p. 95), a história de vida, enquanto instrumento de pesquisa, permite a coleta de informações da vida de um ou de vários informantes e, por suas várias formas de apresentação, valoriza “o testemunho vivo de épocas ou períodos históricos”. Paulilo (1999, p. 140-141), por sua vez, aponta que “através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social”, ou seja, através da análise de narrativas individuais pode-se compreender o social no qual aquela(s) história(s) se insere(m). Nesse

sentido, o autor afirma que a história de vida constitui um objeto privilegiado para análise e interpretação, pois liga experiências subjetivas a contextos histórico-sociais. É, pois, justamente essa intersecção entre o sujeito e o social que nossa pesquisa busca analisar através da linguagem.

No que tange a uma análise qualitativa e interpretativista de viés dialógico tal como a que este trabalho se propõe a desenvolver, a coleta de dados através da história de vida também se mostra de substancial importância para analisar esse imbricamento do individual com o social, uma vez que, para a perspectiva bakhtiniana, o sujeito, apesar de individual, é formado por inúmeras vozes sociais interiorizadas, que são discursivizadas em seus enunciados e que refletem e refratam a realidade.

Além disso, a partir de nossa filiação teórica, interessa-nos destacar também que, a fim de retratar a experiência do vivido em determinado período histórico, seja de um ou de vários informantes, conforme propõe Chizzotti (2000), os dados obtidos por esse instrumento de pesquisa podem se apresentar sob a baliza de diferentes gêneros discursivos, tais como autobiografias, entrevistas, relatos, testemunhos, reportagens, crônicas, entre outros, a depender do projeto comunicativo do sujeito que fala e/ou do objetivo do pesquisador.

No que concerne ao nosso material de análise, o gênero do discurso que baliza os textos-enunciados que serão aqui analisados é o relato de vida. Será através desses relatos de vida, enquanto objetos de estudos, que buscaremos, ao delinear uma pesquisa qualitativa-interpretativista de cunho dialógico, analisar a relação existente entre o sujeito que fala e o tempo-espço que o constitui.

Destacamos, por fim, que nossa pesquisa está situada na área dos Estudos Linguísticos, mais especificamente na linha dos Estudos do Texto e do Discurso, cujo principal objetivo é o desenvolvimento de pesquisas qualitativas que se voltem para produções textuais e discursivas em diferentes *corpus* de análise, visando empreender análises do funcionamento da linguagem nessas materialidades.

Dessa forma, a partir das considerações acima, cabe apresentarmos, a seguir, a materialidade que será tomada como objeto de estudo nesta dissertação, bem como as suas especificidades e o recorte realizado para construirmos o *corpus* de análise com o qual dialogaremos a fim de interpretar os sentidos e as valorações dos sujeitos frente ao social que os constitui.

## 1.2 O *corpus* de análise: as vozes das mulheres sobreviventes da *Shoah*

As histórias de vida que são objeto de estudo neste trabalho fazem parte de um documento de caráter histórico que, fruto de anos de pesquisas desenvolvidas por um projeto denominado Arqshoah, objetivou ouvir e registrar as vozes daqueles que estavam destinados à morte devido ao ódio do regime totalitário e eugenista de Adolf Hitler, mas que sobreviveram e conseguiram reconstruir suas vidas, tendo, no Brasil, um novo porto seguro (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020).

Nesta seção, buscamos apresentar o projeto que foi responsável pela criação desse documento tomado por nós como material de análise, o documento propriamente dito e o recorte realizado que formou o *corpus* a ser analisado.

### 1.2.1 Antes, uma escolha: *Holocausto* ou *Shoah*?

*Holocausto* e *Shoah* são dois dos signos ideológicos utilizados para designar o genocídio empreendido pelos nazistas contra a comunidade judaica. A escolha por uma das palavras, no entanto, não é aleatória. Isso porque, conforme afirma Volóchinov (2019), são as avaliações que determinam a escolha de uma palavra por quem fala, bem como a sua interpretação por quem ouve. Nesse sentido, uma palavra pode ter vários significados, mas o seu sentido em determinada situação de interação vai depender das valorações dos sujeitos que dela participam. Assim, entendendo a palavra como esse signo ideológico por excelência, tal como propõe a teoria bakhtiniana, vemo-nos diante da necessidade de abrir esta breve seção para justificar a escolha terminológica que fizemos nesta dissertação.

O vocábulo mais difundido para designar o genocídio do povo judeu é *Holocausto*. De acordo com Danzinger (2007), Elie Wiesel, um sobrevivente dos campos de concentração, foi um dos primeiros a se valer desse termo, que se tornou signo representativo da catástrofe judaica, sendo empregado por historiadores que se dedicavam ao estudo desse acontecimento histórico, bem como pelos próprios sobreviventes. Essa palavra, no entanto, foi pauta de muitas discussões dentro da comunidade judaica devido a sua origem semântica, e o próprio Elie Wiesel deixou de usá-lo por considerá-lo impróprio para designar a catástrofe judaica (DANZIGER, 2007).

Conforme discute Agamben (2008), a origem de *Holocausto* é essencialmente cristã, tendo sido utilizado pelos padres para traduzirem, sem muita coerência, conforme diz o filósofo, a doutrina sacrificial da Bíblia (AGAMBEN, 2008), especificamente o *olah* bíblico, uma vez

que Holocausto é um vocábulo grego derivado do hebraico “olah”, que se designa um sacrifício a Deus pelo fogo (GUTERMAN, 2020). Com isso, o signo passou a ser registrado nos léxicos contemporâneos com o significado de “sacrifício supremo, no marco de uma entrega total a causas sagradas e superiores” (AGAMBEN, 2008, p. 38).

Além disso, Agamben (2008) chama a atenção para o fato de que Holocausto também já tinha sido usado por padres como uma crítica aos sacrifícios cruentos realizados pelos judeus. Assim, para o autor, esse signo, além de não definir coerentemente a violência empreendida contra a comunidade judaica, tem também uma herança semântica antijudaica. Diante disso, o filósofo é bastante radical quanto a esse uso.

No caso do termo ‘holocausto’, estabelecer uma vinculação, mesmo distante, entre Auschwitz e o *olah* bíblico, e entre as mortes nas câmaras de gás e a ‘entrega total a causas sagradas e superiores’ não pode deixar de soar como uma zombaria. O termo não só supõe uma inaceitável equiparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso deste termo. Quem continua a fazê-lo, demonstra ignorância ou insensibilidade (ou uma e outra coisa ao mesmo tempo) (AGAMBEN, 2008, p. 40).

Danziger (2007, p. 2), por sua vez, explica que, “de origem religiosa, o termo Holocausto empresta caráter voluntário e passivo à morte, aceita em submissão à vontade divina”. A autora justifica sua definição retomando um trecho do Livro de Gênesis, no qual Deus se dirigiu a Abraão pedindo o sacrifício de seu filho como demonstração de sua obediência ao Senhor. “Tome seu filho, o seu único filho Isaac, a quem você ama, vá à terra de Moriá e ofereça-o aí em holocausto, sobre uma montanha que eu vou lhe mostrar” (BÍBLIA SAGRADA, Gênesis, 22:2, 1990, p. 34). Esse vínculo com questões religiosas, para alguns estudiosos, além da inadequada equiparação do extermínio aos sacrifícios bíblicos, também acaba relegando o genocídio do povo judeu ao campo do misticismo (DANZIGER, 2007; GUTERMAN, 2020), gerando um outro problema: a não compreensão da origem dessa catástrofe histórica na civilização moderna.

Aceitar que a única forma de pensar o Holocausto talvez seja imaginá-lo como um evento de caráter religioso facilita um bocado as coisas: afinal, se é de mistério que se trata, como tudo em religião, o mundo está dispensado de refletir sobre suas responsabilidades históricas em relação a essa tragédia. Compreende-se o Holocausto como uma exceção, fruto de loucura, de transe coletivo ou simplesmente da maldade diabólica de um punhado de nazistas, e não como produto direto da modernidade (GUTERMAN, 2020, p. 28-29).

Assim, retirar o genocídio cometido contra o povo judeu do campo da História e colocá-lo no âmbito religioso envolve a negação de que as atrocidades nazistas são frutos da sociedade

moderna e que, por isso, tem as suas causas no social que nos envolve. Ignorar que esse massacre foi resultado da civilização, da racionalidade, do Estado não é a melhor forma de encará-lo.

Diante dessas constatações, alguns setores da comunidade judaica passaram a recorrer a outro vocábulo em substituição a Holocausto. Trata-se do signo hebraico *Shoah*, que significa catástrofe. Danziger (2007) explica que, enquanto nos Estados Unidos e, por consequência, no Brasil, o vocábulo Holocausto é mais utilizado, o segundo já é o mais difundido na Europa, principalmente na França.

*Shoah*, segundo explica Agamben (2008, p. 40), “significa ‘devastação, catástrofe’ e, na Bíblia, implica muitas vezes a ideia de uma punição divina”. No entanto, ainda de acordo com o filósofo, nesse caso, não há escárnio algum no uso desse termo. Isso se dá, porque, conforme esclarece Danziger (2007), *Shoah* foi ressignificado pelos judeus, que abandonaram a sua relação com o texto bíblico e consideram apenas a sua origem semântica no idioma hebraico e sua significação de catástrofe. Nas palavras da autora,

o lastro religioso foi progressivamente esvaziado por historiadores, escritores e teólogos que, em Israel, recusaram o endereçamento do conceito a suas raízes religiosas e sua interpretação em sentido metafísico, alterando assim suas pesadas conotações de expiação e castigo. O modo como o próprio termo é utilizado atualmente contém novos significados e, à luz de seu passado bíblico, informa experiências atuais (DANZIGER, 2007, p. 3).

Diante do exposto, a comunidade judaica, mais especificamente a europeia, recusa o uso de Holocausto e opta pelo signo *Shoah*. Agamben (2008), conforme já citado, considera que aquele que continua a usar Holocausto para se referir ao genocídio judeu demonstra ignorância e insensibilidade. No entanto, mesmo compreendendo a validade de todos os argumentos levantados pelos autores citados e pela comunidade judaica ao recusar o uso do vocábulo Holocausto, nós, enquanto estudiosos da linguagem, pelo viés bakhtiniano, conhecemos e defendemos a propriedade da palavra, enquanto signo ideológico, de se reposicionar semanticamente a depender do contexto socioideológico em que circula e das axiologias que o envolvem.

Para os autores russos do círculo bakhtiniano, a palavra sempre está relacionada à vida, ou seja, ao seu uso concreto nas mais diversas situações de interação discursiva. Aliás, “a realidade do signo é inteiramente determinada por essa comunicação” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 98), ou seja, a palavra, enquanto signo por excelência, recebe sentidos diferentes em cada situação de comunicação socioideológica em que é utilizada. Além disso, Volóchinov (2019, p. 131) é enfático ao afirmar que o falante, ao produzir seu enunciado, não escolhe as palavras

dos dicionários, “mas do contexto da vida, onde elas se segmentaram e se impregnaram de avaliações. Desse modo ele escolhe as avaliações relacionadas às palavras”, e não a sua origem semântica ou algum dos seus significados abstratos.

Assim, com seu uso corrente na realidade socioideológica, o signo ideológico Holocausto, já assimilado pelos falantes como signo representativo do extermínio cometido contra a comunidade judaica, foi ressignificado, assumiu outra valoração e, na maioria das situações de comunicação, não possui mais a sua conotação religiosa. Além disso, não é possível negar o fato de que esse termo é o que ainda tem maior veiculação em nosso país para tratar do genocídio do povo judeu, enquanto o signo *Shoah* é ainda pouco conhecido e raramente utilizado, pois ainda não foi assimilado por essa comunidade falante. Disso resulta o fato de que, numa situação de comunicação, se não houver a compreensão partilhada de significação do último termo, a comunicação não é estabelecida de forma eficaz.

Por isso, pensando no alcance de nosso trabalho e sabendo da importância do conhecimento comum dos falantes em relação às valorações das palavras, optamos por usar, no título desta dissertação, o termo Holocausto. Por outro lado, não deixando de compreender os argumentos apresentados pela comunidade de judaica, de ressaltar a importância de dar voz às vítimas e de respeitar o seu lugar de fala, utilizaremos, no corpo do trabalho, majoritariamente, o termo *Shoah*, visando, assim, também o difundir na comunidade acadêmica.

Apresentada a justificativa de nossa escolha, voltemo-nos ao nosso *corpus* de análise: relatos de vida de mulheres sobreviventes da *Shoah*.

### 1.2.2 O projeto Arqshoah e a coleção Vozes do Holocausto

Os enunciados que aqui nos propomos a analisar são relatos de vida de refugiadas e sobreviventes judias da *Shoah* que vieram ao Brasil em busca de um abrigo ou de um recomeço. Tais relatos fazem parte de uma coleção denominada Vozes do Holocausto, desenvolvida pela equipe de pesquisadoras – mulheres – do núcleo de estudos Arquivo Virtual sobre o Holocausto e Antissemitismo (Arqshoah) vinculado ao Departamento de História da Universidade de São Paulo (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020).

Publicada, até o momento, em seis volumes intitulados *Histórias de vida: refugiados do nazifascismo e sobreviventes da Shoah*, a coleção reúne 77 histórias de vida de refugiados e de sobreviventes do Holocausto que vieram ao Brasil, antes, durante e após a Segunda Guerra Mundial, a fim de reconstruírem suas vidas longe do antissemitismo europeu.

Em um movimento de registro e conservação das memórias de pessoas que sofreram com a ascensão do regime nazista, mas que encontraram no Brasil uma oportunidade de recomeço, os testemunhos publicados na coleção *Vozes do Holocausto* foram registrados ao longo de mais de trinta anos de pesquisas.

Conforme consta na introdução dos livros publicados, os primeiros registros das histórias de vida foram feitos em 1984, pela coordenadora do projeto, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro, em razão de sua tese de doutorado, que foi a base para a publicação do livro *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. Já em 2001, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rachel Mizrahi, que é, ao lado de Tucci Carneiro, organizadora da coleção *Vozes do Holocausto*, ampliou o número de entrevistados com dados coletados em sua pesquisa para o livro *Imigrantes judeus do Oriente Médio*. No entanto, somente a partir de 2006, o Núcleo de Estudos Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo (Arqshoah) ganhou corpo e foi desenvolvido em uma ação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro junto ao Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação da Universidade de São Paulo (LEER), vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020).

Com o desenvolvimento do núcleo de estudos, criou-se o *site* Arqshoah<sup>4</sup> que, ao se constituir como uma base de dados virtual, disponibiliza, além das histórias de vida registradas pela equipe, diversos documentos, fotografias, pesquisas, entre outras informações e materialidades, “que permitem a produção de novos conhecimentos sobre o Holocausto” (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 13).

Já em 2017, a base de dados virtual Arqshoah foi ampliada com a publicação impressa do primeiro livro da coleção *Vozes do Holocausto*. De acordo com as informações trazidas na Apresentação da Coleção, contida em todos os seis volumes publicados até o momento, tais livros, com o objetivo de ampliar o público leitor, podem ser considerados como uma extensão do *site*, que pretende “contribuir para a valorização do ser humano e para o combate ao racismo em suas múltiplas facetas” (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 13).

Em vista desse objetivo do projeto, na apresentação do primeiro volume, publicado em 2017, a coordenadora do Arqshoah aponta que a equipe pretendia publicar cerca de 280 histórias que foram registradas ao longo dos mais de 30 anos de pesquisas. Já em 2020, o sexto volume vem a público indicando que existem mais de 420 testemunhos registrados. Esse

---

<sup>4</sup> Para visualizar o *site* do Arqshoah, acesse: <https://www.arqshoah.com/>

exponencial aumento de registro das histórias de vida em um intervalo de aproximadamente três anos entre as publicações aponta para o comprometimento da equipe em continuar pesquisando e registrando as memórias dos sobreviventes, apesar da falta de recursos que fez com que o projeto fosse desativado temporariamente no decorrer dos anos, e que, na data da publicação do sexto volume, encontrava-se inativo desde março de 2020.

Não obstante esse lamentável cenário de falta de recursos, o sexto livro da coleção foi publicado em 2020 e, ao lado dos outros volumes, constitui um documento de extrema relevância na atual conjuntura mundial, em que governos de extrema-direita ascendem em diversos países fazendo com que, ao seu lado, discursos negacionistas e totalitários ganhem forças. Em vista disso, valorizar, analisar, divulgar documentos e iniciativas como a coleção *Vozes do Holocausto*, que visa testemunhar e documentar os horrores praticados por um regime totalitário e eugenista, é de grande necessidade e urgência. É preciso, pois, dar voz aos que estavam destinados ao silêncio.

Assim, consoante à necessidade de registro dos relatos de sobreviventes e com o objetivo de construir um documento de caráter histórico e testemunhal que preenchesse algumas lacunas existentes na história dos refugiados e sobreviventes vítimas do nazismo que optaram pelo Brasil para reconstruírem suas vidas, é a essa parcela de pessoas que as coordenadoras do Arqshoah direcionaram suas pesquisas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1). Portanto, as histórias de vida publicadas nos livros da coleção *Vozes do Holocausto* são de pessoas de diferentes nacionalidades com diferentes vivências frente a ascensão do nazismo, mas que têm em comum o fato de terem escolhido o Brasil como um lugar de refúgio.

É válido salientar também que, além de judeus refugiados e sobreviventes, a coleção apresenta narrativas de pessoas que fizeram parte dos movimentos de resistência e, ainda, de pessoas que se configuraram como salvadores por, apesar dos riscos, terem acolhido e ajudado pessoas e/ou famílias inteiras que estavam sendo perseguidas pelo governo de Adolf Hitler.

No *site* Arqshoah, todas as histórias publicadas pela coleção podem ser acessadas através de uma rápida pesquisa<sup>5</sup> por nome, data de nascimento e/ou falecimento, país de nascimento e/ou falecimento, religião ou por termos gerais. Nos livros, por sua vez, as histórias de vida estão divididas em três momentos: Parte 1 – Refugiados e Sobreviventes, Parte 2 – Movimentos de Resistência e Parte 3 – Justos e Salvadores. A primeira parte, em específico, é subdividida ainda pela nacionalidade dos informantes.

---

<sup>5</sup> Para localizar as histórias de vida, acesse: <https://travessias-arqshoah.com/survivors>.



Portanto, destaca-se que a coleta de dados dos enunciados que compõem o nosso *corpus* de pesquisa não foi realizada por nós, mas pela equipe do projeto apresentado acima. Dessa forma, os registros em áudio e/ou vídeo dessas histórias de vida são de responsabilidade e uso exclusivo da equipe Arqshoah. Assim, nossa análise será realizada sobre o material verbal já transcrito e publicado, que, por sua vez, apresenta diversas particularidades, que serão consideradas em nosso percurso analítico e que estão destacadas a seguir.

### 1.2.3 O corpus e suas inúmeras vozes

Bakhtin (2016, p. 54), em sua teoria sócio-histórico-dialógica, defende que todos os enunciados são repletos de palavras dos outros, “de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância”. De acordo com o referido autor, essas outras vozes que constituem os discursos são assimiladas pelos sujeitos falantes durante toda sua experiência discursiva, que os coloca continuamente frente aos discursos dos outros. São palavras alheias que, absorvidas pelo falante, transformam-se em suas palavras próprias.

Esse nível de heterogeneidade, no campo da Linguística da Enunciação, Authier-Revuz (1990) chama de heterogeneidade constitutiva. Para a autora, “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro’. O *outro* não é um objeto (exterior, *do qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale)” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69, grifos da autora). Dessa forma, não existe discurso completamente novo e individual, pois o outro sempre estará lá, como condição necessária para que o sujeito possa construir o seu enunciado, mesmo que sob um efeito de unicidade discursiva.

Outro nível de heterogeneidade trabalhado por Authier-Revuz (1990) é a heterogeneidade mostrada. Esta, ao contrário da constitutiva, se dá a ver no discurso de inúmeras formas. Para a autora, o *outro*, na heterogeneidade mostrada, é inscrito no discurso de maneira bem delimitada alterando a sua aparente unicidade.

Dessa forma, identificável ou não, o outro constitui o sujeito falante e ajuda-o a construir seus enunciados e suas vivências. No *corpus* deste trabalho, em especial, é possível identificar várias outras vozes que constituem constantemente as narrativas das refugiadas e das sobreviventes da *Shoah*. Em uma análise como a que nos propomos a empreender, essa constituição heterogênea do *corpus* precisa ser considerada.

Tendo em vista que a coleção Vozes do Holocausto foi desenvolvida por historiadoras, é válido destacar o seu valor enquanto um documento de caráter histórico, que, através das histórias de vida, busca construir uma memória coletiva que possibilite uma nova perspectiva de olhar para o genocídio cometido contra o povo judeu. Nesse sentido, é possível constatar que a voz da equipe Arqshoah perpassa toda a coleção de livros, como um todo significativo, e perpassa, também, as histórias de vida individualmente, com vistas a moldá-los a seus objetivos. Dessa forma, destacamos, neste primeiro momento, alguns dos principais pontos em que a voz da equipe Arqshoah se deixa ver.

Primeiramente, destaca-se que as histórias de vidas publicadas na coleção Vozes do Holocausto foram obtidas e construídas de diversas maneiras. Algumas foram obtidas a partir de entrevistas dadas pelos próprios viventes; outras, na falta do sobrevivente, foram obtidas por entrevistas com seus familiares, como filhos e netos; há, também, as histórias que foram (re)construídas através de pesquisas das historiadoras baseadas em documentos, diários, notícias, livros de memória, entre outros. Para esta análise, selecionamos apenas as histórias de vida contadas pelos próprios refugiados e sobreviventes.

Já visando esse recorte, um segundo ponto a se destacar é o fato de que, no caso das histórias narradas pelos viventes e/ou familiares, a coleta oral das informações foi feita através de entrevistas, ou seja, as narrativas dos informantes foram conduzidas por meio de perguntas e/ou tópicos temáticos.

Considerar essa especificação é necessário, pois, de acordo com a jornalista Eliane Brum (2012), ao falar de sua prática como “escutadeira” de histórias, a primeira pergunta feita para um entrevistado, por mais honesta que seja, direciona toda a sua narrativa. Dessa forma, Brum (2012) afirma que inicia suas entrevistas dizendo ao entrevistado: “Me conta”. Tal prática, segundo a jornalista, leva a informações importantes que ela não saberia se tivesse feito a primeira pergunta, pois “mesmo a pergunta honesta ela já direciona” (BRUM, 2012, p. 76).

Nesse sentido, é preciso considerar que os relatos de vida aqui analisados não partiram de um “me conta”, tal como propõe Brum (2012). Assim, desde a primeira pergunta ou tópico temático apresentado pelas pesquisadoras aos relatantes, os relatos de vida já são constituídos e guiados pela voz da equipe do Arqshoah que, por seu objetivo de construir um documento histórico, buscou coletar determinadas informações das vivências dos sobreviventes, focalizando o recorte histórico-temporal e temático de interesse do projeto.

Quanto a isso, não há indicação, tanto no *site* Arqshoah quanto na coleção impressa, de um questionário exato seguido para essas entrevistas, porém, foram listadas, na introdução dos

livros, as principais informações que as historiadoras buscaram extrair nesse momento de conversa com os relatantes. São elas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 20-21):

- Suas raízes judaicas nas comunidades de origem;
- Os momentos em que o entrevistado percebeu mudanças (rupturas) que alteraram a sua rotina como membro de uma família judia, marcados como momentos tristes inesquecíveis;
- O significado da ocupação nazista na vida familiar e da coletividade judaica;
- A convivência e o cotidiano vivenciados nos espaços de exclusão, como esconderijos, guetos e campos de concentração;
- As marcas deixadas por certos símbolos da exclusão, como o uso da estrela amarela costurada nas suas roupas ou pichada nas suas residências, assim como o uso das palavras *Jude* e/ou *apátrida* em seus documentos pessoais;
- Os sinais ou expressões de resistência armada, cultural, religiosa e espiritual;
- As opções e rotas de fuga, assim como os laços de solidariedade que garantiram a sobrevivência individual ou coletiva;
- As dificuldades para a obtenção do visto de entrada nos países de acolhimento;
- O significado da imigração forçada e do ato de “emigrar” e busca de uma nova pátria;
- A recepção, adaptação e assimilação de novos valores na comunidade de acolhimento, neste caso o Brasil.

Dessa forma, frisa-se, mais uma vez, que essas narrativas não são narrativas livres. São narrativas norteadas por determinados pontos considerados relevantes pela equipe Arqshoah para construir o documento e seu caráter histórico, fato que justifica certas regularidades encontradas nos relatos publicados.

No entanto, observa-se que nem todos os sobreviventes narram todos esses pontos em suas histórias e, os que os narram, não o fazem da mesma maneira e/ou na mesma intensidade. Assim, mesmo sendo narrativas direcionadas, é possível verificar a singularidade das histórias de vidas aqui analisadas e os traços da individualidade e da autoria dos sobreviventes enquanto sujeitos que, apesar de sócio-historicamente constituídos, são únicos, tal como propõe a teoria bakhtiniana. Isso, pois, nas palavras de Faraco (2009, p. 86 -87),

Pode-se dizer que para o Círculo, o sujeito é social de ponta a ponta (a origem do alimento e da lógica da consciência é externa à consciência) e singular de ponta a ponta (os modos como cada consciência responde às suas condições objetivas são sempre singulares, porque cada um é um evento único do Ser).

Portanto, mesmo que orientados pela equipe entrevistadora e condicionados pelo social, os sobreviventes têm vivências únicas, projetando-as em enunciados únicos e irrepetíveis, que

estão, no entanto, organizados por uma forma típica de enunciado e que são constituídos por outras vozes e outros discursos.

Outra particularidade dessas histórias de vida é o fato de que, após as entrevistas serem gravadas em áudio e vídeo, houve a transcrição e, concomitantemente, o aprimoramento das informações obtidas, de forma a “organizar cada uma das histórias no formato de um enredo contado com começo, meio e fim” (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v.1, p. 20). Dessa forma, pode-se dizer que houve, com os enunciados, uma modificação do gênero discursivo entrevista, no formato de pergunta-resposta ou de conversa topicalizada, para um texto narrativo em prosa.

Como esse texto narrativo em prosa, que chegou a público através do site e da coleção, tem como unidade temática as vivências dos refugiados e sobreviventes, organizando-as em uma linha cronológica dos acontecimentos que parte de suas raízes familiares e chega até o momento atual de suas vidas, identificamos o gênero discursivo que baliza tais enunciados como relato de vida. Dado que esta análise será realizada sobre os documentos já finalizados e publicados, os enunciados tomados como objetos de análise serão aqui analisados a partir desse gênero discursivo e, portanto, em outro capítulo, serão consideradas as suas especificidades, uma vez que, de acordo com Bakhtin (2016, p. 20), os gêneros discursivos são “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” e determinam, também, a produção de sentidos. Assim, é preciso considerá-los em todo e qualquer percurso investigativo que tenha o texto como ponto de partida.

Ainda no que tange a heterogeneidade identificável nos relatos pela percepção da voz da equipe Arqshoah, destaca-se, também, a divisão temática realizada na formatação de cada relato de vida. Ao ler as narrativas, é possível observar a recorrência de subtítulos que as recortam, como: as origens/raízes judaicas e nacionais do refugiado e do sobrevivente, a sua vida sob a ocupação nazista, suas rotas de fuga ou a vida nos guetos e campos de concentração (a depender do caso), a libertação e a escolha do Brasil como refúgio.

Essa interferência das estudiosas ao inserir intertítulos temáticos nos relatos é mais uma vez fruto do objetivo do projeto Arqshoah em transformar essas histórias de vida em um documento histórico sobre o Holocausto. Tais marcações linguísticas podem ser consideradas como as marcas de rupturas comuns que foram identificadas nas narrativas, uma vez que alguns temas principais se repetem de uma narrativa a outra. Essas marcas de rupturas, visibilizadas pelos subtítulos inseridos, também podem ser consideradas recorrentes quando se analisa o próprio gênero discursivo relato de vida mobilizado pela esfera acadêmico-historiográfica, que visa apresentar momentos marcantes nas vidas dos relatores, que, nesse caso, foram

interrompidas e transformadas continuamente no desenrolar dos acontecimentos históricos decorrentes da ascensão do governo nazista. A organização desse documento, aparentemente, visa a situar o leitor na linha cronológica das vidas dos depoentes dividindo-as naquilo que elas têm em comum, a situar o leitor, ainda, na cronologia histórica dos acontecimentos.

Outra interferência das historiadoras que potencializa o caráter histórico e heterogêneo do documento aqui trabalhado é o acréscimo de outras materialidades textuais a fim de complementar, exemplificar e/ou explicar os fatos narrados pelos refugiados e sobreviventes. Por todo o documento, existem verbetes que situam e explicam algum fato histórico, introduzem informações de pessoas que foram citadas nos relatos, explicam conceitos, entre outras informações. Há, também, a reprodução de fotografias pessoais e históricas, de documentos pessoais e históricos, de publicações de jornais, de mapas, entre outras materialidades que visam complementar as histórias de vida apresentadas.

Por fim, ao final de cada livro, há um glossário com os termos judaicos que foram utilizados pelos refugiados e sobreviventes em seus relatos e, também, uma cronologia dos acontecimentos históricos que circundam as narrativas, desde o dia 31 de outubro de 1922, com a ascensão de Mussolini ao poder na Itália, até o dia 7 de maio de 1945, com a rendição das forças alemãs na Segunda Guerra Mundial.

Por toda essa configuração, afirmamos e consideramos, aqui, que a voz da equipe do Arqshoah é uma voz constitutiva do material que nos propomos a investigar. No entanto, para além da voz das pesquisadoras, há ainda outras vozes que constituem continuamente os relatos de vida dos sobreviventes. Conforme explicitado anteriormente, através da breve referência à teoria enunciativa de Authier-Revuz, algumas se deixam ver no fio do discurso, outras não.

Em relação às primeiras, classificadas no âmbito da heterogeneidade mostrada, destaca-se que a mobilização do discurso alheio, é bastante recorrente nas histórias de vida dos sobreviventes. Essa mobilização, aliás, é ordinária na vida do falante. Bakhtin (2015, p. 131) afirma que “o que mais se fala no dia a dia é sobre o que dizem os outros”. Nas conversas cotidianas, bem como nos relatos de vida em tela neste trabalho, “transmitem-se, recordam-se, ponderam-se, discutem-se as palavras alheias, opiniões, afirmações, notícias, indigna-se com elas, concorda-se com elas, contestam-nas, referem-se a elas, etc” (BAKHTIN, 2015, p. 131).

Dessa forma, observa-se nas histórias de vida publicadas pela coleção Vozes do Holocausto a constante transmissão e valoração de palavras alheias por parte dos sobreviventes para a construção de suas vivências. Nessa representação dos discursos outros, nota-se que as principais vozes retomadas pelos relatantes são de familiares e amigos, bem como as suas

próprias vozes, de diversos momentos de suas vidas. Esse agenciamento de discursos outros, necessário para construção de determinados aspectos das vivências dos sobreviventes, é, então, outro fator da acentuada heterogeneidade dos relatos.

Um último aspecto que precisa ser considerado nessa descrição da pluralidade de vozes do nosso material de análise é a estratificação da própria língua, discutida por Bakhtin (2015). De acordo com o filósofo, “a língua é estratificada em camadas não só de dialetos no sentido exato do termo [...], mas também – o que é essencial para nós – em linguagens socioideológicas” (BAKHTIN, 2015, p. 41). Nesse sentido, observa-se que os sobreviventes transitam entre diferentes linguagens a depender do foco de seu testemunho. Isso porque o discurso das sobreviventes, enquanto seres expressivos, falantes e essencialmente sociais, tal como propõe Bakhtin (2015), é uma linguagem social, é uma linguagem de grupo e não pode ser, jamais, um dialeto individual. Assim, em seus relatos de vida se refletem vozes sociais de suas religiões, de seus gêneros, de suas profissões, de suas gerações, entre outros. Dialogar com essas linguagens socioideológicas ajudar-nos-á, em nosso capítulo analítico, a apreender as axiologias que constituem seus enunciados e que discursivizam a *Shoah*.

Consoante ao exposto, partindo da voz da equipe do Arqshoah, passando pelas vozes mobilizadas pelas historiadoras ao construir a coleção, pelo agenciamento dos discursos outros por parte dos próprios sobreviventes e chegando à estratificação da língua, buscamos evidenciar parte da variada quantidade de discursos que compõem nosso objeto de pesquisa. Sabemos, no entanto, que essa especificidade de nosso *corpus* de análise, que não é diferente nos demais enunciados que circulam nas variadas esferas de comunicação, pode levantar questionamentos.

Então, ao identificar essas vozes que constituem os relatos de vida que serão por nós analisados, propomos uma reflexão: A quem podemos responsabilizar a autoria dessas histórias de vida? Os sobreviventes são os únicos sujeitos autores responsáveis por esses relatos? A discussão proposta por Adorno (2019) ao tratar do conceito discursivo de composição autoral, mesmo que por outra vertente teórica, pode nos ajudar a responder a essas questões.

Para o autor, a composição autoral é a “composição equívoca de posições-sujeito e/ou de diferentes materialidades funcionando sob um efeito imaginário de unidades concomitantes de texto e de autor” (ADORNO, 2019, p. 178). Em outras palavras, diferentes posições-sujeito e materialidades compõem enunciados tidos como sendo frutos de uma autoria individual. É o que acontece, por exemplo, no mercado editorial, onde,

é o editor que escolhe o título de um livro, além das interferências do ilustrador, do design de capa, do diagramador, do tradutor, enfim, cabe perguntar: quando o livro

chega às prateleiras, até que ponto aquele que assina o livro é o verdadeiro autor daquele produto apresentado? (ADORNO, 2017, p. 101).

Adorno (2017) continua sua proposição ao refletir sobre o fato de que, também no cinema, o diretor é considerado o autor de um filme e, nesse momento, lança a pergunta: “essa não seria uma forma de apagar o processo constituído por uma dispersão da autoria a muitas mãos, cabeças e discursos?” (ADORNO, 2017, p. 102).

Em um processo de paráfrase da reflexão empreendida pelo autor, tal pergunta é estendida aqui para as histórias de vida que serão analisadas: Considerar o sobrevivente como único autor dos relatos de vida, não seria uma forma de apagar todas as vozes que os constituem, principalmente o trabalho das pesquisadoras do projeto Arqshoah, que dedicaram anos de suas vidas acadêmicas na busca dos sobreviventes, na coleta das entrevistas, na transcrição e lapidação dos relatos, na complementação das narrativas e na construção desse importante material que visa preservar a memória e a vivência dos sobreviventes?

Pela perspectiva bakhtiniana, também é possível refletir sobre esse questionamento. Bakhtin (2018a, p. 210) afirma que “todo enunciado tem uma espécie de autor”, ou seja, tem uma posição expressa pelo enunciado. No entanto, de acordo com o filósofo, a forma de autoria real, que muitas vezes pouco se sabe sobre ela fora do enunciado, pode ser muito distinta. Para ele, “uma obra qualquer pode ser produto de um trabalho de equipe, pode ser interpretada como trabalho hereditário de várias gerações etc, e, apesar de tudo, sentimos nela uma vontade criativa única” (BAKHTIN, 2018a, p. 210).

Estendendo tal proposição à coleção *Vozes do Holocausto*, sabemos que sua autoria real é composta por um trabalho de equipe, conforme pontua Bakhtin (2018a), ou, ainda, emprestando a formulação de Adorno (2017), que a coleção é um processo constituído por uma dispersão da autoria a muitas mãos, cabeças e discursos, mas que, pelo efeito de unicidade discursiva, as histórias de vida ganham um autor como seu criador. Dessa forma, a partir do ponto de vista dialógico, afirmamos que há, nesse documento, um confronto de múltiplos discursos, mas que podemos *sentir nele uma vontade criativa única*: a necessidade de preservação da memória das vítimas da *Shoah*.

Reafirma-se, por fim, o valor desse documento enquanto um documento histórico e reafirma-se, também, que a constituição dessas histórias de vida é, desde a coleta de dados até a sua formatação para a publicação, completamente heterogênea e que as vozes que constituem as narrativas precisam ser consideradas em uma análise como a que esta dissertação se propõe a desenvolver.

Consideramos, portanto, a autoria da coleção *Vozes do Holocausto*, bem como das histórias de vida analisadas individualmente, como uma composição autoral dialógica, e nós, pesquisadores e pesquisadoras, precisamos nos posicionar dialogicamente frente a ela. Para nosso trabalho, escolhemos voltar a nossa atenção especificamente para aquilo que os próprios refugiados e sobreviventes têm a dizer, mas considerando e reafirmando que as suas vozes são constituídas por inúmeras outras vozes, de dentro e de fora do projeto *Arqshoah*.

### **1.3 O recorte: as vozes das mulheres sobreviventes**

Considerando, então, a heterogeneidade que constitui as histórias de vida apresentadas pela coleção, alguns parâmetros foram definidos para a delimitação do *corpus* a ser investigado nesta dissertação. Nesse momento de recorte do objeto, aliás, uma outra voz o constitui: a minha, enquanto pesquisadora que o investiga.

Para Bakhtin (2011), a alteridade é uma questão constitutiva da pesquisa em Ciências Humanas. De acordo com o filósofo russo, o pesquisador, mesmo que em um nível especial, se torna participante do diálogo com o objeto ao colocar-se diante dele. Mais do que isso, o pesquisador e seus horizontes axiológicos fazem parte da própria construção do objeto a ser investigado.

Dessa forma, quando eu, pesquisadora-mulher no Brasil, me posicionei frente aos relatos de vida das mulheres sobreviventes do Holocausto, o fiz já determinada por minhas axiologias, pelos discursos outros sobre o tema, pelas determinações do tempo-espço no qual me insiro, por minhas inquietações e por inúmeros outros determinantes. Todo esse contexto social que envolve o pesquisador, conforme sinaliza Fanini (2019), é indubitavelmente manifestado na delimitação que se realiza no objeto a ser estudado. Nesse sentido, para a autora,

O recorte indica claramente que a totalidade do objeto não é atingida facilmente. Não há uma delimitação que abarque todo o objeto, pois a parte não é o todo. Ao delimitar o corpus já se está fazendo análise do corpus, pois o manifestamos de um certo modo. Em processo de dialogia, tanto o pesquisador quanto o objeto se encontram na pesquisa e se constroem mutuamente nesse encontro. Nesse sentido, o pesquisador, constituído e limitado pelos seus filtros teóricos e axiológicos, manifesta o objeto de um certo prisma, mas o objeto também resiste a essa determinação exotópica (FANINI, 2019, p. 122).

Compreendendo que o recorte a ser realizado em determinado material de análise é apenas uma das inúmeras possibilidades de abordagem que podem ser empreendidas, buscamos delimitar nosso *corpus* de análise aos poucos, considerando a densidade do material de estudo



que tínhamos a nossa frente, que é a coleção *Vozes do Holocausto*. Assim, estabelecemos alguns critérios.

Como um primeiro critério de recorte, conforme já pontuado, buscamos selecionar as histórias de vida que foram construídas através de entrevistas dadas pelos próprios refugiados e sobreviventes, ou seja, por aqueles que vivenciaram e sofreram diretamente as ações do governo nazista e contaram as suas vivências diretamente para a equipe Arqshoah, a fim de analisar as axiologias que perpassavam os seus discursos. Afinal, pretendíamos analisar como o Holocausto era discursivizado pela ótica dos que mais sofreram com as barbáries executadas por ideias eugenistas e racistas que foram institucionalizados pelo Governo Nazista, algo que, enquanto sujeitos dialógicos, considerávamos de extrema necessidade no contexto de ascensão de discursos autoritários, também vindos de chefes de Estado, que tomava conta do mundo com a eleição democrática de presidentes como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil.

Feito esse primeiro recorte e sabendo que as lentes da ciência, ao construírem conhecimento sobre eventos como esses, focalizam principalmente as vivências masculinas e aquilo que os homens têm a dizer, buscamos nesta dissertação, como um ato de resistência, ir na contramão dessa estrutura e analisar a discursivização do Holocausto a partir da voz das mulheres sobreviventes para observar o que elas têm a dizer de suas próprias vivências. Assim, delimitamos um segundo critério de recorte: escolhemos por enunciados coletados de informantes mulheres, pois grande parte da História é registrada por vozes masculinas, enquanto nós, mulheres, como vítimas e mulheres, somos, muitas vezes, silenciadas e excluídas do fazer histórico. Lerner (2019), ao tratar dessa questão, diferencia História de história e discute a participação das mulheres nesses dois âmbitos do passado.

Para a historiadora, História é o passado registrado e interpretado, enquanto história é passado vivido, mas não registrado. Em suas palavras, “assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história. Uma vez que as mulheres são metade e às vezes mais da metade da humanidade, elas sempre compartilharam o mundo e o trabalho tal qual os homens” (LERNER, 2019, p. 28). As mulheres, no entanto, mesmo sendo sujeitos da história, foram impedidas de fazer História. Esta foi feita pelos homens, que registraram as suas vivências, os seus feitos, do seu ponto de vista, representando aquilo que eles consideravam necessário (LERNER, 2019). A História, feita exclusivamente pelos homens, é, assim, uma história parcial, contada pela metade, representa as percepções dos acontecimentos pelo ponto de vista de metade da sociedade (LERNER, 2019). Saffioti (1987), por sua vez, também critica

a falta da representatividade feminina nas Ciências Sociais. Para a autora, “a ciência centrada no homem é, no mínimo, uma ciência coxa, manca, pela metade” (SAFFIOTI, 1987, p. 35).

Com esse recorte, mais do que analisar a discursivização do Holocausto, buscamos investigar as vivências das mulheres nesse tempo-espaço bem como as suas valorizações frente aquilo que discursivizam, visando colaborar para a construção do conhecimento da História (pela voz) da mulher. Ademais, tendo, nesta dissertação, a participação de uma pesquisadora-mulher, a minha voz também se deixará entrever, uma vez que, enquanto pesquisadora, eu não posso ser uma coisa muda frente ao objeto que investigo. Ao contrário, em um processo de dialogia, os meus horizontes axiológicos perpassarão toda a análise, bem como as vozes das mulheres sobreviventes passarão a me constituir. Afinal, de acordo com o que afirma a socióloga Shulamit Rinharz (1992, p. 127, tradução nossa<sup>6</sup>), quando a pesquisa de uma mulher sobre outras mulheres começa, “segue-se um processo circular: a mulher que faz o estudo aprende sobre si mesma tanto quanto sobre a mulher a quem está estudando”.

Portanto, pretendemos analisar como o ponto de vista das mulheres sobreviventes do Holocausto, constituído pelas construções sócio-histórico-culturais de gênero, constrói discursivamente a sua vivência no cronotopo bélico-nazista. Buscamos, também, observar como o fato de elas serem mulheres em um cronotopo de guerra e violência é discursivizado por essas judias que, ainda jovens ou crianças, experienciaram situações extremas de sofrimento, de exclusão e de violência sob o domínio nazista.

Assim, desde que narrados pela própria vivente, os relatos de vida foram selecionados sem a consideração de sua nacionalidade, de sua rota de fuga e/ou de sua vivência das situações. Dessa forma, este *corpus* é, também, heterogêneo, pois é constituído por relatos de vida de mulheres judias de nacionalidades distintas, que, em seus países de origem, sofreram direta e diferentemente com as ações do governo nazista, tendo sido deportadas ou não aos guetos e campos de concentração, mas que, por fim, vieram ao Brasil, em variados momentos de suas trajetórias, para reconstruírem suas vidas, o que pode ser considerado um terceiro critério, agora espacial, de recorte do nosso *corpus*.

Delimitados esses três critérios, mobilizamos para esta dissertação um total de 18 relatos de vidas de mulheres judias refugiadas ou sobreviventes da *Shoah* que vieram ao Brasil e que contaram diretamente suas histórias de vida para a equipe Arqshoah. No Quadro 1, fizemos

---

<sup>6</sup> “a circular process ensues: the woman doing the study learns about herself as well as about the woman she is studying” (REINHARZ, 1992, p. 127).

uma sistematização com algumas informações sobre os relatos selecionados. Nele, apresentamos o nome completo da sobrevivente, o volume do livro da coleção Vozes do Holocausto em que o relato foi publicado, bem como as páginas, a nacionalidade da sobrevivente, seu ano de nascimento e o link de acesso para o relato em PDF no *site* do projeto Arqshoah.

Quadro 1: Sistematização dos relatos de vida que compõem o *corpus* de análise

Nome	Vol.	Pág.	País de origem	Ano de nascimento	Link do relato
Eva Wendriner Gaj	I	45-58	Alemanha	1932	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/GAJ_Eva.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/GAJ_Eva.pdf</a>
Nanette Blitz König	I	115-126	Holanda	1929	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/KONIG_Nanette_Blitz.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/KONIG_Nanette_Blitz.pdf</a>
Alice Farkas	I	129-148	Hungria	1932	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/FARKAS_Alice.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/FARKAS_Alice.pdf</a>
Franca Cohen Gottlieb	I	169-179	Itália	1925	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/GOTTLIEB_Franca_Cohen.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/GOTTLIEB_Franca_Cohen.pdf</a>
Nydia Licia Pincherle Cardoso	II	103-132	Itália	1926	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/CARDOSO_Nydia_Licia_Pincherle.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/CARDOSO_Nydia_Licia_Pincherle.pdf</a>
Bluma Sztokfisz	II	145-156	Polônia	1934	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/SZTOKFISZ_Bluma_Kaliska.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/SZTOKFISZ_Bluma_Kaliska.pdf</a>
Dina Klug Jakubowicz	II	157-178	Polônia	1920	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/JAKUBOWICZ_Dina_Klug.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/JAKUBOWICZ_Dina_Klug.pdf</a>
Agi Strauss	III	43-57	Áustria	1926	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/STRAUS_Agi.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/STRAUS_Agi.pdf</a>
Halina Blankfeld	III	219-239	Polônia	1930	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/BLANKFELD_Halina.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/BLANKFELD_Halina.pdf</a>
Janina Schlesinger	III	241-265	Polônia	1924	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/SCHLESINGER_Janina.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/SCHLESINGER_Janina.pdf</a>
Esther Aharoni	IV	115-124	Espanha	1929	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/AHARONI_Esther.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/AHARONI_Esther.pdf</a>
Lili Alejandra Georgescu Angel	IV	183-190	Romênia	1921	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/ANGEL_Lili_Alejandra_Rosenzweig_Georgescu.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/ANGEL_Lili_Alejandra_Rosenzweig_Georgescu.pdf</a>
Lisbeth Forell	IV	193-209	República Tcheca	1924	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/FORELL_Lisbeth.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/FORELL_Lisbeth.pdf</a>
Sarah Lewin	IV	247-279	Polônia	1926	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/LEWIN_Sarah.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/LEWIN_Sarah.pdf</a>
Ruth Sprung Tarasantchi	V	117-134	Bósnia-Herzegovina	1933	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/TARASANTCHI_Ruth_Sprung.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/so_breviventes-testemunhos/TARASANTCHI_Ruth_Sprung.pdf</a>

Eva Kordelia Lieblich Fernandes	VI	69-93	Alemanha	1925	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/arquivos-sobreviventes/LIEBLICH__Eva.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/arquivos-sobreviventes/LIEBLICH__Eva.pdf</a>
Marguerite Stein Hirschberg	VI	117-144	Alemanha	1933	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/arquivos-sobreviventes/HIRSCHBERG_Marguerite.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/arquivos-sobreviventes/HIRSCHBERG_Marguerite.pdf</a>
Klara Kielmanowicz	VI	261-303	Bessarábia	1929	<a href="https://www.arqshoah.com/images/imagens/arquivos-sobreviventes/KIELMANOWICZ_klara.pdf">https://www.arqshoah.com/images/imagens/arquivos-sobreviventes/KIELMANOWICZ_klara.pdf</a>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Para a análise deste material, o percurso investigativo está delineado a seguir.

#### 1.4 O percurso investigativo a ser trilhado

Para empreender nosso gesto analítico, dispomos de uma metodologia, e não de um método, conforme a diferenciação feita no início deste capítulo. Ao dispensarmos um método, dispensamos os corrimãos que nos levariam ao já conhecido e abrimo-nos a conceitos e noções que, no diálogo com o *corpus*, guiarão a nossa trajetória no caminho rumo ao novo, ao desconhecido.

Por se tratar de uma pesquisa que acontece à luz dos pressupostos teóricos bakhtinianos e que busca analisar discursivamente a relação existente entre linguagem, sujeito e sociedade concretizada no enunciado, podemos classificá-la no escopo teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso (ADD), que, a partir dos pressupostos bakhtinianos, vem sendo desenvolvida por pesquisadores brasileiros. Tal metodologia de análise discursiva, a exemplo do que fez Bakhtin (2018a) em sua análise do discurso polifônico de Dostoievski, não aplica mecanicamente conceitos fixos e pré-estabelecidos aos enunciados, mas apresenta alguns possíveis encaminhamentos que podem guiar o pesquisador em sua empreitada analítica.

Tais encaminhados serão apresentados detalhadamente em nosso capítulo teórico. À *priori*, cabe adiantar que o nosso percurso analítico sobre o *corpus* acontecerá privilegiando os aspectos sociais dos enunciados, uma vez que consideramos, de acordo com Volóchinov (2018, p. 216, grifos do autor), que “*o centro organizador de qualquer enunciado, de qualquer expressão não está no interior, mas no exterior: no meio social que circunda o indivíduo*”. Assim, somente após a compreensão do extraverbal chegamos às materialidades linguísticas que compõem os relatos de vida das mulheres sobreviventes.

Portanto, considerando os objetivos específicos que delimitamos, percorremos um caminho metodológico de análise, que está, pela liberdade advinda da teoria discursiva que nos embasa, dividido em três movimentos. Dessa maneira, adentramos em nosso *corpus* pelas portas dos cronotopos, entendidos como as amplitudes espaço-temporais que são representadas

nos enunciados, que envolvem os seus sujeitos-autores e, também, os sujeitos-ouvintes que os recebem e os interpretam. Após, passamos pelas portas do gênero discursivo, relacionando-o à investigação cronotópica anteriormente realizada, para analisar como as especificidades do gênero relato de vida são refletidas nos relatos das mulheres sobreviventes do Holocausto e como elas as auxiliam em seu projeto discursivo. Por fim, chegamos à investigação linguístico-discursiva que nos propomos a empreender para, assim, analisarmos os sentidos que são produzidos pelos enunciados em tela nesta dissertação por meio das vozes sociais que constituem os discursos das mulheres sobreviventes da *Shoah*.

Para tanto, visando identificar as ideologias dos discursos que formam nosso material de análise, buscamos, em um movimento de ida e volta ao *corpus*, questionar os relatos sobre o que essas mulheres falam e como elas falam, para analisar como as mulheres sobreviventes discursivizam e valoram as suas vivências nesse cronotopo de guerra e violência. Afinal, são narrativas de mulheres que, além de terem suas vivências pré-determinadas pelas construções sócio-histórico-culturais do patriarcado, foram perseguidas, ainda crianças ou jovens, por determinações étnico-políticas, que causaram um dos piores genocídios da modernidade.

## **2 DIÁLOGOS TEÓRICOS**

Neste capítulo, apresentamos as vozes teóricas com as quais dialogamos para desenvolver esta dissertação. Por se tratar de uma pesquisa que acontece à luz dos pressupostos bakhtinianos e que busca analisar discursivamente a relação entre linguagem, sujeito e sociedade concretizada no enunciado, podemos classificá-la no escopo da Análise Dialógica do Discurso (ADD), que, a partir dos postulados do Círculo de Bakhtin, vem sendo desenvolvida por pesquisadores brasileiros.

Dessa forma, neste capítulo, dividimos os nossos diálogos teóricos em dois momentos. Na primeira seção, discutimos a teoria dialógica bakhtiniana a partir de conceitos teóricos que, dentro dos objetivos estabelecidos para esta dissertação, consideramos basilares para a compreensão dos estudos desenvolvidos pelos pensadores do Círculo de Bakhtin.

Já na segunda seção, apresentamos a metodologia de análise discursiva a ser usada em nossa investigação, considerando-a como uma atitude responsiva de estudiosos brasileiros frente a teoria bakhtiniana, principalmente no que tange a proposta de Bakhtin (2018a) de desenvolver uma nova metodologia para o estudo do discurso, entendido pelo pensador russo como a língua em seu uso concreto.

### **2.1 A teoria dialógica bakhtiniana**

Apesar de a teoria dialógica ser adjetivada unanimemente como bakhtiniana, sabe-se que ela é resultado de discussões de um grupo formado por diversos intelectuais russos “de diversas formações, interesses intelectuais e atuações profissionais” (FARACO, 2009, p. 13). Tal grupo ficou conhecido, posteriormente a suas atividades, conforme pontua Faraco (2009), como Círculo de Bakhtin, denominação que lhe foi dada por seus caudatários, a partir da consideração de que as principais obras representativas da teoria desenvolvida pelo Círculo são de autoria de Mikhail Bakhtin, que é a principal voz constituinte do diálogo teórico que propomos estabelecer nesta dissertação. Outra importante voz teórica deste grupo de intelectuais com a qual dialogamos nesta pesquisa é a de Valentin N. Volóchinov, estudioso que também assina obras essenciais para a compreensão da teoria dialógica.

Mesmo dialogando nominalmente apenas com as obras destes dois estudiosos do Círculo, consideramos que as suas vozes, pelo princípio dialógico de constituição da linguagem e do sujeito, são constituídas pelas vozes dos demais membros do grupo de intelectuais e das discussões que eram por eles empreendidas. Assim, entendemos que a própria produção

epistemológica do Círculo de Bakhtin é, em sua complexidade e multiplicidade, essencialmente e constitutivamente dialógica.

Dessa forma, escolher os pontos de partida para uma possível sumarização desta teoria em toda a sua riqueza e complexidade foi um empreendimento difícil. Nos limites desta dissertação, escolhemos destacar alguns conceitos, dentre tantos outros, pois consideramo-los fulcrais para os objetivos que buscamos alcançar neste trabalho com a análise dos relatos de vida das sobreviventes. Destacamos, no entanto, que o potencial teórico-analítico da obra bakhtiniana não se reduz, de forma alguma, a eles. Isso porque os estudos desenvolvidos pelos intelectuais do Círculo de Bakhtin são construídos sobre um conjunto de reflexões e conceitos múltiplos, consistentes e complexos, não cabendo, aqui, destrinchá-los em sua totalidade. Portanto, optamos por discutir conceitos e noções que consideramos indispensáveis para o trabalho que, por ora, nos propomos a desenvolver.

Nesse sentido, na primeira parte desta seção, discorreremos sobre o princípio do dialogismo, que consideramos a pedra angular da teoria do Círculo de Bakhtin. Para tanto, focalizamos, primeiramente, a dialogicidade dos discursos e da linguagem, passando pelos conceitos de vozes e sujeitos sociais, para chegar nas relações dialógicas, que consideramos como a própria materialização do dialogismo.

Na segunda parte, discutimos outra noção de substancial importância para a obra bakhtiniana: os gêneros discursivos e a sua íntima relação com as esferas da comunicação discursiva. Considerando-os como elos entre a língua(gem) e o agir social, investigamos as principais particularidades dessas formas tipológicas de enunciados, que nos ajudam a compreender, pela linguagem, os campos da atividade humana no qual os discursos são produzidos.

Por fim, tratamos da noção de cronotopo. Mesmo que esse seja um conceito desenvolvido inicialmente para a análise do tempo-espaço em textos literários, consideramo-lo também necessário para o enfrentamento da linguagem em uso em qualquer campo da atividade humana. Dessa forma, a aplicabilidade deste conceito mostra-se igualmente produtiva para a apreensão do tempo-espaço em enunciados de outras esferas, tal como os relatos de vida que buscamos analisar nesta dissertação.

### *2.1.1 Dialogismo: a pedra angular da teoria bakhtiniana*

Optamos por iniciar nosso diálogo teórico com a teoria bakhtiniana pelo princípio que consideramos a pedra angular dos estudos desenvolvidos pelos estudiosos do Círculo de

Bakhtin: o dialogismo. Por pedra angular, entendemos a pedra fundamental para a construção de uma edificação, a base que permite que tal construção seja erguida. Dessa forma, ao definirmos o dialogismo como pedra angular da teoria do Círculo, consideramo-lo como a base de todos os estudos, reflexões, pressupostos, conceitos e metodologias desenvolvidos pelos pensadores russos.

Nessa perspectiva, o dialogismo, mais que um conceito teórico, é enfrentado pelo Círculo bakhtiniano como o elemento constitutivo da língua(gem), dos enunciados, dos discursos, dos sujeitos e, também, da própria vida como um todo. É pela substancial importância desse conceito para a teoria dialógica que optamos por fundamentar nele o nosso diálogo teórico. Além disso, é através, principalmente, do dialogismo que analisaremos as valorações que constituem os relatos de vida que aqui nos propomos a analisar. Portanto, tomamo-lo, também, como nossa pedra angular.

No entanto, ao adentrarmos na teoria bakhtiniana sob a baliza do dialogismo, corremos o risco de sermos interpretados pela ótica da generalização e da simplificação, uma vez que o signo diálogo tem um uso corrente em nosso dia a dia. Portanto, antes de iniciarmos nossa discussão sobre a dialogicidade dos discursos, da linguagem e dos sujeitos, consideramos válido empenhar-nos, mesmo que sumariamente, em evitar que tal generalização ocorra aqui.

Para a perspectiva bakhtiniana, língua(gem) e sujeito estão em constante processo de constituição através da interação social, que acontece dentro do fluxo da comunicação discursiva, onde são produzidos os enunciados. Da mesma forma que um sujeito interage/dialoga com outros na interação, os enunciados também o fazem no universo da criação ideológica. Assim, os enunciados, entendidos pelo Círculo de Bakhtin como unidades da comunicação discursiva que materializam os discursos, sempre interagem/dialogam, como veremos, com discursos anteriores, respondendo a eles de alguma forma. Além disso, eles também consideram os discursos posteriores que se colocarão frente a eles como uma possível resposta. Cada enunciado é, de acordo com Volóchinov (2018, p. 219), “apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta”, esta, por sua vez, “não conhece início nem fim” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 221).

Nesse sentido, para o círculo, o universo da criação ideológica é constitutivamente responsivo, tanto pelos sujeitos em constante interação quanto por seus discursos, também em incessante interatividade. É dessa dinâmica responsiva e contínua da interação social e da comunicação discursiva que surge a metáfora do diálogo (FARACO, 2009) usada pelo Círculo bakhtiniano e que, posteriormente, proporciona a adjetivação de seus estudos pelo signo dialógico.



A questão do diálogo tem espaço crucial nos estudos bakhtinianos, pois, para o Círculo, a comunicação discursiva sempre “ocorre na forma de uma *troca de enunciados*, isto é, na forma de um *diálogo*” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 272, grifos do autor), como se fosse realmente um grande diálogo (FARACO, 2009). Porém, destaca-se que, quando os pensadores do Círculo utilizam tal signo, não o fazem pensando em seu sentido restrito, ou seja, como um diálogo face a face, como uma cotidiana troca verbal. Apesar de essa ser uma das formas privilegiadas da comunicação discursiva nas quais o dialogismo acontece, a metáfora do diálogo proposta pelo Círculo de Bakhtin não se reduz, de forma alguma, a isso.

Volóchinov (2018) é bastante assertivo ao fazer essa consideração. Segundo o pensador, “o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 219). Dessa forma, para o autor, todo e qualquer enunciado é, em sua essência, dialógico. Nas palavras de Stafuzza (2019, p. 80), esse entendimento amplo do termo diálogo, tal como propõe o Círculo,

traz à tona a (re)afirmação de que todo e qualquer discurso se organiza através de vários outros e, nesse sentido, não existe discurso homogêneo e tão logicamente estabilizado que não se possa observar outros enunciados, pertencentes a outros discursos e que produzam, portanto, outros sentidos na esfera de comunicação em estudo.

Faraco (2009), por sua vez, explica que, tomado por seu sentido amplo, o diálogo é entendido pelo Círculo como um espaço de luta entre vozes sociais. Não são somente as réplicas de uma enunciação face a face, ou ainda os sujeitos posicionados frente a frente nesse ato de interação direta, que participam do diálogo. Ao contrário, o que participa desse diálogo são os temas, os valores, as visões de mundo, as posições semânticas e axiológicas que são veiculadas pelos enunciados produzidos nas interações discursivas, enunciados que aqui são tomados como discurso, como língua em vida. É isso o que constitui o grande e infundo diálogo social da comunicação discursiva, ou seja, o simpósio universal (BAKHTIN, 2011), estudado pelo Círculo.

Ademais, é mister destacar também que o termo diálogo, *mil vezes “mal-dito”*, conforme bem sinaliza Faraco (2009), quando enfrentado pela perspectiva bakhtiniana, além de não se reduzir à interação face a face, também não carrega a sua significação social de “consenso”, de “solução de conflitos” (FARACO, 2009). Faraco (2009) explica que os estudiosos do Círculo não são, em nenhuma hipótese, “teóricos do consenso”. Em oposição a isso, os pensadores russos enfrentam o dialogismo de forma a considerar que as relações que

ele estabelece apontam na direção das consonâncias e das multissonâncias, da convergência e da divergência, do acordo e do desacordo, da fusão e da recusa (FARACO, 2009). Assim, o processo dialógico envolve não só os enunciados e os sujeitos, mas também e principalmente proporciona o embate dialógico de posicionamentos axiológico-valorativos, que, através das escolhas das palavras e da entonação dada a elas, produzem os sentidos nos enunciados.

Esclarecidas as possíveis tendências de simplificação da teoria dialógica, reiteramos, em consonância com o que defendem os teóricos russos, que o dialogismo é muito mais amplo e complexo que as meras definições estanques que o reduzem ao diálogo em seu sentido estrito e convencional. O dialogismo, para além de pedra angular, perpassa toda a teoria desenvolvida por Bakhtin e seu Círculo, uma vez que, para os pensadores, ele é princípio constitutivo, *sine qua non*, da língua(gem), dos discursos, dos falantes e da vida.

Nessa perspectiva, destacamos que a língua(gem), os sujeitos e os enunciados, bem como os discursos por eles materializados, se constituem sempre na interação com o outro, na sua relação com a alteridade, em um processo de constituição ininterrupto, sempre aberto para uma possível “réplica”, para usar a metáfora bakhtiniana do diálogo, e que, por isso, não tem fim. Os princípios da não-finalização, do vir-a-ser, da inconclusibilidade relacionados aos princípios da alteridade, do diferente, da necessidade da presença do outro resultam, dessa forma, na metáfora do diálogo que sustenta as reflexões bakhtinianas e que faz com que o dialogismo seja sua pedra angular. Nesse sentido, para o Círculo de Bakhtin,

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos nos diálogos dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas); eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento de desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão relembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo (BAKHTIN, 2011, p. 410).

Tendo em vista essas prévias considerações, nesta subseção, trataremos do dialogismo como elemento constitutivo dos discursos e da linguagem, passando pelos conceitos de vozes e sujeitos sociais, para, *a posteriori*, em nosso capítulo analítico, investigar como tais noções se manifestam nos enunciados de nosso *corpus*. Por fim, voltaremos nossa atenção para as relações dialógicas, apresentando-as como a manifestação do dialogismo e o impulso para a criação da nova vertente de análise discursiva. Iniciemos pela dialogicidade dos discursos, que vem à luz sob a baliza dos enunciados.

### 2.1.1.1. A dialogicidade dos discursos

Situados no grande diálogo social, os enunciados são definidos pelo Círculo bakhtiniano como elos na cadeia da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2016), que ligam discursos que os antecederam a outros que os sucederão. Nesse sentido, Bakhtin (2015), na primeira parte de sua *Teoria do romance*, apresenta três condições da dialogicidade interna do discurso. A orientação para os discursos outros é a primeira delas.

Essa primeira orientação dialógica é, segundo Bakhtin (2015), um fenômeno próprio de todo discurso. Em outras palavras, a orientação àquilo que já foi discursivizado “é a diretriz natural de qualquer discurso vivo” (BAKHTIN, 2015, p. 51). Isso porque, de acordo com o filósofo, nenhum sujeito toma seu objeto de discurso pela primeira vez, não sendo, assim, o primeiro a falar sobre ele, pois “o falante não é um Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez” (BAKHTIN, 2016, p. 61). Ao contrário, todo objeto de discurso já foi tomado, em algum momento do fluxo ininterrupto da comunicação discursiva, como tema de algum enunciado, dessa forma ele sempre chegará à consciência do falante “já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito. Ele está envolvido e penetrado por opiniões comuns, pontos de vista, avaliações alheias, acentos” (BAKHTIN, 2015, p. 48).

Nesse sentido, o falante, ao produzir seu enunciado, dialoga com discursos, acentos, axiologias já produzidos e externados sobre seu objeto discursivo e não com o objeto de fato. Assim, ao nos voltarmos para os relatos de vida das mulheres sobreviventes, partimos dessa premissa de que, quando tratam de suas vivências no cronotopo bélico-nazista e no sistema patriarcal, elas não o fazem voltando-se diretamente para a realidade em si, mas sim aos discursos já produzidos sobre o tema e sobre os valores que neles circularam e ainda circulam. Isso porque não existe nenhum discurso totalmente novo, pois todo enunciado é construído a partir do diálogo com os outros enunciados, com os enunciados dos outros, orientando-se dentro daquilo que já existe.

Mendonça (2012) afirma que um enunciado é sempre uma ação sobre o discurso do outro, sobre a linguagem, em uma memória do passado. Para a autora, o sujeito falante, ao ter contato com a palavra do outro, toma-a inicialmente como palavra alheia, mas depois passa a senti-la como sua própria palavra. Assim, ao produzir um enunciado nesse grande diálogo discursivo, o sujeito o faz em um movimento de compreensão responsiva das palavras do outro, tomando-as para si e, a partir delas, produz as suas próprias palavras. Para Mendonça (2012, p.

112), nesse momento de compreensão e produção de enunciados, o falante “é um sujeito já prenhe de palavras próprias, que antes foram alheias”.

Por conta dessa orientação dialógica às palavras alheias, aos outros enunciados, todos os nossos discursos, conforme sinaliza Bakhtin (2016), são constitutivamente carregados de palavras dos outros. Os relatos de vida das sobreviventes, conforme já evidenciado na apresentação de nosso *corpus*, também o são, uma vez que, ao ser produzido, um enunciado “não pode deixar de tocar milhares de linhas dialógicas vivas envoltas pela consciência socioideológica no entorno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social” (BAKHTIN, 2015, p. 49). Enquanto elo dentro desse grande diálogo, o enunciado não pode acontecer fora dele, pois “é disto que ele surge, desse diálogo, como sua continuidade, como uma réplica e não como se com ele se relacionasse à parte” (BAKHTIN, 2015, p. 49).

Dessa forma, usando a metáfora bakhtiniana, todo enunciado é uma réplica a outros enunciados, fato que dá continuidade ao grande e infinito diálogo social e nos leva à segunda condição da dialogicidade interna do discurso: a sua orientação para a resposta.

O enunciado, afirma Bakhtin (2015, p. 52-53), além de ser produzido nesse “clima do já-dito”, “é ao mesmo tempo determinado pelo ainda não dito, mas que pode ser forçado e antecipado pelo discurso responsivo”. Esse discurso responsivo que é antecipado, de acordo com o filósofo, influencia profundamente a produção dos discursos, uma vez que o falante constrói seu enunciado ao prever uma possível resposta do ouvinte. Nas palavras de Bakhtin (2015, p. 52), o discurso falado vivo “provoca a resposta, antecipa-a e constrói-se voltado para ela”.

Todo enunciado, portanto, “é resposta e será também respondido por outro” (MENDONÇA, 2012, p. 112). Essa resposta, no entanto, não se trata, somente, de uma resposta verbalizada imediatamente após a conclusão do enunciado, tal como acontece em um diálogo face a face, uma vez que, conforme já pontuado, o Círculo trata do diálogo em sentido mais amplo. Em um primeiro momento, a resposta do ouvinte se dá através do processo de compreensão do enunciado com o qual ele interage (BAKHTIN, 2016). Para Bakhtin (2016, p. 25), “toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê)”. Portanto, em sua orientação para a resposta, é o ouvinte e a sua compreensão, com sua potencialidade de resposta, que determina o processo de produção de um discurso.

Para ilustrar tal proposição, Volóchinov (2019) mobiliza o exemplo de um orador/palestrante, cujo discurso é, em sua forma exterior, aparentemente monológico, mas que,

em sua essência, como todo e qualquer enunciado, é constitutivamente dialógico, sendo formulado para considerar o outro, que é seu interlocutor. Sobre isso, diz o autor:

Todo orador ou palestrante experiente sabe muito bem desse aspecto dialógico do seu discurso. Os ouvintes atentos de modo algum se contrapõem a ele como uma massa indiferente, inerte e imóvel de indivíduos alheios que o acompanham. Não, diante dele está um interlocutor vivo e de múltiplas faces. Cada movimento de um ou de outro ouvinte – sua pose, sua expressão facial, o leve tossir, a mudança de posição –, tudo isso, para um verdadeiro orador profissional, serve de resposta clara e expressiva, e acompanha a sua fala de modo constante (VOLÓCHINOV, 2019, p. 273).

Nesse sentido, de acordo com o filósofo, até mesmo esses enunciados, monológicos por aparência, buscam a compreensão ativa de seus interlocutores, buscam por respostas, independente de como ela se manifeste. Sobre isso, Bakhtin (2018b, p. 241) é enfático: “se um monólogo tem ouvinte, então já não há mais monólogo”.

Portanto, a compreensão responsiva de um enunciado, além de sua manifestação verbalizada, pode se realizar, conforme também destaca Bakhtin (2016), na ação, como as apresentadas por Volóchinov (2019) e em outras, como no cumprimento de uma ordem; a resposta pode se realizar, por outro lado, de maneira silenciosa, como na compreensão de um texto de gênero lírico, ou ainda, como uma compreensão responsiva de efeito retardado, na qual, “cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte” (BAKHTIN, 2016, p. 25), dando continuidade ao simpósio universal em seu processo ininterrupto de formação.

Estendendo tal constatação ao nosso *corpus* de análise, observa-se que o projeto Arqshoah, ao construir o documento o qual analisamos, visava uma compreensão ativa de seus possíveis leitores, objetivando ainda que ela se manifestasse em seu posicionamento frente a regimes totalitários como o de Hitler, dando continuidade ao infinito diálogo social sobre o tema.

Essa orientação dialógica para a resposta, tal como a sua orientação ao já discursivizado, é uma propriedade específica do enunciado, que o diferencia de elementos do sistema da língua, de uma oração, por exemplo. De acordo com Bakhtin (2016), os limites de um enunciado são definidos exatamente pela alternância dos sujeitos, que abre espaço para a resposta. Este, nas palavras do filósofo, é “o primeiro e mais importante critério de conclusibilidade do enunciado”, qual seja, “a possibilidade de responder a ele, em termos mais precisos e amplos, de ocupar em relação a ele uma posição responsiva” (BAKHTIN, 2016, p. 35). Seja em forma de “adesões, recusas, aplausos incondicionais, críticas, ironias, concordâncias e dissonâncias, revalorizações etc.” (FARACO, 2009), a resposta sempre acontecerá, mais cedo ou mais tarde.

Em suma, em relação a essas duas primeiras condições de dialogicidade do discurso, destacamos que todo enunciado, estando constitutivamente situado no simpósio universal, tem princípio e fim relativos, que são povoados dialogicamente por palavras alheias: “antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos dos outros” (BAKHTIN, 2016, p. 29). No caso dos relatos de vida das mulheres sobreviventes, em seu início povoam todos os discursos e valores já externalizados sobre o cronotopo bélico-nazista e sobre o sistema patriarcal; em seu fim, situam-se todas as potenciais atitudes responsivas de seus leitores. No entanto, o dialogismo constitutivo dos discursos não se limita a essas duas orientações, uma vez que a própria linguagem que o produz também é constituída internamente pela dialogização, tal propriedade nos leva a dois outros conceitos substanciais de nossa análise: sujeitos e vozes sociais.

#### 2.1.1.2. *A dialogicidade da linguagem: vozes e sujeitos sociais*

Bakhtin (2015), em sua *Teoria do romance*, trata da estratificação da própria língua como sendo a terceira orientação da dialogicidade dos discursos. Para o autor, uma língua “nunca é única”, pois não se trata de um sistema formal de normas. Ao contrário, em seu processo ininterrupto de desenvolvimento, existem forças estratificadoras que fazem com que uma mesma língua nacional seja internamente constituída por diferentes e inúmeras linguagens sociais e ideológicas, que dialogam entre si, se completam, se confrontam. Dentro dos estudos dialógicos, nomeia-se essa propriedade estratificadora da língua de heterodiscurso, heteroglossia ou plurilinguismo, a depender das diferentes traduções das obras do Círculo bakhtiniano.

Definido por Bakhtin (2015) como o autêntico meio da enunciação, o heterodiscurso diz respeito à diversidade de linguagens sociais que constituem uma língua nacional. Em seu uso concreto, conforme nos apresenta o filósofo, há na língua o trabalho de forças centralizadoras e de unificação, mas há, também e ao mesmo tempo, o trabalho de forças descentralizadoras e de separação. Enquanto as primeiras, chamadas de forças centrípetas, atuam no sentido de sustentar a imagem de uma língua unificada, centralizada, normativa; as segundas, chamadas de forças centrífugas, atuam na estratificação dessa língua, evidenciando o heterodiscurso social que a compõe, ou seja, a diversidade de linguagens sociais que nela habitam. Essas forças fazem do fluxo da comunicação discursiva um espaço de disputa entre as linguagens sociais (entre os sentidos).

Nessa perspectiva, conforme explica Faraco (2009, p. 57), “aquilo que chamamos de língua não é só um conjunto difuso de variedades geográficas, temporais e sociais”, mas “é também e principalmente um conjunto indefinido de vozes sociais”, as quais Bakhtin (2015) chama também de linguagens socioideológicas.

Essas linguagens/vozes sociais, de acordo com Faraco (2009, p. 56), são “complexos semiótico-axiológicos com os quais determinado grupo humano diz o mundo” e que chegam ao falante no decorrer de toda a sua vida social e discursiva. As sobreviventes do Holocausto, por exemplo, tiveram contato, durante toda a sua vivência, com as linguagens sociais da religião, do patriarcado, da família, entre outros. Essas vozes as constituem, dialogam em sua consciência discursiva e são refletidas em sua maneira de discursivizar e valorar o mundo, formando novas vozes sociais que as constituem e constituem também os seus discursos. É por isso que o sujeito, pela perspectiva bakhtiniana, é, também e essencialmente, dialógico, como discutimos em seguida.

Assim, as diversas vozes sociais assimiladas pelo sujeito refletem ideologias de determinados grupos sociais com os quais ele interage no decorrer de sua vida social. As ideologias que circulam nesses grupos são assimiladas através do contato que o falante tem com a voz dos outros. Nesse contato, o sujeito assimila essas outras vozes, que, ao habitar a sua consciência discursiva, passam a fazer parte de sua própria voz, de seus próprios enunciados, determinando a sua produção de sentidos. A estratificação da língua, que a torna esse emaranhado de vozes, é, portanto, “dada pelos índices sociais de valor oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais” (FARACO, 2009, p. 57).

Nessas interações sociais e discursivas, várias são as forças que trabalham na descentralização e estratificação da língua. Como Bakhtin (2015) parte suas reflexões do gênero romanescos, a primeira força estratificadora de linguagem que ele nos apresenta é a dos gêneros discursivos. Diz o filósofo:

Esses ou aqueles elementos da língua (lexicológicos, semânticos, sintáticos, etc.) agregam-se estreitamente à diretriz intencional e ao sistema geral de acento desses ou daqueles gêneros: dos gêneros oratórios, publicísticos, dos jornais, revistas, dos gêneros inferiores da literatura (romance vulgar, por exemplo) e, por fim, dos diversos gêneros da grande literatura. Vários elementos da língua ganham o aroma específico desses gêneros: agregam-se aos pontos de vista específicos, aos enfoques, às formas de pensamento, às nuances e aos acentos de dados gêneros (BAKHTIN, 2015, p. 63).

Em outras palavras, os elementos linguísticos a serem utilizados na produção de determinado enunciado respondem ao estilo típico do gênero discursivo que será mobilizado pelo falante. Tal gênero, por sua vez, reflete as especificidades do campo da atividade humana

no qual circula. Essas especificidades da vida do gênero discursivo povoam prontamente as linguagens a serem utilizadas no processo de comunicação discursiva. Como veremos, as escolhas linguísticas própria do gênero relato de vida são determinantes para a produção de sentidos nos enunciados de nosso *corpus* de análise. Tal escolha, associada ao campo da atividade humana em que é feita e ao cronotopo que nos enunciados é discursivizado, é substancial também para que as vozes sociais das mulheres sobreviventes, enquanto valores e concepções que mundo que as constituem, produzam sentido em seus discursos.

Ao lado da estratificação de gêneros do discurso, Bakhtin (2015) discute também a estratificação profissional da linguagem. Essa força estratificadora da língua refere-se a linguagem do advogado, do médico, do comerciante, do político, do mestre, entre outras ocupações profissionais. De acordo com o autor, essas linguagens sociais que se ligam às profissões “se distinguem não só por seu vocabulário: envolvem determinadas formas de diretriz intencional, formas de assimilação e avaliação concreta” (BAKHTIN, 2015, p. 63).

À título de exemplificação, citamos o fato de que, em nosso *corpus* de análise, apesar de as mulheres sobreviventes terem vivências parecidas e construírem seus enunciados sob a baliza de um mesmo gênero discursivo, as linguagens socioideológicas de suas profissões já são uma primeira força estratificadora que diferencia suas constituições enquanto sujeitos dialógicos, bem como as vozes sociais presentes em suas consciências sociodiscursivas. Assim, as suas vivências e percepções de mundo diferem-se umas das outras, o que resulta, por exemplo, em valorações distintas sobre um mesmo objeto de discurso.

Longe de esgotar as inúmeras linguagens sociotípicas que estratificam uma língua nacional, Bakhtin (2015) sinaliza que o que deve ser considerado nessa propriedade estratificadora é o aspecto intencional que a determina, uma vez que “não é a composição linguística neutra da linguagem que se estratifica e se diferencia, mas são as suas potencialidades intencionais que se orquestram” (BAKHTIN, 2015, p. 64). A depender do aspecto intencional em tela, uma mesma língua nacional pode ser estratificada em

dialetos sociais, modos de falar de grupos, jargões profissionais, as linguagens dos gêneros, as linguagens das gerações e das faixas etárias, as linguagens das tendências e dos partidos, as linguagens das autoridades e as linguagens dos círculos e das modas passageiras, as linguagens dos dias sociopolíticos e até das horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos) (BAKHTIN, 2015, p. 29-30).

Destaca-se, no entanto, que essas diferentes linguagens não se resumem ao uso de jargões, pois, se o fossem, bastaria seus respectivos registros num dicionário para que a ideia de linguagem unificada fosse mantida (MORSON; EMERSON, 2008). Ao contrário, mais que



o uso de jargões, as linguagens sociotípicas constituem “um modo específico de conceitualização, compreensão e avaliação do mundo. Um complexo de experiências, avaliações, ideias e atitudes compartilhadas (mais ou menos) ‘ajuntam-se’ para produzir um modo de falar” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 157). Trata-se, portanto, de um modo de enfrentar, valorar e representar, pela linguagem, a realidade, o social.

Volóchinov (2019), por seu turno, ao tratar da palavra enquanto signo ideológico, nos apresenta, para além das mencionadas por Bakhtin (2015), outra força estratificadora da língua: as classes sociais. O filósofo afirma que o falante

pertence a alguma *classe*, tem uma *profissão*, possui algum nível de *desenvolvimento cultural*. Por fim, ele pronuncia uma palavra (em voz alta ou para si mesmo) em algum *ambiente*, diante de um *ouvinte*, presente ou presumido. Graças a todas essas condições, a essas forças (“fatores”) que organizam tanto o conteúdo quanto a forma do seu enunciado, a palavra do falante sempre está repleta de olhares, opiniões, avaliações que, no fim das contas, são inevitavelmente condicionadas pelas *relações de classe* (VOLÓCHINOV, 2019, p. 315, grifos do autor).

O pensador russo continua suas reflexões apontando para o fato de que toda palavra apresenta um ponto de vista avaliador. Sendo o homem um sujeito que vive na história, definida por Volóchinov (2019) como um mar agitado de luta de classes, a sua palavra não pode deixar de refleti-la, bem como de refletir suas contradições, seu movimento dialético e sua constituição, a partir de determinado ponto de vista. Este último, no entanto, não é o do próprio sujeito, mas de sua classe (VOLÓCHINOV, 2019), isso porque o discurso e o sujeito são sempre sociais.

Mobilizando previamente tal constatação aos enunciados de nosso *corpus*, já afirmamos que as mulheres sobreviventes, a depender da classe social da qual faziam parte no momento da ascensão do governo nazista, valoram de diferentes maneiras as suas vivências desse cronotopo. Isso acontece porque “*uma mesma palavra*, quando dita por pessoas de diferentes classes, refletirá também diferentes olhares, expressará diferentes pontos de vista, mostrará diferentes relações com a mesma realidade” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 316, grifos do autor). São, portanto, essa e as demais forças estratificadoras da linguagem que individualizam os sujeitos sociais e seus discursos. Assim, em outras palavras, “quando, em uma obra qualquer, se ouvem vozes, ouvem-se também, com elas, mundos: cada um com o espaço e o tempo que lhe são próprios” (AMORIM, 2020, p. 105).

Então, ao assimilar esse emaranhado de vozes sociais, Bakhtin (2015) sinaliza que o sujeito falante, intuitivamente, não opera com uma única língua, fechada, abstrata, mas com várias língua(gens) que os constituem. Eis o princípio da heteroglossia.

No entanto, como Faraco (2009, p. 58) explica, para o filósofo russo, “importa menos a heteroglossia como tal e mais a dialogização das vozes sociais, isto é, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece”. Isso porque uma linguagem social não exclui a outra, nem dela se separa, elas ocupam juntas e dialogicamente a consciência linguística do falante. Essa interação que se estabelece entre as diferentes linguagens sociais, Bakhtin (2015) chama de heteroglossia dialogizada.

A fim de ilustrar a diferença entre os conceitos, o filósofo mobiliza o exemplo de um camponês analfabeto que, vivendo em um ambiente distante e que, para ele, é imóvel e inabalável, vive e se expressa em vários sistemas de linguagens, uma vez que ele “ora a Deus numa língua [...], canta em outra, num ambiente familiar fala uma terceira, mas começa a ditar, como pessoa alfabetizada, uma declaração para a administração regional – procura falar também uma quarta língua” (BAKHTIN, 2015, p. 71-72). No entanto, esse homem, mesmo lidando com inúmeras linguagens, não as correlaciona em sua consciência linguística. Para ele, o “lugar de cada uma é sólido e indiscutível, a passagem de uma para outra é predeterminada e automática como a passagem de um cômodo a outro” (BAKHTIN, 2015, p. 71). Para a efetiva dialogização dessas vozes sociais, é preciso, de acordo com o filósofo, que esse camponês seja capaz de olhar para uma língua(gem) com os olhos de outra língua(gem). Dessa forma, o filósofo continua a sua proposição:

Tão logo as línguas começam a iluminar criticamente umas às outras na consciência do nosso camponês, tão logo se verifica que elas não são apenas línguas diferentes mas também heterodiscursiva, que os sistemas e enfoques ideológicos do mundo vinculados a essas línguas se contradizem uns aos outros e jamais repousam tranquilamente uns ao lado dos outros, termina o que havia de indiscutível e predeterminado nessas línguas e começa uma ativa orientação seletiva entre elas (BAKHTIN, 2015, p. 72).

Eis a dialogização das linguagens, que, de acordo com Morson e Emerson (2008), está sempre em ação. Para os autores, “tendo participado de mais de um sistema de valores, essas palavras tornam-se dialogizadas, discutidas e reacentuadas de outra maneira quando se encontram com outras” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 159). São diferentes visões de mundo materializadas pela linguagem e que, confrontadas, resultam em novas formas de valorar a realidade que as circundam, ou seja, resultam em novas vozes sociais. Assim, mesmo que as mulheres sobreviventes tenham interiorizados diversos sistemas de linguagem, é no confronto entre elas em sua consciência discursiva que elas se individualizam e que surgem a sua forma de valorar aquilo que discursivizam.

Bakhtin (2015) afirma que, como resultado dessas estratificações, de profissões, de gêneros, de classes sociais, entre outras, “não permanecem na língua quaisquer palavras e formas neutras, ‘de ninguém’: a língua fica toda em frangalhos, perpassada de intenções, acentuada” (BAKHITN, 2015, p. 69). Eis o princípio dialógico da linguagem dialogizando os discursos.

Tendo discutido esses pressupostos, cabe pensarmos, agora, na constituição dos sujeitos. Bem como nos discursos, o dialogismo também é constitutivo dos sujeitos quando vistos pela perspectiva bakhtiniana. Aliás, de acordo com Bakhtin (2011), para além dos enunciados, da língua(gem) e dos sujeitos, a própria vida é constitutivamente dialógica. Diante disso, para o autor, “viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar” (BAKHTIN, 2011, p. 348). Viver é, portanto, se comunicar e se posicionar dialogicamente dentro da infinita e ininterrupta cadeia sociodiscursiva.

Nesse sentido, por ser essencialmente social, desde que nasce, o sujeito é constituído dialogicamente, pois é impelido a participar da interação discursiva dentro do grande e infinito diálogo social a todo momento. É somente fazendo parte desse contexto dialógico que o sujeito, assim como os seus discursos, pode existir, pode ter vida.

A partir do contato dialógico estabelecido com os outros, com as palavras dos outros e com os posicionamentos valorativos dos outros, nas inúmeras situações de interação das quais participa, o sujeito começa a se organizar e a se constituir. Bakhtin (2011, p. 348) afirma que, desse simpósio universal, “o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos”. Participando do diálogo, o sujeito participa, também e inteiramente, da vida.

Assim, segundo a teoria bakhtiniana, a realidade sempre vai se apresentar para o sujeito como um mundo do outro, como um mundo repleto de palavras e valorações dos outros, um mundo repleto de signos, um mundo em que a sua própria consciência desperta apenas envolvida pela consciência do outro. Ou, ainda, pelas consciências dos outros, uma vez que, para o filósofo russo, “uma só consciência é um *contradictio in adjecto*. A consciência é essencialmente plural. *Pluralia tantum*” (BAKHTIN, 2011, p. 342).

Bakhtin (2011, p. 373-374) afirma que:

Tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior a minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com a sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo.

Em outras palavras, desde o início de sua vida social e discursiva, para se constituir, o sujeito precisa do outro; para a constituir a sua subjetividade, ele precisa dialogar com outras subjetividades, lançando mão da intersubjetividade. Eis o princípio da alteridade, tão caro a Bakhtin e seu Círculo. Caro porque, para os estudos bakhtinianos, “ser significa *conviver*. [...] Ser significa ser para o outro e, através dele, para si” (BAKHTIN, 2011, p. 341, grifos do autor). O *Eu* e o *Outro*, para Bakhtin (2020), são dois centros de valores, diferentes *a priori*, mas que não deixam de ser correlatos entre si. É nessa contraposição de valorações entre o *eu* e o *outro* que ocorre a ampliação socioideológica do sujeito e a formação de novas vozes sociais.

Volóchinov (2018) afirma que a consciência se forma e se realiza através de signos que são criados no processo de comunicação de uma coletividade organizada, ou seja, no fluxo da comunicação discursiva. Para o estudioso russo, “a consciência individual se nutre dos signos, cresce a partir deles, reflete em si a sua lógica e as suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sógnica de uma coletividade” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 97-98). A constituição do sujeito e de sua consciência se dá, dessa forma, do exterior para o interior, do social para o individual, do outro para si mesmo, das palavras alheias para as palavras próprias.

No entanto, não é só no início de sua vida social e discursiva que o sujeito participa dessa dinâmica de formação. A todo momento, o sujeito está inserido no simpósio universal, participando ativamente das situações de interação e, com isso, assimilando novas palavras alheias, posicionando-se frente a elas e tomando-as, ou não, como palavras próprias. Assim, o sujeito dialógico nunca está pronto, mas, ao contrário, está sempre em processo de constituição. Este é o diferencial do enfrentamento dialógico do sujeito pela teoria bakhtiniana: o seu não-acabamento.

Morson e Emerson (2008) afirmam que a constituição do sujeito dialógico é definida decisivamente, mas não por completo, pela história e pelas forças sociais que nela atuam. Nesse sentido, para os pensadores, a história e as forças sociais não podem ser vistas como um mero plano de fundo para a vida sociodiscursiva. No entanto, os autores afirmam também que os sujeitos não podem ser reduzidos a simples “produtos de sua época”, pois eles sempre conservam a capacidade de surpreender, preservando a sua individualidade. As sobreviventes do Holocausto, por exemplo, mesmo tendo vivido na mesma época, terem sido influenciadas por discursos sociais semelhantes e terem tido vivências parecidas, assimilaram tais situações e vozes sociais de maneiras distintas, e isso se reflete em seus discursos e na maneira que elas valoram aquilo que discursivizam. Elas são, portanto, sujeitos sociais e singulares ao mesmo tempo.

Sobre isso, Faraco (2009) vai defender que não há, como pode vir a parecer, contradição nenhuma, nem dicotomia, em afirmar que o sujeito é social e singular ao mesmo tempo. Isso porque, segundo o autor, a forma como o Círculo de Bakhtin enfrenta a linguagem, “como uma realidade social infinitamente estratificada”, conforme discutido anteriormente, abre espaço para o individual. Assim, para Faraco (2009), o sujeito é social de ponta a ponta, uma vez que sua consciência se forma pelo exterior, mas é também e essencialmente singular de ponta a ponta, pois a maneira como a sua consciência responde às forças exteriores que a determinam é única.

Esse processo de constituição do sujeito, o qual Bakhtin (2015) chama de processo de formação ideológica, acontece, portanto, através de diferentes níveis de uma assimilação seletiva das palavras dos outros, ou seja, dos diferentes juízos de valor com os quais o sujeito tem contato no decorrer de sua vida. Essa forma específica de assimilação das palavras dos outros que se tornam palavras próprias, ao constituir a consciência do sujeito, passam a determinar a relação singular que ele tem com o mundo e também o seu comportamento frente a ele (BAKHTIN, 2015).

Para formar a consciência do sujeito e guiar seu comportamento frente ao mundo, Bakhtin (2015) sinaliza que as palavras alheias se apresentam para a consciência em contínua formação de duas formas: como discurso autoritário e/ou como discurso interiormente persuasivo.

As vozes autoritárias, afirma Bakhtin (2015), exigem reconhecimento e assimilação incondicionais, elas impõem-se ao sujeito independentemente do nível de sua persuasibilidade interior. Faraco (2009, p. 84-85) explica que a palavra da autoridade “se apresenta como uma massa compacta, encapsulada, centrípeta, impermeável, resistente a bivocalizações”. Como exemplo desses discursos autoritários, Bakhtin (2015) cita o discurso religioso, que foram assimilados, por exemplo, pelas mulheres judias sobreviventes, e o científico.

De acordo com o filósofo russo, o discurso autoritário até pode reunir em torno de si outros discursos, que o interpretem, elogiem etc., mas nunca poderá se fundir com eles, permanecendo, assim, sempre destacado dos demais discursos no mundo interior do falante. Dessa forma,

Ele permanece em nossa consciência verbal como uma massa compacta e indivisível, precisa ser integralmente confirmado ou integralmente refutado. Ele se integrou de forma indissolúvel à autoridade externa – com o poder político, uma instituição, uma pessoa –, persiste e cai junto com ela. Não pode ser dividido: deve concordar com um, aceitar parcialmente outro, rejeitar totalmente o terceiro (BAKHTIN, 2015, p. 138).

Em outras palavras, o discurso autoritário, se assimilado pelo sujeito, o é integralmente e incondicionalmente. Esse discurso não pode se fundir com outros discursos, não pode ser relativizado, nem modificado a depender do contexto em que é transmitido. Tem, portanto, limites bem estabelecidos, permanecendo na consciência do sujeito sempre como palavras alheias, imutáveis.

Por outro lado, afirma Bakhtin (2015, p. 140), “no uso de minha consciência, o discurso interiormente persuasivo é metade meu, metade do outro”. Isso porque as palavras interiormente persuasivas, ao contrário das autoritárias, se misturam às outras palavras que já habitam a consciência do sujeito, dialogando e confrontando-se com elas, não ficando, jamais, isoladas (BAKHTIN, 2015). É nesse confronto dialógico de palavras alheias e de diferentes vozes sociais que se constitui a consciência do sujeito. Nas palavras de Bakhtin (2015, p. 140), “nossa formação ideológica é justamente essa tensa luta que em nós se desenvolve pelo domínio de diferentes pontos de vista, enfoques, tendências e avaliações verboideológicas”. O diálogo, nesse sentido, impede o enclausuramento do sujeito em si mesmo, em sua própria identidade, o diálogo quebra esse limite (MIOTELLO, 2012) e abre espaço para novos e contínuos diálogos.

Além disso, ao ser assimilado pelo sujeito, o discurso interiormente persuasivo pode ser reestruturado e revalorado, uma vez que sua estrutura é aberta, permanecendo sempre inconclusa. Assim, nós, enquanto sujeitos, ao apropriarmo-nos de tal discurso, “introduzimo-lo em novos contextos, aplicamo-lo a um novo material, colocamo-lo em uma nova situação para conseguir dele novas respostas, novos raios de seu sentido e novas *palavras nossas*” (BAKHTIN, 2015, p. 141, grifos do autor). É dessa forma que o discurso do outro deve agir na consciência em formação do sujeito: dialogicamente, gerando novas palavras próprias. A partir disso, explica-se também o fato de que diferentes sujeitos, tendo assimilado uma mesma voz social, ao colocá-la em diálogo com as outras que já habitam sua consciência sociodiscursiva, valoram de formas diferentes um mesmo objeto de discurso.

Assim, o embate e as relações estabelecidas entre essas duas formas de discurso, autoritárias e interiormente persuasivas, explica Faraco (2009), são determinantes para a construção da consciência ideológica que, apesar de social, é singular. Nesse sentido, pontua o autor, “quanto mais as vozes forem funcionalmente de autoridade para o sujeito, mais monológica (ptolomaica) será sua consciência; quanto mais internamente persuasiva as vozes, mais galileana será sua consciência” (FARACO, 2009, p. 85), ou seja, a consciência do sujeito será mais aberta a mudanças e diálogos.

Conforme pontuado anteriormente, é a assimilação desses discursos que forma a consciência e determina a maneira como o sujeito enfrenta e se posiciona no mundo. Além disso, é também as vozes por ele assimiladas que determinam a sua produção discursiva de sentidos, uma vez que seus enunciados sempre serão repletos de vozes socioideológicas que valoram linguisticamente a realidade, expressando determinadas visões de mundo.

Nesse sentido, no âmbito do discurso, os sujeitos dialógicos não são vistos, na perspectiva bakhtiniana, como sujeitos empíricos, mas como “um complexo de posições sociais avaliativas” (FARACO, 2009, p. 73), que são materializadas em seus enunciados. Assim, a partir das vozes/linguagens sociais que habitam a consciência linguística do falante, ao produzir um discurso, ele assume diferentes e variadas posições, chamadas por Bakhtin (2011) de formas autorais. Para discorrer sobre esse tema, recorreremos a discussão empreendida por Bakhtin (2011) em seu manuscrito *Apontamentos de 1970-1971*.

“Na qualidade de quem (isto é, em que situação) se manifesta o homem falante?” (BAKHTIN, 2011, p. 389), indaga o filósofo. Bakhtin (2011) ainda continua sua reflexão inacabada questionando se existiria um enunciado no qual se exprimiria apenas a pessoa do falante, sem mobilizar uma máscara de autor, ou seja, uma forma de autoria. Isso porque, de acordo com o filósofo russo, diversas formas autorais são assumidas nos mais variados tipos de enunciados, desde os mais simples da vida cotidiana até os enunciados literários.

Essas variadas formas de autoria são determinadas pelo gênero discursivo, seu objeto de discurso, sua finalidade e pela situação que envolve o enunciado, mas também, e principalmente, são determinadas pela posição hierárquica que o sujeito ocupa em relação a seu interlocutor (BAKHTIN, 2011), bem como pelas vozes sociais que constituem a sua consciência. De acordo com o que exemplifica o autor, as formas de autoria e o lugar ocupado na hierarquia pelo falante podem ser as de “líder, czar, juiz, guerreiro, sacerdote, mestre, homem privado, pai, filho, marido, esposa, irmão, etc.”. Já a posição hierárquica correlativa do destinatário do enunciado pode ser a de “súdito, réu, aluno, filho, etc.” (BAKHTIN, 2011, p. 389-390). A isso, acrescentamos que, ao ocupar determinada posição hierárquica, o falante mobiliza, inconscientemente, determinada linguagem social que reflete a forma como esse grupo social enxerga e valora o mundo. Nesse processo de produção de enunciado, considera-se, portanto,

Quem fala e a quem se fala. Tudo isso determina o gênero, o tom e o estilo do enunciado: a palavra do líder, a palavra do juiz, a palavra do mestre, a palavra do pai, etc. É isso o que determina a forma da autoria. A mesma pessoa real pode manifestar-se em diversas formas autorais (BAKHTIN, 2011, p. 390).

Diante disso, concluímos: o sujeito dialógico “não é entendido como um ente verbalmente uno, mas como um agitado balaio de vozes sociais e seus inúmeros encontros e entrechoques” (FARACO, 2009, p. 84), vozes essas que são assimiladas continuamente durante toda a vida do falante. É essa constituição dialógica e ininterrupta do sujeito que dialogiciza, também, os seus discursos, tanto em sua orientação para o já-dito, quanto em sua orientação para a resposta, ou ainda em sua orientação dentro do próprio heterodiscurso.

Assim, o grande diálogo social forma o sujeito, ao mesmo tempo em que o sujeito dialógico participa e produz o diálogo, dando a ele a sua continuidade *ad infinitum*. Afinal, nas palavras de Bakhtin (2018a, p. 293), “ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina. Daí o diálogo, em essência, não poder nem dever terminar”.

Por fim, a partir da natureza constitutivamente dialógica dos discursos, da língua(gem) e de seus sujeitos, interessa-nos colocar em discussão um conceito substancial da teoria bakhtiniana e que é tomado como propulsor para o desenvolvimento da nova metodologia discursiva que mobilizamos nesta dissertação: as relações dialógicas.

### 2.1.1.3. *As relações dialógicas*

Dentro da perspectiva bakhtiniana, as relações dialógicas podem ser consideradas, conforme afirmam Franco, Rohling e Alves (2020, p. 142), “como a própria materialização do dialogismo”. É através delas, portanto, que o dialogismo é concretizado nos enunciados.

Por definição, de acordo com o que propõe Bakhtin (2011), as relações dialógicas são relações semânticas entre todos os tipos de enunciados na comunicação discursiva. São, ainda, “relações dos enunciados com a realidade concreta, com o sujeito real falante e com outros enunciados, relações que pela primeira vez tornam os enunciados verdadeiros ou falsos, belos, etc.” (BAKHTIN, 2011, p. 330). Nesse sentido, as relações dialógicas são, nas palavras de Faraco (2009, p. 66), “relações entre índices sociais de valor”, uma vez que os enunciados concretos, nos quais elas se materializam, são frutos da interação sociodiscursiva, em que há o embate constante de vozes e posições axiológicas.

Sendo relações de sentido entre enunciados, Bakhtin (2018a, 2011) é enfático ao afirmar que as relações dialógicas, mesmo pressupondo necessariamente a linguagem, são impossíveis entre os elementos da língua tomados de maneira abstrata. Para o filósofo, “na linguagem, como objeto da linguística, não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas” (BAKHTIN, 2018a, p. 208). Portanto, de acordo com o autor, tais relações não acontecem entre os elementos



do sistema da língua, como as palavras do dicionário ou os morfemas, como também são inexistentes em um texto enfrentado sob um ângulo estritamente linguístico. Aliás, de acordo com o que salienta o filósofo, qualquer confronto puramente linguístico abstrai forçosamente a existência das relações dialógicas.

Em vista disso, as relações dialógicas não se reduzem às relações lógicas ou às concreto-semânticas, pois, segundo Bakhtin (2018a), a estas, faltam necessariamente o momento dialógico, constitutivo dos discursos e dos sujeitos discursivos. A fim de demonstrar tal proposição, o filósofo mobiliza duas orações como exemplo. Diz Bakhtin (2018a, p. 209-210):

“A vida é boa.” “A vida não é boa.” Estamos diante de dois juízos revestidos de determinada forma lógica e um conteúdo concreto-semântico (juízos filosóficos acerca do valor da vida) definido. Entre esses juízos há certa relação lógica: um é a negação do outro. Mas entre eles não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas, eles não discutem absolutamente entre si [...]. Esses dois juízos devem materializar-se para que possa surgir relação dialógica entre eles ou tratamento dialógico deles.

Em outras palavras, se tomadas de maneira abstrata, essas duas orações, mesmo que representem uma relação lógica de oposição, não estabelecem qualquer tipo de relação dialógica. Para que isso seja possível, ambas as orações devem se tornar discurso, ganhar sujeitos-autores, expressar suas posições axiológicas e serem confrontadas dialogicamente. Somente assim, poderão estabelecer relações dialógicas de discordância, por exemplo.

Outros exemplos ainda são tomados pelo filósofo para refirmar tal proposição, como “A vida é boa” e “A vida é boa” (BAKHTIN, 2018a), “Belo clima!” e “Belo clima!” (BAKHTIN, 2011). Nesses casos, duas orações idênticas são mobilizadas, ou seja, são pares de orações que, entre si, estabelecem uma relação lógica de convergência de significados. No entanto, tal como no exemplo anterior, as relações de sentido serão possíveis somente se tomarmos as duas asserções realmente como dois enunciados, que, mesmo sendo idênticos, pertenceriam a diferentes vozes, a diferentes sujeitos (BAKHTIN, 2011). Nesse cenário, seriam estabelecidas relações dialógicas de concordância entre enunciados de diferentes sujeitos (BAKHTIN, 2011).

Portanto, conclui Bakhtin (2018a), as relações dialógicas precisam das relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irredutíveis a elas enquanto elementos do sistema da língua. As relações dialógicas, diz o autor, são um “novo tipo de relações semânticas, cujos membros só podem ser *enunciados integrais* (ou vistos como integrais ou potencialmente integrais), atrás dos quais estão (e nos quais *exprimem* a si mesmos) sujeitos do discurso reais ou potenciais, autores de tais enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 330-331, grifos do autor).

Quando tomados, então, como discurso, Bakhtin (2011) afirma que os enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados no território do tema comum, entram em relações dialógicas entre si. Destas, por sua vez, “pode resultar tanto a convergência, o acordo, a adesão, o mútuo complemento, a fusão, quanto a divergência, o desacordo, o embate, o questionamento, a recusa” (FARACO, 2009, p. 68). Assim, consoante ao que afirma o intelectual russo,

Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos, revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.). Qualquer resenha da história de alguma questão científica (independente ou incluída no trabalho científico sobre uma determinada questão) realiza confrontos dialógicos (entre enunciados, opiniões pontos de vista) entre enunciados de cientistas que não sabiam nem podiam saber nada uns sobre os outros. O aspecto comum da questão gera aqui relações dialógicas (BAKHTIN, 2011, p. 331).

As relações dialógicas entre enunciados e sujeitos que nada sabem uns sobre os outros, conforme exemplificado pelo filósofo, são estabelecidas pela propriedade dialógica dos discursos que, de acordo com o que foi discutido anteriormente, orientam-se dentro dos enunciados já produzidos sobre o seu objeto discursivo. É por isso que Bakhtin (2011) afirma que as relações dialógicas são estabelecidas quando os enunciados são confrontados no âmbito dos sentidos, independentemente das relações valorativas que venham a ser estabelecidas. Um enunciado nunca é o primeiro a falar sobre o seu objeto discursivo, bem como não será o último e, por isso, sempre estabelecerá relações dialógicas com outros enunciados concretos que toquem, de alguma forma, o seu objeto de discurso. Nos enunciados de nosso *corpus*, por exemplo, as relações dialógicas são estabelecidas principalmente entre enunciados concretos que tomam como objeto de discurso as posições das mulheres dentro do sistema patriarcal, mais especificamente em sua configuração no cronotopo bélico-nazista.

Ademais, Bakhtin (2018a) afirma que as relações dialógicas não são estabelecidas apenas entre enunciações integrais. De acordo com o filósofo, “o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro” (BAKHTIN, 2018a, p. 210). Assim, qualquer parte de um enunciado integral pode estabelecer relações dialógicas se a tomarmos como um signo, para que ela ganhe um autor, expressando uma posição semântico-valorativa.

Nessa mesma direção, desde que representem uma posição semântica, o filósofo declara que as relações dialógicas também são possíveis entre estilos de linguagens, dialetos sociais e, até mesmo, com a própria enunciação como um todo, ou com partes isoladas desse todo

(BAKHTIN, 2018a). Por fim, Bakhtin (2018a) anuncia ainda que, em uma abordagem mais ampla das relações dialógicas, elas também acontecem entre outros fenômenos conscientizados, desde que estes também estejam expressos em uma matéria sígnica, como as imagens de outras artes.

Diante de todas essas considerações, Bakhtin (2011, 2018a) conclui que as relações dialógicas extrapolam os limites da linguística, pois ocorrem entre aspectos da vida da língua que são abstraídos por essa disciplina. Nesse sentido, Bakhtin (2011, 2018a) vai afirmar que as relações dialógicas são extralinguísticas e que, por isso, requerem “um estudo especial” (BAKHTIN, 2011, p. 323). O filósofo propõe, então, a criação de uma nova metodologia que dê conta de abordar esses aspectos do discurso que permaneciam intocados.

Apresentamos, mais adiante, as principais considerações do Círculo bakhtiniano sobre essa proposta, para abordarmos como os pesquisadores brasileiros, a partir do diálogo com tais pressupostos, vêm desenvolvendo a Análise Dialógica do Discurso. Por ora, ainda é necessário concentrarmo-nos em outros dois conceitos substanciais da teoria bakhtiniana e que também nos serão úteis ao tratarmos da metodologia dialógica de análise discursiva e serão substanciais para a análise de nosso *corpus*. Portanto, debruçamo-nos, na próxima seção, sobre os gêneros do discurso.

### 2.1.2 Gêneros discursivos: os elos entre a língua(gem) e o agir social

“Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. É com essa afirmação que Bakhtin (2016, p. 11) inicia seu texto *Os gêneros do discurso*, que guia as reflexões empreendidas nesta seção. A partir desse pressuposto inicial do pensador russo, pode-se afirmar que não há como ser, estar e se posicionar no mundo sem a mobilização da língua. Assim, do discurso interior ao discurso exterior, que se determinam mutuamente, a expressão e a consciência do sujeito falante, bem como a sua relação com a realidade, são constitutivamente mediadas pela linguagem. Interessa-nos, portanto, investigar as formas dessa mediação para o tratamento dos relatos de vida que constituem nosso *corpus* de pesquisa.

Antes, porém, cabe destacarmos, em consonância ao que defende o Círculo em toda sua teoria, a importância do conceito de esfera da comunicação discursiva para a produção de enunciados e, conseqüentemente, para a mobilização de determinado gênero discursivo. Volóchinov (2018) define a esfera ideológica como o “próprio campo dos signos”, ou seja, é onde eles se manifestam em sua integralidade, onde eles refletem e refratam o mundo. Assim, “cada campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a

refrata também a seu modo. Cada campo possui sua função específica na unidade da vida social” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 94), que determina a mobilização da língua e a produção de sentidos em dada situação comunicativa.

Segundo Bakhtin (2016), o emprego da língua acontece através de modelos tipológicos de enunciados, com propriedades específicas que são determinadas pelo campo da comunicação no qual se inserem. Por possuírem esses elementos característicos pré-determinados, Bakhtin (2016, p. 12, grifos do autor) define as formas de uso da língua como “*tipos relativamente estáveis* de enunciados”, denominando-as de gêneros do discurso.

Na interpretação dessa definição de gêneros discursivos apresentada por Bakhtin (2016), propomos, em nossa discussão, chamar a atenção para o uso do advérbio *relativamente*. Os gêneros são tipos *relativamente* estáveis de enunciados, pois, apesar de possuírem elementos formais que os especificam, estão em contínua mudança e evoluem à medida que os campos sociais aos quais se ligam também se desenvolvem. Assim, as interações entre sujeitos, que são mediadas pelo uso da linguagem, são dinâmicas, e os modos sociais de enunciar, ou seja, os gêneros discursivos, são modificados continuamente na dinamicidade dessas interações.

Portanto, no estudo dos enunciados pela perspectiva dos gêneros discursivos, é necessário compreender as características formais que os tornam tipos estáveis de enunciados, bem como conhecer as suas especificidades e sua constituição pela interação, que relativizam essa estabilidade.

Além disso, para compreender o enfrentamento bakhtiniano sobre os gêneros discursivos, é pertinente partir da observação de que a postura do filósofo frente a esse tema sempre focaliza um imbricamento de propriedades, considerando, em primazia, aquela que reflete o caráter social das formas tipológicas de enunciados, mas nunca desconsiderando a outra propriedade que a ela se contrapõe. O gênero discursivo é sempre pensado, pelo Círculo bakhtiniano, na relação entre normatividade e flexibilidade, estabilidade e mudança, unidade e continuidade, forma e processo de constituição.

Para iniciar nosso diálogo com as vozes bakhtinianas sobre os modos sociais de dizer, partimos da premissa supracitada do filósofo russo de que o uso da linguagem está presente em todas as formas de expressão da vida do sujeito, seja interior ou exterior. Isso porque toda e qualquer ação humana, nos diversos campos nos quais os falantes atuam, requer a mobilização da linguagem para a produção de enunciados. Além disso, essa produção enunciativa só ocorre dentro desses campos da atividade humana. Portanto, não há atividade social sem linguagem, como também não há linguagem fora da atividade social. É dessa forma que, para Bakhtin (2016), a língua participa da vida e a vida entra na língua.

Esse contato da linguagem com a vida é, então, mediado pelas formas de enunciados, ou seja, pelos gêneros discursivos. Considerando que toda ação humana é realizada por essa mobilização da língua sob formas tipológicas de enunciados, Bakhtin (2016) afirma que os gêneros do discurso chegam até nós da mesma forma, e ao mesmo tempo, que a nossa língua materna.

Então, desde o início da vida comunicativa do falante, as formas da língua são assimiladas, não pelos dicionários e gramáticas, mas já mediadas pelos gêneros discursivos (BAKHTIN, 2016), com os quais o homem, enquanto ser expressivo e falante, tem contato nas diversas situações de interação das quais participa desde o seu nascimento. Em toda situação comunicativa, para fazer uso da linguagem, o falante precisa escolher um gênero que se adeque a seus objetivos e ao campo social no qual está inserido naquele momento. É o que se observa, por exemplo, nos enunciados de nosso *corpus*, que, devido ao objetivo do projeto *Arqshoah* de registrar as vivências das mulheres sobreviventes, foram construídos pela baliza do gênero discursivo relato de vida, que, mesmo com suas características *relativamente* estabilizadas, foram adequados às especificidades do campo acadêmico-historiográfico da comunicação discursiva. Portanto, sem o uso dos gêneros não há a construção de enunciados. Língua e gênero do discurso são, dessa forma, assimilados e mobilizados concomitantemente pelo homem em todos os estágios de sua vida comunicativa.

Para o empreendimento analítico posterior dos relatos de vida das mulheres sobreviventes do Holocausto, vale determo-nos, inicialmente, na discussão de um dos pares de propriedades dos gêneros discursivos que destacamos anteriormente: normatividade e flexibilidade. De acordo com Bakhtin (2016), para o falante, os gêneros, apesar de mais flexíveis que as formas da língua, têm também caráter normativo, uma vez que essas formas tipológicas de enunciados não são criadas por ele em cada ato comunicativo, mas, ao contrário, são lhes dadas prontas.

Nesse sentido, se no processo de formação de palavras de uma língua, especificamente a língua portuguesa, usamos a expressão *economia linguística* para o fato de que novas palavras se formam a partir de estruturas significativas já existentes, a saber, os morfemas, de modo a permitir que o falante seja capaz de armazenar e compreender as novas formas, podemos dizer que com os modelos tipológicos de enunciados o processo é parecido.

Bakhtin (2016, p. 39) afirma que, “se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, construir livremente cada enunciado e pela primeira vez, a comunicação discursiva seria quase impossível”. Tal como as formas da língua materna, as formas de enunciados que são

produzidas e circulam nos diversos campos da atividade humana também são dadas prontas aos falantes e são obrigatórias para que ele possa se expressar nas diferentes esferas de comunicação. Logo, o uso de ambas as formas, da língua e de enunciados, é indispensável para a compreensão mútua dos sujeitos inseridos no processo comunicativo (BAKHTIN, 2016).

Em contrapartida, apesar de seu caráter normativo, os gêneros discursivos diferem-se essencialmente das formas da língua, pois são mais flexíveis, plásticos, livres e diversos que elas (BAKHTIN, 2016).

Com efeito, o falante conhece as formas tipológicas de enunciados pelo contato que tem com elas no decorrer de sua experiência discursiva e, assim, aprende a usá-las. No entanto, quando necessário, ao mobilizar essas formas, já conhecidas e assimiladas, o falante tem a condição de adequá-las ao seu discurso, a depender de sua vontade comunicativa e do campo social em que se insere naquele momento de produção discursiva. Eis, aqui, a flexibilização do caráter normativo dos gêneros discursivos.

Essa flexibilidade pode ser mais acentuada em alguns gêneros do que em outros, mas, para Bakhtin (2016), a própria escolha do modelo tipológico de enunciado e alguns leves matizes de entonação expressiva do falante ao produzir seu discurso já evidenciam a sua relativa autonomia nesse processo, flexibilizando a normatização.

A esse caráter dual normativo e flexível, ligam-se, também, duas outras propriedades dos modos sociais de dizer essenciais para o nosso trabalho: estabilidade e mudança. Mais que relacionada à vontade individual do falante, a mudança da (relativa) estabilidade dos gêneros discursivos justifica-se pela estreita relação, já pontuada, das formas tipológicas de enunciados com os campos da atividade humana, que são diversos, dinâmicos e complexos.

Por fazerem parte dos campos da atividade humana, os gêneros se modificam de acordo com as mudanças que acontecem nessas interações sociais, que são fluidas. Os gêneros refletem e refratam as situações de comunicação e, para isso, quando necessário, se adaptam a elas. Nesse sentido, para Volóchinov (2018), não se pode isolar as formas discursivas do fluxo histórico de criação e circulação dos enunciados, pois é somente aí que eles se realizam. É, portanto, na interação estabelecida em cada esfera da comunicação humana que os gêneros discursivos surgem, se consolidam, se modificam e, até mesmo, desaparecem.

Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, ao tratar do gênero literário, Bakhtin (2018a) caracteriza a vida do gênero nesse jogo de pares e paradoxos. Para o autor, o gênero é velho e novo ao mesmo tempo, é o mesmo e o diferente, é passado e presente, é unidade e continuidade.

O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisso consiste a vida do gênero. Por isso, não é morta nem a *archaica* que se conserva no gênero; ela é eternamente viva, ou seja, é uma *archaica* com capacidade de renovar-se. O gênero vive do presente, mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo. É o representante da memória criativa em seu processo de desenvolvimento literário. É precisamente por isso que tem a capacidade de assegurar a *unidade* e a *continuidade* desse desenvolvimento (BAKHTIN, 2018a, p. 121, grifos do autor).

Dessa forma, apesar de os gêneros serem classificados e determinados por características que foram socialmente estabilizadas, as próprias demandas do social fazem com que eles se modifiquem. Nos enunciados de nosso *corpus*, por exemplo, observamos características formais do gênero relato, mas também e principalmente observamos as adequações que pelas quais tal gênero passou ao ser mobilizado pela esfera acadêmico-historiográfica de produção discursiva.

Assim, essa estreita relação entre as formas tipológicas de enunciados e a atividade humana, que, nos termos de Bakhtin, é multifacetada, justifica, além da relativização da estabilidade dos gêneros, a sua riqueza, a sua diversidade e a sua extrema heterogeneidade (BAKHTIN, 2016), uma vez que “em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade” (BAKHTIN, 2016, p. 12).

Bakhtin (2016) enfatiza, em especial, a importância dessa extrema heterogeneidade das formas tipológicas de enunciado, reafirmando a necessidade de não a minimizar jamais. Desde os diálogos cotidianos até os textos literários, desde os enunciados orais até os enunciados escritos, independentemente do nível de complexidade da situação comunicativa, os gêneros discursivos, à sua maneira, medeiam as interações sociais. É preciso, portanto, considerar essas diferentes naturezas, pois, para a perspectiva bakhtiniana, até mesmo o gênero mais cotidiano, como o diálogo face a face, tem uma natureza complexa que precisa ser estudada. Assim, Bakhtin (2016) faz uma diferenciação, a qual ele chama de imensa e essencial, entre gêneros primários e secundários.

De acordo com o filósofo, os gêneros primários, considerados simples, se formam nas condições da comunicação discursiva imediata, ou seja, em situações ordinárias de produção de enunciados. Já os secundários, são gêneros mais complexos que, ao incorporarem e reelaborarem os gêneros primários, “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado” (BAKHTIN, 2016, p. 15). O filósofo afirma, a partir dessa distinção, que a análise da situação de produção de cada enunciado deve partir dessas duas modalidades.

Além da classificação em gêneros simples e complexos, os gêneros discursivos podem ser também identificados e *relativamente* categorizados a partir de três características típicas que lhes são constitutivas: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Esses elementos “estão indissolúvelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação” (BAKHTIN, 2016, p. 12, grifo do autor).

Assim, entendendo os gêneros discursivos como formas típicas de enunciados, Bakhtin (2016) esclarece que eles são produzidos em situações comunicativas típicas, que, por sua vez, elaboram enunciados com temas típicos da esfera de comunicação em que se inserem. Dessa forma, o conteúdo temático de um gênero discursivo corresponde a determinado objeto de discurso que é comum ao campo da atividade humana no qual aquele gênero circula. Em outras palavras, o falante, ao mobilizar determinada forma tipológica de enunciado, mobiliza também determinado conteúdo temático que lhe é próprio.

Cabe, no entanto, destacar que o conteúdo temático de um gênero discursivo não é o assunto do enunciado, mas sim os sentidos que são típicos de determinado modo social de dizer a depender da esfera da comunicação discursiva em que ele é utilizado. Nessa esteira, é pertinente, também, diferenciar o que Bakhtin (2016) propõe por tema típico de um gênero discursivo daquilo que Volóchinov (2018) apresenta como o tema de um enunciado concreto.

De acordo com Volóchinov (2018, p. 228), o tema de um enunciado é o sentido de sua totalidade e “deve ser único, caso contrário não teremos nenhum fundamento para falar do enunciado”. Para o filósofo, o tema é individual e irrepitível, tal qual o próprio enunciado, uma vez que ambos são determinados por seu contexto extraverbal, ou seja, pelo horizonte espacial comum dos falantes, pelo conhecimento e a compreensão da situação comum aos dois e pela avaliação comum dessa situação (VOLÓCHINOV, 2019), que também é irreproduzível. É, portanto, dentro dessa situação de interação, que é exterior à língua, que o enunciado se constitui como tal e adquire o seu tema (VOLÓCHINOV, 2018). Em vista disso, sendo a situação extraverbal irrepitível, enunciado e tema também o são.

Já os gêneros discursivos, por sua própria definição, diferente dos enunciados concretos, são repetíveis, já que são formas tipológicas que balizam os enunciados. A classificação de um conteúdo temático próprio de determinado gênero é possível, pois, conforme já pontuado, os campos da atividade humana, apesar de dinâmicos e complexos, são relativamente estabilizados socialmente. Os textos que neles são produzidos respondem às necessidades que ali surgem e às valorações que ali circulam, tendo, portanto, determinadas formas que refletem e refratam determinadas funções sociais, determinadas influências, determinados sujeitos falantes. Assim,



mesmo que o tema de um enunciado, conforme propõe Volóchinov (2018), só seja possível na interação, o domínio de sentido que o percorre é pré-determinado pela estabilização relativa do gênero discursivo que o organiza. A fim de exemplificar, podemos citar o gênero discursivo relato de vida, que baliza os enunciados de nosso *corpus*. O conteúdo temático que o perpassa, enquanto gênero discursivo, é o vivido; por ter sido mobilizado dentro campo acadêmico-historiográfico de produção discursiva, esse conteúdo temático foi flexibilizado sendo, mais especificamente, o vivido em acontecimentos históricos; já os temas que são abordados são vários, a depender do acontecimento que é relatado.

Além de temas típicos, os gêneros discursivos também possuem estilos específicos. Por estilo, entende-se a “seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (BAKHTIN, 2016, p. 11) que é feita pelo falante no momento de elaboração enunciativa. Essas escolhas discursivas são feitas pelo enunciador, mas são também determinadas pelo gênero que baliza o enunciado, o que leva Bakhtin (2016) a discutir a existência de um estilo individual do falante e de um estilo em sentido geral, o estilo do gênero.

Em relação ao primeiro, Bakhtin (2016) afirma que, como todo enunciado é individual, a individualidade do falante pode ser expressa através da linguagem, ou seja, cada enunciado pode ter um estilo individual. Em sua teoria do romance, ao tratar da estilística, o filósofo russo evidencia ainda a constituição dialógica do estilo. Para Bakhtin (2015, p. 57), “a política interna do estilo (a combinação de elementos) é determinada por sua política externa (pela relação com a palavra do outro). É como se a palavra vivesse na fronteira do meu contexto e do contexto do outro”. Dessa forma, mais que definir a individualidade do falante, podemos afirmar que o estilo individual também reflete as relações valorativas estabelecidas entre os interlocutores na situação de produção do enunciado e entre as vozes sociais que habitam a consciência discursiva do falante, como vemos nos relatos de vida que compõem o nosso *corpus* de análise.

Contudo, Bakhtin (2016) mostra que nem todos os gêneros discursivos são propícios a refletir o estilo individual do sujeito que fala e/ou escreve, sobretudo aqueles que requerem uma forma mais padronizada, e que têm, portanto, um estilo de linguagem que lhes é próprio, como os documentos oficiais e as ordens militares. Nesses casos, as escolhas lexicais, fraseológicas e gramaticais são majoritariamente determinadas pelo estilo do gênero, que é determinado pelo campo da atividade humana em que circula; como consequência, o reflexo do estilo individual do falante é mínimo.

Em todo caso, seja o estilo individual ou o estilo do gênero, Bakhtin (2016) enfatiza a orgânica e indissolúvel relação existente entre os estilos de linguagem e os gêneros discursivos. Para o filósofo, “onde há estilo há gênero”. Logo, não há um sem o outro, bem como não se

pode estudar um sem considerar o outro. Isso porque “em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos” (BAKHTIN, 2016, p. 18).

Ao lado do estilo e do conteúdo temático, indissolivelmente ligado ao todo dos modos sociais de dizer, está o seu terceiro elemento constitutivo: a construção composicional.

Sendo modelos tipológicos de enunciados, os gêneros do discurso são/possuem “*formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do conjunto*” (BAKHTIN, 2016, p. 38, grifos do autor), ou seja, os gêneros possuem também um aspecto estrutural típico que os caracteriza. Assim, por construção composicional de um gênero entende-se a estrutura em que o discurso do falante é construído.

Tendo contato com essas formas típicas de construção, organização, estruturação de enunciados, em toda situação comunicativa, desde o início de nossa vida discursiva,

nós aprendemos a moldar nosso discurso em formas de gêneros e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos certo volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que, em seguida, apenas se diferencia no processo da fala (BAKHTIN, 2016, p. 39).

Nesse sentido, é a construção composicional das formas tipológicas de enunciado, ou seja, a maneira como os enunciados se estruturam e se organizam, que permite ao falante, muitas vezes, identificar previamente o gênero ao qual determinado enunciado pertence, antecipando um conteúdo temático típico e um estilo típico, bem como a função social do texto com o qual interage. Por exemplo, quando se depara com uma receita culinária ou com uma bula de remédio, apenas observando a construção e estruturação do enunciado, o falante já é capaz de prever o gênero discursivo que o baliza, o domínio de sentido que o percorre, os aspectos linguísticos que o constituem, bem como a sua função social.

No entanto, assim como os demais elementos constitutivos dos modelos tipológicos de enunciados, a construção composicional, mesmo tendo um caráter mais estabilizado e sendo muitas vezes considerada a principal característica formal de um gênero, não é uma propriedade fixa, que não permite mudanças. Ao contrário, o modo de organização de um enunciado é também dinâmico, tal como as situações de interação em que os gêneros discursivos circulam. Portanto, essa estruturação também sofre modificações e pode ser adaptada pelo falante a depender da situação comunicativa e do campo da comunicação humana nos quais é produzido.

É por isso que, para a perspectiva bakhtiniana, o enunciado, a partir de sua configuração sob determinado gênero, deve ser estudado dentro da situação concreta de interação. Portanto,

é preciso salientar que o que os pensadores russos propõem é que o estudo dos enunciados não se feche na sua forma, mas que focalize seu processo de produção, o último par de propriedades dos gêneros que nos propomos a discutir. Ambos se constituem mutuamente, mas é ao segundo que devemos dedicar maior atenção, pois é ele quem determina todas as especificidades formais dos modelos tipológicos de enunciados em uma situação específica de produção discursiva.

Assim, tendo discutido aqueles que consideramos os principais pontos do enfrentamento bakhtiniano sobre os gêneros do discurso e compreendido a íntima relação entre os modos sociais de dizer e os campos da atividade humana, podemos defini-los como elos que ligam o uso da linguagem ao agir social. Sem gêneros discursivos, não há produção de enunciados. Sem enunciados, não há interação social, não há diálogo. Sem diálogo, não há vida.

Para finalizar esta seção, importa enfatizar ainda o fato de que os gêneros discursivos se relacionam intimamente com as instâncias sociais nas quais são mobilizados para a produção dos enunciados. Essas instâncias sociais compreendem, entre outros aspectos, amplitudes espaço-temporais que, por sua vez, determinam a produção de sentidos em seus aspectos sociais e axiológicos. É o que se observa nos relatos de vida que aqui analisamos: as amplitudes espaço-temporais determinam completamente desde a escolha dos gêneros até os sentidos produzidos. Entra em cena, dessa forma, o último conceito que nos propomos a apresentar nessa sumarização da obra do Círculo e que será de importante aplicabilidade em nossa análise: o cronotopo.

### *2.1.3 Cronotopo: as amplitudes espaço-temporais dos enunciados*

A importância da relação do enunciado com o seu contexto extraverbal de produção é enfatizada constantemente por toda a obra do Círculo. As amplitudes espaço-temporais nas quais os enunciados são produzidos, para os pensadores russos, são indispensáveis para se apreender os sentidos dos discursos por eles veiculados. No entanto, a discussão sobre o espaço e o tempo não se limita ao *onde* e *quando* do momento exato da produção discursiva propriamente dita. Para o círculo, além da situação social mais próxima em que se produz o enunciado, os sentidos dos discursos são determinados também pelas dimensões espaço-temporais mais amplas que os envolvem e que são por eles, também, discursivamente representadas, como pode ser observado nos relatos de nosso *corpus*. Eis, aqui, o conceito de cronotopo, apresentado e discutido por Bakhtin (2018b) em seu texto *As formas do tempo e do cronotopo no romance*.

O filósofo russo inicia seu referido ensaio apresentando a noção de cronotopo como sendo um termo próprio das ciências matemáticas, mais especificamente da teoria da relatividade de Einstein, da qual ele o toma emprestado “quase como uma metáfora (quase, mas não inteiramente)” (BAKHTIN, 2018b, p. 11), para os estudos da literatura. O filósofo afirma que o que importa para ele nesse termo é a noção da inseparabilidade existente entre tempo e espaço. Nesse sentido, o autor sinaliza: “chamaremos de *cronotopo* (que significa “tempo-espaço”) a interligação essencial das relações de espaço e tempo como foram artisticamente assimiladas na literatura” (BAKHTIN, 2018b, p. 11, grifo do autor).

Focado em desenvolver a aplicabilidade do conceito nos gêneros literários, Bakhtin (2018b) analisa em seu ensaio os cronotopos típicos de alguns gêneros romanescos, como os romances gregos e os romances de cavalaria. Diante das análises empreendidas, o filósofo apresenta duas conclusões principais. A primeira é a de que os cronotopos atuam como enredo para os romances, uma vez que as expressões espaço-temporais representadas nas obras organizam os principais acontecimentos que as sustentam. Os cronotopos têm, nesse sentido, íntima relação com os conteúdos temáticos das obras. Nas palavras de Bakhtin (2018b, p. 226), “nos cronotopos, atam-se e desatam-se os nós dos enredos. Pode-se dizer francamente que pertence a eles o significado basilar gerador do enredo”. Saindo do âmbito literário, nos relatos de vida aqui analisados, tendo o vivido como conteúdo temático, é o cronotopo bélico-nazista e a configuração do sistema patriarcal nesse tempo-espaço que atam os nós do “enredo” construído pelas sobreviventes em seus enunciados.

A segunda conclusão à qual chega o pensador russo é a importância figurativa que os cronotopos têm para os romances, já que eles fornecem o próprio campo para a representação dos acontecimentos, tornando possível que os enredos se desenvolvam. Dessa forma, nas palavras de Bakhtin (2018b, p. 226), é no cronotopo que “os acontecimentos do enredo se concretizam, ganham corpo, enchem-se de sangue”.

Ademais, outro aspecto substancial dos cronotopos literários enfatizado pelo pensador russo é que, por determinarem a relação do espaço-tempo ficcional com o real, eles sempre incluem elementos ideológicos à obra. Assim, “a arte e a literatura estão impregnadas de *valores cronotópicos* de diferentes graus e dimensões. Cada motivo, cada elemento da obra ficcional a ser destacado é um valor” (BAKHTIN, 2018b, p. 217, grifos do autor). Todo cronotopo literário é, portanto, ancorado por ideologias e valorações específicas do tempo-espaço que é representado na obra e, por isso, determina “a imagem do homem na literatura” (BAKHTIN, 2018b, p. 12). Nesse sentido, pode-se dizer que, fazendo jus a teoria bakhtiniana, os cronotopos também se estabelecem essencialmente em uma relação dialógica entre tempo, espaço e valores.

Bakhtin (2018b), conforme sinalizado, debruça-se durante todo o seu ensaio na análise desses cronotopos literários. Diante disso, há estudiosos, como Amorim (2020), que afirmam que a noção de cronotopo foi concebida pelo filósofo estritamente para o âmbito da literatura. No entanto, para Morson e Emerson (2008), mesmo tendo se concentrado em analisar o cronotopo em gêneros literários, o estudioso russo não o restringe a essa esfera. Ao contrário, para os autores, “ele nos quer fazer ver que o conceito tem uma aplicabilidade muito mais ampla” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 386), uma vez que o filósofo russo busca, a partir das expressões espaço-temporais, apreender as valorações do real que no ficcional são representadas.

Nesse sentido, o filósofo reafirma algumas vezes em seu texto que as amplitudes espaço-temporais assimiladas pelas obras literárias são profundamente determinadas pela realidade social, pelos cronotopos reais, ou seja, “é dos cronotopos reais desse mundo que representa que se originam os cronotopos refletidos e *criados* do mundo representado na obra (no texto)” (BAKHTIN, 2018b, p. 230).

No entanto, para além dos exemplos literários apresentados pelo filósofo, a aplicabilidade do conceito bakhtiniano em enunciados de outras esferas da produção discursiva é essencialmente produtiva para a apreensão das formas de produção e de funcionamentos dos discursos, principalmente os da vida cotidiana, que também representam os cronotopos reais e as relações sociais reais que neles são estabelecidas. Ademais, a capacidade da linguagem de representar as categorias de tempo e espaço não se restringe de forma alguma à ficção, uma vez que “a linguagem é essencialmente cronotópica” (BAKHTIN, 2018b, p. 227) e, sendo um acervo de imagens, para usar a expressão do filósofo russo, é por ela que tais categorias são representadas e produzem sentidos, tanto nos gêneros romanescos como nos demais. Em suma, recorrendo a outras vozes teóricas, a linguagem, independentemente do tipo de interação que medeia, é o habitat natural e único dos cronotopos (HOLQUIST, 2015).

Sendo assim, todos os enunciados produzidos nos mais diferentes campos da atividade humana se ancoram nas amplitudes espaço-temporais que os envolvem, seja em seu contexto imediato de produção ou num contexto social mais amplo, refletindo e refratando-os, também, pela linguagem. Dessa forma, tal como os romances, todos os enunciados assimilam, à sua maneira e a depender do gênero discursivo que mobiliza, o tempo e o espaço como categorias indissociáveis que auxiliam na produção de sentidos e na apreensão de determinados índices sociais de valor, visões de mundo e imagem de sujeito, como vemos nos relatos de vida dos sobreviventes da *Shoah*. Isso porque, conforme sinalizam Bermong e Borghart (2015, p. 19), “tanto no mundo físico quanto no ficcional, pode-se observar uma conexão intrínseca entre

tempo e espaço, porque, em ambos os domínios, a cronologia não pode ser separada dos acontecimentos e vice-versa”.

Destaca-se, no entanto, que, apesar dessa inseparabilidade do histórico e do social, da cronologia e dos acontecimentos, do tempo e do espaço, tanto nos textos literários quanto nos demais, observa-se a preponderância do tempo sobre o espaço. Desde o título do ensaio bakhtiniano, qual seja, *As formas do tempo e do cronotopo no romance* (2018b), no qual há a repetição do termo *tempo*, que aparece explicitamente mas também se encontra subentendido na noção de cronotopo (tempo-espaço) tal como definida por Bakhtin (2018b), a categoria do tempo ganha maior atenção nas discussões do filósofo. Para ele, “pode-se dizer, sem rodeios, [...] que na literatura o princípio condutor do cronotopo é o tempo” (BAKHTIN, 2018b, p. 12). Tal observação também pode ser mobilizada para a realidade extraliterária.

Segundo o filósofo, cada tempo “tem seus medidores humanos (diferentes formas de vida, atividade, luta, esforços e trabalho do homem), os seus ‘sinais’ e ‘marcas’ e cada um se revela em seus respectivos cronotopos” (BAKHTIN, 2012, p. 288 *apud* BEZERRA, 2018, p. 256). Em outras palavras, conforme explica Bezerra (2018), para o filósofo russo, o *tempo* age como portador da marca das ações humanas em determinado *espaço*. Nas palavras do próprio Bakhtin (2018b, p. 12), “os sinais do tempo se revelam no espaço e o espaço é apreendido e medido pelo tempo”. Pode-se dizer, portanto, que a categoria de espaço possui certa estabilidade, sofrendo as influências do movimento realizado pelo tempo.

Nesse sentido, mais que revelar as marcas das ações humanas, em consonância com o que pontua Amorim (2020), o tempo é a categoria da mudança. Mais especificamente, da mudança do homem, “assim, a cada nova temporalidade, corresponde um novo homem” (AMORIM, 2020, 103). E é exatamente nisto que se revela o interesse de Bakhtin nos cronotopos: na possibilidade de, por eles, analisar a vida social do sujeito dialógico, as suas visões de mundo, suas ideologias, valorações e, também, as mudanças às quais ele passa no decorrer de sua vida, ou seja, no decorrer do tempo, situado em determinados espaços.

Para Bakhtin (2018b), mesmo que um enunciado seja sempre consolidado em um material morto, ele próprio não o é. Para o filósofo, partindo de qualquer enunciado e passando por alguns elos intermediários, sempre se chegará à voz humana, movimento que buscamos realizar na análise aqui proposta. Podemos considerar, portanto, os cronotopos como alguns desses elos intermediários, uma vez que, por seu potencial de representação do sujeito, o filósofo russo caracteriza o cronotopo como “profundamente antropocêntrico”. Diz o autor:

Em seu centro estão o homem e as relações humanas, nele e através dele são assimilados e unificados o espaço e o tempo. Trata-se do espaço humano e do tempo

humano medidos pelo trabalho, pelos esforços e pela vida do homem, assimilados por seu ativismo, por suas necessidades, por sua prática humana. O homem unifica um mundo integral de objetos no espaço e no tempo. A natureza é objeto de sua ação, os demais objetos são produtos de sua atividade, do seu trabalho, de seu ativismo criador. Quanto mais ampla e essencial é a compreensão do ativismo do homem, quanto mais longo é o alcance em que são tomadas as perspectivas de sua atividade, quanto mais ampla é a abrangência do futuro, tanto mais substancial e histórico é o cronotopo (BAKHTIN, 2012, p. 289 apud BEZERRA, 2018, p. 257-258).

Tendo o sujeito em seu centro, toda ação humana acontece somente sob a baliza das amplitudes espaço-temporais, ou seja, toda ação humana é cronotopicamente situada. O tempo, com seu caráter histórico e biográfico, e o espaço, essencialmente social (MORSON; EMERSON, 2008, p. 388), medeiam e determinam as relações sociais e as suas expressões que se dão pela linguagem. Dessa maneira, de acordo com o que afirma Bakhtin (2018b), até mesmo os pensamentos mais abstratos só são possíveis dentro de uma expressão espaço-temporal, e, por isso, “qualquer entrada no campo dos sentidos só se concretiza pela porta dos cronotopos” (BAKHTIN, 2018b, p. 236), citação que justifica o fato de nosso movimento analítico partir da análise das amplitudes espaço-temporais que envolvem os enunciados das mulheres sobreviventes do Holocausto.

Ademais, a análise dos cronotopos para se chegar aos sentidos não se limita aos cronotopos que são representados nos enunciados. Segundo Bakhtin (2018b), há outras amplitudes espaço-temporais que determinam um enunciado. De acordo com o filósofo russo, para além dos cronotopos representados, “ainda há o cronotopo representador do autor, de dentro do qual o autor contempla, e o cronotopo do *ouvinte ou leitor*, [ou seja] os cronotopos dos acontecimentos da representação e da audição-leitura” (BAKHTIN, 2018b, p. 238). Para Bakhtin (2018b, p. 238), esses três cronotopos, apesar de distintos, estão essencialmente vinculados uns com os outros, “às vezes intercondicionados (sem se fundirem)” e estabelecem entre si uma série de relações de caráter dialógico.

Os cronotopos podem incorporar-se uns aos outros, coexistir, entrelaçar-se, permutar-se, confrontar-se, contrapor-se ou encontrar-se em inter-relações mais complexas. [...] O caráter geral dessas inter-relações é *dialógico* (na acepção do termo). Mas esse diálogo não pode integrar o universo representado numa obra nem em nenhum dos seus cronotopos (representados): ele está fora do universo representado, embora não esteja fora da obra como um todo. Ele (esse diálogo) integra o universo do autor e do intérprete, e o dos ouvintes e leitores. E esses universos também são cronotópicos (BAKHTIN, 2018b, p. 229).

Dessa forma, o sujeito de um discurso, quando representa determinados cronotopos, o faz fora desses mundos que representa. Os seus interlocutores, por sua vez, o fazem ainda em outra expressão espaço-temporal. Bakhtin (2018b) propõe chamar essa relação intrínseca

estabelecida entre esses cronotopos de mundo criador do texto, uma vez que “todos os seus elementos – a realidade refletida no texto, os autores que o criam, os interpretadores do texto (se eles existem) e, por último, os ouvintes-leitores que o recriam e nessa recriação o renovam – participam igualmente da criação do mundo representado” (BAKHTIN, 2018b, p. 230). Cada um desses cronotopos determina, cada um à sua maneira, mas em diálogo, a construção de sentidos dos discursos que são veiculados pelos enunciados.

Diante desses pressupostos, mobilizando-as para a perspectiva dos estudos da linguagem, os cronotopos constituem-se como portas de entrada, nos termos de Acosta-Pereira e Oliveira (2020), ou ainda, como chaves de acesso, nas palavras de Bezerra (2018), para a apreensão dos sentidos, logo o são também para a análise dos gêneros discursivos, dos enunciados e do discurso.

Para estudos como o que propomos nesta dissertação, os cronotopos, conforme pontuam Acosta-Pereira e Oliveira (2020), além de serem as ancoragens de espaço-tempo nas quais um discurso se constitui e funciona, são princípios de criação de mundos discursivos, são unidades fundamentais da percepção humana da realidade social, são impulsos gerativos dos discursos e dos gêneros discursivos. Dessa forma, os cronotopos engendram uma visão de sujeito, evidenciam historicamente as atividades sociais manifestadas nos enunciados, funcionam como amplitudes ideológico-valorativas (ACOSTA-PEREIRA; OLIVEIRA, 2020). Nesse sentido, consideramos que “tempo e espaço se entretecem e tal entretecido reverbera na constituição e funcionamento do discurso à luz de matizes sociais, históricos, culturais, políticos, econômicos ideológico-valorativamente marcados” (ACOSTA-PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 101). Por isso, em nosso capítulo analítico, debruçamo-nos sobre os cronotopos que envolvem e são representados nos enunciados de nosso *corpus*.

O cronotopo é, portanto, ao lado do dialogismo, das vozes sociais e dos gêneros discursivos, uma das principais contribuições da teoria dialógica bakhtiniana para o desenvolvimento de uma metodologia de análise discursiva que tenha como foco a interação sociodiscursiva e seu sistema de responsividade, valores, axiologias, alteridade, entre outros.

Tendo discutido nesta primeira parte de nosso capítulo teórico alguns dos pressupostos da teoria dialógica que baseiam a nossa pesquisa, passamos agora para a segunda parte, na qual apresentamos a Análise Dialógica do Discurso a partir da proposta bakhtiniana de uma nova metodologia para o estudo da língua em vida, ou seja, da língua(gem), do discurso.



## 2.2 Análise Dialógica do Discurso: teoria, metodologia e análise

Mesmo não tendo proposto diretamente uma teoria do discurso, Bakhtin (2018a), como vimos, ao tratar das relações dialógicas, sinaliza que é preciso extrapolar os limites da linguística na análise de enunciados concretos. Para tanto, o filósofo vai propor o desenvolvimento de uma ciência outra, que, de acordo com o autor, aborda aspectos da vida da língua(gem) que eram ignorados pela linguística tradicional.

Nesta seção, buscamos discorrer sobre a discussão bakhtiniana dessa questão, para, após, apresentarmos a metodologia discursiva que será utilizada em nossa análise e que foi desenvolvida como uma atitude responsiva de pesquisadores brasileiros frente a possibilidade de criação da translinguística.

### 2.2.1 Translinguística: a proposta bakhtiniana

Bakhtin (2018a) apresenta a proposta de um novo enfrentamento da linguagem, pela primeira vez, em seu livro sobre Dostoiévski. Logo ao iniciar o capítulo analítico em que focaliza o discurso na poética desse autor, o filósofo já deixa claro qual será o seu objeto de análise: o discurso, definido por ele como “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 2018, p. 207). Ao apresentar essa definição, o autor logo a contrapõe com a definição do objeto da linguística: a língua obtida através da abstração de alguns aspectos da vida do discurso. A partir desse contraponto, o filósofo passa a defender a necessidade de uma ciência distinta para o enfrentamento da língua(gem), proposta a qual ele chama de metalinguística ou translinguística<sup>7</sup>, a depender da tradução de sua obra.

A translinguística é definida, por Bakhtin (2018a), como um estudo dos aspectos da vida do discurso que ultrapassam os limites da linguística, sendo o principal deles as relações dialógicas. De acordo com o filósofo, apesar de as duas ciências estudarem o mesmo fenômeno, que é propriamente o discurso, o fazem sob diferentes aspectos e ângulos de visão (BAKHTIN, 2018a).

O discurso como objeto de estudo da linguística é, nas palavras de Bakhtin (2011, p. 324), “apenas o material, apenas o meio de comunicação discursiva mas não a própria

---

<sup>7</sup> Por fins didáticos de escrita, optamos por usar nesta dissertação o segundo vocábulo, translinguística, para evitar confusões terminológicas e teóricas que o vocábulo “metalinguística” pode propiciar.

comunicação discursiva, não o enunciado de verdade, nem as relações entre eles (dialógicas), nem as formas da comunicação, nem os gêneros do discurso”. Em outras palavras, o objeto da linguística é somente a língua propriamente dita, tomada de forma abstrata, e não tomada em seu uso concreto. A linguística, na visão do autor, investiga apenas as relações entre os elementos de uma língua nacional, única, fechada e, conseqüentemente, normativa, desconsiderando os aspectos dialógicos que entram em cena apenas em uma situação concreta de interação. Tal abordagem é insuficiente na visão do filósofo, porque, conforme pontuado na seção anterior, para Bakhtin (2011, 2018a), entre os aspectos abstratos da língua, não existem relações dialógicas, não existe discurso.

Nesse mesmo sentido, Volóchinov (2018), apesar de não tratar nominalmente da translíngua proposta por Bakhtin (2018a), também aponta para a insuficiência da linguística em um estudo efetivo do enunciado. Diz o linguista russo:

Já havíamos apontado que a linguística moderna carece de uma abordagem do próprio enunciado. A sua análise não vai além dos seus elementos. Entretanto, os enunciados são as unidades reais do fluxo da linguagem. Não obstante, justamente para estudar as formas dessa unidade real, não se pode isolá-la do fluxo histórico dos enunciados. O enunciado em sua totalidade se realiza apenas no fluxo da comunicação discursiva. A totalidade é determinada pelas fronteiras que se encontram na linha de contato desse enunciado com o meio extraverbal e verbal (isto é, com outros enunciados) (VOLÓCHINOV, 2018, p. 221).

Volóchinov (2018), por definir o enunciado como um fenômeno puramente sociológico, vai defender que uma análise produtiva deve considerá-lo como tal, deve partir do social que o circunda e relacioná-lo a outros enunciados, o que a linguística não faz, pois toma os enunciados de maneira isolada, perdendo de vista o todo concreto da situação de produção discursiva. Esse enfrentamento abstrato e isolado do enunciado, para a perspectiva dialógica, é insatisfatório, uma vez que

o texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientamos que esse contato é um contato dialógico entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de “oposição”, só possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido) (BAKHTIN, 2011, p. 401).

Por carecer desse ângulo dialógico, Bakhtin (2011, 2018a) enfatiza algumas vezes a insuficiência da linguística no estudo da vida da linguagem e das relações dialógicas por ela estabelecidas. Estas, de acordo com o que propõe o filósofo, são extralinguísticas e são,

portanto, objetos da translinguística, “que ultrapassa os limites da linguística e possui objeto e metas próprias” (BAKHTIN, 2018a, p. 209).

Assim, o objeto dessa ciência que extrapola a linguística seria, conforme Bakhtin (2018a), o discurso enquanto enunciado concreto, enquanto língua viva, enquanto língua em uso, situado no grande diálogo social. Ao ser situado nesse diálogo, “o enunciado pleno já não é uma unidade da língua [...] mas uma unidade da comunicação discursiva, que não tem significado mas *sentido*” (BAKHTIN, 2011, p. 332, grifo do autor). Esse sentido, adjetivado por Bakhtin (2011) como pleno, é próprio do enunciado e relaciona-se com o valor – verdadeiro, falso, belo –, que só o enunciado tomado como discurso pode apresentar. Eis, então, o foco de estudo da translinguística: o enunciado concreto e seu valor, cuja compreensão será sempre de caráter dialógico e, também, valorativo, não sendo, jamais, abstrato.

Nesse sentido, pode-se definir a translinguística de Bakhtin (2018) como “um estudo que considera a obra como linguagem viva, concreta, que acontece na comunicação dialógica, em enunciados, assumidos por sujeitos, que revelam suas posições, juízos” (DESTRI; MARCHEZAN, 2021, p. 3). No entanto, apesar de Bakhtin (2018a) lançar luz sobre o discurso, sobre a linguagem em uso, e endossar a insuficiência da linguística frente a esse objeto, destaca-se que ele não propõe a sua exclusão.

Para o filósofo, as pesquisas translinguísticas “não podem ignorar a linguística e devem aplicar seus resultados” (BAKHTIN, 2018a, p. 207). Mais que isso, Bakhtin (2018a, p. 207) diz que as duas disciplinas “devem completar-se mutuamente, e não se fundir”. O autor ainda completa: “na prática, os limites entre elas são violados com muita frequência” (BAKHTIN, 2018a, p. 207). Assim, do mesmo modo que as relações dialógicas precisam das relações lógicas e concreto-semânticas para serem estabelecidas, mas não se reduzem apenas a elas, a translinguística precisa da linguística para uma análise eficiente da língua, mas vai além dela, uma vez que olha para a língua em vida, para a língua(gem).

Portanto, ao tratar das relações dialógicas, o filósofo russo é bem claro ao mostrar a complementaridade entre as duas disciplinas. Diz Bakhtin:

Assim, as relações dialógicas são extralinguísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, da língua como fenômeno integral concreto. A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. Mas a linguística estuda a “linguagem” propriamente dita com sua lógica específica na sua *generalidade*, como algo que *torna possível* a comunicação dialógica, pois ela abstrai conseqüentemente as relações propriamente dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isso, tais relações devem ser estudadas pela

metalinguística, que ultrapassa os limites da linguística e possui objetos autônomos e metas próprias (BAKHTIN, 2018a, p. 209, grifos do autor).

Conclui-se que língua e comunicação discursiva acontecem juntas e devem ser assim analisadas, pela linguística e pela translinguística. Essa consideração é, conforme pontua Brait (2020), o traço fundante da concepção de linguagem e de discurso da teoria bakhtiniana. De acordo com a autora, para o Círculo de Bakhtin, “a abordagem do discurso não pode se dar somente a partir de um ponto de vista interno ou, ao contrário, de uma perspectiva exclusivamente externa. Excluir um dos polos é destruir o ponto de vista dialógico” (BRAIT, 2020, p. 13), e é justamente essa “bivocalidade de ‘dialógico’, situado no objeto e na maneira de enfrentá-lo” que, para a autora, caracteriza a novidade da translinguística proposta por Bakhtin (BRAIT, 2020, p. 13).

No entanto, importa destacar, em consonância com o que explica Faraco (2009), que Bakhtin, em sua análise sobre a poética de Dostoievski, apesar de defender enfaticamente a necessidade da translinguística como uma outra ciência para o enfrentamento da linguagem, não a cria de maneira efetiva, uma vez que “ele não recorta um ‘objeto calculável’, nem formula proposições formais de método. O objeto ‘língua em sua totalidade concreta e viva’ não está suficientemente recortado para permitir a delimitação efetiva de uma ciência e menos ainda de um método para abordá-lo” (FARACO, 2009, p. 105). Sua proposta, tal como o grande diálogo da comunicação discursiva, fica inconclusa e aberta para possíveis atitudes responsivas que visem aprimorá-la.

É a partir desse não-fechamento da proposta bakhtiniana e do diálogo com o conjunto da obra do Círculo, que seus caudatários brasileiros vêm desenvolvendo a metodologia dialógica de análise discursiva, que é usada na análise dos relatos de vida de nosso *corpus*. Na próxima seção, apresentamos essa nova vertente teórica, metodológica e analítica e as vozes brasileiras que a têm desenvolvido a partir dos postulados dos estudiosos russos.

### *2.2.2 Análise Dialógica do Discurso: a atitude responsiva de pesquisadores brasileiros*

Brait (2020), a primeira estudiosa a tratar nominalmente de uma possível teoria dialógica do discurso, inicia seu ensaio *Análise e teoria do discurso* de maneira bastante assertiva. Para a autora, “ninguém, em sã consciência, poderia dizer que Bakhtin tenha proposto *formalmente* uma teoria e/ou análise do discurso” (BRAIT, 2020, p. 9, grifo da autora). Apesar disso, ainda de acordo com a autora, não se pode negar que, atualmente, seus pressupostos têm substancial importância para os estudos da linguagem. Tais considerações são unânimes entre

os pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre os estudos do Círculo, principalmente entre aqueles que se propõem, ao dialogar com os pensadores russos, a desenvolver uma metodologia dialógico-discursiva.

Faraco (2009), por exemplo, afirma que Bakhtin, ao apresentar a translinguística, não criou diretamente uma ciência para o estudo do discurso, uma vez que ele não recortou efetivamente o seu objeto de estudo, nem apresentou um método de abordá-lo. Miotello (2012), por sua vez, afirma que Bakhtin não estava, de fato, preocupado com isto, ou seja, em desenvolver um método para analisar discursos. Para o autor, “ele estava, certamente, preocupado com a vida” (MIOTELLO, 2012, p. 151). E a vida, para Bakhtin, é mediada pela linguagem, se manifesta no simpósio universal do qual o ser humano participa e no qual ele se constitui incessantemente. Daí advém a sua preocupação com a língua(gem): é dela e nela que a vida se manifesta. Afinal, para Bakhtin (2011), viver é participar do diálogo, viver é se comunicar.

Nesse sentido, mesmo que os pensadores russos não tenham fechado formalmente seus conceitos em uma teoria analítica, Brait (2020) sustenta em seu ensaio que os escritos bakhtinianos motivaram o desenvolvimento de um enfrentamento dialógico-discursivo da linguagem. Rohling (2014), partindo dessa observação de Brait, também afirma que a teoria dialógica do Círculo aponta para horizontes possíveis que sustentam um estudo do discurso. Esses possíveis caminhos apontados pela teoria dialógica, conforme pontuado anteriormente, partem, principalmente, da proposta de criação da translinguística apresentada por Bakhtin em seu livro sobre Dostoiévski, mas apresentam-se, também, como uma resposta a toda teoria do Círculo, que permanece em constante desenvolvimento dentro do grande diálogo teórico-social do qual faz parte.

Diante dessas considerações, propomo-nos, agora, a apresentar a Análise Dialógica do Discurso, doravante ADD, considerando-a como uma atitude responsiva dos caudatários brasileiros frente aos pressupostos do Círculo de Bakhtin e destacando-a como uma abordagem teórica, metodológica e analítica (FRANCO; ACOSTA-PEREIRA; COSTA-HÜBES, 2019) da linguagem. Para tanto, apresentamos, em diálogo com a teoria bakhtiniana, alguns dos focos de análise desta perspectiva discursiva, bem como algumas de suas especificidades e alguns horizontes metodológicos que auxiliam os pesquisadores em seus empreendimentos analíticos.

Partimos nossa discussão teórica do fato, já mencionado, de que o dialogismo (da língua(gem), dos discursos, dos sentidos, dos sujeitos, da vida) é a base dessa nova vertente discursiva. Aliás, de acordo com o que pontua Stafuzza (2019), o dialogismo pode subsidiar toda e qualquer análise discursiva, já que a palavra, entendida como discurso, é

constitutivamente dialógica. Portanto, para a autora, ao empreender uma análise discursiva que tenha como base teórica o dialogismo, “faz-se necessário pensar em como a linguagem determina as relações sociais a partir dos diálogos que são estabelecidos entre vários discursos” (STAFUZZA, 2019, p. 80). Em outras palavras, uma análise discursiva de vertente dialógica analisa os discursos pela perspectiva do diálogo, do simpósio universal, da ininterrupta cadeia da comunicação discursiva onde a linguagem, os sujeitos e o próprio social interagem e se desenvolvem constantemente.

Apesar de afirmar que não se pode apresentar uma definição fechada do que seja a ADD, uma vez que o fazer seria uma contradição aos postulados que a sustentam, principalmente em relação ao conceito de dialogismo, Brait (2020) apresenta o seu embasamento constitutivo.

Para a autora, o que embasa a teoria dialógica do discurso é “a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento de forma comprometida, responsável” (BRAIT, 2020, p. 10). A isso, a estudiosa ainda acrescenta: “esse embasamento constitutivo diz respeito a uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos necessariamente apoiada nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados” (BRAIT, 2020, p. 10). Em suma, pode-se dizer que a ADD tem como fundamento a relação existente entre língua(gem), sujeito e história, que se concretiza na interação. Dessa forma, os sentidos produzidos nessa relação lançam luz para uma compreensão ativamente responsiva do sujeito, do social e da própria linguagem. Para apreendê-los, a ADD busca se posicionar dialogicamente frente ao seu objeto de estudo, buscando ouvir, valorar, relacionar e responder os diferentes discursos que o constituem, caminho que buscamos delinear na análise dos relatos das mulheres judias sobreviventes.

Portanto, é pela ótica do dialogismo e por sua materialização através das relações dialógicas que os discursos, na ADD, evidenciam a sua maneira de produzir sentidos. Afinal, as relações dialógicas, por sua própria definição na teoria bakhtiniana, são relações semânticas, relações de sentidos propriamente ditas. São elas, com efeito, um dos focos principais de uma Análise Dialógica do Discurso, pois através dessas relações se dá a produção, a compreensão, a análise e a interpretação de sentidos dos enunciados, como os que compõem o nosso *corpus*.

Sabendo que as relações dialógicas, apesar de serem irredutíveis às relações lógicas, dependem delas para serem estabelecidas (BAKHTIN, 2018a), podemos apresentar uma primeira especificidade da metodologia dialógica de análise discursiva, herdada da proposta de Bakhtin para a investigação dessas relações semânticas. Esta vertente de análise discursiva, tal como propõe o filósofo russo ao apresentar a translinguística, não exclui a linguística de suas

considerações e, por consequência, não exclui seu objeto de estudo, que é a língua propriamente dita, ou seja, a língua como sistema formal. Ao lado das relações dialógicas, então, a língua é outro importante foco de análise da ADD.

Diante dessa particularidade, o objeto de estudo da ADD é composto, em consonância ao que propõe Bakhtin (2018a), pela língua e pelo discurso, ou melhor, pelo discurso enquanto língua em vida, pela língua(gem). Isso porque, nas palavras de Brait (2020, p. 13), o enfrentamento bakhtiniano da linguagem leva em consideração, além da língua, “as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralinguístico aí incluído”. É no extralinguístico, associado ao linguístico, que as relações de sentido são estabelecidas.

Assim, dando continuidade à proposta de Bakhtin (2018a), conforme explicam Sobral e Giacomelli (2016, p. 1091), “a ADD estuda a língua e o discurso. Suas propostas não esquecem a língua, mas se concentram no que está além da língua: o uso da linguagem no discurso, a enunciação, a interação como lugar em que nasce o sentido”. Dessa forma, retomando as considerações do filósofo russo ao propor a translinguística, uma teoria discursiva dialógica não deve excluir a linguística, mas, ao contrário, precisa aplicar seus resultados, indo necessariamente além deles. Linguística e translinguística, segundo Bakhtin (2018a), devem completar-se mutuamente. Para a ADD, língua e discurso, também. Portanto, para essa perspectiva discursiva, somente com o imbricamento entre língua e discurso na interação, ou seja, somente com a língua(gem), pode-se chegar aos sentidos dos enunciados.

Dessa forma, para empreender uma análise dialógica de discurso, Sobral e Giacomelli (2016) propõem que essa necessária abordagem do linguístico e do discursivo se dê de maneira conjunta, passando necessariamente por três etapas: descrição, análise e interpretação do objeto. Para os autores, primeiramente é preciso descrever as materialidades linguísticas e enunciativas do objeto, para assim conhecê-lo. Após, deve-se analisar as relações que são estabelecidas entre os planos descritos, quais sejam, o plano da língua e o plano da enunciação. Somente a partir desse aprofundamento no objeto poder-se-á, no terceiro passo proposto, interpretar os sentidos que são produzidos no imbricamento linguístico-discursivo. De acordo com autores, essa não é uma maneira de esgotar os sentidos de uma análise dialógica, mas uma forma de fundamentá-la com marcas do próprio objeto. Dizem os estudiosos:

em toda análise, e em todos os passos da análise, o analista precisa validar o que diz do objeto com as marcas, linguísticas (da língua) e enunciativas (da enunciação) que estão no próprio objeto. Disso vem a importância de não saltar para a interpretação antes de ter descrito e analisado o objeto em termos das relações entre suas dimensões

micro e macro, que, unindo língua e ato de enunciação, produz sentidos (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1093).

Para a ADD, aliás, o discurso é uma fonte inesgotável de sentidos, uma vez que o sentido sempre pode *vir a ser outro* a depender do contexto e do horizonte axiológico pelo qual o enunciado é produzido, lido e/ou analisado. Nas palavras de Sobral e Giacomelli (2016, p. 1093), desta perspectiva analítica, “os sentidos não são iguais a um composto químico; eles são múltiplos e, de certo modo, inesgotáveis”. Diante disso, outra especificidade da ADD é que, recorrendo às palavras de Bakhtin (2011), o sentido de um enunciado é potencialmente infinito.

Essa infinidade de sentidos se dá porque, aproveitando os resultados da linguística e iniciando a incursão no discurso, para a metodologia dialógica, os sentidos advêm das significações da língua, mas também e principalmente das relações discursivas que são estabelecidas nas situações de seu uso concreto, estas, por sua vez, são infinitas, contínuas e mutáveis, o que, por conseguinte, modifica também os sentidos que nelas são produzidos e os valores que são por elas representados.

Sobre isso, Volóchinov (2018) é enfático ao afirmar que um enunciado só possui sentido, o qual ele chama de tema, quando é considerado um fenômeno histórico, isto é, quando é analisado dentro da situação de comunicação na qual foi produzido. No entanto, o estudioso russo não exclui a importância das significações formais da língua nessa consideração. Segundo ele:

o tema do enunciado é definido não apenas pelas formas linguísticas que o constituem – palavras, formas morfológicas e sintáticas, sons, entonação – mas também pelos aspectos extraverbiais da situação. Sem esses aspectos situacionais, o enunciado torna-se incompreensível, assim como aconteceria se ele estivesse desprovido de suas palavras mais importantes (VOLÓCHINOV, 2018, p. 228).

Volóchinov (2018) apresenta o sentido como resultado dos aspectos situacionais no qual um enunciado é produzido. Por outro lado, o estudioso afirma que, para existir, o sentido deve necessariamente estar apoiado em uma significação estável das formas linguísticas, não havendo, assim, um limite entre tema e significação, uma vez que “não há tema sem significação, como não há significação sem tema” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 229). Já nas palavras de Bakhtin (2018b), significado e sentido só existem quando ancorados em uma expressão espaço-temporal. Ambos são, portanto, cronotópicos.

Essa distinção entre tema, entendido aqui como sentido, e significação feita por Volóchinov (2018) é especialmente produtiva para a metodologia dialógica do discurso e para



o seu enfrentamento da língua(gem). Isso porque, em diálogo com essa consideração do estudioso russo e com os demais postulados do Círculo de Bakhtin,

a ADD entende que a linguagem tem dois componentes: o componente formal, que é a língua, que traz significações, aquelas do dicionário, e o componente discursivo, que é o discurso, ligado à enunciação e ao sentido, sendo este último produzido e não dado. Para a ADD, não se pode entender o discurso sem a língua, mas também não se pode entender o discurso, que é o uso da língua, sem levar em conta que a produção do enunciado (do discurso) vai além da língua e cria linguagem. A produção do enunciado/discurso cria uma união entre a significação das palavras e frases e o seu uso no discurso, e essa união, nos contextos, cria os sentidos do que é dito (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 1078).

Dessa forma, na ADD, as significações no sistema da língua, de acordo com o que explicam Sobral e Giacomelli (2018), são indispensáveis, mas não são unicamente determinantes para a apreensão dos sentidos discursivos. Nas palavras dos autores, “importa para a concepção dialógica a mobilização de significações na língua para criar sentidos na linguagem” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2018, p. 308). Portanto, em uma análise dialógico-discursiva é a partir das significações formais da língua, já dadas e estabilizadas socialmente, e de seu uso concreto dentro de um contexto, que se produzem os sentidos do discurso.

Além disso, destaca-se que, para a ADD, o sentido é, também e essencialmente, dialógico, uma vez que é no diálogo que as significações produzem sentidos. Nas palavras de Bakhtin (2011, p. 381) e recorrendo à sua já referida metáfora, “aquilo que não responde a nenhuma pergunta não tem sentido para nós”. Os sentidos, assim, só são possíveis no embate dialógico, na interação. Portanto, o dialogismo, nossa pedra angular, é constitutivo também da produção de sentidos nos discursos para a ADD.

Outra premissa bakhtiniana substancial para ADD é a de que “é impossível dissolver o sentido em conceitos” (BAKHTIN, 2011, p. 399). Dessa forma, outra das particularidades desta vertente discursiva, de acordo com Brait (2020, p. 24), é o fato de a ADD “não aplicar conceitos a fim de compreender um discurso, mas deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, a partir de ponto de vista dialógico, num embate”. Ou seja, na ADD, não há a proposição de conceitos fechados que devam ser aplicados sistematicamente aos enunciados para se chegar aos sentidos dos discursos. Ao contrário, fazendo jus a perspectiva dialógica que a embasa, nesta perspectiva analítica, é o diálogo do pesquisador e de seu referencial teórico com o objeto de análise que deve guiar o caminho analítico a ser percorrido, são as particularidades do objeto pesquisado que determinam os conceitos. Isso porque o objetivo desta vertente discursiva “é *explicar* o objeto e não o *enquadrar*” (DESTRI; MARCHEZAN, 2021, p. 16, grifos das autoras).

Essa especificidade da ADD é fundamentada, de acordo com o que propõe Brait (2020), justamente no texto em que Bakhtin apresenta a translinguística para a análise do discurso em Dostoiévski. É nesse capítulo analítico que se pode identificar o procedimento essencial da teoria dialógica do discurso, qual seja, chegar ao conceito (noção, categoria de análise) a partir do objeto de estudo, dos sujeitos e das relações que nele são estabelecidas (BRAIT, 2020). Isso porque, conforme discute Brait (2020, p. 24), para apresentar o seu conceito polifônico, “Bakhtin analisa, como se observou, a obra toda de Dostoiévski. Ele não tinha um conceito *ad hoc* de polifonia para testar nos escritos de Dostoiévski. É a partir dos textos de Dostoiévski que o conceito é formulado, constituído”.

Daí advém a resistência de alguns pesquisadores quanto ao uso indiscriminado do conceito de polifonia, que, por vezes, é aplicado sistematicamente a diversos textos-enunciados, quando, pela perspectiva dialógica, deveria ser tratado como um conceito próprio da poética do romancista russo, tal como formulou Bakhtin (BRAIT, 2020).

Portanto, partindo do exemplo prático de Bakhtin, ao empreender uma análise dialógica de discurso, é preciso estar ciente de que, nos postulados do Círculo, bem como na ADD, não existem conceitos fixos e fechados a serem aplicados mecanicamente aos enunciados. Assim, não há métodos formais de análise, nem corrimãos que levam à verdade-istina<sup>8</sup>, nos termos bakhtinianos, ou ao já-conhecido, como apresenta Geraldi (2012) retomado em nosso capítulo metodológico. O que existe são possíveis encaminhamentos desenvolvidos pelos estudiosos brasileiros que estão na empreitada do desenvolvimento da ADD e buscam estabelecer alguns parâmetros que possam auxiliar o pesquisador em seu empreendimento analítico.

Pode-se dizer, dessa forma, que a ADD dispõe de metodologias que podem guiar o caminho do pesquisador à verdade-pravda<sup>9</sup>. No entanto, é preciso dar importância ao fato de que é pelo diálogo com o objeto de estudo que a análise deve ser encaminhada, é pela vida do diálogo que se chega aos sentidos, sentidos os quais sempre podem *vir a ser outros*, a depender do caminho que o pesquisador resolva trilhar.

---

<sup>8</sup> Bakhtin (2020) em *Para uma filosofia do ato responsável* apresenta a diferença entre *istina* e *pravda*, signos traduzidas como *verdade* em português. Recorrendo a definição de Geraldi (2012, p. 25), a “verdade-istina é aquela que se obtém por sucessivas abstrações; são verdades construídas no interior de uma teoria em que se constrói um modelo abstrato de explicação de um objeto”. A verdade-istina, desse modo, não é o objetivo da ADD.

<sup>9</sup> “A verdade-pravda é aquela do mundo da vida, relativa ao acontecimento em si e às percepções que dele fazer os sujeitos envolvidos. Não resulta da abstração que exclui singularidades, mas ao contrário da adição continuada de elementos de tal modo que a verdade-pravda pode ser uma num momento, e outra noutro momento posterior em que se acrescentaram novos elementos para formular um juízo de valor (aqui, de valor de verdade)” (GERALDI, 2012, p. 25).

Assim, para o desenvolvimento de metodologias dialógicas de análise, os pesquisadores brasileiros partem, principalmente, de possíveis horizontes metodológicos encontrados nas obras do Círculo de Bakhtin. Entre eles, destacamos a ordem metodológica para o estudo da língua, apresentada por Volóchinov (2018) em seu livro *Marxismo e filosofia da linguagem*. Diz o filósofo:

Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos da interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220).

Antes de pormenorizar cada um desses pontos, destaca-se que, ao apresentar sua metodologia, Volóchinov (2018) discorria sobre a realidade fundamental da língua, que, para o Círculo bakhtiniano, é a interação, o seu contexto de uso. De acordo com o estudioso, “a língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220). Para o filósofo, é *disso* que decorre a sua ordem metodológica, ou seja, da ligação da língua com o seu contexto concreto de uso, com o social. Dessa forma, é mister salientar que uma análise bakhtiniana sempre privilegiará os aspectos sociais da língua(gem), nos quais a língua ganha vida.

Em vista disso, o primeiro passo proposto por Volóchinov (2018, p. 220) em sua ordem metodológica é, justamente, a análise das “formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas”. Em outras palavras, essas formas da interação discursiva são aqueles componentes do discurso que, conforme sinaliza Bakhtin (2018a), escapam aos limites da linguística. Trata-se, portanto, dos elementos extralinguísticos propriamente ditos e das relações que só eles estabelecem, ou seja, as relações dialógicas. É através do contexto extralinguístico, chamado pela maioria dos estudiosos de extraverbal, e de sua relação com o todo do enunciado que se apreendem os sentidos na ADD.

Dada essa importância do extraverbal para a análise dos discursos pela vertente dialógica, os pesquisadores brasileiros têm desenvolvido, a partir do que propõem os estudiosos russos, formas de abordá-lo. Para Rodrigues (2001), por exemplo, o contexto extraverbal é formado pela situação de comunicação e pelo auditório do enunciado. Dessa forma, em um processo de abstração para fins analíticos, e partindo da explicação de Volóchinov (2019) sobre

a situação extraverbal, a autora propõe o seu desmembramento em três elementos constitutivos, quais sejam,

- a) horizonte espacial e temporal: corresponde ao onde e quando do enunciado;
- b) horizonte temático: corresponde ao objeto, ao conteúdo temático do enunciado (aquilo de que se fala);
- c) horizonte axiológico: é a atitude valorativa dos participantes do acontecimento (próximos, distantes) a respeito do que ocorre (em relação ao objeto do enunciado, em relação aos outros enunciados, em relação aos interlocutores) (RODRIGUES, 2001, p. 24).

Por essa decomposição, entende-se que a situação extraverbal deve ser abordada do ponto de vista espaço-temporal que, por sua vez, envolve e determina, além do onde e do quando propriamente ditos, o objeto de discurso e as valorações dos sujeitos envolvidos na situação de comunicação na qual o enunciado é produzido. Apesar da apresentação abstrata e dividida feita por Rodrigues (2001), destaca-se que esses três horizontes de análise devem ser considerados em conjunto, uma vez que é a partir da compreensão do horizonte espacial e temporal que se amplia a compreensão do horizonte temático e do horizonte valorativo dos enunciados. Tais elementos, portanto, são interdependentes.

Além disso, destaca-se que, por essa indissolubilidade entre tempo-espaço, conteúdo temático e axiologias, o contexto extraverbal de produção de um enunciado, ainda de acordo com o que apresenta Rodrigues (2001), relaciona-se intimamente à noção de cronotopo, que é outro foco de análise substancial para a ADD, uma vez que, conforme já apresentado, para Bakhtin (2018b, p. 236), “qualquer entrada no campo dos sentidos só se concretiza pela porta dos cronotopos”.

Nesse sentido, muitos estudiosos brasileiros, como Acosta-Pereira e Oliveira (2020), consideram que as amplitudes espaço-temporais devem ser o ponto de partida de uma análise dialógica. Isso porque os cronotopos, de acordo com o que discutem os autores, trazem em si balizas sócio-histórico-culturais e político-econômicas, que se refletem nos enunciados e auxiliam na compreensão dos sentidos, dos sujeitos e do social que são ali, pela linguagem, representados. Nas palavras de Amorim (2020, p. 106), “no trabalho de análise dos discursos e da cultura, quando conseguimos identificar o cronotopo de uma determinada produção discursiva, podemos dele inferir uma determinada visão de homem”. É a essas axiologias, aliás, que pretendemos chegar ao iniciar nossa análise nas amplitudes espaço-temporais que envolvem os relatos de vida das mulheres sobreviventes.

Devido a essa importância da noção de cronotopo para a teoria dialógica e para as metodologias que nela se baseiam, Paulo Bezerra, em seu posfácio à obra de Bakhtin (2018b),

afirma que o pesquisador, ao lidar com essa noção, não deve se limitar a apenas indicar a sua presença na obra que analisa. Ao contrário, “como se trata de um conceito guia, cabe ao pesquisador explicitar e analisar a cultura e os diversos valores que o sedimentam, mostrando seu papel na condução dos sentidos que emanam do contexto de tal obra, que a povoam e alimentam” (BEZERRA, 2018, p. 261). Mesmo que Paulo Bezerra, como crítico literário, direcione suas proposições para o campo da literatura, sua afirmação é bastante oportuna para a ADD na análise de variadas tipologias de textos-enunciados e deve ser por seus estudiosos recuperada, uma vez que a obra do Círculo, apesar de exemplificar a maioria de suas proposições através de gêneros literários, sempre se refere a produção discursiva em suas diferentes esferas.

Portanto, considerar a situação social de produção de um enunciado e os cronotopos que ele envolve, a partir de um enfrentamento dialógico de seus horizontes espaciais, temporais, temáticos e valorativos, é indispensável para esta perspectiva analítica, uma vez que, para os estudiosos do Círculo, “a situação social mais próxima e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, de dentro, a estrutura do enunciado” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 206), seja ele da esfera literária, científica, religiosa, cotidiana etc.

Já o segundo elemento da ordem metodológica de Volóchinov (2018) são as formas tipológicas de enunciados em sua relação com a interação discursiva na qual o enunciado foi produzido. Em suma, são os gêneros do discurso e seus elementos constitutivos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) relacionados de maneira intrínseca ao seu contexto de produção, ou seja, ao extraverbal, analisado no passo inicial da metodologia do estudioso russo.

Cabe lembrar, aqui, que, para Bakhtin (2016), o uso da linguagem e os campos de atividade humana estão intimamente relacionados. Assim, não há atividade humana sem a mobilização da linguagem, que se dá através dos gêneros discursivos, bem como não há uso da linguagem sem a interação social estabelecida nesses campos. Então, o que Volóchinov (2018) propõe nesse momento de sua metodologia é que os sentidos produzidos por um enunciado sejam analisados a partir da relação intrínseca existente entre o gênero do discurso e as particularidades das esferas sociais de seu contexto extraverbal, que o determinam. Isso porque, em consonância a esses postulados,

para a ADD, compreender o funcionamento e a constituição dos gêneros do discurso nas mais variadas situações sociais de interação é entender como a língua se realiza na forma de enunciados e como esses enunciados, engendrados por diversas orientações ideológicas e projeções valorativas, se tipificam e se estabilizam socialmente (ACOSTA-PEREIRA, 2010, p. 3).

Diante desse entendimento, há pesquisadores que defendem que a investigação do gênero discursivo deve ser privilegiada em uma análise empreendida pelos pressupostos da ADD, pois, nas palavras de Miotello (2012, p. 160), compreender o gênero de determinado enunciado, “abre uma larga porta para a compreensão dos sentidos”, uma vez que ele reflete as particularidades históricas, culturais, sociais, valorativas e discursivas do campo da atividade humana no qual é produzido e circula. Dessa forma, para a ADD, o gênero não deve ser analisado de forma separada da esfera social que o mobiliza, já que ele e seus elementos constitutivos são uma porta de entrada para compreendê-la. Em nossa análise, consideramo-lo como a segunda porta nesse caminho aos sentidos.

Por fim, o último passo citado por Volóchinov (2018) é a “revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual”. Conforme já apresentado anteriormente, esta também é uma importante premissa para a teoria dialógica do discurso, já que não há discurso sem língua, bem como não há relações dialógicas sem as relações lógicas e concreto-semânticas. Nessa etapa, é preciso, portanto, partindo dos pressupostos da linguística tradicional, olhar para as formas da língua para que se possa apreender o discurso, para que se possa analisar a língua em vida, a língua(gem).

Consoante ao exposto, a partir desses três elementos de análise propostos pelo estudioso russo, que podem ser resumidos em situação extraverbal e cronotopos, gêneros do discurso e formas da língua, os estudiosos brasileiros passaram a desenvolver as suas metodologias de análise, não visando estabelecer categorias fixas, mas trilhar caminhos que, ao serem adaptados quando necessário, auxiliam na apreensão dos sentidos que são construídos na totalidade dos enunciados.

Ademais, destaca-se que, apesar de o uso do vocábulo *ordem* usado por Volóchinov (2018) para apresentar sua metodologia denotar a ideia de que se trata de uma sequência fixa a ser seguida, essa não é uma “diretriz” estabelecida pelos postulados da ADD. Há estudiosos que optam por seguir a sequência tal como Volóchinov (2018) a dispôs. É o caso de Rojo (2005), por exemplo, que adjetiva como necessária a ordem metodológica proposta pelo filósofo russo, entendendo-a como uma sequência fundamental para o estudo dos enunciados. Para a autora, uma análise de vertente dialógica deve partir das e privilegiar as instâncias sociais, para somente depois chegar à análise linguística propriamente dita. Nesta dissertação, para a análise dos relatos de vida das mulheres sobreviventes, buscamos seguir esse caminho que parte do social e dos gêneros e chega, enfim, ao linguístico-discursivo.

Outros estudiosos, por outro lado, optam por inverter essa abordagem. Para Destri e Marchezan (2021, p. 13-14), por exemplo, “tem se mostrado ponto pacífico que o estudo de

determinado objeto pode acontecer em ordem diversa, desde que abranja todos os focos”. Cabe ao pesquisador, portanto, em diálogo com o seu objeto de estudo, seguir a *ordem* que melhor atende aos seus objetivos de pesquisa.

Ademais, o pesquisador pode escolher, ainda, seguir outros caminhos metodológicos, uma vez que a obra do Círculo, em sua complexidade e não-finalização, abre diversas possibilidades para o enfrentamento da linguagem. Nas palavras de Destri e Marchezan (2021, p. 4) “é justamente nisso que a ancoragem de análise bakhtiniana tem um de seus maiores destaques. O conjunto das obras do Círculo permite que o pesquisador desenvolva um modo alternativo de abordar os discursos, as relações sociais, a vida, a cultura”.

Dessa forma, finalizamos nossas discussões sobre a ADD com uma citação que sintetiza de maneira bastante satisfatória o trabalho metodológico desta nova vertente discursiva. Para tanto, recorreremos a Brait (2020, p. 13-14), que diz:

O trabalho metodológico, analítico e interpretativo com textos/discursos se dá [...] herdando da Linguística a possibilidade de esmiuçar campos semânticos, descrever e analisar micro e macro-organizações sintáticas, reconhecer recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o(s) discurso(s) e indiciam sua heterogeneidade constitutiva, assim como a dos sujeitos aí instalados. E mais ainda: ultrapassando a necessária análise dessa “materialidade linguística”, reconhecer os gêneros a que pertencem os textos e os gêneros que neles se articulam, descobrir a tradição das atividades em que esses discursos se inserem e, a partir desse diálogo com o objeto de análise, chegar ao inusitado de sua forma de ser discursivamente, à sua maneira de participar ativamente de esferas de produção, circulação e recepção, encontrando sua identidade nas relações dialógicas estabelecidas com outros discursos, com outros sujeitos.

Diante dessas considerações, iniciamos, agora, os nossos capítulos analíticos. Neles, percorremos um caminho metodológico que optamos, pela liberdade advinda da teoria discursiva que nos embasa, por dividir em três movimentos analíticos. Dessa maneira, no próximo capítulo, adentramos em nosso *corpus* de análise pelas portas dos cronotopos. Após, passamos pelas portas do gênero discursivo, relacionando-o à investigação cronotópica já realizada. Por fim, no quarto capítulo, chegamos à investigação linguístico-discursiva que nos propomos a empreender para, assim, analisarmos os sentidos que são produzidos pelos enunciados em tela nesta dissertação.

### 3 DIÁLOGOS ANALÍTICOS 1: AS PORTAS DE ENTRADA

Uma análise empreendida pelo viés da Análise Dialógica do Discurso, como vimos, não busca aplicar metodicamente conceitos aos enunciados, mas, ao contrário, em um diálogo com o *corpus* de análise, busca traçar os caminhos analíticos que melhor se adequem aos objetivos do pesquisador e às especificidades do material em estudo. Portanto, para esta pesquisa, como buscamos analisar os sentidos que são produzidos pela relação existente entre linguagem, sujeito e sociedade, que é concretizada no enunciado, partimos daquelas noções que consideramos as portas de entrada que levam às relações de sentidos em uma análise discursiva de vertente dialógica, quais sejam, os cronotopos e os gêneros discursivos, para posteriormente analisar as vozes sociais que constituem os enunciados de nosso *corpus*, as relações dialógicas que eles estabelecem bem como as ideologias que neles circulam. Dessa forma, dividimos este capítulo em dois movimentos analíticos.

Em um primeiro momento, buscamos analisar as relações espaço-temporais que envolvem os enunciados que compõem o nosso *corpus* de análise, que, conforme já destacado, é composto por relatos de vida de mulheres judias sobreviventes da *Shoah*. Considerando a proposta de Bakhtin (2018b) de que os sentidos estabelecidos em um texto são determinados por pelo menos três cronotopos, a saber, pelo cronotopo que é representado discursivamente, pelo cronotopo que envolve o sujeito que fala no momento de produção discursiva e, por fim, pelo cronotopo em que esse texto é recebido/lido/analísado, buscamos realizar três análises cronotópicas que consideramos determinantes para a análise que nos propomos a empreender nesta dissertação.

A primeira delas relaciona-se ao cronotopo que é representado nos relatos de vida, que funciona como o “enredo” das narrativas e que determinou as vivências relatadas pelas mulheres judias sobreviventes, ou seja, o cronotopo bélico-nazista. A segunda análise a ser empreendida é a do sistema cultural patriarcal e de suas configurações no pequeno e no grande tempo. Por fim, por considerarmos que os pesquisadores não são *coisas mudas* no diálogo que estabelecem com o texto ao empreenderem uma análise dialógica, buscamos também apresentar o cronotopo que nos envolve neste momento de pesquisa acadêmica e que determinou desde a escolha pela temática de nossa pesquisa até os sentidos construídos nesta dissertação, qual seja, o cronotopo neautoritário brasileiro.

A partir dessas amplitudes espaço-temporais e culturais que envolvem nossa investigação, direcionaremos nossa análise para o gênero discursivo relato de vida em sua relação com a esfera de comunicação discursiva em que foi mobilizado, considerando que eles



também são portas que nos levam às relações semânticas produzidas pelos discursos aqui analisados. Para tanto, discorreremos sobre suas especificidades no campo acadêmico-historiográfico e sobre cada um de seus elementos constitutivos – conteúdo temático, estilo e construção composicional. Tal abordagem é realizada mobilizando o nosso *corpus* de análise, de forma a evidenciar as características dos enunciados das mulheres judias sobreviventes que permitem classificá-los enquanto relatos de vida, bem como as especificidades que os individualizam, a observar, também, como esses elementos constitutivos do gênero discursivo auxiliam na construção de sentidos dos enunciados e no propósito discursivo de seus idealizadores.

### **3.1 Os cronotopos: a passagem pela primeira porta**

A fim de analisar como a *Shoah* é discursivizada pelas vozes das mulheres judias sobreviventes, torna-se imprescindível olhar para as amplitudes espaço-temporais que determinam os enunciados de nosso *corpus* de análise, bem como para o tempo-espaço que determina também os sujeitos desses enunciados e o seu enfrentamento por nós, pesquisadores. Nesse sentido, propomos investigar, nesta seção, além dos cronotopos representados, os sistemas cronotópicos e culturais que envolvem e determinam o sujeito-autor dos enunciados em tela e os pesquisadores desta dissertação, enquanto sujeitos-leitores.

Tal empreendimento é necessário, pois, conforme sinaliza Bakhtin (2018b), quando nos colocamos diante de um texto-enunciado, temos diante de nós dois acontecimentos diferentes: aquele sobre o qual se narra, que funciona como enredo do enunciado, e aquele da própria narração, que, por sua vez, envolve o sujeito que fala e o sujeito que ouve/interpreta. Para Bakhtin (2018b), esses acontecimentos, o narrado e o que narra, se desenvolvem em tempos e espaços distintos, mas ligam-se indissolivelmente num mesmo acontecimento.

O filósofo russo define essa interação entre cronotopos como bastante complexa. Isso porque, uma vez que as amplitudes espaço-temporais apresentam determinados valores cronotópicos, imagens de sujeitos e visões de mundo, nessa relação estabelecida entre os cronotopos está em jogo também diferentes percepções de mundo, que dialogam entre si e determinam profundamente a construção de sentidos dos enunciados. Assim, o tempo-espaço representado, o tempo-espaço do sujeito que fala e o tempo-espaço do sujeito que ouve se completam mutuamente.

Os cronotopos representados, conforme discutido em nosso capítulo teórico, funcionam como o enredo e o campo para os acontecimentos nos textos literários. Para os enunciados de

outras esferas de produção, como os relatos de vida que constituem o nosso *corpus* de análise, essa definição também é apropriada. Nesse sentido, em um primeiro momento desta seção, optamos por investigar o cronotopo principal que é representado e que determina os relatos dados pelas mulheres judias sobreviventes, tempo-espaco esse que optamos por denominar de cronotopo bélico-nazista. Afinal, foi nessa amplitude espaco-temporal, com a ascensão do governo de Hitler na Alemanha e com a posterior conquista nazista de outros territórios dentro do continente europeu, o que desencadeou a Segunda Guerra Mundial, que as mulheres judias sobreviventes da *Shoah*, sujeitos dos enunciados analisados, tiveram suas vidas completamente transformadas.

Após, buscamos investigar um sistema cultural que constitui tal cronotopo, bem como o cronotopo neoautoritário brasileiro, tendo diferentes configurações nessas e em outras amplitudes espacotemporais. Trata-se do sistema patriarcal, um sistema de dominação-exploração sobre as mulheres, a partir do qual as mulheres judias sobreviventes olham para as situações vivenciadas naquele cronotopo de guerra e violência e as discursivizam em seus relatos. Esse empreendimento torna-se necessário, pois o cronotopo representado, no caso, o bélico-nazista, ao se tornar objeto de discurso já não é mais o tempo-espaco no qual o sujeito que fala se situa, mas o sistema patriarcal constituiu e ainda constitui essas mulheres enquanto sujeitos dialógicos e determinam suas valorações sobre esse e outros momentos de suas vidas. Sobre isso, diz Bakhtin (2018b):

Mesmo que ele [o sujeito] escreva uma autobiografia ou a mais verídica das confissões, ainda assim permanecerá como seu criador fora do mundo representado. Se eu narrar (ou escrever) uma ocorrência que acaba de se passar comigo, como *narrador* (ou escritor) já estarei fora daquele tempo-espaco onde se deu tal acontecimento. A identificação absoluta de mim mesmo, do meu “eu” com aquele “eu” sobre quem narro, é tão impossível como erguer a si mesmo pelos cabelos. O mundo representado, por mais realista e verídico que seja, nunca pode ser cronotopicamente identificado com o mundo real que representa, e no qual se encontra o autor-criador dessa representação (BAKHTIN, 2018b, p. 234).

Em outras palavras, não pode haver uma correspondência entre o mundo representado e o mundo que representa, uma vez que, quando o falante se coloca a discursivizar determinado cronotopo, ele já se encontra fora dele. Por isso, é preciso olhar esse sistema cultural que envolve o sujeito que fala no momento em que ele fala, porque novas amplitudes culturais e espaco-temporais determinam o olhar, agora exotópico, que o sujeito tem sobre o tempo-espaco que discursiviza.

Optamos por investigar o patriarcado, nesse momento, pois esse sistema socioideológico, que coloca as mulheres em posições inferiores às dos homens, além de ter

envolvido e determinado todas as vivências das mulheres judias sobreviventes durante o cronotopo bélico-nazista, continuou a determiná-las no decorrer de suas vidas, bem como no próprio momento em que discursivizavam os seus relatos de vida. Nesse sentido, as mulheres sobreviventes olham e representam o cronotopo bélico-nazista de dentro de um sistema patriarcal, que até hoje as envolve de algum modo.

Por fim, mesmo estando fora do mundo representado, o cronotopo daquele que ouve e interpreta, segundo Bakhtin (2018b), também integra a obra. O tempo-espaço do ouvinte-leitor, nas palavras do filósofo russo, tem “papel renovador” nos textos com os quais interage. Isso porque, situado e determinado por outro cronotopo, ou seja, por um tempo-espaço exterior ao que é representado e ao do sujeito que fala, o sujeito que ouve/lê/interpreta vê aquilo que está além da visão do sujeito-autor.

Nessa interação dialógica entre o cronotopo do sujeito que fala e o cronotopo do sujeito que ouve, entra em cena o conceito bakhtiniano de exotopia, que define exatamente esse olhar exterior sobre um determinado enunciado, sujeito ou objeto. Amorim (2020) explica que essa noção designa uma relação dialógica entre “o sujeito que vive e olha de onde vive” e o sujeito que, “estando fora da experiência do primeiro, tenta mostrar o que vê do olhar do outro” (AMORIM, 2020, p. 101). Nesse sentido, Amorim (2020) enfatiza que, quando o pesquisador se coloca nessa posição exotópica ao empreender uma análise sobre determinado texto-enunciado, ele “deve fazer intervir sua posição exterior: sua problemática, suas teorias, seus valores, seu contexto sócio-histórico, para revelar do sujeito algo que ele mesmo não pode ver” (AMORIM, 2020, p. 100).

Portanto, propomos tratar, nesse terceiro momento, das amplitudes espaço-temporais de onde nós, pesquisadores, empreendemos nossa análise. Considerando o contexto político no qual nos inserimos atualmente no Brasil, optamos por nomear o nosso tempo-espaço de cronotopo neoautoritário brasileiro. Para tanto, partimos nossa análise do golpe de Estado que foi colocado em prática no Brasil em 2016 e chegamos ao contexto da pandemia mundial, que, iniciada em 2020, fez com que o povo brasileiro lutasse, até hoje, em 2022, contra um vírus que adoenta e mata a sua população, ao mesmo tempo em que precisa enfrentar crises na saúde, na educação e na política, como consequências de atitudes com vieses negacionistas e autoritários de um governo eleito democraticamente. A amplitude espaço-temporal de vieses autoritários e antidemocráticos que se desenvolveu de 2016 até 2022, também permeada pelo patriarcado, determina o nosso posicionamento frente aos enunciados das mulheres judias sobreviventes, uma vez que, nesse novo tempo-espaço, inúmeras vezes, flagrou-se o governo federal do Brasil com atitudes e referências, algumas veladas outras nem tanto, ao governo autoritário, eugenista

e genocida de Adolf Hitler, bem como aos ideais patriarcais. Olhar para essas questões em uma pesquisa como a que nos propomos a desenvolver é, assustadoramente, como constatamos, necessário.

Assim, como propõem Morson e Emerson (2008, p. 387), consideramos que, “como críticos, devemos sondar não apenas as representações mas também o próprio fundo da representação”, ou seja, os cronotopos reais que as envolvem. Se qualquer entrada no campo dos sentidos, conforme afirma Bakhtin (2018b), só é possível pelas portas dos cronotopos, adentremo-las, portanto.

### *3.1.1 Tempo-espaço discursivizado: o cronotopo bélico-nazista*

Morson e Emerson (2008) afirmam que o conhecimento dos cronotopos é tão necessário que todas as pessoas são capazes de reconhecer inconscientemente o que Bakhtin tinha em mente ao propor esse conceito. Para os autores, nós “sabemos, por exemplo, que ações altamente implausíveis, se não impossíveis, num romance realista do século XIX podem ser perfeitamente esperadas numa novela de cavalaria ou noutra narrativa de aventura” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 388). Mobilizando esse exemplo para fora do âmbito literário, há determinados acontecimentos históricos que se constituem dentro de um tempo-espaço tão específico que se torna comum acreditarmos que eles não poderiam ter acontecido em outros cronotopos, ou ainda, que eles nunca mais serão possíveis, quaisquer que sejam as novas amplitudes espaço-temporais que se desenvolvam. O Holocausto é um desses acontecimentos.

Devido a sua complexidade, muitos caracterizam o genocídio cometido pelos nazistas contra o povo judeu como uma tragédia exclusivamente judaica, uma vez que, de fato, “só os judeus foram marcados para o extermínio, a destruição total, e não tinham lugar reservado na Nova Ordem que Hitler pretendia instaurar” (BAUMAN, 1998, p. 12). No entanto, é fato comprovado que a política eugenista do ditador alemão atingiu outros grupos, como os ciganos, as pessoas com deficiência, os negros, os homossexuais, os seus inimigos políticos etc.

Além disso, há ainda quem busque limitar as causas da *Shoah* ao tempo-espaço em que ela ocorreu, alegando que “tudo aconteceu ‘lá’ – em outra época, em outro país. Quanto mais culpáveis forem ‘eles’ [os nazistas e os alemães], mais seguros estaremos ‘nós’ e menos teremos que fazer para defender essa segurança” (BAUMAN, 1998, p. 14). Por fim, há ainda argumentos que buscam caracterizar os perpetradores da *Shoah* como monstros alheios a realidade humana, não identificando neles “a própria miséria da humanidade” (GUTERMAN, 2020, p. 108). No entanto, é mister destacar que “os nazistas não eram aberrações, mas homens

e mulheres como quaisquer outros, e isso torna tudo muito mais difícil” (GUTERMAN, 2020, p. 108).

Nesta dissertação, defendemos que o Holocausto, na contramão dessas visões, não deve ser encarado como um quadro na parede, recuperando a metáfora de Bauman (1998) utilizada em nossa introdução, que está alheio à realidade social e que, por essa distinção, não encontrará condições espaço-temporais possíveis para que ocorra novamente. Ao contrário, é preciso ter em mente que “o Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso mais alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura” (BAUMAN, 1998, p. 12). Portanto, não o consideramos como um problema unicamente dos judeus, da Alemanha ou dos nazistas, mas sim como um problema de toda a humanidade, que ainda hoje sofre com o racismo, com a intolerância e com ideais totalitários. Compreender esse tempo-espaço ajuda-nos, assim, a ficarmos atentos aos mínimos sinais que possam fazê-lo emergir novamente no presente.

Com um saldo estimado de mais de seis milhões de judeus mortos e outros milhões de não-judeus, o que totaliza cerca de 20 milhões de pessoas aniquiladas a mando de Adolf Hitler (BAUMAN, 1998), a *Shoah*, com toda a sua complexidade e particularidade, é considerada o maior genocídio da modernidade, resultado do racismo, da eugenia e do antissemitismo institucionalizados.

O extermínio do povo judeu foi colocado em prática pelo governo nazista ao mesmo tempo em que a Alemanha, procurando expandir seus territórios, desencadeava a Segunda Guerra Mundial. Por essa intrínseca relação existente entre o conflito bélico e o governo de Adolf Hitler, propomos nomear de bélico-nazista o cronotopo representado nos relatos de vida das mulheres judias sobreviventes da *Shoah*.

De forma mais exata, optamos por considerar que o cronotopo bélico-nazista teve início em 30 de janeiro de 1933 com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e foi finalizado com a derrota do país na Segunda Guerra Mundial em 7 de maio de 1945, quando as forças alemãs já haviam expandido seus territórios por grande parte do continente europeu. Assim, objetivamente, o principal cronotopo representado nos relatos de vida que nos propomos a analisar nesta dissertação corresponde aos acontecimentos que se desenrolaram na Alemanha e nos países europeus por ela ocupados entre os anos de 1933 e 1945.

A chegada de Hitler ao poder na Alemanha marcou o início da transformação da vida de toda a comunidade judaica que vivia nos territórios europeus, uma vez que o novo chanceler propiciou o surgimento de uma onda radical de discursos racistas e antissemitas, que previa

tornar o território alemão e, posteriormente, todos os territórios ocupados, *judenfrei*, ou seja, livres de judeus. Isso porque a comunidade judaica era considerada pelos supremacistas nazistas, representados no governo por Hitler, uma ameaça para a raça ariana. Sendo o Estado um sistema ideológico formalizado, tais discursos passaram a circular como ideologia oficial e como discursos de autoridade (BAKHTIN, 2015); logo, os alemães, como sujeitos ideológicos em constante desenvolvimento e que já tinham tido contato com vozes antisemitas durante o seu processo de formação ideológica, passaram a assimilá-las em sua consciência sociodiscursiva (BAKHTIN, 2015).

No entanto, olhar para alguns acontecimentos anteriores à ascensão desse regime ajudamos a compreender como Adolf Hitler, um líder *a priori* improvável, cuja característica predominante, nas palavras de Rees (2013), era a capacidade de odiar, conquistou o apoio de grande parte da população alemã. Isso porque, para que um conteúdo ideológico chegue ao nível da ideologia oficial, como o que aconteceu com os ideais nazistas, é necessário que, primeiramente, tenha sido aceito e estabilizado na ideologia do cotidiano (VOLÓCHINOV, 2018; MIOTELLO, 2018), processo que acontece na interação habitual dos sujeitos.

De acordo com Rees (2013, p. 75), foi entre 1929 e 1933 que milhões de alemães abandonaram as suas até então filiações partidárias, decidindo apoiar veementemente o partido nazista. Conforme explica o autor, os cidadãos alemães “o fizeram sabendo que Hitler pretendia destruir o sistema democrático alemão e apoiava atos de violência criminal”, uma vez que, em seus discursos eleitorais, ele já havia deixado clara a sua intenção de criar um Estado totalitário (REES, 2013). Mesmo assim, a ideologia nazista, que pregava uma “Alemanha acima de tudo”, foi sendo assimilada na consciência discursiva de um número expressivo de alemães.

Vale destacar, conforme afirma Volóchinov (2018, p. 98), que “a realidade dos fenômenos ideológicos é realidade objetiva dos signos sociais”, que, por sua vez, é determinada de modo direto pelas leis socioeconômicas que vigoram em determinado tempo-espço. Assim, o surgimento dos sistemas ideológicos bem como a sua manutenção dependem do contexto sócio-histórico que o envolve. Nesse sentido, mais que uma adesão incondicional aos ideais racistas, antisemitas e antidemocráticos dos nazistas, que também já haviam sido evidenciados por Hitler em seu livro autobiográfico *Mein Kampf*, pode-se dizer que a ascensão de sua popularidade se deu, principalmente, devido ao fracasso da democracia alemã frente a crise econômica (REES, 2013) que o país enfrentava após a Primeira Guerra Mundial.

Rees (2013) explica que, em janeiro de 1930, o número de trabalhadores alemães desempregados ultrapassava os três milhões. Nesse momento, já na camada superior da ideologia do cotidiano, começou a emergir, na sociedade alemã, os ideais eugenistas e

nacionalistas de Adolf Hitler, que, para usar os termos bakhtinianos, podemos definir como “as energias criativas responsáveis pelas transformações parciais ou radicais dos sistemas ideológicos” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 215). Numa atmosfera de crise, segundo Rees (2013), a partir das eufóricas mensagens de “solidariedade” e “união” proferidas por Hitler, os nazistas ganharam uma expressiva quantidade de votos nas eleições gerais de 1930, com uma porcentagem de participação de seus eleitores que saltou de 2,6 para 18,3%, tornando-se o segundo maior partido do país, conquistando mais de cem assentos no parlamento alemão (REES, 2013). O que mais impressiona nesses dados, nas palavras de Rees (2013, p. 77), é que eles foram obtidos “sem a apresentação de um programa de diretrizes políticas ao eleitorado. Era quase como se a população da Alemanha estivesse votando por uma ideia emocional, materialmente manifestada por meio da pessoa carismática de Adolf Hitler”, o que coloca, não por mera consciência, a situação ocorrida na Alemanha em posição dialógica à ascensão do governo brasileiro eleito em 2018, como está exposto em nossa terceira análise cronotópica.

Seguindo o processo de constituição do sistema ideológico nazista, já no começo de 1932, Rees (2013) aponta que o número de desempregados na Alemanha chegava a seis milhões. Com isso, a sociedade alemã começava decididamente a se dividir politicamente entre os apoiadores dos nazistas e os comunistas. Com o advento de uma inquietação civil entre esses grupos, “Hitler tentava se posicionar como o *messias* político que tiraria a Alemanha do caos” (REES, 2013, p. 80, grifo nosso) e, sendo valorado pela população como um signo ideológico de mudança, ia ganhando cada vez mais popularidade entre o povo alemão, que continuava a assimilar dialogicamente seus discursos (BAKHTIN, 2015). Assim, nas eleições gerais desse mesmo ano, o partido nazista se tornou o maior do país, pois, com participação de voto de quase 38%, conquistou 230 assentos no parlamento alemão (REES, 2013).

Já em janeiro de 1933, após um tempo de consolidação das ideologias do partido nazista e da imagem ideológica de Hitler como um líder, houve novamente uma expressiva participação dos nazistas nas eleições estaduais, o que fez com que o então presidente do país, Paul von Hindenburg, já pressionado há algum tempo pelos políticos conservadores, concordasse em nomear Hitler como chanceler da Alemanha, cargo que ele tanto almejava alcançar (REES, 2013). Destaca-se, portanto, que, mesmo tendo conseguido considerável apoio popular, Hitler não chegou ao poder através de uma vitória eleitoral, mas por um acordo feito entre os políticos da época. Com o poder em suas mãos, em 1934, após a morte do presidente Hindenburg, Hitler instaurou sua ditadura e o sistema ideológico nazista, com sua característica de discurso autoritário e já tendo passado pelas etapas de objetivação social (MIOTELLO, 2018), se consolidou como ideologia oficial do Estado totalitário instaurado no país.

Mesmo antes de instaurar declaradamente a ditadura nazista, no entanto, Hitler já trabalhava para colocar seu projeto de governo em prática. Após chegar ao cargo de chanceler, ainda em 1933, seu próximo objetivo era conquistar o apoio da grande massa, para se consagrar como um estadista aclamado (REES, 2013). Assim, de acordo com Rees (2013, p. 104), nos meses em que ficou na chancelaria, Hitler buscou “demonstrar, de maneiras drásticas, que ele não era apenas o líder do Partido Nazista, mas o soberano de toda a Alemanha”, visando a adesão ideológico-discursiva dos alemães. Nessa época, ainda segundo Rees (2013, p. 104), o ditador nazista ainda não falava abertamente ao povo alemão sobre os seus dois principais ideais de governo, a saber, “o desejo de remover todos os judeus da Alemanha e a vontade de instituir um império nazista no Leste Europeu”, com vistas a não perder apoiadores. Assim, as ações antisemitas e expansionistas do governo nazista foram sendo tomadas aos poucos. Enquanto Hitler ia construindo uma imagem mítica em torno de si mesmo, construía a comunidade judaica, que pode ser tomada aqui como um signo ideológico (VOLÓCHINOV, 2019), como um inimigo único para o povo alemão, ao qual, mais tarde, direcionaria a culpa de todos os problemas socioeconômicos vivenciados pelo país, além do risco de degradação da raça ariana.

Para tentar conseguir o apoio das massas, nos primeiros meses como chanceler, Hitler instituiu o Ministério do Reich de Esclarecimento Popular e Propaganda e, balizado pela estrutura do Estado totalitário que começava a instituir, aos poucos, obteve o controle de toda a imprensa do país. Assim, a mobilização ideológica da opinião pública começou, segundo Herf (2014), com a destruição da imprensa alemã, tornando-a um monopólio estatal, cujo objetivo principal era a veiculação da ideologia nazista e da sua versão ilusória e fanática dos fatos, tanto nacionais quanto internacionais, através das diversas formas de expressão que os sistemas ideológicos formados, como a arte, lhes possibilitava. Com isso, o ditador nazista conseguia que os alemães assimilassem efetivamente seus discursos, uma vez que esses sistemas ideológicos, nas palavras de Volóchinov (2018, p. 213), cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, bem como exercem sobre ela “uma forte influência inversa e costumam dar-lhe o tom”.

Como a aversão aos judeus, conforme pontua Herf (2014), era apenas uma das fontes de força eleitoral nazista, uma vez que o antissemitismo alemão, nessa época, não era generalizado como uma ideologia radical, este foi um dos principais focos da imprensa nazista: a construção da imagem do judeu como o maior inimigo da raça e do império alemão, recuperando dialogicamente e fortalecendo discursos, já assimilados pela população, de rejeição frente a comunidade judaica e de pertencimento à raça ariana. Para encabeçar esse empreendimento, Hitler colocou diversos ideólogos antisemitas e eugenistas no Ministério da



Propaganda, dentre os quais, Joseph Goebbles (HERF, 2014), que foi nomeado ministro dessa pasta.

Essa preocupação em desenvolver um ministério exclusivo para a imprensa nazista pode ser justificada porque, para Arendt (2012, p. 476), “a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário”, isso porque, de acordo com a filósofa, as massas, ao contrário da ralé e da elite, não se sentem atraídas pelo ímpeto totalitário, elas precisam ser conquistadas de outra forma. Geralmente, isso é feito através da persuasão popular possibilitada pelos gêneros discursivos (BAKHTIN, 2016), nesse caso, os da imprensa, instituição ideológica que estavam sob o comando de Hitler. Assim, para Arendt (2012), o foco do conteúdo propagandístico em um regime totalitário, como o de Hitler, ou seja, o seu principal interlocutor, é sempre o público de fora, aqueles que ainda não foram doutrinados de maneira eficiente e que ainda não assimilaram incondicionalmente os discursos autoritários propagados pela ideologia oficial. Essa foi, portanto, a maneira encontrada por Hitler para conseguir o apoio do povo alemão. Assim, através de sua veiculação diária pelo aparato da imprensa nazista, em todos os lugares da Alemanha, o antissemitismo associado à eugenia foi sendo reavivado e ganhando espaço na vida cotidiana dos alemães. Nos termos bakhtinianos, as palavras outras do governo nazista, em diálogo com os já-dito sobre o tema, foram sendo assimiladas como palavras próprias pelos alemães e passaram a constituir de maneira autoritária a sua consciência sociodiscursiva (BAKHTIN, 2015).

Em uma breve retomada do percurso histórico desses já-ditos antissemitas que povoavam a constituição do povo alemão enquanto sujeitos dialógicos, Carneiro (2000) sinaliza que foi durante a Idade Média e a Idade Moderna que surgiram os fundamentos que buscavam justificar as práticas de um antissemitismo que ela chama de tradicional. Segunda a historiadora, esse antissemitismo tradicional, existente entre os séculos XV e XIX, tinha conotações econômico-religiosas e baseava-se em um pensamento deicida, a partir do qual os judeus eram acusados pelos cristãos de terem matado Jesus Cristo. Nessa época, teorias eliminacionistas contra a comunidade judaica não eram recorrentes, uma vez que os judeus eram vistos como pecadores e, “como todos os pecadores, estavam condenados a sofrer por seus pecados num purgatório terrestre ou do além – para se arrepender e, quem sabe, ganhar a salvação” (BAUMAN, 1998, p. 95).

Com o passar do tempo, no entanto, já no século XIX, passando por uma reacentuação valorativa, surge o antissemitismo moderno, cuja conotação era essencialmente política, conforme explica Carneiro (2000). Nesse momento, a aversão aos judeus recuperava dialogicamente as teorias racistas, colocando-os como “representantes de uma raça inferior”

(CARNEIRO, 2000, p. 17). Para Arendt (2012, p. 20), apesar de nesse período o sentimento antijudaico ser corrente entre as classes educadas, “o antissemitismo como ideologia constituía, com muito poucas exceções, área de atuação dos malucos e lunáticos”.

Rees (2020) explica que os antissemitas modernos, como era o caso de Hitler antes de chegar ao poder, tentavam justificar seu ódio aos judeus em teorias pseudocientíficas, ou seja, em termos bakhtinianos, recorrendo ao sistema ideológico formado da ciência, alegando que a comunidade judaica deveria ser desprezada por sua raça e não por sua religião. Assim, com a inclusão das teorias racistas à questão do judaísmo, a aversão à comunidade judaica começou a se modificar. Os judeus deixaram de ser valorados como pecadores com potenciais chances de serem recuperados, e as teorias eliminacionistas começaram a emergir. Isso porque, de acordo com o que afirma Bauman (1998, p. 82, grifos do autor), a essência filosófica do racismo é a de que “o homem *é* antes de *agir*; nada que ele faça pode mudar o que ele *é*”. Em outras palavras, ainda conforme explica o filósofo, com as teorias raciais, os judeus não eram mais vistos como pecadores que poderiam ser punidos e convertidos. Ao contrário, agora, eles eram vistos como seres que agiam de acordo com a sua própria natureza e, como não poderiam mudar o que eram em essência, deveriam ser eliminados.

Tendo esse pressuposto em mente, Hitler, racista, eugenista e antissemita convicto, buscou incessantemente inculcar a sua ideologia racial e antissemita radical em grande parte do povo alemão, que não se enquadrava na categoria de “malucos e lunáticos” que aderiam à ideologia de um antissemitismo, que propomos aqui chamar de radical, em consonância ao que propõe Herf (2014). Para tanto, valendo-se do aparato institucionalizado da propaganda nazista, o ditador buscou recuperar dialogicamente os já-ditos antissemitas pré-existentes na consciência discursiva dos alemães e criar narrativas ilusórias sobre a participação dos judeus em vários dos problemas da Alemanha, apelando para uma possível compreensão responsiva emocional da população, que se encontrava desacreditada frente à crise que o país enfrentava havia anos.

Ademais, houve ainda a veiculação em massa de teorias raciais que exaltavam a “pureza” e a “superioridade” da raça ariana, que, para o líder nazista, estavam em risco e deveriam ser preservadas. Em contraposição, os judeus, representados como raça inferior, eram vistos como parasitas e ervas daninhas que ameaçavam a ilusória perfeição da raça ariana. Tais discursos, conforme já discutido, foram assimilados por boa parte dos alemães. Assim, de acordo com Bauman (1998, p. 90),

Para os planejadores nazistas da sociedade perfeita, o projeto que perseguiam e que estavam decididos a realizar através da engenharia social dividia a vida humana em

útil e inútil, com ou sem valor, aquela a ser amorosamente cultivada e receber *Lebensraum* [espaço vital], a outra a ser “afastada” ou – se o afastamento se revelasse infactível – exterminada.

Tendo esse contexto em vista, nas palavras de Carneiro (2000), Hitler pode ser considerado o “elemento detonador” do antissemitismo alemão e, acrescentamos, das teorias raciais que ganharam força e espaço na vida dos alemães a partir de 1933 e que resultaram no assassinato sistemático do povo judeu, finalizado em 1945. Compreendendo esse recorte temporal, o processo de extermínio colocado em prática pelos nazistas pode ser dividido, didaticamente, tal como o faz Carneiro (2000), em três etapas.

Na primeira etapa do plano dos nazistas, que, de acordo com Carneiro (2000), compreendeu os anos de 1933 a 1938, o objetivo principal era expulsar os judeus do território alemão, com medidas de exclusão que iam do boicote econômico à represália cultural (CARNEIRO, 2000).

Assim, ainda em 1933, ano em que Hitler chegou ao poder como chanceler, segundo explica Carneiro (2000), os judeus funcionários públicos foram demitidos de seus cargos, os comerciantes judeus foram boicotados, as lojas de proprietários judeus tiveram suas vitrines pichadas com Estrelas de Davi e/ou com a palavra *Jude*, que se transformaram em signos ideológicos de exclusão nesse cronotopo (VOLÓCHINOV, 2019), enquanto a intensa propaganda antissemita estimulava os alemães a não comprarem produtos nem consumirem serviços prestados por profissionais judeus (CARNEIRO, 2000), os quais foram sendo, aos poucos, proibidos de exercer suas profissões. Nessa época, os judeus também passaram a ser identificados com a Estrela de Davi ou com o J de judeu costurados em suas roupas, pichados em suas casas e/ou carimbados em seus documentos, o que facilitava o controle da comunidade judaica por parte das autoridades nazistas.

Já em setembro de 1935, foram promulgadas as Leis de Nuremberg com vistas a preservar a raça ariana. As leis dividiam-se entre a Lei de Cidadania do Reich, a qual definia quem era ou não alemão e quem era ou não judeu, anulando a cidadania alemã dos judeus, a e Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã, que proibia os casamentos e as relações sexuais entre judeus e não-judeus. Tais leis foram promulgadas em diálogo com os discursos que defendiam a exclusão dos judeus da comunidade alemã, ou seja, a de que os judeus “não eram uma raça como as outras; eram uma antirraça, uma raça que minava e envenenava todas as outras, que solapava não apenas a identidade de qualquer raça em particular, mas a própria ordem racial” (BAUMAN, 1998, p. 90).

A partir da metade de 1934 até 1938, Hitler também colocou em prática um programa de confisco de bens pertencentes à população judaica, passando-os para os arianos (CARNEIRO, 2000). Além disso, uma intensa represália cultural foi organizada, a partir da qual “toda arte e literatura considerada não-alemã (impura) foi expurgada das bibliotecas, das escolas e dos museus” (CARNEIRO, 2000, p. 41), retirando a influência judaica dos sistemas ideológicos já consolidados para que elas não influenciassem de alguma forma a formação ideológico-discursiva dos alemães.

Nesse primeiro período da atuação nazista, alguns judeus, bem como outros grupos minoritários que eram considerados inimigos do regime e da raça ariana, já eram encaminhados para campos de concentração, que começaram a ser criados ainda em 1933. O campo de concentração de Dachau foi o primeiro a ser inaugurado, em 22 de março de 1933, e serviu de modelo para a criação dos demais campos que tomaram o território europeu até 1945 (CARNEIRO, 2000). Conforme explica Carneiro (2000, p. 46), “a prisão nos campos de concentração funcionou, inicialmente, como uma estratégia para forçar os judeus a deixarem a Alemanha e, também, para facilitar o confisco de suas propriedades”.

A estratégia nazista, *a priori*, funcionou. Diante das circunstâncias, a comunidade judaica começou a emigrar. De acordo com Carneiro (2000, p. 41), “entre 1933 e 1935 cerca de 78.000 judeus saíram da Alemanha; em 1938, atingiu-se um total de 150.000, ou seja, uma parcela considerável da população judaica” do país.

Essa primeira etapa do processo de exclusão dos judeus da sociedade alemã chegou ao fim com a Noite dos Cristais, em 10 de novembro de 1938, dando início a uma segunda fase de perseguição, ainda mais radical, que durou até 1941 (CARNEIRO, 2000). A Noite dos Cristais, em alemão *Kristallnacht*, foi um ataque violento orquestrado pelos nazistas que resultou, segundo explica Carneiro (2000), em 191 sinagogas incendiadas, cerca de 7.900 lojas de judeus destruídas, 300 judeus assassinados e mais de trinta mil homens levados para campos de concentração. A partir de então a perseguição contra a comunidade judaica se intensificou ainda mais.

Enquanto colocava em prática a perseguição contra os judeus da Alemanha, Hitler também dava seguimento ao seu plano de expansão do território alemão pelo continente europeu, desencadeando, assim, o início da Segunda Guerra Mundial, ao invadir o território polonês em 1º de setembro de 1939.

Já em novembro 1939, tendo assumido o poder na Polônia, os alemães expulsaram os judeus poloneses de suas casas e passaram a concentrá-los em guetos, que eram bairros isolados, fechados e reservados somente para a comunidade judaica (CARNEIRO, 2000). Nesses bairros,

segundo Carneiro (2000), o cotidiano das famílias judaicas era permeado pela fome, por epidemias e pela violência dos nazistas que controlavam o local. Nos guetos poloneses, até 1941, estima-se que cerca de meio milhão de judeus tenha morrido. Tais mortes, no entanto, ainda conforme explica a autora, foram registradas nos documentos dos nazistas como “morte natural”.

Ainda nesse período, teve início também a deportação sistemática dos judeus alemães que ainda estavam no país bem como dos judeus de outras nacionalidades cujos territórios iam sendo conquistados pelos nazistas, para campos, *a priori*, de concentração e de trabalho forçado, mas que, aos poucos, foram transformados em campos de extermínio. Isso porque, com o desenrolar da guerra, a intenção dos alemães não era mais expulsar os judeus de seus territórios, mas explorar até o limite a sua mão de obra para garantir o suprimento de materiais bélicos para o exército alemão e, posteriormente, quando os judeus não fossem mais necessários para tais serviços, exterminá-los. Sobre isso, Carneiro (2000, p. 48) explica que,

em decorrência do início da guerra, o *Reich* resolveu fazer uso da infra-estrutura e da mão-de-obra disponíveis nos territórios ocupados com vistas a fortalecer o seu capital bélico. Por outro lado, em vez de pressionarem os judeus para saírem da Alemanha, optou por ‘solucionar’ a questão por meio de assassinatos esporádicos e, posteriormente, do extermínio em massa. Isso explica o fato de alguns locais terem funcionado primeiro como *campo de concentração* e, posteriormente, (ou ao mesmo tempo), como *campo de extermínio*.

Diante dessa nova realidade, até o final de 1941, Carneiro (2000) afirma que cerca de um milhão de judeus já haviam sido assassinados nos campos de concentração, seja pela fome, pelas condições dos trabalhos forçados, por execuções em massa, bombardeios, gás, entre outras circunstâncias. Nessa época, ainda de acordo com a historiadora, a tática de seleção já tinha sido colocada em prática, e “por meio do programa de código 13 F 14 (*Operação 14*) eram eliminados dos campos aqueles que não podiam mais trabalhar (velhos, crianças e doentes)” (CARNEIRO, 2000, p. 51-52).

Conforme a Alemanha ia conquistando novos territórios, a concentração de judeus em terras alemãs também crescia, o que, para o governo nazista, acabou se tornando um problema. Retomando seu objetivo de ver a Alemanha, e agora grande parte do continente europeu, livres de judeu, em 1941, Hitler deu a ordem de que a Solução Final fosse executada. Solução Final, signo ideológico bastante representativo da catástrofe empreendida pelos nazistas, era o eufemismo utilizado para designar o extermínio do povo judeu, que foi colocado em prática na terceira etapa da perseguição nazista contra a comunidade judaica. Essa última fase compreendeu, segundo Carneiro (2000), os anos de 1941 a 1945.

Para cumprir a ordem de Hitler, os oficiais nazistas desenvolveram diversos métodos de assassinatos em massa, desde o uso de metralhadoras, caminhões a gás, até chegarem ao uso sistemático de câmaras de gás e de fornos crematórios. Para além desses métodos, nos campos de concentração/extermínio, os prisioneiros ainda morriam pela fome, pelo frio, pelo trabalho exaustivo, pela violência, pelas epidemias de doenças, pelas péssimas condições sanitárias dos campos e, também, pelo suicídio. Quando o último campo de concentração foi liberto em meados de 1945, estima-se que a máquina de morte nazista, balizada pelo ódio institucionalizado, pelo racismo, pela eugenia e pelo antissemitismo, já tinha feito mais de seis milhões de vítimas judias, entre outros milhões de vítimas não-judias.

Não é nosso objetivo, nesta dissertação, detalhar como eram as condições desumanas de vida nos campos de concentração, nem como a máquina nazista de extermínio funcionava em seus detalhes. Optamos por adentrar nessas especificidades somente pelos relatos das mulheres judias sobreviventes, apenas quando elas o fizerem. Isso porque nosso objetivo é analisar o modo como as próprias mulheres judias sobreviventes representam o cronotopo bélico-nazista e as suas vivências nele. Nesta seção, portanto, buscamos apenas apresentá-lo, histórica e cronologicamente, considerando-o como uma das principais portas de entrada que nos levará rumo aos sentidos produzidos pelas mulheres sobreviventes em seus relatos de vida.

No entanto, para atingir esse objetivo analítico, além de investigar o tempo-espaço representado, também é preciso analisar o sujeito que o representa. Para tanto, debruçar-nos-emos, agora, sobre um sistema de dominação e exploração a partir do qual as sobreviventes da *Shoah*, enquanto mulheres sócio-historicamente situadas, olham e significam o tempo-espaço que relatam. Trata-se do sistema patriarcal.

### *3.1.2 As configurações do sistema patriarcal no pequeno e no grande tempo*

Bakhtin (2017), em seu texto *A ciência da literatura hoje*, questiona duas práticas da teoria literária de sua época. A primeira delas é a desvinculação do estudo dos textos literários da história da cultura. Para o filósofo, esse é um movimento inaceitável, uma vez que “a literatura é parte inseparável da cultura, não pode ser entendida fora do contexto pleno de toda a cultura de uma época” (BAKHTIN, 2017, p. 11). Por outro lado, Bakhtin (2017) ainda critica as investigações que olham para as obras literárias apenas dentro do *pequeno tempo* que a envolve, ou seja, dentro de sua atualidade, do momento de sua criação. Nas palavras do autor, esse é um movimento bastante nocivo à teoria em questão, pois, “quando tentamos interpretar

uma obra apenas a partir das condições de sua época, das condições da época mais próxima, nunca penetramos nas profundezas de seus sentidos” (BAKHTIN, 2017, p. 14). Isso porque, explica o filósofo, as obras extrapolam as fronteiras do pequeno tempo no qual são produzidas, pois dialogam com passados distantes e podem viver nos séculos futuros; elas habitam, assim, um grande tempo (BAKHTIN, 2017), um tempo infinito.

Assim como as demais reflexões bakhtinianas, as discussões de pequeno e grande tempo, bem como as da necessidade de olhar para a cultura que envolve um enunciado, podem ser mobilizadas para fora do âmbito literário. Para a análise de enunciados de outras esferas ideológicas, como os relatos de vida que constituem o nosso *corpus*, é de substancial importância olhar para o sistema cultural que os envolvem, bem como para o modo como esse sistema se reconfigura a depender do tempo-espço que se estabelece.

Nesse sentido, considerando a proposição do filósofo russo de que os autores dos enunciados observam os acontecimentos que representam “a partir de sua contemporaneidade inacabada, com toda a sua complexidade e plenitude” (BAKHTIN, 2018b, p. 233), optamos por destacar nesta seção um sistema cultural que, tendo surgido há milênios e perpassado maior parte do mundo, constitui as vivências das mulheres judias sobreviventes antes, durante e depois da ascensão nazista na Europa, bem como determina as vivências de inúmeras mulheres até hoje. Trata-se do patriarcado, um sistema de dominação, opressão e exploração, que se impõe incessantemente frente a nós, mulheres, buscando nos dominar, nos subjugar, nos silenciar.

Em consonância ao que defende Saffioti (2015), optamos aqui por trazer à luz, nomeadamente, o patriarcado, uma vez que não o fazer “significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração” dos homens frente às mulheres. É preciso, pois, nos posicionarmos dialogicamente frente a esse sistema, expô-lo, problematizá-lo, questioná-lo, analisá-lo a fim de, um dia, extingui-lo. Assim, de acordo com o que propõe Lerner (2019), entendemos aqui que o patriarcado deve ser visto como um processo histórico, ou seja, como um sistema que teve início na história, e não como um sistema resultado de fatores biológicos. Se entendido como produto de evoluções e desenvolvimentos de momentos históricos, conforme pontua a historiadora, o patriarcado pode, um dia, chegar a ser extinto por meio dos mesmos processos que o tornaram possível.

Entendendo o patriarcado como “o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015, p. 47), é mais adequado considerá-lo no âmbito de um sistema histórico-cultural do que determiná-lo como um sistema ideológico próprio de um cronotopo específico, uma vez que isso o limitaria a um tempo-espço determinado, quando, na verdade, a sociedade patriarcal permeou diversos tempos e permeia, ainda hoje, diversos espaços. Assim,

ao considerarmos, em consonância ao que propõem Acosta-Pereira e Oliveira (2020), que a cultura é um constructo essencialmente cronotópico, podemos considerar que as práticas culturais, como o patriarcado, também o são. Isso porque, nas palavras dos autores, a cultura é

um conceito que nasce organicamente sob as égides do tempo e do espaço. Dado que a cultura são percepções, crenças e conhecimentos adquiridos em dado tempo-espaço e compartilhado sócio-historicamente entre gerações e, portanto, um conceito sempre aberto, fluido e transgressivo, traz consigo as marcas semânticas do cronotopo. Ademais, é o próprio conceito de cronotopo que possibilita a relação dialógica entre práticas culturais, posto que é a partir das balizas cronotópicas que as práticas culturais se mesclam, dialogam e se contaminam (ACOSTA-PEREIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 105).

Nesse sentido, para os autores, as balizas espaço-temporais estabilizam as práticas culturais. Assim, consideramos que o patriarcado é uma criação histórica, e conseqüentemente cultural e cronotópica, que se configurou de diversas formas, a depender do tempo-espaço que se instituíra na sociedade. Destaca-se, no entanto, que, mesmo com configurações distintas, a dominância e a opressão masculina sobre as mulheres configuram-se como condições *sine qua non* em todas as amplitudes espaço-temporais nas quais esse sistema foi colocado em prática. Logo, o sistema de valores que permeia todos esses tempos e espaços são pautados na inferioridade feminina.

Portanto, optamos aqui por analisar as configurações da cultura patriarcal no grande e no pequeno tempo. No grande tempo, de maneira mais ampla, analisamos o patriarcado desde o seu estabelecimento que, conforme investigou Lerner (2019), data do terceiro milênio a.C., até a sua configuração nos dias atuais, em pleno século XXI, tempo no qual ele ainda encontra importantes ressonâncias em diversos espaços pelo mundo. No pequeno tempo, buscamos analisar as configurações específicas do patriarcado no cronotopo bélico-nazista, o qual determinou, à sua maneira, o funcionamento pontual desse sistema de exploração das mulheres num cenário de perseguição e violência.

Iniciemos pelo grande tempo. Lerner (2019), ao investigar a origem do sistema de opressão das mulheres pelos homens, afirma que não há evidências suficientes que permitam afirmar como exatamente ocorreu a transição de uma determinada forma de organização social para o patriarcado; em termos bakhtinianos, não é possível saber com exatidão como esse sistema ideológico se consolidou. No entanto, a autora, após mais de vinte anos de pesquisa, oferece em seu livro uma construção hipotética que, segundo ela, é apenas um dos inúmeros modelos possíveis que podem ajudar a esclarecer o modo pelo qual se deu o desenvolvimento desse sistema. Sobre essa falta de evidências e registros concretos que nos permita conhecer mais sobre a nossa história, Lerner (2019) afirma:



Como é provável que jamais saibamos com exatidão o que aconteceu, somos obrigados a especular a respeito do que pode ter acontecido. Essas projeções utópicas sobre o passado têm uma importante função para quem deseja criar teorias – saber o que pode ter acontecido dá abertura a novas interpretações. Permite-nos especular a respeito do que pode acontecer no futuro, livres dos limites de uma estrutura restrita e antiquada (LERNER, 2019, p. 67).

Assim, a autora enfatiza a importância de deixar claro que várias afirmações concernentes ao período dos primeiros estágios de desenvolvimento humano, mesmo parecendo convincentes, são feitas com base em especulações, uma vez que não há provas sólidas que possam sustentá-las. É preciso, pois, especular as contribuições das mulheres para o desenvolvimento humano em tom de igualdade ao papel dos homens, mas não se deve declará-las como provas quando não as há. Afinal, “foi isso o que os homens fizeram; não devemos repetir o mesmo erro” (LERNER, 2019, p. 302).

Tendo isso em mente, Lerner (2019) parte suas investigações da observação de uma relação básica que se instituiu há cerca de três milhões de anos: a relação entre mãe e filho. Segundo a autora, devido a fragilidade e vulnerabilidade da criança humana em seus primeiros anos de vida, a sua sobrevivência dependia exclusivamente dos cuidados maternos, principalmente em relação ao aleitamento, tendo a mãe o poder de vida e de morte sobre o seu filho.

A isso, podemos acrescentar, através da perspectiva bakhtiniana, que, tendo essa dependência da presença materna nesses primeiros momentos de vida humana, é provável que quase tudo o que chegava até o indivíduo o fazia através das palavras da mãe. Afinal, conforme propõe Bakhtin (2011), é através do contato que tem com o que o outro diz, sobretudo, com o que a mãe diz e com o tom valorativo-emocional que ela confere a seu discurso, que o sujeito, quando criança, passa a tomar consciência de si mesmo. Logo, podemos especular que, além de ter o poder sobre a vida e a morte física do filho, nos primeiros estágios de desenvolvimento humano, a mãe detinha também um poder quase que exclusivo sobre a formação de sua consciência individual que estava em desenvolvimento, uma vez que ela era responsável por grande parte das interações sociais das quais a criança participava.

Lerner (2019) destaca também que devido a esse laço materno de poder, desenvolveu-se a primeira forma de expressão religiosa, que era a adoração da Deusa-Mãe. Para a historiadora,

Apenas os braços e o cuidado da mãe abrigavam o bebê do frio; apenas o leite materno podia fornecer a nutrição necessária para a sua sobrevivência. A indiferença ou negligência da mãe significava morte certa. A mãe que dava a vida tinha, de fato,

poder sobre a vida e a morte. Não surpreende que homens e mulheres, observando esse poder dramático e misterioso da mulher, tenham passado a adorar a Deusa-Mãe (LERNER, 2019, p. 70).

Além dessa expressão religiosa que tomava a mulher-mãe como um signo ideológico, ainda nas palavras da historiadora, nas condições primitivas, esse poder materno pode ter sido visto como aterrador à época, uma vez que a sobrevivência dos grupos dependia da sobrevivência das crianças e só as mulheres detinham esse poder nos primeiros estágios de desenvolvimento humano. Portanto, a partir dessa significação interindividual, o “poder” da mulher-mãe pôde se tornar uma forma sígnica (VOLÓCHINOV, 2018), nesse caso, sendo valorado como sinônimo de sobrevivência da coletividade. Dessa condição, para Lerner (2019), pode ter advindo também a primeira divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres.

Visando garantir a sua sobrevivência e, por conseguinte, a sobrevivência de sua tribo, as mulheres em vida adulta dedicavam-se à gestação e ao cuidado dos filhos. Para tanto, elas escolhiam funções que pudessem ser combinadas com facilidade com a maternidade (LERNER, 2019). Para Lerner (2019), as tribos nas quais as mulheres optavam pela caçada e pela guerra, se expondo a mais riscos, não sobreviviam tão bem quanto as tribos nas quais elas se dedicavam a outras atividades.

Lerner (2019) conclui, então, que a primeira divisão de trabalho parece ter sido originada por diferenças biológicas entre os sexos, ou seja, não por diferenças de força e resistência, como teorias tradicionalistas defendem, mas por diferenças unicamente reprodutivas (LERNER, 2019). Assim, a autora enfatiza: “a mais antiga divisão sexual do trabalho, segundo a qual as mulheres *escolheram* ocupações compatíveis com a maternidade e a criação dos filhos, era *funcional*, por isso satisfatória tanto para homens como para mulheres” (LERNER, 2019, p. 72, grifos da autora). Sobre isso, Lerner (2019) ainda conclui que as mulheres optaram e/ou concordaram com essa divisão sem saber que isso um dia nos colocaria em posição de desvantagem frente aos homens.

Saffioti (1987) destaca que a sociedade patriarcal atual, em uma tentativa de monologização do embate de vozes (VOLÓCHINOV, 2018) sobre esse processo da divisão sexual do trabalho, busca valorá-lo como natural, fazendo crer que a atribuição do espaço doméstico às mulheres é tão natural quando a nossa capacidade de ser mãe. No entanto, salienta a autora, o que a ótica patriarcal ignora é que existem sociedades em que as mulheres, após terem filhos, não interrompem as suas atividades fora do lar. De acordo com o que exemplifica a socióloga,

Há tribos indígenas brasileiras cujas mulheres, em seguida ao parto, banham-se nas águas de um rio e retomam imediatamente sua labuta. Nestas tribos, cabe ao pai fazer repouso e observar uma dieta alimentar especial. Este costume chama-se *couvade*. Esta prática revela que o próprio parto, quase sempre entendido apenas enquanto função natural, assume feições sociais diferentes no espaço e no tempo. Ou seja, cada sociedade elabora distintos significados para o mesmo fenômeno natural (SAFFIOTI, 1987, p. 9).

Nesse sentido, a forma como homens e mulheres valoram a questão biológica do corpo feminino é cronotopicamente situada, ou seja, depende do tempo-espaço no qual eles se inserem, o que comprova que a atribuição das mulheres ao cuidado com o lar e à criação dos filhos não é natural, mas sócio-historicamente construída no desenrolar dos séculos, ou seja, no grande tempo.

Voltando para o percurso de criação do patriarcado investigado por Lerner (2019), diante da capacidade das mulheres de dar à luz, cuidar e criar os filhos, ao mesmo tempo em que tinha autossuficiência na coleta de alimentos e outros trabalhos substanciais para o seu grupo, a autora levanta a hipótese de que o desenvolvimento do ego masculino se deu em um contexto de admiração e pavor frente às mulheres. Em termos bakhtinianos, podemos dizer que a consciência sociodiscursiva dos homens dessa época se formou a partir da assimilação dialógica das palavras da mãe em diálogo com as palavras-outras de exaltação às mulheres e, em um embate dialógico dessas vozes em seu heterodiscurso, criou as suas palavras-próprias de resistência (BAKHTIN, 2015). A partir disso, Lerner (2019) sugere que os homens podem ter criado instituições sociais para incentivar seu ego, sua autoconfiança e validar a sua noção de valor.

Assim, com o desenvolvimento e as modificações pelas quais os campos da criação ideológica passam, essa valoração do “poder” da mulher-mãe se reconfigura, uma vez que “a mudança dessas formas acarreta uma mudança do signo” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 109). É, portanto, com o advento da agricultura que essa organização social de temência às mulheres começa a ser modificada e as questões sociais de gênero começam a se desenvolver e a determinar a vivência das mulheres. Para Lerner (2019), é provável que a ascensão do poder masculino tenha sido fomentada devido aos feitos militares que eles passaram a realizar em épocas de escassez de alimentos, bem como devido à comercialização das mulheres entre tribos que, considerando a capacidade reprodutiva feminina, começou a ser feita com vistas a manter a sobrevivência dos grupos e de sua força de trabalho. Observa-se, assim, como as bases da existência material de um grupo, como a necessidade de manter a subsistência das tribos à época, impactam diretamente na existência dos signos no mundo das ideologias (VOLÓCHINOV, 2018), nesse caso, com a reconfiguração da valoração dada às mulheres.

O comércio das mulheres, conforme sinaliza Lerner (2019), foi considerado por Claude Lévi-Strauss, como a principal causa de sua subordinação, e, desde então, elas passaram a ter a sua capacidade reprodutiva objetificada. Com isso, quando não eram negociadas, as mulheres eram raptadas nos conflitos entre as tribos, com vistas a manter a reprodução e o desenvolvimento dos grupos. Ao serem comercializadas, o novo parentesco que era estabelecido começou a estruturar as relações, uma vez que “mulheres eram comercializadas para casamento e homens tinham certos direitos sobre as mulheres que estas não tinham sobre eles” (LERNER, 2019, p. 112).

Ainda de acordo com a historiadora, a valoração dessa capacidade biológica feminina como mercadoria também alicerçou o desenvolvimento da propriedade privada. Além disso, o comércio e a exploração sexual e reprodutiva de mulheres do próprio grupo ou de grupos vencidos serviram de modelo para o desenvolvimento de práticas de escravização. Nas palavras de Lerner (2019, p. 116),

A invenção cultural da escravidão baseia-se tanto na elaboração de símbolos de subordinação das mulheres quanto na conquista real de mulheres. Subjugando mulheres do próprio grupo, e depois mulheres prisioneiras, os homens aprenderam o poder simbólico do controle sexual sobre os homens e elaboraram a linguagem simbólica na qual expressar dominância e criar uma classe de pessoas escravizadas no âmbito psicológico. Com a experiência da escravização de mulheres e crianças, os homens entenderam que todos os seres humanos podem tolerar a escravidão, e desenvolveram técnicas e formas de escravização que lhes permitiriam transformar essa dominância absoluta em instituição social.

Assim, os sistemas ideológicos do patriarcado, do Estado e da escravidão foram se desenvolvendo de maneira imbricada. A subordinação sexual das mulheres passou a ser institucionalizada pelo Estado e a respeitabilidade de uma mulher, bem como a sua classe social, passou a ser garantida pelo vínculo que ela possuía ou não com um homem (LERNER, 2019). Para Hooks (2019), essa ideologia, a qual ela chama de supremacista masculina, leva, até hoje, as mulheres a não verem valores em si mesmas sem o intermédio de um homem. Além disso, a honra feminina, à época, estava ligada indissolúvelmente a sua castidade e a sua fidelidade ao marido dentro da família patriarcal, que começava a se estabelecer. Esse controle da nossa sexualidade é, conforme pontua Saffioti (2015), um dos elementos nucleares do patriarcado.

Destaca-se também que, nesse processo evolutivo, o poder de vida e morte sobre os filhos foi passado, sob a forma da lei, para os homens, que agora eram os chefes das famílias. Para Lerner (2019, p. 301), “esse poder pode ter sido visto como uma vitória da lei sobre a natureza, pois vai diretamente contra a natureza e a experiência humana anterior”.

Ademais, ao mesmo tempo em que se desenvolviam instituições sociais e econômicas, às mulheres era negado o acesso a esses setores, sendo-lhes reservado o ambiente doméstico e os afazeres próprios desse espaço. Privando-as do conhecimento, da interação social, de outras palavras alheias que não as de seu vínculo familiar, e da participação visível na evolução da história, tornava-se mais fácil manter a sua subserviência, garantindo a manutenção do patriarcado, como sistema e ideologia.

Já no sistema ideológico da religião, mesmo após muito tempo de subordinação das mulheres, a Deusa-Mãe e o poder feminino de dar a vida foram por bastante tempo venerados. No entanto, como todas as mudanças sociais se refletem diretamente nos signos ideológicos (VOLÓCHINOV, 2018), com o entendimento de que o homem também tinha participação no poder reprodutivo da mulher, a Deusa-Mãe foi destronada por um Deus-Rei, do qual ela passou a ter o papel unicamente de esposa (LERNER, 2019). Já com o surgimento do monoteísmo hebraico e com a escrita do Antigo Testamento, especificamente do Livro do Gênesis, esse pensamento foi, ainda conforme sinaliza Lerner (2019), reforçado e cristalizado. Assim, a criação e a procriação foram conferidas unicamente ao Deus masculino, enquanto a sexualidade feminina, se não utilizada para a reprodução, passou a ser valorada como pecado (LERNER, 2019). A partir de então, de acordo com Lerner (2019), o único acesso das mulheres a Deus se dava pela efetivação de sua função de mãe.

O fato é que há mais de 2.500 anos o Deus dos hebreus é tratado, representado e interpretado como um Deus-Pai masculino, não importando outros aspectos que possa ter incorporado. Esse foi, do âmbito histórico, o significado dado ao símbolo e, portanto, é ele que carrega autoridade e força. Esse significado passou a ter extrema importância na maneira como homens e mulheres conceituam as mulheres e colocam ambos, homens e mulheres, na ordem divina das coisas e na sociedade humana (LERNER, 2019, p. 223-224).

Ainda segundo Lerner (2019), a partir dessa desvalorização simbólica das mulheres frente aos homens e de sua consideração como seres humanos incompletos, o sistema patriarcal se desenvolveu inculcando nas mulheres a justificativa de que sua subordinação, exploração e opressão era algo natural, que tinha justificativas biológicas e até mesmo míticas. As mulheres, como sujeitos dialógicos que são, tiveram sua consciência discursiva formada a partir da assimilação dessas vozes sociais (BAKHTIN, 2015). Além disso, destaca-se que, desde o início, “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2015, p. 49), uma vez que os ideais patriarcais perpassam, além da família, instituições como o Estado, a igreja, as escolas, as empresas, a mídia, entre outros, que, sendo

sistemas ideológicos formados e cristalizados, garantem, até os dias atuais, a manutenção desse sistema de opressão às mulheres (BAKHTIN, 2015).

A partir do percurso histórico evidenciado por Lerner (2019), observa-se, portanto, que, dentro do grande tempo, o patriarcado se desenvolveu através de construções sociais que, buscando justificativas biológicas, determinaram convencionalmente, e ainda determinam, o papel das mulheres na sociedade. Todavia, a historiadora enfatiza que essas construções sociais dizem respeito a questões de gênero e não a fatores biológicos de sexo, como os tradicionalistas buscam defender. É preciso, portanto, entender essa diferença entre gênero e sexo para compreender como essas questões ainda hoje determinam a nossa (sobre)vivência. Nas palavras de Schwarcz (2019, p. 183-184),

O conceito de “sexo” é regularmente utilizado para definir categorias inatas, dadas a partir da perspectiva da biologia: o feminino e o masculino. Já “gênero” diz respeito aos papéis e às construções sociais que homens e mulheres optam por realizar durante a vida. Em suma, sexo é uma categoria mais fixa, o resultado visível de diferenças anatômicas, enquanto gênero “traduz o sexo”; é uma distinção socialmente construída e que ultrapassa a evidência biológica operada a partir de categorias binárias.

Em outras palavras teóricas, pode-se dizer que, “rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p. 10). Mesmo que o conceito de gênero ultrapasse a distinção binária entre feminino e masculino, dando espaço e visibilidade para as identidades plurais de nossa sociedade atual, as valorações sociais que ele adquire na interação entre os sujeitos funcionam para nós, mulheres, muitas vezes como camisas de força, emprestando a expressão de Lerner (2019) e de Saffioti (2015).

Lerner (2019, p. 289) conceitua gênero como sendo uma definição cultural de comportamentos que seriam adequados aos sexos em determinado tempo-espaço. Nas palavras da historiadora, “gênero é um conjunto de papéis culturais. É uma fantasia, uma máscara, uma camisa de força com a qual homens e mulheres dançam sua dança desigual” (LERNER, 2019, p. 289). De maneira didática, Lerner (2019, p. 47-48) ainda exemplifica: “O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social”. A isso, podemos acrescentar que as construções sociais de gênero valoraram, por muito tempo, o signo “mulher” em relação a um papel social de boa esposa, de dona de casa, de sexo frágil, de serva sexual. Por outro lado, por exemplo, os homens valoraram a si próprios a partir do papel de chefe da família, de provedor, de protetor e de autoridade, tanto dentro do âmbito familiar quanto fora dele.

Nesse sentido, foram as construções sociais de gênero que passaram a determinar os papéis sociais que homens e mulheres deveriam assumir na sociedade. O problema, segundo Schwarcz (2019), é que a esses papéis são dados valores desiguais.

Durante séculos, por exemplo, para a ideologia patriarcal, “as mulheres deveriam atuar como ‘princesas’, obedecendo e se subordinando aos maridos, enquanto os homens são eternos ‘príncipes’, cientes de seu domínio e autoridade” (SCHWARCZ, 2019, p. 186-187). Essas valorações opostas dadas aos papéis sociais dos homens e das mulheres evidenciam o fato de que a subordinação feminina é necessária para que a superioridade masculina seja garantida. Isso porque, conforme sinaliza Saffioti (1987), não há superiores sem inferiores, e a isso acrescentamos que os homens valoram as mulheres não em relação a elas mesmas, mas em relação às valorações que eles têm de si. Assim, “mulher dócil é a contrapartida de homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior” (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

Essa supervalorização dos papéis masculinos, nas palavras de Schwarcz (2019), leva ao desenvolvimento de práticas culturais de violência, uma vez que os papéis sociais ditam ao homem que ele precisa impor e manter a sua superioridade a todo custo. Nesse sentido, nas palavras de Saffioti (2015, p. 90), “o próprio *gênero* acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer a custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim o determina” (SAFFIOTI, 2015, p. 90).

Dessa forma, no sistema patriarcal, as mulheres, a depender do tempo-espço em que estavam situadas dentro do grande tempo, não tinham direito aos estudos, à escolha do casamento, ao controle da sua sexualidade, ao voto, ao trabalho fora do âmbito doméstico, à participação da construção da vida pública, à voz e a muitas outras questões. Ao mesmo tempo em que eram silenciadas e excluídas do fazer histórico, as mulheres, confinadas em seus “lares”, eram destinadas a realizar todo o serviço doméstico, a criar os filhos, a cuidar do marido, a serem objetos sexuais, e, além de tudo, ainda eram submetidas a todo tipo de violências, seja física, sexual, moral e psicológica, que eram (e ainda são!) empreendidas contra todas nós como forma de reafirmar o poderio masculino.

Sabemos que, por muito tempo, as mulheres foram destinadas ao enclausuramento do ambiente doméstico e familiar. No entanto, conforme sinalizado no início desta seção, a depender do tempo-espço que se constituía, o sistema cultural do patriarcado desenvolvia determinadas especificidades próprias do cronotopo em tela.

Na época pré-industrial, conforme sinaliza Davis (2016), as mulheres eram ainda consideradas pelos homens como trabalhadoras produtivas no contexto doméstico, uma vez que elas “eram manufadoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo o que era necessário para a família” (DAVIS, 2016, p. 45). Esse lugar das mulheres na sociedade, porém, começou a se reconfigurar com o passar do tempo e com o desenvolvimento de novas amplitudes espaço-temporais da sociedade.

O primeiro marco dessa reconfiguração foi a Revolução Industrial, que, iniciada na Inglaterra na década de 1760, caracterizou-se pela substituição gradativa da manufatura pela maquinofatura. Essa transição abriu a espaço para que mulheres e crianças de classes inferiores passassem a desempenhar funções fora do lar, uma vez que o uso de máquinas possibilitou o uso de mão de obra assalariada barata e menos especializada, espalhando-se por todo o mundo.

No entanto, conforme pontua Davis (2016), o sistema fabril estadunidense, em 1830, já havia absorvido diversas atividades manufadoras das mulheres brancas<sup>10</sup> e isso fez com que suas circunstâncias de vida mudassem profundamente, uma vez que, mesmo tendo sido libertadas de algumas das tarefas opressivas que desempenhavam, a industrialização, nas palavras da autora, minou o prestígio que elas tinham no lar devido ao seu trabalho doméstico. Para Davis (2016, p. 45), “de fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que ‘o lugar da mulher é em casa’”. Essa gradação da valoração social dada a referida expressão reflete a maneira pela qual a realidade adentra na ideologia, bem como a maneira pela qual o signo marca as mudanças sociais (VOLÓCHINOV, 2018).

Ainda de acordo com Davis (2016), quando houve essa transição da produção manufatureira da casa para a fábrica, os papéis sociais de esposa e mãe como ideias da feminilidade passaram a ser ainda mais reforçados. Isso porque, nas palavras da autora, enquanto trabalhadoras, as mulheres podiam gozar de igualdade econômica, já “como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana” (DAVIS, 2016, p. 45). Tal situação começou a desencadear nas mulheres brancas, tanto nas donas de casa quanto nas trabalhadoras, ímpetos de resistência, dando início a movimentos feministas (DAVIS, 2016).

---

<sup>10</sup> Destaca-se aqui as mulheres brancas, pois nessa época as mulheres negras ainda eram escravizadas nos Estados Unidos e, portanto, sofriam com as opressões do patriarcado de maneiras incontestavelmente diferentes das mulheres brancas, como será destacado mais adiante.



Davis (2016) também afirma que, ao colocarem a situação de opressão que vivenciavam em seus casamentos e nas fábricas em posição dialógica com escravidão da população negra, as mulheres brancas passaram a se posicionar como antiescravagistas e tiveram importante papel na luta abolicionista estadunidense, o que as fez tomar maior consciência de sua submissão, enquanto mulheres, frente aos homens, ou seja, seus maridos, pais, filhos e patrões. Nas palavras da autora,

Trabalhando no movimento abolicionista, as mulheres brancas tomaram conhecimento da natureza da opressão humana – e, nesse processo, também aprenderam importantes lições sobre sua própria sujeição. Ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam – algumas vezes abertamente, outras de modo implícito – contra sua própria exclusão da arena política. Se ainda não sabiam como apresentar suas reivindicações coletivamente, ao menos podiam defender a causa de um povo que também era oprimido (DAVIS, 2016, p. 51).

Empenhadas nessa luta antiescravagista, as mulheres queriam provar que deveriam ser valorizadas por outros parâmetros que não os ligados aos seus papéis de mãe e de esposa. No entanto, mesmo tendo sido iniciado com um vínculo estreito à luta abolicionista, Davis (2016) salienta que os primeiros movimentos pelos direitos das mulheres, organizados por mulheres brancas de classe média, omitiam-se frente a situação das mulheres negras, inclusive após a abolição do sistema escravagista estadunidense.

Apesar dessa importante falha do movimento feminista inicial, não se pode negar que ele foi essencial para as conquistas dos primeiros direitos femininos, como o direito à educação, ao trabalho especializado e à participação política, tendo como foco principal o direito ao voto, que, em praticamente todo o mundo, só aconteceu após os anos 1900, sendo que o último país a o conceder, a saber, a Arábia Saudita, só o fez em pleno século XXI, no ano de 2015. Tal fato evidencia as diferentes configurações que o sistema patriarcal assume nos diferentes cronotopos; o ponto de contato entre eles, no entanto, continua sendo o princípio da inferioridade feminina.

Mesmo com o advento dos movimentos feministas por todo o mundo e de suas importantes conquistas, durante grande parte do século XX, a maioria das mulheres, sujeitos sociais constituídos pela ideologia patriarcal e, muitas vezes, pela ideologia religiosa, continuavam reservadas ao espaço doméstico, enquanto os homens eram os responsáveis por garantir financeira e fisicamente a segurança e a manutenção da família.

Esse cenário, entretanto, é novamente reconfigurado com o surgimento de um outro cronotopo que reorganizou o sistema patriarcal, ajudando e potencializando a modificação do

papel das mulheres na sociedade. Trata-se das amplitudes espaço-temporais estabelecidas durante o desenvolvimento dos dois conflitos bélicos mundiais.

No desenrolar de uma guerra, os homens, devido a construção social que os coloca como detentores de maior resistência e força, deixam suas casas e vão para os campos de batalha. Na ausência da figura do provedor e protetor da família, as mulheres passam a desempenhar as funções que eram a eles responsabilizadas, tanto dentro do lar quanto fora dele. Além do trabalho exercido fora dos lares, houve ainda casos, como o da União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial, em que algumas mulheres foram para as frentes de batalhas guerrear lado a lado com os homens visando defender o seu país. Novamente, dessa vez na guerra, as mulheres provaram as suas capacidades físicas, intelectuais e psicológicas igualitárias as dos homens. Aliás, conforme pontua Saffioti (1987, p. 13),

Lamentavelmente, esta parece ser a atividade que trabalha mais velozmente para minar a ideia de que a mulher é "inferior" ao homem. É lamentável, repita-se, que o ser humano, no caso o homem, só venha a reconhecer na mulher um seu igual através da atividade guerreira, quando há milhares de outros setores de atuação humana em que as mulheres se mostram capazes.

Após a Primeira Guerra Mundial, tendo as mulheres saído do ambiente doméstico durante o conflito bélico, grande parte delas voltou a sua posição inicial dentro de seus lares com o término do combate. Já após a Segunda Guerra Mundial, esse movimento de retorno perdeu completamente a força, tanto pelo número de homens mortos durante o conflito quanto pela percepção de que o lar já não era (se é que algum dia o foi de fato) o seu lugar. A partir de então, as mulheres de praticamente todo o mundo conquistaram o seu espaço no mercado de trabalho e a sua luta por direitos e igualdade ganhou cada vez mais força.

Apesar dessa “evolução” sofrida pelo sistema de opressão das mulheres, o modo como o patriarcado se impôs nesses cronotopos bélicos foi ainda mais violento e cruel, como demonstramos ainda nesta seção e na análise discursiva dos enunciados das mulheres sobreviventes.

Retornando ao grande tempo da cultura e da história, no Brasil, especificamente, conforme sinaliza Schwarcz (2019), as mulheres deixaram definitivamente o lugar social da passividade e/ou o do vitimismo no final dos anos de 1970 e, “a partir de movimentos organizados, passaram a reivindicar direitos e oportunidades iguais no trabalho, no lazer, dentro de casa e no espaço público” (SCHWARCZ, 2019, p. 187).

No entanto, conforme afirmou Woolf (2020) em uma palestra às mulheres trabalhadoras em 1930, “mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – quando nada impede que uma

mulher seja médica, advogada, funcionária pública –, são muitos [...] os fantasmas e obstáculos pelo caminho” (WOOLF, 2020, p. 18). Tal afirmação é, infelizmente, atemporal. Isso porque, conforme afirma Hooks (2022), o trabalho extraluar, apesar de ser essencial para a libertação das mulheres, ainda não nos livrou da dominação patriarcal. Os entraves para isso ainda são muitos.

Um obstáculo, por exemplo, é a diferença salarial. De acordo com a 2ª edição do relatório Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, publicado em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, as mulheres tiveram, como rendimento mensal, o equivalente a 77% da renda salarial mensal dos homens (IBGE, 2021), ou seja, as mulheres receberam cerca de 23% menos que os homens.

Além disso, mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e com a conquista de diversos direitos, pela ótica patriarcal, o ambiente doméstico, enquanto signo ideológico, ainda continua a ser valorado como próprio do gênero feminino, e muitas mulheres, inclusive com ocupações profissionais no âmbito público, acumulam uma jornada dupla de trabalho dentro do âmbito privado. Ainda de acordo com o relatório supracitado, as mulheres dedicam, em média, 21 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto os homens se dedicam por apenas 11 horas a tais atividades (IBGE, 2021). Esse dado é resultado da naturalização que ainda existe em relação ao fato de que o ambiente doméstico e seus determinantes são próprios da mulher, quando não o são.

Com o desenvolvimento da autonomia feminina, conforme Schwarcz (2019) e Saffioti (1987) destacam, os homens se sentem ameaçados diante da possibilidade de perderem sua superioridade de milênios. Com isso, o sistema patriarcal recorre as mais diversas formas de opressão para continuar a nos subjugar, a possibilidade de nosso enclausuramento ao lar ainda é uma delas, mesmo que hoje não tenha mais tanta força sobre nossa liberdade.

Outra forma de opressão instituída contra os nossos corpos com vistas a manter o poderio masculino é a perpetuação da violência de gênero, que hoje atinge índices assustadores. Um levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) mostrou que, em 2021, foram registrados 56.098 estupros de mulheres no Brasil, ou seja, um a cada dez minutos. Além disso, nesse mesmo ano, foram registradas 1319 vítimas de feminicídio, o que corresponde a uma mulher assassinada a cada sete horas no país.

Para Schwarcz (2019, p. 194), essa “relação é proporcional: quanto mais elas [as mulheres] alcançam postos elevados no trabalho fora de casa, mas se avolumam os casos de feminicídio” (SCHWARCZ, 2019, p. 194). Para Hooks (2019), isso acontece pelo fato de os homens terem perdido um pouco do controle que exerciam sobre as mulheres quando elas ingressaram no mercado de trabalho. Assim, “se tornaram ainda mais dependentes do uso da

violência para estabelecer e manter a hierarquia dos papéis sexuais que os beneficia enquanto dominantes “ (HOOKS, 2019, p. 181).

Mesmo que com diferentes configurações a depender do pequeno tempo que se instituíra, quando consideramos o grande tempo, vemos que a violência perpassa o patriarcado desde o início, deixando resquícios cruéis na atualidade. Nas palavras da antropóloga, “ela parece retratada igualmente na antiga formação patriarcal de nossa sociedade, a qual carrega, até atualidade, a certeza do privilégio masculino, a banalização da violência contra mulher e a tentativa de sua objetificação sexual” (SCHWARCZ, 2019, p. 186-187).

Para além da violência física, a ótica patriarcal desenvolveu diversas outras maneiras de nos subjugar. Uma delas, discutida por Wolf (2021) em seu livro *O mito da beleza*, é o padrão estético. De acordo com Wolf (2021, p. 25), “quanto mais numerosos foram os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, mais rígidas, pesadas e cruéis foram as imagens da beleza feminina a nós impostas”. Para a autora, como parâmetro de feminilidade, o lugar da dona de casa feliz, dedicada e submissa foi substituído pelo padrão de beleza inalcançável da modelo jovem e esquelética (WOLF, 2021). Assim, o corpo feminino, tomado aqui como signo ideológico, com o desenvolvimento de novas amplitudes espaço-temporais, foi colocado nesse embate de vozes e reacentuado: ele perdeu a valoração de fonte da sobrevivência de um grupo, devido a sua biologia reprodutora, e passou a ser visto como sinônimo de feminilidade, sendo colocado dentro de um padrão a ser seguido. Às que não se encaixam nesse e em outros padrões e, principalmente, às que se posicionam e lutam para (re)conquistar o espaço justo das mulheres na sociedade, os resquícios do patriarcado reservaram novos papéis inferiores, como o da mulher surtada ou o da feminista feia e mal-amada, signos ideológicos próprios dessa nova configuração cronotópica do sistema patriarcal.

É fato, portanto, que, ainda hoje, em consonância ao que Saffioti (2015) explica, o gênero é um fator estruturante da sociedade, tal como o são a classe social e a raça/etnia. Isso acontece porque, de acordo com Schwarcz (2019), as sociedades, com seus ímpetos autoritários e de superioridade, dentro de seus sistemas ideológicos, constroem marcadores sociais que diferenciam os sujeitos a partir de suas diferenças físicas, transformando-as em estereótipos sociais de inferioridade, o que abre espaço para a discriminação e para a opressão por parte daqueles que se consideram superiores. Nas palavras da antropóloga,

Na lista de marcadores sociais, com impacto na realidade em que vivemos, estão incluídas categorias como raça, geração, local de origem, gênero e sexo, e outros elementos que têm a capacidade de produzir diversas formas de hierarquia e subordinação. Em nossa sociedade, o uso perverso de tais categorias tem gerado todo tipo de manifestação de racismo, levado ao feminicídio, produzido muito a misoginia

e homofobia, bem como justificado uma disseminada “cultura do estupro”, cujos números continuam alarmantes mais são, ao mesmo tempo, majoritariamente silenciados no país (SCHWARCZ, 2019, p. 174).

A autora brasileira destaca que esses marcadores sociais, quando interseccionados, atuam ainda mais traiçoeiramente. Saffioti (1987) reflete sobre a intersecção das questões de gênero às de classe social e raça, salientando: “a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial” (SAFFIOTI, 1987, p. 16). A socióloga explica que, mesmo que a supremacia dos brancos e dos ricos modifique o entendimento da opressão que as mulheres sofrem pelos homens, elas sempre ocuparão o lugar social menos importante na ordem social. Ademais, ao relacionar gênero, classe e raça, “na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres” (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

Davis (2016), por sua vez, também intersecciona gênero, raça e classe a fim de evidenciar as nuances que as opressões podem ter quando estão em relação. Em seu livro *Mulheres, raça e classe*, a autora mostra como as questões de gênero determinavam a vivência das mulheres negras e escravizadas nos Estados Unidos de maneira incontestavelmente distinta do modo que determinavam a vivência das mulheres brancas, que também sofriam com a opressão patriarcal e deram início aos movimentos feministas.

Para a autora, “a julgar pela feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casas amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias” (DAVIS, 2016, p. 18). Isso porque, conforme explica a filósofa, diferente do que muitas vezes circula no imaginário popular, as mulheres escravizadas não exerciam apenas o trabalho doméstico na casa dos senhores, mas trabalhavam igualmente ao lado dos homens escravizados nas lavouras. Aqui, as questões de gênero, que colocam as mulheres como menos resistentes e mais fracas que os homens, não eram consideradas. No entanto, apesar de essa opressão em relação ao trabalho das mulheres negras ser idêntica à dos homens escravizados, as mulheres, por serem mulheres, sofriam de forma diferente os males da escravidão, sendo vítimas também de abusos sexuais e outras punições que só eram infligidas a elas (DAVIS, 2016).

Conforme explica Davis (2016), essa exploração das diferenças biológicas das mulheres se tornou ainda mais forte quando se iniciou o processo de abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava, um novo cronotopo no qual a capacidade reprodutiva das escravizadas passou a ser vista, pelo viés biológico, como instrumento que garantiria a manutenção e até ampliação da força de trabalho escravo. Nesse sentido, as mulheres negras, ao contrário das

mulheres brancas, não eram subjugadas ao papel de dona de casa e mãe, mas eram vistas apenas como objetos de força de trabalho e de capacidades reprodutoras.

Mesmo ciente da enorme diferença entre os dois momentos históricos, a saber, a escravidão e a *Shoah*, é possível estabelecer um diálogo entre a forma pela qual o gênero foi interseccionado à raça nesses sistemas. Aqui, especificamente, vale olhar para a maneira como sistema do patriarcado se configurou nesse pequeno tempo que envolveu as mulheres judias sobreviventes da *Shoah*, a saber, o cronotopo bélico-nazista.

Durante o período nazista, um regime racista e eugenista, as mulheres judias, bem como os homens judeus, quando eram considerados a partir da raça judaica, instituída por Hitler como impura, sofreram com a exclusão e com discursos de ódio que pregavam o seu extermínio da sociedade. Antes de empreender o assassinato da comunidade judaica, no entanto, os nazistas exploravam ao máximo a força de trabalho daqueles que, jovens e saudáveis, poderiam ser úteis ao sistema até chegarem ao seu nível máximo de esgotamento. Essa exploração era feita sobre homens e mulheres sem distinção. Nesse momento, questões de gênero não eram consideradas, exceto se as mulheres judias, ao chegarem ao campo de concentração, estivessem grávidas ou tivessem filhos pequenos. Nesses casos, por questões biológicas, como a gravidez, e por questões de gênero, como o cuidado materno com os filhos socialmente responsabilizado às mulheres, as judias, enquanto mães, eram imediatamente encaminhadas para as câmaras de gás, ao lado de seus filhos.

Além disso, no pequeno tempo representado pelo cronotopo bélico-nazista, a violência e a idealização masculina das mulheres como propriedades foram ainda mais evidenciados e reforçados. Nesse recorte cronotópico, o patriarcado permitia aos homens a valorização do corpo das mulheres judias em posição dialógica à conquista de terras. Assim, ao mesmo tempo em que invadiam novos territórios, os homens praticavam, pelo estupro, a invasão do corpo feminino, valorado como parte desse espaço conquistado.

Há, além dessas, várias outras questões de sexo e gênero que determinaram as vivências das mulheres judias durante o período nazista na Europa. Olhamos especificamente para a representação dessas questões no desenrolar de nossa análise discursiva, no próximo capítulo.

Antes, porém, precisamos passar pelas portas de um outro cronotopo. Trata-se das amplitudes espaço-temporais nas quais nós, os pesquisadores desta dissertação, nos inserimos atualmente e olhamos para os relatos de vidas de nosso *corpus* de análise. Este cronotopo, infelizmente, liga-se ao cronotopo bélico-nazista e é também constituído pelo sistema patriarcal, uma vez que apresenta vieses autoritários e que, conforme pontua Schwarcz (2019), surgiu com uma promessa de retorno aos “bons tempos” que preservavam os valores da família

tradicional e patriarcal, a fim de distribuir ódio e garantir a manutenção da opressão e da submissão das minorias que tanto sofrem pelos marcadores sociais que determinam como seus os lugares mais inferiores da sociedade.

### *3.1.3 Tempo-espço dos pesquisadores: o cronotopo neoautoritário brasileiro*

Bem como o universo de quem fala, o universo de quem ouve, segundo Bakhtin (2018b), também é, por essência, cronotópico. Para o filósofo, os conhecimentos que nós, enquanto ouvintes-leitores, adquirimos de um texto sempre fluem no tempo, uma vez que o cronotopo de cada sujeito o constitui ininterruptamente durante toda a sua experiência sociodiscursiva e, portanto, é determinante também para a sua produção de sentidos nas mais diversas situações de interação, seja como autor, seja como ouvinte.

Nesta dissertação, os primeiros leitores dos relatos de vida das sobreviventes da *Shoah* somos nós, pesquisadores. Isso implica no fato de que as amplitudes espaço-temporais nas quais nos inserimos determinam, para nós, a produção de sentidos desses enunciados, bem como determinam também os sentidos construídos na análise que nos propomos aqui a delinear. Por isso, neste momento, consideramos substancial destacar um dos nossos próprios cronotopos, o qual, em razão das circunstâncias recentes da política no Brasil, denominamos de neoautoritário brasileiro.

Esse tempo-espço, em que nos inserimos atualmente, dialoga em certa medida com os constructos culturais e cronotópicos destacados anteriormente, uma vez que “o patriarcalismo, o mandonismo, a violência, a desigualdade, o patrimonialismo, a intolerância social, são elementos teimosamente presentes em nossa história pregressa e que encontram grande ressonância na atualidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 26).

Schwarcz (2019), ao tratar do autoritarismo do Brasil, apresenta alguns mitos nacionais que circulam no senso comum sobre a realidade brasileira, a saber: que o Brasil é um país harmônico e sem conflitos; que o brasileiro não gosta de hierarquias; que há em nosso país uma democracia plena, sem intolerâncias; e, por fim, o de que a nossa natureza é deveras especial, nos possibilitando viver num paraíso. No entanto, essas narrativas, que circulam na ideologia do cotidiano e que são, por vezes, reforçados pela ideologia oficial (BAKHTIN, 2015), conforme sinaliza a autora, servem apenas para produzir nos cidadãos um sentimento ideológico de pertencimento, não resistindo, porém, à prova da realidade de nosso país. Afinal,

Como é possível definir o Brasil como um território pacífico se tivemos por séculos em nosso solo escravizados e escravizadas, admitindo-se, durante mais de 300 anos,

um sistema que supõe a posse de uma pessoa por outra? Lembremos que o Brasil foi o último país a abolir tal forma de trabalho forçado nas Américas – depois do Estados Unidos, Porto Rico e Cuba –, tendo recebido 5,85 milhões de africanos num total de 12,52 milhões de pessoas embarcadas e que foram retiradas compulsoriamente de seu continente para essa imensa diáspora atlântica; a maior da modernidade (SCHWARCZ, 2019, p. 22).

Além disso, a historiadora, ao se posicionar dialogicamente frente a esses discursos, questiona sobre como essas narrativas são possíveis sabendo: a) dos níveis de desigualdade social, racial e de gênero existente em nosso país; b) do fato de que, em momentos de crises, os cidadãos brasileiros se rendem à possibilidade de melhora através de um regime militar; e c) do nosso passado e do nosso presente nos quais as relações sempre foram e ainda são permeadas pela hierarquia (SCHWARCZ, 2019). O cronotopo que olhamos agora evidencia bem essas questões.

Para especificar de maneira objetiva esse tempo-espço que denominamos de neoautoritário brasileiro, podemos situá-lo no contexto político brasileiro dos anos que vêm de 2016, com o golpe parlamentar que tirou a então presidenta Dilma Rousseff de seu cargo, alcançado democraticamente, na Presidência da República, até o nosso tempo atual, no ano de 2022, no qual, em meio a uma pandemia mundial, o Brasil foi governado, também por vias democráticas, por políticos de vieses autoritários e negacionistas, que expõem constantemente a população brasileira à morte, seja pelo vírus, seja pela crise econômica, seja ainda pela desinformação.

Antes de adentrarmos nesse cronotopo, porém, cabe voltarmos nossa atenção para alguns dos acontecimentos que o antecederam e que o tornaram possível. Conforme citado anteriormente, para que um sistema ideológico se estabeleça é preciso que, antes, ele tenha passados por etapas de objetivação nas interações sociais cotidianas dos sujeitos (MIOTELLO, 2018). Portanto, partimos nosso encaminhamento das manifestações ocorridas em 2013, ainda durante o primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff.

A partir do dia 6 de junho de 2013, uma grande movimentação popular tomou conta das ruas do Brasil. Após um reajuste de vinte centavos na tarifa do transporte público da cidade de São Paulo, o Movimento Passe Livre (MPL), movimento social que defende o transporte coletivo com tarifa zero, organizou diversos atos de protesto reivindicando a redução da taxa (VICENTE; AZEVEDO, 2018). Nos primeiros dias das manifestações, o movimento já havia conseguido reunir milhares de pessoas nas ruas da capital paulista. Observou-se, no entanto, desde o início, uma tentativa discursiva de deslegitimação da movimentação popular por parte do sistema ideológico estabilizado da imprensa, a qual responsabilizava os manifestantes por



ações de vandalismo, silenciando, por outro lado, uma grande violência policial que estava sendo empreendida contra eles. O site G1, por exemplo, noticiou à época: “Lixeiras de concreto foram arrancadas do lugar, bancas de jornal depredadas e até uma guarita da PM foi tombada. Os manifestantes deixaram para trás um saldo de destruição e pichação” (G1, 2013). Já a violência policial foi discursivizada, na notícia, como uma ação-resposta às ações da população.

Diante da omissão da imprensa sobre os casos de abuso de poder dos policiais frente aos manifestantes, novas mídias alternativas foram emergindo nas redes sociais, as quais apresentavam um outro lado da narrativa e mostravam a truculência policial contra o povo nas ruas (PERUZZO, 2013), colocando em xeque a credibilidade da imprensa tradicional.

Com essa possibilidade de desautorização de seu discurso, a grande mídia também passou a noticiar os casos de violência policial, mas, ao mesmo tempo, tratou de manipular a pauta das manifestações, diversificando os motivos pelos quais os brasileiros iam às ruas, o que fez com que, assimilando as vozes da imprensa e embarcando na onda da grande movimentação popular já existente, protestos variados e organizados pela oposição ao governo se espalhassem para outras cidades do país. Entre as novas reivindicações, ganhou destaque, nas ruas e na mídia, o clamor pelo fim da corrupção política, a qual era responsabilizada, em sua grande maioria, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à então Presidenta da República Dilma Rousseff (VICENTE; AZEVEDO, 2018).

No dia 20 de junho de 2013, um dia após a redução das tarifas, reivindicação inicial dos protestos, calculou-se que mais de um milhão de pessoas foram novamente às ruas em protestos espalhados por todo o país. Já em 2014, ano de eleição presidencial, outra onda de manifestações tomou conta das ruas brasileiras. Dessa vez, os protestos eram inicialmente contra a Copa do Mundo FIFA, que seria sediada no Brasil. Nessas novas manifestações e em sua cobertura pela imprensa hegemônica, os investimentos do Governo Federal para a realização do evento futebolístico foram associados ao uso indevido do dinheiro público, à corrupção, ao descaso com o povo brasileiro. Sobretudo, a Copa do Mundo de 2014 e os problemas socioeconômicos dela decorrentes foram indissociavelmente vinculados, pelos manifestantes, pela oposição e pela mídia, ao Governo Dilma.

Além disso, também em 2014, foi deflagrada a Operação Lava Jato, que, espetacularizada pela mídia, visava a investigação de esquemas de corrupção na direção da Petrobrás (DIAS, 2022). Com o desenrolar da operação, os nomes do ex-presidente Lula e da então presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição naquele ano, eram frequentemente associados aos esquemas em investigação. As informações, muitas vezes distorcidas, eram

rapidamente vazadas pelos investigadores para a mídia e ganhavam grande destaque diário na imprensa tradicional, em uma cobertura muitas vezes repetitiva e imparcial (DIAS, 2022).

Mesmo com uma clara tentativa da oposição, da Operação Lava Jato e da mídia de desgastar a aceitação popular de seu governo, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita presidenta do Brasil no segundo turno das eleições de 2014, com 51,64% dos votos, contra 48,36% de Aécio Neves (PSDB). No entanto, mesmo alcançada democraticamente, logo após a confirmação da vitória de Dilma, a oposição já espalhava discursos que pediam o impeachment da presidenta eleita, e alguns eleitores insatisfeitos com o resultado pediam o impeachment da presidenta e, até mesmo, conforme noticiado à época, “alguns chegaram a defender uma nova intervenção militar: ‘Isso não ia ficar assim, os militares vão assumir o poder’” (G1, 2014).

Nesse mesmo sentido, o ano de 2015, primeiro ano do segundo mandato da petista, foi marcado por inúmeros protestos pró-impeachment, por escândalos evidenciados pela Lava Jato (DIAS, 2022), por ameaças golpistas e por diversos pedidos de impeachment protocolados pela oposição na Câmara dos Deputados. Como resultado desse processo discursivo instaurado pelas manifestações iniciadas em 2013, pela tentativa de deslegitimação da vitória eleitoral de Dilma orquestrada pela oposição, pela espetacularização da Operação Lava Jato, pelos pedidos de impeachment e pelo empenho da imprensa em veicular de maneira parcial os acontecimentos, a população assimilou tais discursos e, em 2015, logo no início de seu segundo mandato, a popularidade da ex-presidenta caiu vertiginosamente. Em agosto desse mesmo ano, uma pesquisa do Datafolha, divulgada pelo *site* G1, apontou que a rejeição ao governo já alcançava mais de 70% (G1, 2015).

Nesse clima de protestos, foi aceita a abertura do processo de impeachment contra a presidenta, sob um pedido que alegava um crime de responsabilidade do governo petista, que, segundo a oposição defendia, não havia respeitado a lei orçamentária do país. Assim, o processo de impeachment passou pela Câmara e após pelo Senado, sendo concluído em 31 de agosto de 2016. Dilma Rousseff foi, então, afastada definitivamente da presidência por alegadas pedaladas fiscais, consideradas durante todo o processo instaurado pela Câmara como crime de responsabilidade, e, em seu lugar, assumiu Michel Temer, político conservador e representante da direita do Brasil.

Durante o processo de impedimento da ex-presidenta, chamou atenção o fato de a sessão deliberativa que decidiu pelo “impeachment” da ex-presidenta ter sido transformado em um verdadeiro espetáculo organizado e protagonizado pelos deputados. Esquecendo-se da democracia, pela qual foram eleitos, a grande maioria votou a favor de um golpe institucional defendendo seus próprios interesses e dedicando seus votos à família tradicional, ao cidadão de

bem, a Deus e, até mesmo, a torturadores ligados ao regime militar (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016), como foi o caso do então deputado, e posteriormente presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro<sup>11</sup>.

No dia em que se concretizou o que optamos por nomear aqui de golpe, uma vez que contra Dilma não foram levantadas provas de corrupção, a democracia do Brasil regrediu anos de conquistas, dando início ao tempo-espaço que propomos a chamar nesta dissertação de cronotopo neautoritário brasileiro. Neautoritário porque, em consonância com o que defendem Levitsky e Ziblatt (2018), não é somente na mão de militares que as democracias morrem, mas também através de políticos eleitos que subvertem o mesmo processo democrático que os elegeu. Nesses casos, segundo os autores, as democracias se desmontam aos poucos, em processos, muitas vezes, imperceptíveis.

Já em 2017, o ex-presidente e então pré-candidato, Luiz Inácio Lula da Silva liderava as pesquisas de intenções de voto para o pleito de 2018. Investigado pela Lava Jato, Lula foi condenado em primeira instância pelo ex-juiz Sérgio Moro, que, além de juiz, também era responsável pelas investigações das operações, a nove anos e meio de prisão, pela suposta propriedade ilegal, recebida como propina, de um triplex no Guarujá (DIAS, 2022). No entanto, tendo o direito de recorrer à decisão em liberdade, o ex-presidente, ainda elegível, continuava sendo o principal candidato à Presidência da República.

Nesse mesmo ano, outro pré-candidato despontava na corrida eleitoral. Jair Messias Bolsonaro, aproveitando os impactos na opinião pública das investigações da Lava Jato e de sua cobertura pela imprensa hegemônica, tomou o espaço discursivo das redes sociais, politicamente vazio *a priori*, com discursos fervorosos, mentirosos e intolerantes contra a corrupção, contra o PT, contra a esquerda, contra as minorias e a favor do conservadorismo, da “família tradicional brasileira”, do “cidadão de bem”, do porte de armas e de uma nova (velha) política. Com uma tática própria de governantes autoritários, aproveitando-se do momento de crise política instaurado no Brasil, Bolsonaro construía-se discursivamente como um mito salvador da pátria que salvaria o país do comunismo, ao mesmo tempo em que construía um inimigo comum ao povo brasileiro, que deveria ser eliminado, apostando assim em uma política do “nós contra eles”, para usar a expressão de Schwarcz (2019).

---

<sup>11</sup> “Perderam em 64. Perderam agora em 2016. [...] Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. [...] Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016).

“Eles” seriam preguiçosos, corruptos, ladrões, ideólogos, pessoas sem escrúpulos, parasitas, enquanto um grande “nós” funciona apenas na base da contraposição, abraçando tudo que estaria do outro lado da polaridade. O suposto sigiloso é que basta determinar um “eles” para que se evidencie o que seria um “nós” apaziguador, pois correto, justo e exemplar (SCHWARCZ, 2019, p. 212).

O inimigo primeiro construído por Bolsonaro era o PT, que em sua narrativa era o responsável por todos os problemas do país. Mesmo sendo sujeito de conhecidas falas controversas, com teores autoritários, alegando que o “erro da ditadura foi torturar e não matar” (FÓRUM, 2016); misóginos, ao afirmar a uma deputada que não a estuprava porque ela não merecia (ISTO É, 2014); homofóbicos, dizendo que preferia um filho morto a um filho homossexual (TERRA, 2011); entre outros, o candidato, a princípio improvável, ganhava espaço nas redes com discursos de ódio e *Fake News* (AZEVEDO JR, 2021).

Já em 2018, mesmo com Bolsonaro ganhando mais espaço que o imaginado inicialmente, Lula seguia como o candidato favorito, quando foi condenado em segunda instância no caso do tríplice em Guarujá. Faltando seis meses para a eleição, portanto, Lula foi retirado da disputa eleitoral, após o ex-juiz Sérgio Moro determinar, no dia 05 de abril de 2018, a prisão do ex-presidente, que se entregou à Polícia Federal no dia 07 do mesmo mês.

Bolsonaro passou, então, a ocupar o primeiro lugar das pesquisas e foi escolhido pela maioria dos eleitores como presidente do Brasil no segundo turno das eleições, no dia 28 de outubro de 2018, com mais de 57 milhões de votos. A partir de então, o Brasil, emprestando novamente uma expressão de Schwarcz (2018), passou a surfar numa maré conservadora e, acrescentamos, autoritária.

Sendo a palavra, pela perspectiva bakhtiniana, uma arena em que se disputam os sentidos (VOLÓCHINOV, 2018), muito se questiona sobre o uso do adjetivo autoritário para caracterizar o governo de Bolsonaro, uma vez que ele foi eleito democraticamente pelo povo nas urnas. No entanto, em consonância ao que defende Schwarcz (2019, p. 236), acreditamos que a “democracia não se resume ao ato da eleição, ela vive no cotidiano que ajuda a instaurar”. O cotidiano brasileiro, por sua vez, passou a ser cada vez menos democrático.

Desde que chegou ao poder, o Governo Bolsonaro tem atacado as instituições, questionado a ciência, investido contra a imprensa, estimulado a exclusão das minorias, espalhado mentiras, destilado ódio. Essas atitudes e discursos autoritários vindos da maior autoridade do país legitimam de certo modo a população a fazer a mesma coisa. Afinal, os discursos que circulam como ideologia oficial determinam os discursos do cotidiano (BAKHTIN, 2015). Não à toa, conforme expõe Schwarcz (2019), os crimes relacionados à intolerância cresceram vertiginosamente na corrida eleitoral de 2018 e continuam com altos

índices ainda hoje. Tal aumento se justifica porque, com o discurso de ódio legitimado pela maior autoridade do país, essas vozes da intolerância foram assimiladas pelos cidadãos, que, enquanto sujeitos dialógico, já eram constituídos por já-ditos autoritários. Com isso, “hoje em dia muitos brasileiros não se preocupam mais em se definir como pacíficos; preferem desfilarem sua intolerância” (SCHWARCZ, 2019, p. 211).

No decorrer desses anos após as eleições de 2018, além do ódio e da intolerância declarados, foi possível visualizar várias vezes o diálogo, às vezes velado, outras nem tanto, do Governo Bolsonaro com o governo nazista de Adolf Hitler. A começar, destacamos o slogan da campanha de Bolsonaro, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, que se assemelha inegavelmente ao lema dos nazistas, *Deutschland über alles*. Em português, “Alemanha acima de tudo”. Observa-se, nos dois lemas, a relação dialógica que é estabelecida no campo dos sentidos bem como pelas escolhas lexicais (BAKHTIN, 2018a). Paula e Lopes (2020) consideram que esse diálogo estabelecido entre os slogans dos dois governos revelam o criacionismo e o eugenismo de inspiração nazista presentes no referido governo brasileiro.

No entanto, foi a partir de 2020, com o surgimento de uma pandemia mundial que os diálogos ficaram ainda mais frequentes e evidentes. Desde o momento em que o primeiro caso de Covid-19 foi registrado no Brasil, em fevereiro de 2020, Bolsonaro já sinalizava qual seria sua conduta frente ao vírus: uma política de morte, que se apresentaria quase como um genocídio do povo brasileiro.

Em diversos momentos, o presidente minimizava a doença, que, para ele, era uma “gripezinha” que estava sendo “superdimensionada” pela mídia (FOLHA, 2021). Hoje, de acordo com o site do governo que informa diariamente os dados sobre a doença, já são mais de 693 mil óbitos<sup>12</sup>. Indo na contramão daquilo que orientava a Organização Mundial de Saúde (OMS) e do que fazia o resto do mundo, Bolsonaro não tomou medidas efetivas que pudessem conter a propagação inicial do vírus e ainda as criticou, induzindo seus apoiadores a não as seguir, quando os governadores o fizeram em seu lugar. Nas palavras de Paula e Lopes (2020, p. 48), por sua posição de presidente, “o ato singular de Bolsonaro ressoa e reverbera como prática social entre sujeitos que, em embate (apoiadores e opositores), respondem com outros atos à pandemia e ao Governo”. Não há, portanto, usando os termos bakhtinianos, álbe que tire a responsabilidade dos atos de linguagem de Bolsonaro sobre a morte de milhares de brasileiros.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 29 dez 2022.

Nesses dois anos de pandemia, além da política de morte colocada em prática pelo governo, o Brasil presenciou, enquanto enfrentava as dificuldades advindas do não controle da proliferação do vírus, inúmeros atos nos quais integrantes da referida gestão fizeram referências absurdas e diretas ao governo nazista de Hitler.

Em janeiro de 2020, por exemplo, ainda antes da chegada do Coronavírus ao Brasil, Roberto Alvim, à época Secretário Nacional da Cultura, fez um discurso em uma página oficial da Secretaria Especial de Cultura bastante semelhante a um discurso de Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Hitler. De acordo com o que foi noticiado, em um processo dialógico entre os discursos, “assim como Goebbels havia afirmado em meados do século XX que a ‘arte alemã da próxima década será heroica’ e ‘imperativa’, Alvim afirmou que a ‘arte brasileira da próxima década será heroica’ e ‘imperativa’” (G1, 2020). Já em maio do mesmo ano, com o país afetado pela pandemia, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) publicou em sua página oficial no *Twitter* um ataque à imprensa, com uma mensagem a qual, aproximando-se do lema presente nas fachadas de diversos campos de concentração nazistas, a saber, “O trabalho liberta”, afirmava: “O trabalho, a união e a verdade libertarão o Brasil”<sup>13</sup>. Novamente, os enunciados, quando colocados lado a lado, estabelecem entre si relações dialógicas (BAKHTIN, 2011). No entanto, diferente do que propõe Bakhtin (2011), nesse caso, não há como afirmar que eles nada sabiam um sobre o outro, uma vez que as convergências são várias. Ainda em maio de 2020, em *live* presidencial, Bolsonaro apareceu tomando um copo de leite puro, sob a alegação de estar participando de um desafio de ruralistas. Tal gesto, no entanto, é considerado, por estudiosos, como símbolo de supremacia racial (ROCHA, 2020).

Já em julho de 2021, Bolsonaro recebeu, no Palácio do Planalto, uma deputada alemã, neta de um ministro de Adolf Hitler e líder de um partido político ultraradical de viés neonazista (CÉSAR, 2021). Em novembro de 2021, em um evento da Força Aérea Brasileira, o presidente foi recebido pela orquestra da FAB com uma música composta por um antisemita convicto, ídolo dos nazistas (FORTES, 2021). Por fim, destaca-se ainda o caso da Prevent Senior, operadora de saúde que tentou desenvolver estudos que comprovassem a eficácia da cloroquina e da azitromicina, defendidas por Bolsonaro, para a cura da Covid-19. Para isso, no entanto, entre outras práticas, a operadora usava pacientes, que muitas vezes nem sabiam dos testes que eram com eles realizados, como cobaias, obrigando os médicos a prescreverem o

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://twitter.com/secomvc/status/1259680347962380290>. Acesso em 02 fev 2022.

chamado Kit Covid, além de ocultar as mortes de pacientes que participaram do estudo, manipulando os dados oficiais (BALZA, 2021).

Há, ainda, inúmeros outros exemplos que poderiam ser citados aqui, tanto de descrédito da pandemia, quanto de referências ao governo de Hitler. No entanto, optamos por destacar o fato de que, a partir de tantas referências públicas e institucionalizadas ao nazismo, discursos e práticas como essas têm ganhado cada vez mais espaço na sociedade brasileira. Afinal, os brasileiros, enquanto sujeitos dialógicos, estão assimilando esses discursos e nem todos resistem dialogicamente a eles. Ao contrário, alguns desses sujeitos, ao terem contato com esses discursos enquanto vozes de autoridade, os assimilam incondicionalmente, tomando-os como palavras-próprias (BAKHTIN, 2015). De acordo com o mapeamento desenvolvido pela antropóloga Adriana Dias, divulgado no *site* G1, existem atualmente no Brasil cerca de 530 células neonazistas, que envolvem cerca de dez mil pessoas (G1, 2022). Ainda segundo o mapeamento de Adriana (G1, 2022), entre janeiro de 2019 e maio de 2021, houve um aumento de 270,6% desses grupos por todo o país.

Dessa maneira, ao destacar esse cronotopo de retrocesso que tomou conta do Brasil, consideramos que, tal como o grande diálogo social no qual nos inserimos, a história também é aberta e inconclusa. Em um processo de paráfrase do que diz Bakhtin (2011) sobre os sentidos, optamos por concluir esta seção reafirmando que os acontecimentos do passado nunca são estáveis, concluídos, acabados. Ao contrário, sempre irão mudar, se renovar, se revestir de novos sentidos. Assim, há acontecimentos passados que se encontram, aparentemente, esquecidos, mas que, em determinado momento, a depender do tempo-espaço que se constitua, tal como os sentidos, “serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo” (BAKHTIN, 2011, p. 410).

No que tange a acontecimentos decorrentes da ascensão de regimes totalitários, no entanto, é preciso trabalhar de forma que eles não tenham a sua festa de renovação. Cabe a nós, enquanto pesquisadores e sujeitos críticos, não deixar que a história da *Shoah* ou de qualquer outro tipo de regime autoritário se repita, nem mesmo por atitudes veladas.

### **3.2 Gênero discursivo relato de vida: a passagem pela segunda porta**

A partir das análises cronotópicas empreendidas na seção anterior, cabe pensarmos, agora, na escolha pelo gênero relato de vida para balizar os discursos das mulheres sobreviventes da *Shoah*. Tal empreendimento é importante, pois, de acordo com o que afirmam

Morson e Emerson (2008), a própria escolha do modelo tipológico de enunciado é essencialmente cronotópica, assim “cada gênero oferece uma diferente “imagem da pessoa” [...]. Cada gênero sugere também um conceito diferente de história, sociedade e outras categorias essenciais para uma compreensão da cultura” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 387). Compreender o gênero mobilizado para a construção desses enunciados será, portanto, outra porta de entrada que nos levará aos sentidos por eles produzidos.

Nesse sentido, cabe-nos indagar: Afinal, por que, para a construção de um documento histórico que visa registrar a história individual e coletiva da *Shoah*, optou-se, mesmo que inconscientemente, pelo relato de vida e não por qualquer outro gênero discursivo?

Para iniciar esta discussão, convém retomar o fato, já evidenciado em nosso capítulo metodológico, de que, na formatação da maioria das histórias de vida que compõem a coleção *Vozes do Holocausto*, foi feito um movimento de adequação dos enunciados que foram produzidos inicialmente. Como vimos, de acordo com a introdução presente em cada um dos livros da coleção, as histórias de vida foram obtidas através de um questionário-matriz que foi aplicado durante entrevistas e/ou conversas topicalizadas com os refugiados, sobreviventes e/ou seus familiares. Com as informações coletadas, as historiadoras tinham em mãos roteiros que, formatados, foram organizados em um enredo contado com começo, meio e fim (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020). É sobre esse enredo finalizado e publicado, pela forma de um discurso direto, que realizamos a nossa análise, sem deixar de considerar, é claro, as demais vozes que o constituem.

Enquanto um documento fruto de pesquisas da área da História, o gênero discursivo relato de vida escolhido pelas historiadoras para balizar os enunciados publicados não é, na coleção, nomeado como tal. Isso se justifica pelo fato de que, conforme apresenta Bakhtin (2016, p. 38, grifos do autor), em toda a situação comunicativa, nós, enquanto falantes, “dispomos de um rico repertório de gêneros de discurso orais (e escritos). *Em termos práticos*, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas *em termos teóricos* podemos desconhecer inteiramente a sua existência”. Dessa forma, as estudiosas do projeto *Arqshoah*, enquanto historiadoras e, conforme consideramos aqui, coautoras dos relatos de vida, ao fazerem essa mobilização do gênero, o faziam de forma natural a partir de seu objetivo discursivo de reconstruir a memória dos refugiados e sobreviventes radicados no Brasil. Cabe a nós, enquanto estudiosos da linguagem pelo viés bakhtiniano, investigar a natureza dessa escolha discursiva.

Para Bakhtin (2016), a seleção do gênero do discurso é o primeiro momento em que a vontade de produzir sentido do falante se realiza. Além disso, para o filósofo russo, o que



determina essa escolha são as especificidades do campo da comunicação discursiva em que o enunciado circulará, o tema a ser mobilizado, a situação comunicativa em que é produzido, seus participantes etc. Assim, a seleção de um modelo tipológico de enunciado é, por vezes, inconsciente, mas não é aleatória. O gênero discursivo escolhido para a produção de determinado enunciado deve refletir as especificidades da situação discursiva em que se o faz.

Nesse sentido, é necessário, primeiramente, olhar para a esfera da comunicação humana em que os relatos das sobreviventes foram produzidos para, após, investigar as especificidades do gênero discursivo que os baliza.

De acordo com Volóchinov (2018, p. 94), “cada campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a refrata a seu modo”. Nesse sentido, um mesmo gênero do discurso, quando mobilizado em esferas ideológicas distintas, apresenta diferentes especificidades. É nessa possibilidade de adaptação dos gêneros que reside o advérbio *relativamente* usado por Bakhtin (2016, p. 12) ao definir os gêneros discursivos como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. O gênero relato, por exemplo, mesmo com determinadas características típicas, vai se configurar de diferentes maneiras a depender do campo da comunicação humana em que é utilizado. Portanto, os enunciados das mulheres sobreviventes da *Shoah*, analisados nesta dissertação, têm suas características influenciadas diretamente pela esfera da comunicação em que foram produzidos, qual seja, a acadêmica.

Conforme destacado em nossa seção metodológica, os enunciados de nosso *corpus* são frutos de pesquisas realizadas por mulheres historiadoras e pesquisadoras. Portanto, estão inseridos no campo acadêmico de produção discursiva e, mais especificamente, num recorte historiográfico dessa esfera ideológica. Assim, ao mobilizarem o gênero discursivo relato de vida, as pesquisadoras do Arqshoah o fizeram buscando valorizar os elementos históricos presentes nos discursos das mulheres sobreviventes, uma vez que o objetivo do projeto era o de construir um documento que evidenciasse a história do Holocausto. Portanto, a esfera acadêmico-historiográfica e o propósito discursivo das historiadoras influenciam os aspectos temáticos, estruturais e estilísticos do modo social de dizer que baliza os enunciados analisados. Olhemos, portanto, para essa mobilização.

Socialmente, os relatos ganham um *status* de verdade, uma vez que por meio deles os sujeitos produtores de enunciados representam e memorizam as ações humanas e as experiências que efetivamente viveram. Esse *status* de verdade é, portanto, conferido ao gênero relato, seja ele pessoal, histórico, de viagem, entre outros, pois aquilo que é relatado precisa estar na ordem do realmente experienciado para que o enunciado se classifique como tal.

Ademais, destaca-se que a própria origem etimológica da palavra *relato* valida essas constatações. De origem latina, o termo é formado a partir do prefixo *re-* que significa “de novo”, “outra vez”, e do radical *-latum*, “trazido”, que é o particípio singular neutro do verbo *ferre*, trazer<sup>14</sup>. Logo, *relatar* é *trazer de novo*. No relato, o vivido é rememorado, o acontecimento verídico é *trazido outra vez* por aquele que relata.

Portanto, a mobilização de um gênero discursivo que ganha socialmente um *status* de verdade para a construção de um documento histórico sobre a *Shoah* é de substancial relevância, uma vez que ainda hoje, no que tange aos acontecimentos vivenciados pelos judeus sob o domínio nazista, há discursos que buscam relativizar, questionar e, até mesmo, negar a veracidade dos fatos.

Podemos dizer, portanto, que, com objetivo do projeto Arqshoah em transformar histórias de vida em um documento de caráter histórico que visa testemunhar e documentar os acontecimentos decorrentes da ascensão do governo nazista, a própria mobilização do gênero relato funciona como uma resposta dialógica a discursos já-ditos sobre o tema (BAKHTIN, 2016), em específico aos discursos negacionistas.

Assim, mesmo que de maneira natural e inconsciente, formatar as entrevistas dadas pelos sobreviventes sob a baliza do gênero relato de vida, tal como propõe Bakhtin (2016), evidencia a vontade discursiva do sujeito produtor desses enunciados, funcionando a favor da validação e da reafirmação da veracidade dos horrores sofridos por essas pessoas, que, muitas vezes, tiveram suas histórias e vivências questionadas ou, até mesmo, silenciadas.

Além do projeto enunciativo e da especificidade do campo da comunicação discursiva, como vimos, a escolha por um gênero do discurso também é determinada “por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal de seus participantes, etc.” (BAKHTIN, 2016, p. 38), ou seja, pela situação comunicativa em que o gênero é mobilizado para a produção de enunciados. Esta, por sua vez, abrange os sujeitos produtores dos enunciados, seus interlocutores, seu suporte de circulação e sua finalidade comunicativa.

Os sujeitos produtores dos relatos de vida aqui analisados são as mulheres sobreviventes da *Shoah*. Essas mulheres relatam fatos que ocorreram em suas vidas, afetadas diretamente pelo domínio do governo nazista, a fim de compartilhar as suas vivências dessa experiência.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.latin-is-simple.com/en/vocabulary/verb/260/>. Acesso em 15 jun 2021.

No entanto, conforme pontuado em nosso capítulo metodológico, os relatos de vida publicados pela coleção Vozes do Holocausto são frutos de uma composição autoral dialógica (ADORNO, 2019; BAKHTIN, 2018a). Portanto, é preciso considerar que, além das sobreviventes, as pesquisadoras e organizadoras da coleção também são sujeitos (co)produtores desses relatos e tinham um objetivo discursivo ao organizá-los.

Assim, enquanto sujeito-autor, a equipe do Arqshoah buscou, através da mobilização do gênero relato de vida, construir um documento histórico e uma memória escrita sobre as vivências dos sobreviventes do Holocausto que vieram ao Brasil em busca de uma nova vida. Construir essa memória escrita das situações vivenciadas é a finalidade típica desse gênero discursivo e que foi mantida nessa situação comunicativa.

Em relação ao interlocutor, quando consideramos a autoria individual das mulheres sobreviventes, temos o projeto Arqshoah e as pesquisadoras que as ouviam no momento das entrevistas. Já quando consideramos a composição autoral dialógica dos enunciados, os interlocutores dos relatos de vida publicados são leitores que se interessam pelas vivências daqueles que (sobre)viveram a *Shoah* e a outros regimes totalitários, bem como estudiosos do tema. Quanto aos suportes de circulação do enunciado, no caso dos relatos de vida aqui analisados, a sua circulação se deu tanto pelo meio físico quanto pelo meio digital. Assim, o suporte desses relatos são os livros da coleção Vozes do Holocausto e o *site* Arqshoah.

Determinada, então, por esses e outros aspectos da situação comunicativa, a escolha do gênero discursivo é realizada pelo sujeito produtor do enunciado. Após essa seleção, conforme explica Bakhtin (2016), “a intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é aplicada e adaptada ao gênero escolhido”. Nesse sentido, mesmo com as características típicas dos modos sociais de dizer, ao organizar um enunciado sob a baliza de algum gênero discursivo, por seu caráter flexível influenciado pelo campo da atividade humana no qual se insere, o falante tem certa autonomia para adaptá-lo ao seu projeto discursivo, quando necessário.

Portanto, é preciso analisar cada um dos três elementos constitutivos do gênero discursivo – conteúdo temático, construção composicional e estilo –, observando como eles foram mobilizados e adaptados aos relatos de vida das mulheres sobreviventes da *Shoah*.

O conteúdo temático de um gênero, conforme apresentado em nosso capítulo teórico, não é o assunto de que trata o enunciado, mas o aspecto comum dos sentidos que o constitui. Assim, todo gênero discursivo possui um tema típico, mas que é influenciado pelo campo da atividade humana em que circula (BAKHTIN, 2016).

Em resumo, pode-se dizer que o conteúdo temático típico do gênero discurso relato é aquilo que é o vivenciado pelo sujeito produtor do enunciado em determinado tempo e espaço. O conteúdo temático dos relatos das mulheres judias sobreviventes do Holocausto segue basicamente o conteúdo temático típico desse gênero discursivo, uma vez que, perpassando por diversos assuntos, esses relatos apresentam o vivido como um domínio de sentido geral que constitui os seus discursos.

No entanto, no caso dos enunciados de nosso *corpus*, a partir da flexibilidade conferida aos gêneros por seu contexto de produção (BAKHTIN, 2016), pode-se dizer esse conteúdo temático é adaptado quando consideramos o cronotopo bélico-nazista que o determina. Afinal, não se trata de qualquer vivido, trata-se de um vivido bastante específico e substancial na formação da consciência socioideológica dos sujeitos que falam.

O vivido tido como unidade temática dos enunciados em tela é determinado por sofrimentos infringidos às mulheres judias pelo governo nazista. Assim, os assuntos a que esse domínio de sentido se relaciona, nesse caso, tratam de situações específicas que são decorrentes da perseguição, da necessidade de fuga e/ou da deportação vivenciadas pelas sobreviventes durante sua infância e/ou juventude, bem como da reconstrução de suas vidas longe de seus países de origem. O tema dos enunciados em análise aborda também o antes e o depois das violências nazistas que modificaram as vivências das sobreviventes. Afinal, essas mulheres tiveram suas vidas completamente transformadas pelo governo de Hitler. Para elas, o vivido, a partir da ocupação nazista, nunca mais seria o mesmo.

Partindo dessa verificação, vale destacar que essa especificidade do conteúdo temático dos enunciados das mulheres sobreviventes da *Shoah* influenciou também a escolha pelo signo relatos de vida, utilizado em maioria nesta dissertação, no lugar de relato de experiência vivida ou relato pessoal, como comumente é utilizado. Isso porque, no relato de experiência vivida, tanto as situações vivenciadas, quanto os períodos de vida, os espaços, o tempo e o tema que se relacionam às ações, são de momentos específicos. Dessa forma, ao utilizar o signo relato de experiência vivida, entende-se que o foco do relato é a vivência de um acontecimento pontual da vida do relator.

No caso dos relatos analisados neste trabalho, apesar de o eixo ser a vivência dos judeus durante o domínio nazista, destaca-se que os relatos perpassam toda a vida da sobrevivente, desde as raízes judaicas de suas famílias até o momento atual no qual elas relatam, uma vez que todos esses acontecimentos se ligam de alguma forma ao assunto central de seus enunciados. Portanto, em nosso material de análise, é a vida, como um todo, que é a essência dos relatos, pois não há como focalizar apenas o período nazista, sem explicitar tudo o que ele tirou e tudo

que ele causou na existência dessas pessoas. Por isso, optamos por utilizar a terminologia relatos de vida.

Por fim, destacamos que o conteúdo temático do gênero discursivo relato apresenta vivências individuais ou não, a depender do tema de cada enunciado produzido. Sob essa ótica, consideramos válido destacar que algumas das situações relatadas pelas mulheres sobreviventes da *Shoah* são *literalmente* coletivas, uma vez que elas as vivenciaram, na maioria das vezes, com as suas famílias e com milhares de outras vítimas, mesmo que desconhecidas. No entanto, em determinados momentos, para outras, as vivências são individuais, uma vez que muitas tiveram a família assassinada e, sem conhecidos por perto e nas degradantes situações, principalmente dos campos de concentração, acabaram ficando sozinhas.

Contudo, a depender do tema focalizado nos relatos, observamos nos relatos femininos que o estabelecimento de laços afetivos, nas rotas de fuga, nos guetos e/ou nos campos de concentração, era constante. Isso porque, nas palavras da sobrevivente Janina Schlensinger, uma das sobreviventes, nesses momentos, *tudo é família*.

**Janina Schlensinger**

De fato, encontramos uma parte de nossa “quase” família, não exatamente família, pois, quando você foge de alguma coisa – sendo nós apenas uma senhora [minha mãe] com uma criança [Janina] –, tudo é família (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 245).

Além disso, sabe-se que as vivências relatadas pelos sobreviventes da *Shoah*, não só as que aqui serão analisadas, se referem às vivências de outros seis milhões de judeus que perderam as suas vidas durante o período nazista e de outros milhares que, tendo sobrevivido, não tiveram seus relatos registrados, ou, simplesmente, ouvidos. Assim, optamos por não considerar que essas vivências sejam individuais, mesmo que, às vezes, o sejam *literalmente*, pois esses relatos são fruto, discursivamente, de um sujeito dialógico que ocupa a posição social de mulheres judias sobreviventes e, por isso, também ecoam as vozes que foram silenciadas.

Consoante ao exposto, chegamos a uma tentativa de definição do conteúdo temático dos relatos de vida de nosso *corpus*: o (sobre)vivido. Por (sobre)vivido, entendemos as vivências das mulheres judias sobreviventes do Holocausto, vivências estas que são constituídas pela violência do cronotopo bélico-nazista.

Em relação à sua construção composicional, destaca-se, novamente, que, na organização e lapidação dos enunciados obtidos através das entrevistas com os sobreviventes e que resultou na mobilização do gênero discursivo relato de vida, as idealizadoras da coleção apresentam que o projeto buscou “organizar cada uma das histórias no formato de um enredo contado com

começo, meio e fim” (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v.1, p. 20). Mais uma vez, a escolha pelo gênero relato, mesmo inconsciente, se mostra eficaz para o objetivo da equipe Arqshoah que visava a construção e documentação das memórias e vivências dos sobreviventes em uma ordem cronológica dos acontecimentos.

Partindo dessa premissa, observamos que os enunciados de nosso *corpus* são iniciados por um momento introdutório, que visa apresentar as sobreviventes e suas raízes judaicas (Figura 1).

Figura 1: Momento introdutório dos relatos



Fonte: CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 220.

A partir de uma marcação linguística, que funciona como um subtítulo, acrescida pelas pesquisadoras do Arqshoah, os relatos de vida são iniciados pela identificação social das sobreviventes e pela identificação de suas famílias suas ocupações e as suas origens judaicas, conforme pode ser visualizado nas sequências enunciativas abaixo.

### Halina Blankfeld

#### Minhas raízes judaico-polonesas

Meu nome é Halina [Helena] Blankfeld. Halina em iídiche é Chaia, e meu sobrenome de solteira é Kuper. Nasci em 31 de dezembro de 1930, na cidade de Pińsk (Polônia), hoje Bielorrússia. Sou filha de Avram Yankel Kuper e Basia [Batsheva] Neiman. Meu irmão chamava-se Herschel Zwi, três anos velho. Meu pai Avrahm e seu irmão Sruklik eram proprietários de uma confeitaria e uma padaria na cidade de Pińsk, onde faziam pães para o Exército e a Marinha, daí o nome do estabelecimento *Piekarnia Wojska* [Padaria do Exército]. A maioria dos habitantes de Pińsk era judia, e minha família era religiosa. Na cidade havia uma sinagoga e uma catedral, ambas muito grandes (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 220).

**Eva Wendriner Gaj**  
**Minhas raízes judaico-alemãs**

Eva Wendriner é o meu nome completo de solteira, depois acrescido do sobrenome Gaj, de casada. Nasci no dia 15 de novembro de 1932, na cidade de Gleiwitz, na Alemanha, hoje Polônia. Meus pais, nascidos nesse mesmo lugar, chamavam-se Jorge Wendriner e Wally Loebmann, sendo Enrique o meu irmão mais velho. Não cheguei a conhecer meus avós paternos, mas sei que eram judeus e que tinham uma fábrica de licores. Nada mais.

Pelo lado materno, meus avós chamavam-se Beth e Isaac, sendo uma família tradicional alemã. Conheci apenas a minha avó Beth, que veio morar no Brasil em 1937 e aqui faleceu. Além da minha mãe, havia outros filhos: Martin, Salo e Erna Loebmann (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 46).

Essa apresentação inicial da sobrevivente e de sua família, na maioria dos enunciados, é breve. Há, no entanto, marcando a singularidade de cada um dos relatos, algumas mulheres que se demoram mais nesse ponto, relatando com maiores detalhes o casamento dos pais, suas ocupações, entre outras informações.

Feita essa contextualização inicial dos sujeitos produtores dos relatos, as sobreviventes começam a desenvolver o *meio* do enredo contado, visado pelo Arqshoah. Aqui, as mulheres sobreviventes iniciam os seus relatos de vida, propriamente ditos. Partindo da apresentação de suas famílias, de suas raízes judaicas e das ocupações de seus pais, o primeiro período de vida tratado nos enunciados é a infância.

Nesse momento dos relatos, os assuntos relatados, bem como as próprias vivências, são bastante diversos, mas observamos a recorrência de alguns temas, como os relacionados à escola e à educação. Algumas sobreviventes se demoram mais na apresentação desses fatos da infância. Outras, passam por esse período brevemente.

**Marguerite Stein Hirschberg**

Minha vida em Frankfurt, quando ainda pequenina, era muito intensa. Lá havia muito mais judeus que nas outras cidades; aliás, até hoje. No ano que eu nasci, em 1933, Hitler chegou ao poder. Uma data boa, não é mesmo? Bem, depois que ele foi eleito eu cheguei. Então, a minha vida toda foi quase perseguição. Desde os seis anos eu estudei na escola *Philanthropin* em Frankfurt, uma escola judaica, mas que recebia também crianças não judias, mesmo porque o colégio era muito bom, muito bom mesmo. Ficava em um prédio enorme, que depois foi transformado pelos nazistas em um hospital para abrigar os soldados feridos. [...]. Estudei ali até o seu fechamento (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 119).

**Eva Wendriner Gaj**

Na minha cidade de Gleiwitz, havia uma sinagoga que era por nós frequentada. Não sei o nome do bairro onde morávamos, mas me lembro um pouco da casa que usávamos como moradia. Eu e meu irmão Enrique – três anos mais velho do que eu – frequentávamos a escola pública local, onde estudamos apenas alguns meses, pois logo começaram as proibições nazistas aos judeus. Não me recordo do dia em que ocorreu a ocupação nazista, pois eu tinha apenas 7 anos de idade (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 46).

### Bluma Sztokfisz

Minha infância foi boa e vivíamos normalmente. Frequentei uma escola pública onde aprendi a ler e escrever o polonês, além de falarmos o iídiche em casa. Na escola eu gostava de representar nas peças de teatro e dançava (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 147).

A partir daí, o *meio* dos relatos das sobreviventes passa a ser construído, apresentando ações que são sequenciadas temporalmente. Desse modo, as sobreviventes começam falando de suas famílias, de suas infâncias, de suas vidas antes da ocupação nazista ou da intensificação da perseguição aos judeus e chegam ao momento em que tiveram suas vidas interrompidas com a ascensão da violência nazista na Alemanha ou com chegada dos alemães em seus respectivos países. Nesse percurso, a voz da equipe Arqshoah trabalha de modo a evidenciar a passagem temporal na vida e nos relatos dessas mulheres, através da inserção de novos subtítulos. O mais recorrente deles, nesse momento dos enunciados, é a ascensão e ocupação nazista em seus países de origem (Figura 2).

Figura 2: Subtítulo que marca a ocupação nazista



Fonte: CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 133.

Em alguns relatos, a partir dessa nova temporalidade evidenciada pelo Arqshoah, o foco passa para a preocupação da família em fugir e para as ações que se desenvolveram ao traçarem as suas rotas de fuga para deixar seus países. Já as sobreviventes que não tiveram a oportunidade de fugir, passam a relatar os momentos de separação da família, prisão e deportação para os guetos e campos de concentração. No último caso, há a continuação da narrativa com as suas



vivências do dia a dia nesses lugares até o momento da libertação. Ambos os momentos também são marcados por intertítulos inseridos pelas historiadoras.

Logo depois, as sobreviventes passam a relatar o vivido após deixarem o continente europeu, seja em forma de fuga ou de liberdade após o fim da guerra, até a chegada ao Brasil e a reconstrução de suas vidas. As ações sequenciadas trazem, por fim, os relatos da vida atual dessas mulheres.

Destaca-se, no entanto, que, apesar de seguirem basicamente o “mesmo roteiro”, a atenção dada por cada mulher a cada um desses momentos de suas vidas é bastante variável no recorte realizado para esta pesquisa, tanto em extensão quanto em detalhes. Enquanto produto de sujeitos sociais e singulares (MORSON e EMERSON, 2018; FARACO, 2019), apesar de terem sido narrativas guiadas e de terem vivenciado o mesmo tempo-espaço, cada relato se configura a partir da individualidade do sujeito falante que o produz e da relação que ele tem com aquilo que relata. Elas são, afinal, sujeitos sociais e singulares, constituídos por diferentes experiências sócio-discursivas. Nesse sentido, as recorrências são muitas, mas as divergências também.

Após o desenvolvimento do *meio* desse *enredo contado*, chega-se ao fim dos relatos. Na maioria dos enunciados das mulheres sobreviventes, o encerramento se dá pelo relato das lembranças mais marcantes que elas guardam daquilo que viveram, pelo relato de sua vida atual ou, ainda, com uma reflexão ou mensagem deixada às futuras gerações.

**Nanette König**

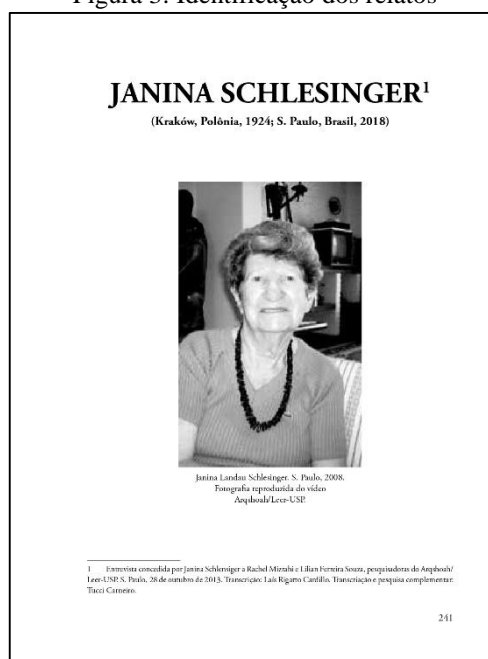
A partir do que vivi, constatei que um dos bens mais preciosos do ser humano é a liberdade: liberdade de ir e vir, liberdade de proferir suas crenças, a liberdade de viver como você é (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 126).

**Lisbeth Forell**

Depois do sofrimento pelo qual o povo judeu passou, eu tenho certo orgulho de ser judia. Porque é povo, não é só a religião, a espinha dorsal que segura; apesar de tudo por que o judeu já passou, ele sobrevive cada vez mais forte. Hoje me sinto acolhida carinhosamente pela natureza. Para escapar, vou ao meu sítio *Shalom*. Lá, eu posso, sem mágoa e revolta, mergulhar nas reminiscências e cuidar de minhas lembranças... tanto das más quanto das boas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 208-209).

Ademais, destacamos que os relatos publicados pela equipe Arqshoah não possuem título propriamente dito, mas são identificados pelo nome completo do sobrevivente, tendo como “linha-fina” sua cidade natal, ano de nascimento e falecimento, quando for o caso, e uma fotografia, conforme exemplificado com a Figura 3.

Figura 3: Identificação dos relatos



Fonte: CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 241.

Em síntese, retomamos que a construção composicional dos relatos de vida aqui analisados se configura da seguinte maneira: Identificação do sujeito produtor do enunciado pelo nome completo, cidade natal, ano de nascimento e fotografia da sobrevivente; Apresentação social da mulher sobrevivente, apresentação da família, indicação das suas origens judaicas; apresentação das ações, sequenciando-as no tempo, desde a infância até o momento atual de suas vidas; e, por fim, uma breve reflexão sobre as ações relatadas ou sobre sua vida atual. Observamos, pela análise dessa organização dos relatos de vida, a influência do campo acadêmico-historiográfico em que eles foram produzidos. As historiadoras formataram todos os relatos de modo a evidenciar a temporalidade e os aspectos históricos que os construía. É esse movimento das estudiosas que nos permite, a partir desta dissertação, olhar para a história das mulheres no Holocausto contada pelas próprias mulheres.

Chegamos, assim, ao terceiro elemento constitutivo dos gêneros discursivos, o estilo, que, para Bakhtin (2016), relaciona-se às escolhas dos mecanismos linguísticos feitas pelos falantes, enquanto sujeitos de seu discurso, e que podem refletir sua individualidade ou apenas reproduzir os estilos típicos dos gêneros, no caso de gêneros discursivos mais padronizados.

Nos relatos de vida de nosso *corpus*, a primeira marca de estilo que podemos destacar é o uso da primeira pessoa do singular e, em alguns momentos, do plural, uma vez que as sobreviventes se valem desse gênero discursivo a fim de compartilhar as experiências por elas vivenciadas. Outro mecanismo linguístico recorrente nos enunciados em tela, é a alternância da

narrativa entre o *hoje* e o *ontem*. Percebe-se que, ao rememorar as experiências vividas em outro momento de suas vidas, as mulheres sobreviventes as relacionam, a todo momento, às suas vivências atuais. Destaca-se, a título de exemplificação, os recortes abaixo.

**Klara Kielmanowicz**

Costumávamos nos reunir durante o *Shabat*, quando pratos típicos eram colocados na mesa para a alegria de todos após as rezas que demarcam o nosso judaísmo. Hoje, preparo o caldo e o *guefilte fish* exatamente como minha mãe costumava fazer: receitas antigas, heranças de família. Após o jantar, nos distraíamos com sementes de girassol torradas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 263).

**Marguerite Hirschberg**

Lembro-me de que eu gostava muito de dançar, de cantar... Gostava muito. Música! Gostava da minha família, dos meus tios [...]. Até hoje eu adoro uma música. Clássica! Na casa da minha avó tinha uns tios que tocavam muito bem piano, e a minha tia cantava muito bem. Minha mãe não tinha ouvido nenhum. Engraçado, não é mesmo? [...]. Lá tínhamos um concerto dentro de casa, eu gostava. Este foi um dos momentos mais alegres da minha vida (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 120-121).

Nos trechos acima, observa-se que as mulheres rememoram experiências passadas, que foram vivenciadas com as suas famílias e as trazem ao presente, mostrando como isso se reflete em suas vidas na atualidade. No primeiro caso, o assunto em foco é a tradição da comida judaica, marca recorrente nos relatos das mulheres sobreviventes. Klara inicia contando como eram celebradas as festas judaicas em sua família, com pratos típicos e rezas. Nesse momento de seu relato, ela traz a narrativa para o presente, destacando que, *hoje*, ela prepara esses pratos tal como a sua mãe os fazia. Após essa glosa em seu discurso, o foco do relato volta para o passado.

Na segunda sequência enunciativa também há essa alternância entre o hoje e o ontem, mas o foco temático do relato é a música. Marguerite se lembra de que *gostava muito de dançar, de cantar*. Então, ela traz o seu relato ao presente e evidencia que *até hoje* ela gosta de música. *Clássica!* A partir dessa observação, seu relato volta para o tempo passado e ela finaliza o assunto: *Este foi um dos momentos mais alegres da minha vida*.

Assim, nesse processo de rememoração das experiências vividas, quando as vivências passadas refletem na constituição atual das sobreviventes, há essa alternância frequente entre o hoje e ontem, entre o aqui e o lá.

Outra forma de textualizar essa alternância entre o presente e o passado é pela mudança dos tempos verbais. Nos relatos, em geral, o uso do pretérito é predominante, mas em determinados momentos as sobreviventes recorrem ao uso do presente para estabelecer essa relação entre o ontem e o hoje.

**Alice Farkas**

Nessa época, a gente só usava banha, pois não existia óleo de cozinha como hoje, só banha. Nós levamos para casa banha podre. Olha, eu, mais ou menos, durante 15 anos ou mais, não consegui botar um grão de feijão na minha boca, tanto feijão podre eu comi. Só de olhar o feijão já passo mal. Mas foi isso que salvou a nossa vida: feijão podre e banha cheia de bichos, tudo, tudo podre (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 138).

No recorte acima, observa-se o uso da locução adverbial “Nessa época” e o uso do tempo pretérito imperfeito e do pretérito perfeito na conjugação dos verbos, como em *usava, existia, levamos*, marcando temporalmente essas ações e situando-as no passado. No entanto, no desenrolar do relato, a sobrevivente recorre ao uso do verbo no presente, estabelecendo as relações que tais ações têm atualmente em sua vida: *Só de olhar o feijão já passo mal*. Mesmo com a elipse do advérbio “hoje”, a relação entre o passado e o presente é estabelecida e evidenciada pela troca do tempo verbal. Esse também é um aspecto recorrente nas narrativas.

Outro aspecto linguístico recorrente nos relatos das mulheres sobreviventes é a marcação, por meio de articuladores textuais, da passagem temporal sequenciando cronologicamente as ações relatadas.

**Alice Farkas**

Minha mãe trabalhava como dona de casa e meu pai em um clube, sendo proprietário de uma lanchonete até 1938. Após essa data, tudo começou a mudar para os judeus húngaros. Nessa data, foi aprovada uma lei que proibia parte da comunidade judaica de exercer certas profissões e ocupar cargos públicos (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 131-132).

**Bluma Stokfisz**

Em 1939, a nossa cidade de Łódź foi tomada pelos alemães, e, a partir daí, começou a perseguição aos judeus (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 148).

Como exemplos desses articuladores textuais, destacamos acima uma marcação temporal bem específica que foi identificada como recorrência nos relatos das sobreviventes. Quando as ações passam da vida antes da ocupação nazista para o momento em que isso acontece, a maioria das sobreviventes marca linguisticamente esse momento como uma ruptura: *Após essa data, tudo começou a mudar; A partir daí, começou a perseguição aos judeus*. O que estava sendo relatado/vivido é interrompido pela ação dos nazistas, e tal interrupção aparece marcada textualmente, como se uma nova vida começasse a partir dali.

Outro aspecto estilístico relaciona-se às marcas das sensações e sentimentos das mulheres diante daquilo que relatam, bem como dos efeitos que as ações causaram em sua vida posterior. Sensações de medo, desespero, tristeza, incerteza, esperança são bastante recorrentes em nosso *corpus*. Além disso, há também a textualização dos efeitos físicos e emocionais de tais acontecimentos.

**Eva Wendriner Gaj**

Tudo ficou muito difícil. Começamos a ser barrados em todos os lugares públicos, como escolas, museus, parques e piscinas. Fomos expulsos das escolas públicas e obrigados a viver isolados. O desespero tomou conta de todos nós. As famílias judias, desesperadamente, tentaram sair da Alemanha e da Áustria (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 49).

**Nydia Cardoso**

Fui obrigada a ir embora, sem saber para onde ia. Eu não quis saber de mais nada. Eu não aceitava! Eu chorava, tristíssima. Eu fazia parte daquilo tudo. Sabe o que significa perder uma coisa com 11 ou 12 anos de idade? Marca muito! Eu já era uma mocinha. Foi muito, muito triste! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 132).

**Nanette König**

Em Bergen-Belsen eu ajudava a cuidar das crianças e fazia alguns outros serviços. Os nazistas faziam os homens trabalhar como cavalos. Foi horrível! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 121).

Outro aspecto estilístico identificado nesses relatos de vida é a inserção da voz de outras pessoas, seja pelo discurso direto, seja pelo indireto, a fim de complementar as narrativas. Aqui, há a mobilização da heterogeneidade mostrada, pesquisada por Authier-Revuz (1990) e que discutimos em nosso capítulo metodológico.

Considerando o princípio do dialogismo, seguido neste trabalho, sabemos que a todo momento o sujeito se constitui, se transforma e amplia a sua bagagem sociocultural pela interação que estabelece com os outros e pelo contato com o discurso dos outros dentro da infinita cadeia discursiva da qual os enunciados fazem parte (BAKHTIN, 2015). Portanto, pela perspectiva bakhtiniana, é através da palavra alheia, ou seja, da palavra do outro, que o sujeito se organiza, adentra o fluxo da comunicação, desperta a sua consciência, amplia e constitui a sua palavra própria.

Essa constituição do eu pelo outro é bem marcada nos relatos de vida de nosso *corpus*. Em diversos momentos de suas narrativas, as sobreviventes recuperam outros discursos – família, amigos, suas próprias vozes, até mesmo discursos dos nazistas – a fim de complementar seus relatos. Essas vozes as constituem, pois, em determinado momento de suas vidas, foram-lhes apresentadas como vozes de conforto, de carinho, de desespero, de autoridade e mudaram suas vidas.

**Alice Farkas**

Fui então trabalhar para os alemães que vieram escolher crianças ou adultos para trabalhar: carregar mortos, caçando corpos caídos nas ruas. No pátio dos prédios, amontoavam os mortos.

— Leva pra cá, leva pra lá! Vai buscar lenha! – mandavam os nazistas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 137).

**Dina Klug Jakubowicz**

Nós, como éramos mais jovens, ficamos do lado de fora esperando. Foi quando a minha irmã mais velha falou: “Eu não vou deixar o papai sozinho!”. Assim, ela foi levada junto com o meu pai e todos os demais que estavam dentro do *shil* em caminhões para Treblinka (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 165).

Além de recuperar esses discursos outros, como marca do estilo do gênero relato, observa-se também a escolha e a mobilização dos verbos *dicendi* que os introduzem. A escolha desses verbos, por sua vez, evidencia marcas do estilo individual das mulheres sobreviventes. Assim, vemos que verbos que exprimem a ideia de ordem e autoridade foram constantemente utilizados na introdução da voz dos nazistas, enquanto verbos neutros como “dizer” e “falar” foram usados para introduzir a voz dos familiares. Essa utilização reflete as situações de comunicação nas quais esses discursos foram proferidos originalmente e o posicionamento das sobreviventes frente a eles. Mais uma vez, a individualidade do falante é evidenciada em seu discurso, mesmo que este seja construído sob uma forma típica de enunciado.

Por fim, outra marca de estilo que ainda figura nos relatos de vida dessas mulheres é o estabelecimento, por parte das sobreviventes, de diálogos diretos com o seu interlocutor, nesse caso, as pesquisadoras do Arqshoah, que as ouviam no momento de produção discursiva.

**Nydia Cardoso**

Na Itália, até 1938, não se falava sobre o sentimento do antissemitismo. De repente as leis começaram. O triste foi que Mussolini foi justamente para Trieste, onde pronunciou o seu primeiro discurso antissemita. Na minha cidade...! Imagine! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 109-110).

**Marguerite Hirschberg**

Nessa época as moças não podiam andar sozinhas com o namorado. Imagina? Me revolta isso. Não podíamos ir sozinhas ao restaurante, e se você tivesse um namorado, tinha que ir com a irmã, com a amiga ou com a mamãe. Coisas assim, tão esquisitas! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 131).

Nos trechos destacados, tal diálogo se deu através de perguntas, *Imagina?*, ou verbos no imperativo, *Imagine!*, como pôde ser visto nas sequências discursivas acima, solicitando, do interlocutor, enquanto cúmplice ou testemunha, a sua participação e concordância ao que estava sendo discursivizado. Em outras palavras, buscando a sua compreensão responsiva ao discurso que estava sendo construído (VOLÓCHINOV, 2019).

Destacamos, aqui, alguns dos aspectos estilísticos do gênero discursivo relato de vida mobilizado para a construção dos enunciados das mulheres judias sobreviventes. No entanto, buscamos não o fazer, tal como propõe Bakhtin (2016), pela ótica do formalismo, uma vez que o conteúdo temático, a construção composicional e o contexto extraverbal as influenciam e elas carregam, também, as marcas da subjetividade do falante e da individualidade de suas

vivências, bem como as especificidades do campo da atividade humana em que foram produzidos.

Consoante ao exposto até aqui, passamos agora para o nosso terceiro e último movimento analítico. Tendo adentrado pelas portas dos cronotopos e dos gêneros discursivos, chegamos agora aos sentidos. No próximo capítulo, em um confronto dialógico entre o linguístico e o discursivo dos relatos de vida, delineamos a análise discursiva propriamente dita buscando responder à questão problema que norteia nosso trabalho: Afinal, como as vivências femininas em um cronotopo de guerra e violência são discursivizadas e valoradas pelas vozes de mulheres sobreviventes do Holocausto?

#### 4 DIÁLOGOS ANALÍTICOS 2: A CHEGADA AOS SENTIDOS

Virginia Woolf, em 1931, durante uma palestra para uma sociedade de auxílio às mulheres, falava sobre os obstáculos advindos da conquista do espaço das mulheres no âmbito profissional, que pouco tempo antes era ocupado exclusivamente por homens.

Ciente de seus privilégios, Woolf diz que, enquanto escritora, não enfrentou grandes obstáculos para que pudesse escrever, uma vez que, antes dela, muitas outras escritoras, conhecidas ou anônimas, já haviam “aplainado o terreno e orientado seus passos”. Além disso, em suas palavras, “escrever era uma atividade respeitável e inofensiva. O riscar da caneta não perturbava a paz do lar” (WOOLF, 2020, p. 10), ou seja, não perturbava a ótica patriarcal vigente, que destinava às mulheres o espaço doméstico.

No entanto, a autora salienta que, tanto na literatura, “a profissão mais livre de todas para as mulheres”, quanto nas novas profissões que começavam a ser exercidas pelas trabalhadoras, existiam muitos fantasmas a serem combatidos para que as mulheres pudessem efetivamente exercer de forma igualitária aos homens as suas ocupações extralares. O principal deles, o qual Woolf (2020) chamou de “O Anjo do Lar”, era também uma mulher, que foi assim descrita pela autora:

Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ela ia se sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura. Sua pureza era tida como sua maior beleza – enrubescer era seu grande encanto (WOOLF, 2020, p. 12).

Esse anjo, conforme conta metaforicamente a autora, sempre lhe aparecia, tentando podar a sua escrita: “Querida, você é uma moça [...]. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane [...]. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente seja pura” (WOOLF, 2020, p. 12). Podemos acrescentar que essas eram as vozes do patriarcado que, como vozes de autoridade em sua consciência discursiva (BAKHTIN, 2015), lhe sussurravam ao ouvido qual era o lugar que os homens queriam que ela, enquanto mulher, ocupasse. A autora, por sua vez, não assimila tais discursos e, em um uso dialógico das vozes sociais que habitavam seu discurso interior (BAKHTIN, 2015), toma a decisão de matar essa mulher-fantasma: “Se não a matasse, ela é que me mataria”, afirma.

A autora continua sua reflexão e passa a falar de outro obstáculo: os tabus do corpo, os quais a autora trata metaforicamente como uma rocha dura contra a qual as mulheres colidem



constantemente e que as impede de falar a verdade sobre suas experiências corporais. Diferente do que fez com o Anjo do Lar, esse obstáculo a autora não conseguiu resolver por completo. Àquela época, ela afirmou: “Duvido que alguma mulher já [o] tenha resolvido”. A isso, acrescentamos: hoje, em pleno século XXI, há um grande número de mulheres que ainda não o conseguiram fazer.

O Anjo do Lar e a rocha que nos impede de abordar a sexualidade feminina, por muito tempo, rondaram as mulheres em diversos tempos e diversos espaços, tal como o fizeram inúmeros outros fantasmas que insistiam em nos subjugar a todo custo. Mais de noventa anos após a palestra de Woolf, esses e novos fantasmas ainda insistem em se fazer presentes na vivência de inúmeras mulheres pelo mundo. Propomos, pois, nesta dissertação, encará-los e tentar eliminá-los de vez, tal como o fez Woolf (2020). No entanto, essa não é uma tarefa fácil, uma vez que, como se sabe, inúmeras mulheres estão empenhadas nela há décadas e, por maior que seja o esforço das feministas, esses fantasmas sempre se reconfiguram e continuam a nos rondar. Afinal, “é muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade” (WOOLF, 2020, p. 13). No entanto, não desistiremos.

Para executar tal empreendimento, nesta seção, propomos delinear nossa análise discursiva a fim de verificar, com nosso olhar exotópico, como esses fantasmas da ótica patriarcal rondou a vivência das mulheres judias sobreviventes antes, durante e depois do Holocausto. Destacamos, no entanto, que as mulheres que se constituem como sujeitos produtores dos relatos que nos propomos a analisar, em sua maioria, não colocam em termos feministas as opressões de gênero que sofreram em suas vidas, mas as representam discursivamente. É nesse momento que nós, pesquisadores, com nosso olhar exterior, devemos fazer intervir, tal como propõe Amorim (2020), as nossas problemáticas, as nossas teorias, os nossos valores, o nosso contexto sócio-histórico, “para revelar do sujeito algo que ele mesmo não pode ver” (AMORIM, 2020, p. 100). Nesse sentido, os ideais machistas e misóginos que determinaram as vivências dessas e de inúmeras outras mulheres precisam ser identificados, analisados, desnaturalizados e extintos.

Portanto, neste terceiro movimento de análise, tendo adentrado pelas portas dos cronotopos e do gênero discursivo, buscamos, em um confronto dialógico do linguístico com o discursivo, empreender nossa análise discursiva propriamente dita. A partir de agora, focalizamos as vozes sociais que discursivizam os relatos e as relações dialógicas que são estabelecidas nos enunciados de nosso *corpus*, analisando principalmente como a *Shoah* e as vivências femininas são discursivizadas e valoradas pelas mulheres judias sobreviventes em

seus relatos de vida, dentro das amplitudes espaço-temporais marcadas pela violência nazista e pela opressão do sistema patriarcal.

#### **4.1 O lar: o (não) lugar das mulheres na sociedade patriarcal**

Tomando emprestada a metáfora de Woolf (2020), partimos nossa análise do ambiente doméstico para chegar até ao cronotopo bélico nazista, que envolve as rotas de fuga, o aprisionamento nos guetos e nos campos de concentração, e à posterior liberdade (dos campos e do lar), num movimento simbólico de enfrentamento e eliminação da sombra do Anjo do Lar da vivência das mulheres de todo o mundo. Aliás, os próprios relatos de vida que compõem o nosso *corpus* analítico fazem, balizados pela construção composicional do gênero discursivo relato de vida, dentro no campo acadêmico-histórico, esse movimento, já que partem desse (não) lugar, que é o ambiente doméstico, e chegam até a sua vida em liberdade após todos os acontecimentos catastróficos que elas vivenciaram com a ascensão do regime nazista. Esse foi, afinal, o percurso de suas vidas.

Assim, esta primeira parte de nossa análise discursiva visa olhar, dialógica e criticamente, para o ambiente doméstico e, por isso, foi realizada em dois movimentos. No primeiro, analisamos o (não) lugar das mulheres da década de 30 no âmbito público, partindo da descrição feita pelas sobreviventes da ocupação profissional de suas mães em oposição a ocupação de seus pais. Num segundo movimento, olhamos para os relatos da infância e da juventude dessas mulheres, em período anterior à ocupação nazista, e para a forma que o ambiente doméstico e as suas restrições figuram nas representações dessas lembranças, observando como as sobreviventes se posicionam axiologicamente frente ao cronotopo que representam.

Na década de 1930, na Europa, apesar de já questionada à época pelas teorias feministas que emergiam, a determinação dos diferentes papéis sociais exercidos pelos homens e pelas mulheres dentro da família patriarcal ainda permeava a maior parte dos lares. Mesmo que de formas diferentes em cada família, a ótica patriarcal sempre se fazia presente, já que essa era uma ideologia predominante naquele cronotopo. Como resultado da primeira divisão sexual do trabalho (LERNER, 2019), ainda no século XX, às mulheres era reservado o ambiente doméstico, enquanto aos homens era disponibilizado, quase que com exclusividade, o espaço público.

As mulheres sobreviventes, enquanto sujeitos dialógicos sócio-historicamente constituídos e determinados pelas questões de gênero, evidenciam tal situação com constância

em seus relatos, iniciando tal representação ao descreverem as ocupações profissionais de seus pais. Assim, desde o momento inicial dos enunciados, a configuração da família patriarcal da época, que colocava os homens como provedores e as mulheres dentro do ambiente doméstico, é discursivizada e valorada.

Conforme apresentado anteriormente, a construção composicional dos relatos de vida selecionados para esta pesquisa é iniciada pela apresentação das mulheres sobreviventes enquanto sujeitos das ações que serão relatadas e, também, pela apresentação de seus familiares, como forma de contextualizar a origem de suas famílias e de suas raízes judaicas, fator determinante para as vivências que serão, na sequência, relatadas.

Ao apresentar as suas famílias, na maioria dos relatos analisados, há menção à profissão de pelo menos um dos genitores das sobreviventes. Constatou-se, nesse ponto, que dezesseis dos dezoito relatos analisados mencionaram a ocupação da figura masculina. Enquanto em relação à figura feminina, apenas doze dos dezoito enunciados fizeram essa exposição.

Tais referências às ocupações profissionais dos pais e das mães das sobreviventes se deu conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2: Ocupação profissional das mães e dos pais das sobreviventes

<b>Sobrevivente</b>	<b>Ocupação da mãe</b>	<b>Ocupação do pai</b>
<b>Eva Wendriner Gaj</b>	Não menciona	Dono de uma fábrica de licores
<b>Nanette Blitz König</b>	Não menciona	Trabalhava no banco
<b>Alice Farkas</b>	Dona de casa	Dono de uma lanchonete
<b>Franca Cohen Gottlieb</b>	Professora de matemática e física	Engenheiro
<b>Nydia Licia Pincherle Cardoso</b>	Crítica musical	Médico
<b>Bluma Sztokfisz</b>	Dona de casa	Representante de loja de roupas
<b>Dina Klug Jakubowicz</b>	Não menciona	Não menciona
<b>Agi Strauss</b>	Cozinheira, costureira e artesã	Comerciante
<b>Halina Blankfeld</b>	Não menciona	Dono de uma confeitaria
<b>Janina Schlesinger</b>	Pianista, mas abandonou a carreira musical ao casar-se	Procurador de estatal
<b>Esther Aharoni</b>	Costureira	Comerciante
<b>Lili Alejandra Georgescu Angel</b>	Tricoteira	Empresário
<b>Lisbeth Forell</b>	Não menciona	Não menciona
<b>Sarah Lewin</b>	Costureira	Operário
<b>Ruth Sprung Tarasantchi</b>	Não menciona	Médico
<b>Eva Kordelia Lieblich Fernandes</b>	Professora	Advogado
<b>Marguerite Stein Hirschberg</b>	Enfermeira	Médico
<b>Klara Kielmanowicz</b>	Costureira	Proprietário de loja

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Não cabe, aqui, analisar discursivamente todas essas menções. No entanto, diante do objetivo que estabelecemos para esta dissertação, consideramos necessário, antes de voltarmos para a materialidade linguística e discursiva de alguns desses relatos, analisarmos os dados objetivos a fim de relacioná-los, após, à nossa análise discursiva.

Em uma análise geral do quadro acima, observa-se que os pais das sobreviventes exerciam as mais diversas profissões, eles eram médicos, advogados, empresários, comerciantes, operários, engenheiros, representantes comerciais e, ainda, proprietários de fábricas, clínicas e estabelecimentos comerciais. Já as mães exerciam funções, remuneradas ou não, que eram, à época, estereotipadamente definidas como “próprias de mulher”. Elas eram donas de casa, costureiras, cozinheiras, artesãs, críticas de arte, professoras e enfermeiras.

Naquele cronotopo da década de 1930, na Europa, que caracterizava o período entreguerras, o movimento de saída das mulheres de seus lares para a vida pública, já iniciado no século anterior, começava a caminhar com passos mais largos, mas ainda era um movimento relativamente tímido. No entanto, ao olhar para as informações do quadro acima, observa-se que das dezoito famílias apenas a duas mães foi atribuída a profissão “dona de casa”. Valoramos o signo “dona de casa” como profissão, pois cuidar de um lar e dos afazeres que dele são próprios, apesar de na maioria das vezes não ser um serviço remunerado e valorizado, constituiu-se um trabalho árduo. Para Davis (2016, p. 225), aliás, as tarefas domésticas são “invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas”.

Além dessas duas atribuições nominais da função de dona de casa para as mães, em um dos relatos há tal confirmação no âmbito discursivo. Como é possível observar no Quadro 5, no caso da sobrevivente Janina, sua mãe era pianista, mas optou por abandonar a carreira musical ao se casar, tornando-se, também, dona de casa.

Se partirmos, portanto, desses dados iniciais, constatamos que apenas 16,66% dessas mães ainda estavam reclusas ao ambiente doméstico. Um dado relativamente positivo diante do histórico de sujeição das mulheres ao ambiente privado da família. Entretanto, em uma Análise Dialógica de Discurso, em consonância ao que propõe Geraldi (2012) sobre o caminho analítico que leva à verdade-pravda, o raciocínio de análise deve ser sempre o da adição. Isso porque, nas palavras do autor, “toda vez que adicionamos nova informação, o produto final de nossa análise pode se alterar ou pode se confirmar com maior peso” (GERALDI, 2012, p. 26).

Nesse sentido, já iniciando a nossa análise discursiva, há outro dado importante a se considerar no Quadro 5: em quatro relatos, a ocupação dos pais foi evidenciada, enquanto a das mães não o foi. Seriam elas também donas de casa? A possibilidade de que a resposta a essa pergunta seja afirmativa é grande quando consideramos o sistema patriarcal no qual elas se

inseriam. Muitas vezes, conforme mencionado, o trabalho realizado dentro do lar não é visto como tal, isso porque, para Davis (2016, p. 226), “assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis”.

O fato de as mulheres sobreviventes não terem, em nenhum momento de seus relatos, citado qual era a ocupação profissional de suas mães, mas o terem feito em relação aos pais é bastante significativo. Afinal, a avaliação do sujeito frente àquilo que ele discursiviza também pode ser evidenciada pelo apagamento de informações.

Isso pode acontecer, é claro, por inúmeros motivos, entre eles o posicionamento axiológico da mulher, internamente persuadida pelas vozes do patriarcado, de não valorar as tarefas domésticas como trabalho efetivamente dito ou ainda por naturalizar o espaço doméstico como próprio da mulher. Sendo esse um juízo de valor ainda partilhado por falantes desse horizonte social, ele se configura como uma avaliação subentendida e, por ser subentendida, não precisa ser enunciada (VOLÓCHINOV, 2019). Assim, tendo as mulheres judias sobreviventes, durante a formação de sua consciência sociodiscursiva, contato com as palavras alheias da ideologia patriarcal, seu discurso interior, que se reflete no discurso exterior, é por tais palavras determinado e com elas dialoga (BAKHTIN, 2015). Aliás, é dessa maneira que o sujeito dialógico se desenvolve. Portanto, no caso em que as mães eram donas de casa, mas isso não foi evidenciado linguisticamente, a sobrevivente valora essa informação como natural, como um pressuposto compartilhado por seus interlocutores.

Com essa constatação, voltando para os dados do Quadro 5, é fato que houve o apagamento da ocupação profissional das mães em quase 23% dos relatos e é preciso, pois, com nosso posicionamento exotópico, questionar esse movimento, com vistas a desnaturalizar essa visão patriarcal, fazendo com que a avaliação social que valoriza o ambiente doméstico como próprio das mulheres passe por uma necessária reacentuação. Afinal, nas palavras de Saffioti (1987, p. 11), “quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história”.

Saindo dessa (não) designação “dona de casa”, ainda em relação ao Quadro 5, observamos que em cinco enunciados as mães das sobreviventes ocupavam a função de costureira ou funções similares. Além de essa ser uma ocupação que é exercida, até hoje, majoritariamente por mulheres, por ter sido vista até o início da Revolução Industrial como um ofício próprio do ambiente doméstico, destaca-se o fato de que, por ser considerada menos

produtiva que as atividades dos homens, essa ocupação, ao sair de dentro do lar, era também pouco valorizada e menos remunerada.

Em três dos relatos que mencionam que a mãe exercia essa função, vemos que a renda advinda de tal atividade foi valorada apenas como um apêndice à renda principal, que era a da figura masculina do pai ou do padrasto.

**Esther Aharoni**

Meu pai voltou a trabalhar: foi para a zona atacadista comprar ações e depois para Palma de Mallorca vendê-las, e sempre voltava para casa alegre. Mamãe ajudava costurando as roupas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 122).

**Lili Alejandra Georgescu Angel**

Quando eu tinha apenas 2 anos de idade, meus pais se separaram. [...] Ambos casaram-se novamente, e meu padrasto, Dr. Herz Schifter, era advogado e falava russo [...]. Por um período, meu pai, que era empresário de artistas de teatro, me dava a oportunidade de assistir a grandes espetáculos. Quando terminei o curso médio, comecei a fazer tricô com minha mãe para vendermos a uma fábrica, ajudando assim nas despesas da casa (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 184-185).

**Sarah Lewin**

Em Seraing, na província de Liège, havia muitas fábricas metalúrgicas e de munições, onde meu pai foi trabalhar como operário. Minha mãe costurava um pouco para ajudar a sobreviver (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 250).

Nas três sequências discursivas destacadas acima, para relatar a ocupação da mãe enquanto costureira, o uso do verbo *ajudar* configura-se como uma regularidade. Ajudar é prestar um auxílio secundário para um outro maior que executa determinada tarefa principal. Ao realizar essa escolha linguística, recuperando dialogicamente discursos socioideológicos do patriarcado, a palavra entra em contato com a vida, conforme propõe o Círculo bakhtiniano, e reflete a organização patriarcal das famílias das sobreviventes, nas quais o pai era provedor e as mães, mesmo exercendo atividades extralares, exerciam funções que apenas auxiliavam a figura masculina no provento da família.

No entanto, mais que refletir, as palavras também refratam a realidade social, construindo as mais diversas interpretações sobre ela. Considerando, conforme destaca Volóchinov (2019), que a avaliação do sujeito que fala frente ao que fala determina, mais que a escolha das palavras, a forma do todo verbal, vemos, nas três sequências discursivas destacadas, além do uso do verbo *ajudar*, a recorrência de uma estrutura de progressão linguística das ideias que auxilia nessa valoração da ocupação da mãe como um auxílio à ocupação do pai. Primeiramente, há a referência à figura masculina, que, como provedor da família, tem maior destaque nos trechos em tela. Já a ocupação da mãe figura nos últimos períodos das construções destacadas e, por isso, tem um enfoque menor: *Mamãe ajudava costurando as roupas.*

Essa representação das mulheres como auxiliadoras dos homens é uma avaliação social própria dos sujeitos que são determinados pela ideologia patriarcal, mas tem origem e é recuperada dialogicamente de outro discurso autoritário, o religioso. Em diversas traduções do Livro de Gênesis, livro bíblico que discursiviza o momento da Criação, os adjetivos auxiliar ou auxiliadora, em consonância à recorrência identificada nas três sequências discursivas acima, são utilizados para caracterizar a mulher, que foi dada como um presente a Adão.

Javé Deus disse: “Não é bom que o homem esteja sozinho. Vou fazer para ele uma auxiliar que lhe seja semelhante”. Então Javé Deus formou do solo todas as feras e todas as aves do céu. E as apresentou ao homem para ver com que nome ele as chamaria: cada ser vivo levaria o nome que o homem lhe desse. O homem deu então o nome a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras. Mas o homem não encontrou uma auxiliar que lhe fosse semelhante.

Então Javé Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou então uma costela do homem e no lugar fez crescer carne.

Depois, da costela que tinha tirado do homem, Javé Deus modelou uma mulher, e apresentou-a para o homem (BÍBLIA, Gênesis, 2:18-22, 1990, p. 15-16).

A partir dessa passagem do Livro do Gênesis, observa-se como o patriarcado estruturase recuperando e apoiando-se na escritura religiosa. Aliás, desde o surgimento do monoteísmo, o discurso religioso figura na sociedade como um discurso autoritário e, por essa especificidade, não está apto a mudanças ou adaptações. Nas palavras de Bakhtin (2015, p. 137), “sua estrutura semântica é imóvel e morta, pois está concluída e é unívoca, seu sentido basta à letra, petrifica”. Além disso, o filósofo russo também destaca que, em torno de um discurso autoritário, outros discursos se organizam, elogiando-o, aplicando-o, interpretando-o de diversas formas, mas sempre o destacando e nunca com ele se fundindo. É isso, pois, que o discurso patriarcal faz com o discurso religioso há milênios. Organiza-se em torno dele, interpreta-o e o aplica visando garantir a sua legitimidade e manutenção enquanto sistema ideológico dominante.

No entanto, o Livro de Gênesis, tal como o conhecemos, foi escrito provavelmente há dois milênios antes de Cristo. À essa época, a ideologia patriarcal, apesar de não consolidada nominalmente, já estava se desenvolvendo e se cristalizando. Assim, pode-se dizer que a escritura do livro bíblico foi também por ela determinada. Nesse sentido, o Livro de Gênesis configura-se como um elo entre os enunciados iniciais do patriarcado e os posteriores, que, já com a sua solidificação, retomam-no cotidianamente, buscando na Bíblia explicações que possam justificar a sujeição das mulheres frente aos homens. Eis, portanto, o trabalho do infindo diálogo social do qual os enunciados fazem parte (BAKHTIN, 2016).

Ainda em relação à costura como atividade das mães das sobreviventes, outro relato a se destacar é o de Klara.

**Klara Kielmanowicz**

Meu pai era proprietário de um estabelecimento de calçados de couro localizado no centro da cidade. [...] Minha mãe “costurava para fora” como se dizia antigamente, auxiliada por duas moças: fazia camisas brancas, compradas pela “fina flor” de Yedinitz, judeus e não judeus (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 263-264).

Ao tratar da ocupação profissional da mãe, no relato acima, a sobrevivente diz: “Minha mãe ‘costurava para fora’ como se dizia antigamente”. O uso das aspas e da glosa *como se dizia antigamente* evidenciam que Klara, em um posicionamento axiológico, refuta e diferencia tal discurso do seu, marcando linguisticamente esse discurso como sendo de outro. Ela olha, portanto, para o cronotopo representado com os olhos de seu cronotopo atual, ela usa a linguagem socioideológica da época com os olhos de outra voz social que habita atualmente a sua consciência discursiva. A sobrevivente usa, assim, o heterodiscurso social de forma crítica e dialógica, tal como Bakhtin (2015) defende que seja feito.

Olhemos, então, especificamente para essa voz social do sistema patriarcal da Europa da década de 1930 que foi evidenciada pela sobrevivente e que reflete e refrata o mundo da época: *minha mãe “costurava para fora”*. A princípio, a expressão usada por Klara parece incompleta e precisaria de um complemento para que o sentido pretendido por ela fosse alcançado com eficiência e coerência por seu interlocutor. Afinal, para fora de onde?

No entanto, nós, enquanto leitores do enunciado da sobrevivente, tendo conhecimento e sendo determinados pela ideologia patriarcal, conhecemos essa expressão, e a resposta a essa pergunta nos vem rapidamente: para fora do ambiente doméstico, lugar que era “predestinado” às mulheres pela ótica patriarcal, mas que nesse momento começava, aos poucos, a ser deixado para trás pela mãe de Klara.

O uso dessa expressão, *costurava para fora*, evidencia ainda o fato destacado há pouco de que a costura era valorada, ainda, como uma atividade própria do ambiente doméstico e que, mesmo com o advento da Revolução Industrial, ainda era exercida por algumas mulheres dentro de seus lares, como mais uma das inúmeras tarefas desgastantes e invisíveis próprias do Anjo do Lar. Entretanto, vemos o fato de que a mãe da sobrevivente fazia disso uma profissão efetiva, tal como ela é, tendo duas funcionárias que a auxiliavam em suas produções. Mesmo fazendo das atividades de costura uma profissão e vendendo suas produções para a elite de sua cidade, o que provavelmente lhe garantia uma renda relativamente boa, sua ocupação profissional ainda era avaliada pela sociedade patriarcal da época como um apêndice de sua ocupação no lar. Afinal, ela “costurava para fora”.

Tal era a valoração negativa dessa atividade, que, por seu caráter de signo ideológico, essa expressão, com o passar do tempo, adquiriu outros acentos valorativos dentro do sistema



ideológico patriarcal, sendo utilizada, muitas vezes, para se referir às mulheres que cometiam adultério, como sinônimo de “traidora”.

Por fim, a ocupação de costureira apareceu em mais um enunciado. Agi Strauss, em alguns momentos de seu relato, fala sobre uma loja *conhecida e grande*, que era propriedade dos seus pais e na qual eles trabalhavam juntos. No entanto, ao tratar nominalmente da profissão de seus genitores, há uma diferenciação nas maneiras de formulá-las e, conseqüentemente, de avaliá-las.

**Agi Strauss**

Fui muito mais criada por uma mademoiselle do que pelos meus pais, que sempre estavam trabalhando numa loja. Eles trabalhavam muito [...].

Meu pai chamava-se Oscar Deutsch, austríaco, comerciante, de religião judaica, muito conhecido em Viena [...].

Minha mãe era húngara, chamava-se Magdalena Deutsch e nasceu na cidade de Timisoara, que hoje faz parte da Romênia. [...] Ela tinha várias profissões, como a de costureira: fazia camisas e também bolsas maravilhosas, além de saber cozinhar maravilhosamente bem. Era uma verdadeira artesã [...] (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 44-45).

Trabalhando pai e mãe na loja da família, a ocupação do pai é descrita no relato como sendo a de comerciante; já a mãe, *tinha várias profissões*: costureira, cozinheira e artesã. Não é evidenciado linguisticamente se a mãe exercia tais ocupações dentro ou fora do âmbito doméstico, mas destaca-se que as profissões a ela atribuídas, novamente, eram profissões determinadas pela ótica patriarcal como “próprias da mulher”. Mesmo que a mãe trabalhasse ao lado do pai na loja da família, fato evidenciado em alguns momentos do relato, o mérito de ser comerciante e de ser, portanto, o provedor da casa é dado ao pai. Eis a linguagem refletindo o mundo estruturado sob a ótica do patriarcado.

No entanto, mais que refletir, a linguagem também refrata o mundo, dando a conhecer as diferentes interpretações que lhes são possíveis, revelando, portanto, que a interpretação feita acima não é a mesma que a sobrevivente, a partir das vozes sociais que a constituem, faz daquilo que relata. Portanto, para apreender a sua avaliação, é preciso notar a entonação dada por ela a seu relato sobre a ocupação profissional de sua mãe. Tratamos de entonação aqui não em seu sentido fônico, uma vez que não temos acesso ao áudio desses relatos, mas em sua propriedade de manifestar valor, estabelecendo uma ponte entre a matéria e o sentido, entre a palavra e o contexto, entre o verbal e o extraverbal (VOLÓCHINOV, 2019).

A sobrevivente, ao tratar das *várias* ocupações da mãe, busca enfatizar a sua eficiência em todas elas com adjetivos qualificadores e um advérbio: *fazia camisas e também bolsas maravilhosas, além de saber cozinhar maravilhosamente bem. Era uma verdadeira artesã. A*

*priori*, a entonação dada pela sobrevivente revela, ao ouvinte, seu cúmplice e testemunha, o tom de admiração à mãe que perpassa seu discurso.

No entanto, mais que dar o tom da avaliação do falante frente a seu objeto discursivo, conforme destaca Volóchinov (2019), a entonação também tem uma função metafórica, a partir da qual o sujeito se volta diretamente a seu objeto de discurso como se ele fosse um participante vivo do momento de interação no qual o falante se insere. Com o uso da metáfora entonacional, portanto, é como se a sobrevivente, assumindo seu papel social de filha, amasse e acariciasse o seu objeto de discurso, que é a sua mãe. Apoiando-nos no exemplo dado por Volóchinov (2019), podemos dizer ainda que, se fosse possível, a sobrevivente estaria dizendo diretamente a sua mãe como ela a admirava por ser tão eficiente em tudo o que fazia.

Assim, mesmo que a construção verbal do relato da sobrevivente reflita a construção patriarcal do cronotopo no qual se inseria sua família, ela refrata também uma interpretação distinta dessa sociedade. O pai era sim o comerciante e, portanto, o provedor da família, mas a mãe, aos olhos da sobrevivente e de sua voz social de filha-mulher, era muito mais que isso: *ela fazia camisas e também bolsas maravilhosas, além de saber cozinhar maravilhosamente bem. Era uma verdadeira artesã.*

Voltando às informações apresentadas no Quadro 5, destaca-se o fato de que em apenas quatro dos relatos, cerca de 23% do total, as profissões das mães distanciavam-se, de certo modo, mas não totalmente, do ambiente doméstico. Neles, as sobreviventes destacaram que suas mães exerciam profissões como crítica musical, professora e enfermeira. Essas, apesar de serem ocupações que transcendiam o lar, ainda estabeleciam ligação com os papéis sociais das mulheres na família patriarcal, que, até hoje, determina a predominância da figura feminina em alguns setores profissionais, como a docência e a enfermagem.

O ato de ensinar foi por muito tempo responsabilizado aos homens, afinal eram eles que tinham acesso à educação. No entanto, com o desenvolvimento de novas profissões, os homens passaram a deixar essa função, que não lhes era tão vantajosa financeiramente. Além disso, a partir do momento em que as mulheres conquistaram o direito de estudar e de trabalhar fora de casa, convencionou-se socialmente que, por sua experiência maternal, elas teriam mais “jeito” para a docência, principalmente nos anos iniciais de ensino.

Essa convenção social ocorrida com a docência aconteceu também com a enfermagem. Até hoje tal profissão é exercida majoritariamente por mulheres, que, por terem cuidado do marido e dos filhos durante milênios, teriam “naturalmente” mais eficiência ao executar a função de cuidar do outro.

Voltando ao cronotopo em que se inseriam as mães das sobreviventes, observamos nos relatos que, até mesmo nessas profissões já abertas às mulheres à época, os obstáculos ainda existiam e determinavam o que era próprio de as mulheres lecionarem, por exemplo, e o que não era. Voltemo-nos ao relato de uma das sobreviventes.

**Franca Cohen Gottlieb**

Minha mãe era professora de matemática e física e trabalhou na Faculdade de Física da Universidade de Roma, onde conheceu Guido. Nos anos 1920-1930, era muito raro uma mulher estudar física e matemática, algo muito singular para aquela época (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 171).

Franca, ao falar da profissão de sua mãe como professora de física e matemática, evidencia o fato de que, àquela época, essa não era uma área na qual havia presença feminina, sendo a sua mãe uma exceção à regra, principalmente por ter atuado na Faculdade de Física da Universidade de Roma. A sobrevivente reforça a singularidade desse fato duas vezes com o uso dos adjetivos “raro” e “singular”. Ao optar por esses adjetivos, de forte carga semântica, a sobrevivente reflete a avaliação social das pessoas daquele tempo-espaço, *nos anos 1920-1930*, frente ao feito de sua mãe.

No entanto, mais que refletir essa voz social, a valoração da própria sobrevivente também domina seu relato e encontra expressão na entonação de admiração evidenciada em seu discurso (VOLÓCHINOV, 2019). O uso do advérbio “muito”, como uma escolha criativamente produtiva da entonação, busca apoio no interlocutor e intensifica os sentidos dos dois adjetivos, “raro” e “singular”, reforçando ainda mais a ideia de que a mãe era, realmente, uma exceção à regra, pois desviava-se das normas que o sistema patriarcal lhe impunha.

Como cúmplices e testemunhas de seu relato, destacamos o fato de que a mãe de Franca, chamada Vittoria Tedeschi, ao exercer uma profissão tão fechada às mulheres da época, abria o caminho para que outras mulheres, eliminando o Anjo do Lar que as rondava, também o fizessem. Entendendo a atitude humana como um texto em potencial, tal como defende Bakhtin (2011), e como uma réplica dentro de um contexto dialógico, é possível afirmar que o empreendimento de Vittoria colocava-se como uma contra-palavra ao discurso autoritário patriarcal que por tanto tempo impôs o argumento de que as mulheres não eram capazes intelectualmente de atuar em determinadas áreas do conhecimento. Sua conquista era, pois, um ato de resistência.

Para finalizar nosso movimento inicial de análise do (não) lugar das mulheres na sociedade patriarcal a partir do Quadro 5, destacamos os dois casos em que não há a menção

das ocupações de nenhum dos genitores, ou seja, tanto a profissão do pai quanto a da mãe não foram evidenciadas nos relatos de vida das sobreviventes.

**Dina Klug Jakubowicz**

Éramos pobres, razão pela qual fui trabalhar desde o momento em que me formei na escola, com 14 anos. Estudei desde os 7 anos, formei-me, mas não consegui continuar estudando, pois fui trabalhar na fábrica de tecidos que era do meu tio, irmão do meu pai. Então, durante oito anos, trabalhei das 5 às 21 horas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 159-160).

**Lisbeth Forell**

Sou filha de Otto Forell e Margarete Fischel, uma família burguesa judia. Sou filha única com todo o peso que isso tem, ou seja, todos querendo que eu estudasse de tudo e que fosse a melhor em tudo (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p.194).

Nesses relatos, colocados em posição dialógica, é possível observar a influência das relações de classe nas vivências das sobreviventes e na escolha discursiva de não apresentar a profissão que seus pais exerciam. Volóchinov (2019) é enfático ao afirmar que o pertencimento de classe organiza internamente qualquer construção verbal, “por meio da entonação, da escolha e da disposição das palavras” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 308). É a partir dessas vozes sociais que as sobreviventes constroem seus relatos, cada uma à sua maneira.

Em vista disso, vemos que, na primeira sequência enunciativa, a menção à ocupação dos pais foi substituída pela oração “Éramos pobres”. Aqui, é como se a classe social da família dispensasse a apresentação dos serviços exercidos pelos pais, pois é ela, e não as ocupações dos genitores, que determina as vivências da sobrevivente e de sua família. Já na segunda sequência enunciativa mencionada, em uma situação oposta, é a condição abastada da família que substitui a necessidade de destacar a ocupação dos pais da sobrevivente, que constituíam uma *família burguesa judia*.

Notamos nessas duas sequências que a intersecção da classe social ao gênero faz com que a vivência dessas mulheres, que à época eram adolescentes, se diferenciasse incontestavelmente, bem como a voz social que utilizam nesse momento de seus relatos. Nenhuma das duas, nos trechos destacados, fazem menção ao ambiente doméstico, mas àquilo que lhes poderia livrar dele: os estudos. Enquanto Dina, de uma família pobre, não pôde continuar a estudar após concluir o ensino básico aos 14 anos, pois precisava trabalhar para que pudesse contribuir com a renda familiar, Lisbeth, de uma *família burguesa judia*, tinha que estudar de tudo e ser a melhor em tudo.

Dina evidencia, linguisticamente, com o uso de uma oração subordinada adverbial consecutiva, que parou de estudar unicamente em razão de sua classe social: “Éramos pobres, razão pela qual fui trabalhar desde o momento em que me formei na escola”. A entonação de

seu relato, apoiada no caráter compartilhado e subentendido da avaliação social de que a interrupção dos estudos na vida de uma mulher pobre é uma sentença que a condena a continuar reclusa ao lar, demonstra a tristeza e a valoração negativa que a sobrevivente tem frente a esse fato de sua vivência antes da guerra.

Lisbeth, por sua vez, apesar de não evidenciar linguisticamente essa relação entre os estudos e sua classe social, constrói o seu discurso de forma que tal interpretação seja possível. A entonação dada pela sobrevivente ao último período da sequência enunciativa destacada, *com todo peso que isso tem*, mostra o quanto a sobrevivente se sentia pressionada em relação ao seu objeto de discurso. Para ela, *estudar de tudo e ser a melhor em tudo* é valorado como uma imposição, como um aprisionamento a uma obrigação e tem, portanto, uma acentuação negativa.

Assim, considerando a palavra como signo ideológico, que, tal como propõe Volóchinov (2019, p. 315, grifos do autor), está “sempre repleta de olhares, opiniões, avaliações que, no fim das contas, são inevitavelmente condicionadas pelas *relações de classe*”, percebemos que o signo “estudos” figurava de maneiras diferentes para cada uma das duas sobreviventes. Para a primeira, por ser de uma família pobre, estudar seria a liberdade, a chance de ascender socialmente, mas que lhe é privada. Já para a segunda, de uma família burguesa, o estudo, por ser tão cobrado, tornara-se um peso, uma obrigação.

Destacar, inicialmente, em um movimento de análise histórico-discursiva, o não-lugar das mulheres no âmbito público, representado pelas profissões exercidas pelas mães das mulheres judias sobreviventes, coloca-nos a observar o início tímido do movimento feminino de saída do lar. No entanto, mesmo conquistando espaço no mercado de trabalho, a ótica patriarcal que determinava o ambiente doméstico como um espaço próprio das mulheres ainda vigorava. Então, a partir de agora, iniciamos nosso segundo movimento de análise desta seção: olhar para como as lembranças iniciais dos relatos, relacionadas aos momentos anteriores à ascensão nazista ao poder, representam o ambiente doméstico e o espaço das mulheres no sistema patriarcal daquele cronotopo.

Destaca-se, primeiramente, o fato de que algumas sobreviventes iniciam seus relatos justamente neste lugar: o lar.

**Klara Kielmanwicz**

Passaram-se anos, dezenas de anos, e continua viva em minha memória e profundamente no coração, a imagem do meu velho lar na cidadezinha de Yedinitz. Embora os anos de minha infância representem pequenos fragmentos de minha vida, a dor sentida era tão profunda que, em alguns momentos, me impele a procurar desafogo no papel.

Venho de uma tradicional família judaica do Leste Europeu [...] Costumávamos nos reunir durante o *Shabat*, quando pratos típicos eram colocados na mesa para alegria de todos após as rezas que demarcam o nosso judaísmo. Hoje, preparo o caldo e o *guefilte fish* exatamente como minha mãe costumava fazer: receitas antigas, heranças da família. Após o jantar, nos distraíamos com sementes de girassol torradas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 262-263).

Detemo-nos, inicialmente, nos dois primeiros períodos dessa sequência enunciativa, nos quais o tom emotivo-volitivo do sujeito que fala é bastante evidente. Neles, a sobrevivente evidencia o fato de que, mesmo tanto tempo depois, a imagem de seu lar em sua cidade natal nunca saiu de sua lembrança, afirmando logo em seguida que a dor de o perder foi bastante profunda.

A entonação que discursiva a dor e a saudade é observada já no primeiro período, com a breve descrição afetiva que a sobrevivente faz de seu *velho lar na cidadezinha de Yedinitz*. O adjetivo “velho” anteposto ao substantivo “lar”, bem como o diminutivo em “cidadezinha”, demonstram o uso subjetivo da linguagem, próprio do estilo do gênero discursivo relato de vida, no qual os sentimentos do sujeito-autor em relação àquilo que está sendo relatado são evidenciados em diversos momentos do enunciado. Assim, as expressões “velho lar” e “cidadezinha de Yedinitz” antecipam a valoração saudosa e o discurso de dor que se encontra no próximo período, acentuando discursivamente a importância desse espaço na vida da sobrevivente.

Vemos, portanto, que a lembrança do lar para essa mulher, que à época era uma menina, é bastante significativa, uma vez que, junto dela, surgem as lembranças dos momentos da infância que foram vividos ali e que foram interrompidos pelo advento do nazismo. O “lar”, aqui, é discursivizado pelo horizonte valorativo de uma mulher que foi retirada violentamente de dentro de casa ainda criança e que, por isso, refrata *pequenos fragmentos* de sua vida antes de conhecer o ódio nazista. Lar, portanto, enquanto signo ideológico, para essa mulher, a partir do embate dialógico das vozes sociais que a constituem, é sinônimo de felicidade e de liberdade, no caso, interrompidas.

A primeira lembrança discursivizada por Klara ocorre dentro desse ambiente doméstico e familiar que é o lar. A sobrevivente retoma discursivamente as celebrações do *Shabat*, que é o Dia do Descanso celebrado pela religião judaica. Na sequência enunciativa, a sobrevivente descreve como essas celebrações aconteciam: com pratos típicos e orações. A entonação, estabelecendo a ligação entre a palavra e o contexto, novamente reflete e refrata o mundo. O uso da expressão *para a alegria de todos* representa esse momento de celebração religiosa como

um momento de descontração e felicidade entre a família e refrata a avaliação da comunidade judaica frente a importância dessas festividades, bem como a avaliação da própria sobrevivente.

A partir da discursivização dessa festividade religiosa, a configuração da família patriarcal é demonstrada quando a sobrevivente, saindo do passado, com o uso do advérbio de tempo “hoje”, traz seu discurso para o presente e evidencia quem era a pessoa responsável por preparar os pratos típicos, que faziam a *alegria de todos* na celebração do *Shabat*: a mãe. *Hoje, preparo o caldo e o guefilte fish exatamente como minha mãe costumava fazer: receitas antigas, heranças da família.*

A mulher judia sobrevivente conta, então, que sabe preparar os pratos típicos da comunidade judaica exatamente como a mãe *costumava fazer*. O uso do verbo “costumar” traz uma ideia de hábito cotidiano. O fato de o verbo estar conjugado no pretérito imperfeito do indicativo reforça essa ideia de ação contínua, duradoura. Em diálogo com a ideologia patriarcal, essa construção sintática reflete a normalização das tarefas culinárias como responsabilidade exclusiva das mulheres dentro do lar da família patriarcal. Vemos como era comum, afinal, que as mulheres fossem as responsáveis, continuamente, pela cozinha e pelos afazeres que dela são próprios. Ademais, o enunciado da sobrevivente também evidencia que a mãe era a responsável por transmitir tais “habilidades culinárias” e, acrescentamos, tais ideologias e comportamentos patriarcais, às filhas, como *heranças da família*. Mais especificamente, como heranças exclusivas da parte feminina da família.

Todavia, tal constatação nos é possível devido a nosso olhar exotópico, que vê aquilo que o sujeito não vê dele próprio. Para a sobrevivente, constituída por outras vozes sociais, porém, a valoração é outra. O “lar”, conforme já discutido, é sinônimo de liberdade, o jantar servido pela mãe é sinônimo de alegria e a receita aprendida é a lembrança da família.

Outro relato que parte desse ambiente doméstico e que também recupera essa tradição culinária familiar é o da sobrevivente Alice Farkas.

#### **Alice Farkas**

Minha mãe nasceu, viveu e cresceu no interior, numa família muito, muito religiosa. Durante muito tempo ela tinha a cozinha *kasher*, mas depois a situação não permitiu... Hoje, eu mesma não faço nada, por dois motivos: Não tenho para quem cozinhar e não tenho dinheiro suficiente, pois para fazer o *Pessach* haja dinheiro! Primeiro eu não tenho louça para trocar e também já não tenho forças para fazer um jantar de *Pessach* como se deve. Mas sei fazer tudo seguindo as tradições judaicas. O meu pai era judeu, mas do jeito dele. Dava todo apoio e tinha muito respeito pela dedicação da minha mãe, caso ela resolvesse preparar o jantar de *Pessach* como deveria ser. Se a minha mãe resolvesse comemorar o *Pessach*, tudo deveria ser comprado. Meu pai logo dizia: “Vamos fazer sim! Vamos comprar! Tem que pagar o pano de seda? Vamos pagar seda!” (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 130-131).

Na sequência enunciativa acima, a sobrevivente, ao apresentar a sua mãe, ainda na parte inicial de seu relato, já introduz e valora o ambiente doméstico como um espaço próprio dela, evidenciando o fato de que *durante muito tempo ela tinha a cozinha kasher. Ela tinha. A cozinha era dela, como propriedade e como lugar.*

Sendo a mãe de uma família *muito, muito religiosa*, o primeiro fato que a sobrevivente opta por apresentar é o de que, enquanto a situação permitia, ou seja, antes do advento do governo nazista, ela seguia com bastante dedicação as tradições da religião judaica. Esse fato, a partir do horizonte axiológico da religião judaica, é valorado com admiração pela sobrevivente. É como se este fosse um atributo necessário às mulheres judias: celebrar e preservar as tradições da religião.

Diante dessa avaliação social, própria de uma voz social de mulher-religiosa, nota-se que a sobrevivente, na sequência de seu relato, organiza o seu discurso de forma a apresentar os motivos pelos quais ela própria não segue a tradição, como a mãe o fazia. É como se ela justificasse a sua “falta”, impelida pelo discurso autoritário da religião. Não ter companhia, não ter dinheiro, não ter louça e não ter forças são fatos usados justificar a sua não dedicação à religião, mesmo sabendo *fazer tudo seguindo as tradições judaicas*. Para essa mulher, constituída pelas vozes do patriarcado e da religião, mesmo com a idade já avançada, ainda é preciso se justificar.

Diante disso, encontramos, novamente, o uso da metáfora entonacional (VOLÓCHINOV, 2019). É como se a religião, que é objeto de discurso nesse momento, se tornasse um terceiro participante vivo da situação de interação da qual a mulher sobrevivente participa. Assim, os motivos de não seguir mais as tradições judaicas não são para o ouvinte, enquanto testemunha ou cúmplice, mas para a própria religião.

Voltando-nos ainda para essa sequência enunciativa, notamos que essas tradições, que incluíam as comidas típicas das celebrações do judaísmo, foram representadas, mais uma vez, como obrigações responsabilizadas à mulher, uma vez que era a mãe de Alice quem decidia comemorar o *Pessach*, que é a Páscoa judaica, e prepará-lo *como deveria ser*. O pai, por sua vez, é apresentado também como religioso, *mas do jeito dele*. O seu papel na tradição da religião, em diálogo com o discurso patriarcal, era apenas o de provedor. A mulher planejava, cozinhava e servia; o homem, pagava.

Conforme destacado anteriormente, as mulheres judias sobreviventes, enquanto sujeitos sócio-históricos, muitas vezes, representam algumas situações, mas, por serem elas próprias determinadas pela ideologia patriarcal, não valoram por essa perspectiva aquilo que



representam. Cabe ao leitor, enquanto um outro centro axiológico, a partir das vozes sociais que o constituem, questionar algumas possíveis naturalizações.

Nessa sequência enunciativa, o tom emotivo-volitivo dado por Alice a seu relato valora o pai como um marido solícito, respeitoso e atencioso à dedicação religiosa de sua mãe. Dedicação a qual ele, por ser também sócio-historicamente determinado, admirava na mulher e colaborava para que fosse posta em prática: “*Vamos fazer sim! Vamos comprar! Tem que pagar o pano de seda? Vamos pagar seda!*”.

Já a valoração discursiva da mãe de Alice, dona de casa dedicada e bastante religiosa, dialoga diretamente com a avaliação social que definia o ideal de mulher que vigorava naquele cronotopo. A sobrevivente, por não compreender criticamente as implicações desse lugar que a mãe ocupava na família, busca valorativamente exaltar a solícitude da mãe em conservar a tradição da religião e, ao mesmo tempo, busca reforçar a imagem de um pai bondoso que provia financeiramente a dedicação religiosa da esposa, como um ato de amor.

Para além das tradições das celebrações religiosas, nos relatos das mulheres sobreviventes, há também a representação de várias situações cotidianas que representam a estrutura familiar patriarcal que vigorava naquele cronotopo.

**Sarah Lewin**

Lembro-me bem da minha vida de criança! Uma vez, nunca me esqueci, eu estava na sala com o meu pai quando minha mãe entrou trazendo uma panela de sopa que caiu sobre mim. Fiquei seis meses de cama, aos cuidados de uma enfermeira que vinha trocar os curativos (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 250).

A sequência enunciativa acima apresenta o relato de uma situação específica que aconteceu com a sobrevivente em sua infância: um acidente com uma panela de sopa. A entonação com a qual a sobrevivente inicia seu relato é a de um ar saudado: *Lembro-me bem da minha vida de criança*. O vocábulo “infância”, implícito na expressão “minha vida de criança”, enquanto signo ideológico, nos relatos de vida dessas mulheres, assume valorações completamente distintas da avaliação social cotidiana. A infância delas é valorada como o momento no qual ainda não conheciam a violência do cronotopo bélico-nazista, sendo um signo que representa a segurança, partindo sempre do ambiente doméstico.

Nesse recorte, no entanto, a sobrevivente não opta por relatar um acontecimento feliz de sua infância, mas um fato que a privou, durante seis meses, de sua *vida de criança*. Em uma primeira leitura, tal situação parece não colaborar com o objetivo desta seção de analisar a discursivização do sistema patriarcal dentro da família das sobreviventes, especificamente do lugar das mulheres nesta estrutura. No entanto, em uma análise dialógica, considerando a

capacidade da linguagem de refletir e de refratar o mundo, esse pequeno trecho representa e resume eficazmente a estrutura patriarcal da família da sobrevivente e de inúmeras outras famílias, até mesmo as dos dias atuais.

A sequência enunciativa dialoga com uma cena cotidiana ainda comum: a imagem do pai na sala com os filhos, geralmente em uma situação rara de descontração após o homem chegar do trabalho e rever as crianças, e a imagem da mãe na cozinha, seu lugar predestinado, preparando o alimento e servindo-o ao marido e aos filhos, geralmente após um dia exaustivo de trabalho, seja dentro ou fora do ambiente doméstico. A mãe de Sarah, naquele dia e hora em que ocorreu o acidente com a panela de sopa, ocupa o seu papel social de mulher-esposa-mãe e dialoga com inúmeras outras mulheres-esposas-mães pelo mundo afora que carregam a responsabilidade do cuidado do lar e de sua família. O cronotopo que é o enredo para esse relato é o europeu da década de 1930, mas poderia ser também o neautoritário brasileiro, uma vez que essa cena ainda é recorrente em nosso tempo-espaço atual.

Ao lado dessa discursivização do ambiente doméstico, um outro tema que representa a estrutura patriarcal na qual essas mulheres passaram sua infância é a educação que lhes era dada pela família.

**Janina Schlensiger**

A minha juventude foi muito boa. Apesar de ser filha única, não era muito paparicada porque meus pais achavam que eu deveria ser educada muito severamente, mas com muito amor (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 242).

**Lili Alejandra Georgescu Angel**

Ambos casaram-se novamente, e meu padrasto, Dr. Herz Schifter, era advogado e falava russo. Apesar de ser um homem muito severo, o Dr. Herz Schifter cuidou com esmero de minha educação (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 184).

No primeiro recorte, no enunciado de Janina, observamos a apresentação de valorações opostas para construir essa temática em seu relato, o que evidencia o embate dialógico de vozes sociais em sua consciência discursiva. Ela começa com uma afirmação de que a sua juventude fora muito boa e finaliza com o fato de que fora educada com muito amor. No entanto, entre essas informações, há uma ressalva: mesmo sendo filha única não fora muito paparicada, pois seus pais acreditavam que ela deveria ser educada *muito severamente*. Nessa glosa incluída no relato, o advérbio “severamente”, por si só, já traz uma carga semântica forte de rigorosidade. Destacamos, entretanto, que ele ainda foi modificado pelo uso do advérbio “muito” que, por sua vez, intensifica ainda mais a imagem da inflexibilidade da educação recebida por Janina; quem dá esse tom emotivo-volitivo ao relato é a própria sobrevivente pelas escolhas linguísticas que faz.

A construção desse trecho do relato é feita a partir de contrapontos axiológicos. Assim, mesmo que ela inicie a construção de seu discurso de forma a valorar positivamente a sua juventude, ao olhar para aquele cronotopo com os olhos de seu cronotopo atual e das vozes sociais que hoje a constituem, ela percebe, discursiviza e valora negativamente o fato de que a educação recebida fora bastante rígida. No entanto, após a discursivização dessa avaliação, a sobrevivente introduz uma oração coordenada adversativa, apresentando uma outra ideia oposta: ela fora, sim, educada muito severamente, *mas com muito amor*.

A conjunção adversativa “mas”, no âmbito linguístico, sempre introduz uma proposição que contrasta com a apresentada anteriormente e, mais do que isso, introduz o argumento mais forte, a informação que o falante quer enfatizar. Nesse sentido, mesmo compreendendo a rigorosidade da educação recebida, a entonação da sobrevivente ao construir o seu relato enfatiza que o que mais importa, para ela, é que fora educada com amor. Assim, essa educação severa recebida é valorada, apesar dos contrapontos, positivamente.

Olhemos agora para a segunda sequência enunciativa destacada há pouco. No relato de Lili, observa-se o uso do adjetivo “severo” para caracterizar o padrasto da sobrevivente e não a educação dada a ela. Apesar disso, o uso desse caracterizador é também bastante significativo, sendo possível colocar os dois relatos destacados em posição dialógica, mesmo que nada eles saibam um sobre o outro (BAKHTIN, 2011). O adjetivo “severo”, nesse relato, também foi intensificado pelo uso do advérbio “muito”. Assim, a imagem de *um homem muito severo* leva à imagem de uma menina também educada *muito severamente*. No relato de Lili, no entanto, há o uso de uma locução conjuntiva concessiva a qual evidencia que o fato de o padrasto ser um homem *muito severo* não o impediu de ter cuidado *com esmero* da educação da sobrevivente. Novamente, a valoração frente a severidade do homem que a educou é, apesar dos contrapontos, positiva. Nota-se, assim, um movimento discursivo de atenuação da culpa do homem frente ao seu poder no sistema patriarcal. *Apesar de ser severo, cuidou com esmero de minha educação. Fui educada muito severamente, mas com muito amor*.

Não se contesta aqui o amor e o cuidado dos pais das sobreviventes, no entanto, dentro daquilo que nosso trabalho se propõe a analisar, é preciso questionar essa relação dialógica que é estabelecida linguisticamente entre amor/cuidado e severidade. Muitas vezes, no discurso patriarcal, ações severas e violentas são justificadas pela ótica do amor paternal. Assim, pais educam severamente as filhas “porque as amam”, maridos privam as esposas de suas vidas sociais “por cuidado”, e, com isso, o amor e cuidado são colocados ao lado da violência, tendo esse lugar normalizado como sendo seus.

Entretanto, quando nos posicionamos fora desse discurso patriarcal, é possível observar que a severidade, o ciúme, a violência, a privação, entre outras situações ainda vivenciadas por inúmeras mulheres pelo mundo afora, estão relacionados muito mais ao sentimento de posse que o homem tem pela mulher, seja sua filha ou esposa, do que ao sentimento de amor propriamente dito. Isso justifica o fato de que, em situações nas quais a mulher, impulsionada pelas lutas feministas que emergiam naquele cronotopo, não segue aquilo lhe fora determinado pela educação recebida, por exemplo, a reação da família e da comunidade frente a ela é a de abandono e rejeição. Observemos a sequência enunciativa abaixo.

**Dina Klug Jakubowicz**

Os judeus davam muito respeito à família, vivendo em uma grande comunidade. Eu não costumava andar com rapazes, somente com as minhas colegas, meninas. Lembro-me de uma moça judia que começou a namorar um *goi*. [...] A gente não gostava deles [os *gois*], e eles não gostavam da gente. Quando essa moça judia casou, nós não fomos ao casamento, pois ela não era religiosa. Olha só! Uma judia não religiosa. Nem a família esteve presente. Depois nasceu um menino, nem lembro o nome, nem conheci. A família não foi assistir à cerimônia de *Brith Milá*, tão religiosos que éramos...! E ela não era religiosa, imaginem se fosse. Antigamente, era assim (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 160).

Nesse relato, é a voz social da mulher-religiosa, constituída pelas vozes do patriarcado e da religião, que fala. O recorte acima é iniciado por uma afirmação que já evidencia a avaliação social da sobrevivente, determinada pelo discurso religioso, frente ao que vai relatar: *Os judeus davam muito respeito à família*. Mesmo que o sujeito gramatical da oração em tela esteja no masculino e no plural, dando uma ideia de generalização, ou seja, denotando que *todos os judeus davam muito respeito a família*, em diálogo com a ideologia patriarcal, é possível fazer um movimento de paráfrase discursiva e modificar esse sujeito: *As mulheres judias davam muito respeito à família*. Esse movimento discursivo é possível, porque, por muito tempo, o respeito e a honra de uma família, conforme já discutido, eram responsabilizados à castidade e à subserviência das mulheres que dela faziam parte. O respeito era uma propriedade do homem, mas uma responsabilidade da mulher.

Ademais, o movimento parafrástico que propomos é validado com a continuidade do relato da sobrevivente, que coloca valorativamente, na progressão das ideias, o que significava dar muito respeito à família e quem era a responsável por isso: *Eu não costumava andar com rapazes, somente com as minhas colegas, meninas*.

À época, não somente na Europa, mas em diversos lugares pelo mundo, as moças, com o senso de recato que lhes era incutido pela religião e pela tradição patriarcal, tal como representado no relato em tela, não estabeleciam nem mesmo laços de amizade com rapazes

fora de seu círculo familiar. Mesmo já situada em um outro cronotopo, nota-se o quanto essa avaliação social ainda determina o discurso da sobrevivente, cujo tom emotivo-volitivo de concordância é evidenciado pela construção do enunciado em um movimento de repetição de ideias: 1) *eu não costumava andar com rapazes*; 2) *somente com as minhas colegas*; 3) *meninas*. A informação dada inicialmente por Dina é repetida insistentemente e, mais que reforçar a informação, busca a aprovação do ouvinte, frente aquilo que está sendo discursivizado (VOLÓCHINOV, 2019). Além disso, esse período pode ser colocado em posição de sinonímia e de dialogicidade ao primeiro período, que introduz o tema, e ao movimento de paráfrase discursiva que propomos: *Os judeus davam muito respeito à família. As mulheres judias davam muito respeito à família. Eu, enquanto uma mulher judia, dava muito respeito a minha família, porque não costumava andar com rapazes*.

Além dessa repetição de ideias, reforçando essa valoração dada ao que seria “dar respeito a família”, o relato é continuado com uma representação axiológica do que seria um caso de “não respeito à família”.

*Lembro-me de uma moça judia que começou a namorar um goi*, começa Dina. *Goi* é um signo hebraico usado para se referir às pessoas que não são de origem judaica e, por si só, já traz uma avaliação negativa ao conceito de não-judeu. Além dessa entonação de reprovação do signo ideológico *goi*, a avaliação social da comunidade judaica frente a esse grupo é evidenciada de maneira direta pela sobrevivente: *A gente não gostava deles, e eles não gostavam da gente*.

Aqui, já iniciava um dilema na vida dessa moça, uma vez que casamentos entre judeus e não-judeus não eram bem aceitos pela vertente ortodoxa da religião. Então, quando ela opta por se casar com um não-judeu, ela fere a honra de sua família, não lhe dando o respeito necessário. O rancor familiar em relação a isso é evidenciado quando a sobrevivente apresenta a informação de que *nem a família esteve presente* na celebração do casamento da filha. A comunidade judaica da qual a moça fazia parte também não participou, bem como a família da sobrevivente.

Dina, por sua vez, busca justificar a atitude da comunidade frente a moça inserindo uma oração coordenada explicativa: *pois ela não era religiosa*. A entonação de reprovação dela vem logo na sequência: *Olha só! Uma judia não religiosa*. A expressão “Olha só!” é usada para enfatizar a informação dada anteriormente, trazendo o tom emotivo-volitivo de admiração quanto à informação que ela própria acabara de dar. Admiração não no sentido positivo da palavra, mas como um sentimento de espanto diante de algo que não se espera. Ao entonar seu

discurso com o uso da expressão “Olha só!”, a sobrevivente busca, com o uso do imperativo, chamar a atenção e conseguir a aprovação de seu ouvinte frente aquilo que discursiviza.

Para reforçar ainda mais essa avaliação, ela constrói a próxima oração com duas ideias que, dentro de seu horizonte axiológico, são opostas: a mulher judia e a sua não religiosidade. A entonação dessa construção, novamente, evidencia a avaliação de espanto e reprovação frente a uma situação valorada por ela como improvável.

A avaliação de indignação da sobrevivente, própria do contexto valorativo espaço-temporal no qual ela se inseria e das vozes sociais da religião patriarcal que a constituíam, reflete a indignação da comunidade como um todo, uma vez que ela se coloca na coletividade ao usar a locução pronominal *a gente* e a primeira pessoa no plural: *A gente não gostava deles. Nós não fomos ao casamento.*

No entanto, mesmo com a justificativa de que a rejeição da família e da comunidade frente à moça se desse por conta de sua não-religiosidade, a continuidade do relato contradiz a explicação dada, uma vez que a sobrevivente afirma que, com o nascimento de um filho da união dessa moça judia com o *goi*, houve uma cerimônia religiosa própria da religião judaica, chamada *Brith Milá*, na qual, no oitavo dia do nascimento da criança, corta-se o seu prepúcio como um sinal de sua aliança com Deus. Esse seria um indício da religiosidade dessa moça, mas, aos olhos da religião ortodoxa e da ideologia patriarcal, ela não seria religiosa porque colocou a *sua* decisão de vida acima de uma imposição da religião e do patriarcado. Sendo o discurso religioso e o discurso patriarcal discursos exteriormente autoritários, eles não aceitam modificações e não aceitam ser divididos (BAKHTIN, 2015). Assim, mesmo que a moça judia se mostre disposta a permanecer praticando as celebrações tradicionais, para o discurso autoritário da religião, ela deixou de ser religiosa quando foi contra um dos dogmas “basilares”. A mesma interpretação vale para o patriarcado.

Vemos, portanto, que a religiosidade dessa moça é avaliada ao ser colocada em oposição a religiosidade de sua família e da família da própria sobrevivente, criando um embate *mulher versus* família/religião. Afinal, ela não era religiosa, porque não deu respeito à família casando-se com um não-judeu. A família, por sua vez, era tão religiosa a ponto de abandonar a filha por uma decisão que ia contra a doutrina religiosa e patriarcal: *tão religiosos que éramos...!*

Por fim, destaca-se o período que fecha o relato desse fato: *Antigamente, era assim.* O uso do advérbio *antigamente* situa o fato relatado em um outro cronotopo, diferente daquele de quem fala e daquele de quem lê. Ao situar seu relato no passado, a sobrevivente sinaliza para o fato de que tudo o que foi dito o foi com os olhos, com as vozes, com os valores daquele horizonte espaço-temporal. *Antigamente, era assim.* Hoje, já situada em um outro cronotopo,

já constituída de outras vozes sociais, para essa mulher, as axiologias são outras. Além disso, o período final desse relato traz uma informação posta que gera a expectativa de uma informação pressuposta: *Antigamente, era assim. Hoje, já não é mais*. Cabe-nos questionar, em nosso posicionamento dialógico, se, de fato, houve mudanças.

Buscamos analisar, nesta seção, os relatos de vida das sobreviventes como importantes registros da História da mulher, não só a das mulheres sobreviventes, mas a de todas as mulheres. Com a observância da organização da família patriarcal daquele cronotopo anterior ao bélico-nazista evidenciada pelas ideologias que perpassam os relatos, foi possível identificar que o lugar de uma parte considerável das mulheres ainda era dentro do lar, estando privada da participação efetiva do âmbito público e estando sujeita ao poderio masculino e ao julgamento da sociedade.

Analisar esse (não) lugar que as mulheres ainda ocupavam naquela época nos ajuda a entender os avanços que a luta feminista alcançou desde então, mas, também e principalmente, nos levar a pensar, ao colocar dois cronotopos em posição dialógica, nos avanços que ainda são necessários para que um dia possamos afirmar com certeza: *Antigamente, era assim. Hoje, já não é mais*.

Na próxima seção, olhamos para o modo como a ascensão do governo nazista, valorado como um momento de ruptura, que interrompeu e transformou as vivências dos judeus na Europa, modificou ou reforçou essa configuração inicial das famílias das sobreviventes que colocava as mulheres dentro do ambiente doméstico e sujeitas aos valores e julgamentos do patriarcado.

#### **4.2 A ascensão nazista: um momento de ruptura**

A ascensão do governo nazista, como se sabe, provocou uma mudança radical na vida de milhões de pessoas, principalmente na vida da comunidade judaica. Os judeus, a partir do momento em que Hitler chegou ao poder na Alemanha, viram suas vidas serem interrompidas e totalmente modificadas por um ódio racial institucionalizado, por isso, a valoramos aqui como um momento de ruptura na vida dos judeus europeus. Nesta seção, analisamos como tais mudanças foram discursivizadas nos relatos de vida das mulheres sobreviventes, que, tendo vivido até ali “protegidas” pela “tranquilidade” do lar, viram-se jogadas em um mundo patriarcal cheio de violência e ódio. Para tanto, analisamos, a representação das perdas ocorridas após a ocupação nazista a seus países, momento marcado linguisticamente como uma essa

ruptura nos relatos de vida. Olhamos também para o modo como os papéis sociais das mulheres e dos homens passaram a ser discursivizados desse momento em diante.

Conforme destacado, a maioria das mulheres sobreviventes partem seus relatos de vida de dentro do ambiente doméstico. Elas relatam, cada uma a seu modo e a partir das vozes sociais que as constituem e as individualizam, como foi a sua infância e como eram a sua vida e a sua família antes da ascensão do governo nazista. No entanto, quando seus relatos, sequenciados temporalmente, chegam ao momento em que os nazistas tomam o poder ou invadem seus países, percebe-se, como recorrência, que elas valoram esse momento como uma ruptura em suas vidas. É como se suas existências fossem separadas em duas: a vida antes do governo de Hitler, aquela que elas perderam naquele momento e jamais voltariam a ter, e a vida após esse momento histórico, momento a partir do qual, mais que viver, elas precisariam lutar para sobreviver.

Como momento de ruptura, portanto, são recorrentes relatos que retomam a ascensão do governo nazista na Alemanha, a ocupação de seus países pelas tropas alemãs, o início da guerra ou, ainda, momentos mais específicos como a data da promulgação das leis raciais ou eventos como a Noite dos Cristais. Fato é que, depois desses acontecimentos, a vida dessas sobreviventes nunca mais foi a mesma. É justamente nesse ponto de ruptura que observamos a discursivização da perda.

Interessa-nos destacar que uma das perdas discursivizadas com maior recorrência foi a do direito de estudar. Para nós, mulheres, sabendo da luta incansável de inúmeras outras mulheres para conquistar esse direito, tal perda é bastante dolorosa e significativa. As sobreviventes, mesmo não colocando essa consideração nesses termos, avaliam discursivamente a importância disso em suas vidas. Afinal, estudar, para muitas, era (e ainda é) sinônimo de oportunidade de libertação do lar.

**Eva Gaj**

Uma coisa ficou clara: após a Noite dos Cristais, a vida de todos os judeus na Alemanha e na Áustria não era mais a mesma. Tudo ficou muito difícil. Começamos a ser barrados em todos os lugares públicos, como escolas, museus, parques e piscinas. Fomos expulsos das escolas públicas e obrigados a viver isolados. O desespero tomou conta de todos nós (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 49).

Na sequência enunciativa acima, Eva marca a ruptura em seu relato retomando a Noite dos Cristais, avaliando como, após tal acontecimento, a vida de todos os judeus *não era mais a mesma*, pois *tudo ficou muito difícil*. Mesmo que, inicialmente, ela discursivise a perda de um modo geral, falando das proibições de circulação dos judeus em locais públicos, *como escolas*,



*museus, parques e piscinas*, ela volta e retoma a expulsão dos judeus das escolas, enfatizando tal privação.

O verbo “expulsar”, usado para se referir a forma como os judeus foram tirados das instituições de ensino, é bastante significativo e rege a entonação dada ao relato. Expulsar é fazer sair à força, mesmo que não em seu sentido literal. Esta foi, portanto, uma das primeiras atitudes violentas empreendidas pelos nazistas contra a comunidade judaica, que prezava tanto pela educação. Observamos, ainda, que ao lado da expulsão das escolas uma outra informação é acrescida: os judeus foram *obrigados a viver isolados*. Mesmo que o uso da conjunção “e” denote, linguisticamente, apenas um acréscimo de informações, é possível, no âmbito do discurso, estabelecer uma relação entre as informações que foram por ela ligados e a avaliação da sobrevivente sobre isso. Ao serem expulsos das escolas, os judeus foram isolados social e intelectualmente. A escola pública é valorada como esse espaço de socialização, de diversidade, que foi privado àqueles que, a partir de então, estavam destinados ao isolamento social.

À época do ocorrido, Eva era uma criança e, apesar de a perda do direito de estudar ser bastante significativa para uma criança, provavelmente ela ainda não compreendia o impacto disso em sua vida enquanto mulher. No entanto, no momento em que Eva representa tal cronotopo, ela já está em um outro tempo-espaço e olha para aquilo que representa do lugar de uma mulher já adulta, que, constituída pelas vozes sociais do patriarcado, entende, mesmo que inconscientemente e sem recorrer aos conceitos da teoria feminista, a implicação da perda do direito aos estudos na vida posterior de uma mulher. Isso é mostrado linguisticamente pela entonação pela qual a sobrevivente constrói o seu discurso (VOLÓCHINOV, 2019).

Vemos que a sequência enunciativa das ideias, a partir da retomada da proibição dos estudos aos judeus, é construída em uma gradação crescente de intensidade negativa dos fatos, demonstrando o impacto do fato citado em sua vida. *Fomos expulsos das escolas públicas e obrigados a viver isolados. O desespero tomou conta de todos nós*. Com este último período, a sobrevivente reflete, através da linguagem, a avaliação social da comunidade judaica, bem como a sua própria, diante dos novos acontecimentos.

Assim, em diálogo com a ideologia patriarcal, com a expulsão das escolas, veio o isolamento social. Tal isolamento para uma mulher leva a um conseqüente novo enclausuramento no lar. Essa possibilidade, para quem descobriu o seu potencial de liberdade, resulta incontestavelmente no desespero. Desespero também compartilhado por aqueles que, mesmo “beneficiados” pela ideologia patriarcal, compreendiam a importância dos estudos na vida de uma mulher, conforme foi representado na sequência enunciativa abaixo.

**Franca Gottlieb**

Eu tinha 13 anos quando, por ser judia, fui proibida, pelas leis raciais italianas, de frequentar a escola pública em Roma. Assim, fui matriculada em uma escola criada às pressas pela comunidade judaica para abrigar os alunos e professores judeus expulsos da rede pública. Lembro-me de que, no dia em que foram promulgadas as leis raciais, em setembro de 1938, meu pai entrou em casa com um jornal nas mãos e disse em voz alta: “Vamos embora da Itália! As meninas não podem mais frequentar a escola pública italiana!” (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 172).

No relato de Franca, a marca de ruptura é a promulgação das leis raciais na Itália, país liderado pelo governo fascista de Mussolini e aliado da Alemanha durante a guerra. Novamente, a discursivização da perda se dá pela proibição de seu acesso à escola pública. À época, a sobrevivente tinha 13 anos e, sendo mais velha que a sobrevivente do relato anterior, sendo a mãe uma professora universitária e, logo, sendo formada por outras vozes sociais, já podia compreender o impacto de tal situação em sua vida. No entanto, chama a atenção o fato de que a voz de desespero em relação a esse fato vem da figura masculina do pai, logo a valoração que perpassa o relato, também.

Tal desespero, mesmo não tendo sido nominalmente representado, fica evidente no âmbito do discurso pelo todo da construção verbal; é a situação social determinando a estrutura do enunciado (VOLÓCHINOV, 2018). Primeiramente, destaca-se o uso do discurso direto para representar a voz do pai. Tal escolha evidencia a vontade da sobrevivente de reproduzir com veracidade o sentimento que o dominava naquele momento. Ademais, o verbo *dicendi* utilizado para introduzir a representação do discurso do pai no discurso da sobrevivente é o verbo “dizer”, um verbo aparentemente “neutro”, mas que foi intensificado pelo uso da locução adverbial de modo “em voz alta”, o que o aproxima semanticamente do verbo “gritar”. Além disso, chama nossa atenção a informação, dada pela sobrevivente, de que o pai entrou em casa ainda com o jornal na mão, dando a conhecer o fato de que ele acabara de ler a notícia, o que demonstra o seu desespero e a sua valoração negativa frente ao que lera: *As meninas não podem mais frequentar a escola pública italiana!*

Além disso, a figura do pai como tomador de decisão, neste relato, é representada de modo claro. Ele entra em casa, tomado pelo desespero, e sua fala ao restante da família vem no imperativo: *Vamos embora da Itália!* A decisão foi tomada por ele e foi por ele comunicada, em tom de ordem, aos familiares. Destaca-se que esse pai, determinado pela ideologia patriarcal, é o chefe da família e o tomador de decisões, mas, ainda assim, é um homem que valora os estudos na vida das filhas como algo necessário para que elas não sejam vítimas desse mesmo sistema do qual ele faz parte e o qual ele ajuda a sustentar. Mesmo sendo parte beneficiada da ideologia patriarcal, ele não quer que as suas filhas sejam vítimas dessa mesma

ideologia. *Vamos embora da Itália! As meninas não podem mais frequentar a escola pública italiana!*

Além do direito aos estudos básicos, um dos enunciados valora também a perda de um sonho profissional. Sarah sonhava em ser concertista. A sua dedicação e amor ao piano é tema quase que central de seu relato da infância, perpassa também o da ocupação nazista e é sempre retomado em seu discurso sobre a sua vida após o término da guerra.

**Sarah Lewin**

A minha professora falava que eu ia ser concertista. Infelizmente não consegui me formar, pois veio a guerra. Minha chance de seguir uma carreira musical acabou naquele instante, com a ocupação da Bélgica pelos nazistas. Meu sonho foi interrompido! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 252).

**Sarah Lewin**

Quando terminou a guerra, eu estava com 17 anos, sem o meu pai. Havíamos perdido tudo que tínhamos na nossa casa, inclusive meu piano que os nazistas tiraram pela janela, pois não passava pelas escadas. Tiraram tudo, ficamos sem nada (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 265).

**Sarah Lewin**

Quando falo disso, tenho vontade de chorar! Coisas que perdi: minha infância, minha adolescência, meus sonhos! Eu pensava em ser concertista, não pude ser...! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 274-275).

Seguindo a ordem das ações, típica em um relato de vida, Sarah marca como um momento de ruptura a ocupação da Bélgica pelos nazistas. A sobrevivente relatava, anteriormente, sobre seus estudos e sobre as suas aulas de piano. *Dedicava-me mais ao piano que aos estudos na escola*, diz. A sobrevivente, à época da ocupação nazista, tinha 12 anos, e mesmo nova já havia determinado para si um projeto de vida, projeto esse que foi interrompido pelo ódio nazista. Sarah, ciente da culpa nazista pela perda de seu sonho, demonstra o seu posicionamento ideológico-valorativo em relação a isso a todo momento em seu relato.

Na primeira sequência enunciativa destacada acima, evidencia-se a primeira vez que a sobrevivente valora o piano como uma perda. Para tanto, ela usa o verbo “acabar” para se referir a sua chance de seguir com seu sonho profissional. *Minha chance de seguir uma carreira musical acabou naquele instante*. O verbo “acabar” denota a ideia de um fim definitivo, algo que foi concluído e que não voltará a acontecer. O uso do pretérito perfeito também reforça essa constatação. Após, ainda no mesmo fio discursivo, ela completa e enfatiza tal valoração: *Meu sonho foi interrompido!* O uso do verbo “interromper” nessa locução verbal poderia dar, ao contrário do verbo “acabar”, a ideia de que o sonho dela foi cessado temporariamente e que poderia ser retomado *a posteriori*. No entanto, considerando o cronotopo bélico-nazista e todos os males que ele causou a suas vítimas, tal possibilidade se torna quase nula. Isso é confirmado

quando a sobrevivente, ao finalizar o seu relato, reafirma que essa foi uma de suas principais perdas ao lado da infância e da adolescência. *Eu pensava em ser concertista, não pude ser...* O tom emotivo-volitivo que perpassa todo o relato da sobrevivente, ao valorar o seu sonho como uma perda, é o de tristeza.

Abrindo parênteses em nossa análise discursiva, propomos, aqui, retomar brevemente a importância da voz da equipe Arqshoah nos relatos de vida publicados. Ao final do relato de Sarah, as pesquisadoras do projeto abriram uma glosa indubitavelmente necessária para nós, pesquisadores das Ciências Humanas, que trabalhamos, muitas vezes, com sujeitos concretos, situados e observáveis em suas emoções e valorações. De acordo com as historiadoras, após a entrevista com a sobrevivente, “pairava no ar a sensação de um vazio: a comunidade judaica e a sociedade brasileira deviam aplausos a Sarah Lewin” (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 276). Então, no dia 3 de dezembro de 2017, “sob aplausos de um público emocionado, Sarah Lewin subiu ao palco onde interpretou Chopin, marcando assim seu lugar como concertista” (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 276) (Figura 4). O sonho interrompido pelos nazistas foi, simbolicamente, restituído por uma ação organizada pelo Arqshoah e por alguns apoiadores da comunidade judaica.

Figura 4: O concerto de Sarah Lewin no Clube A Hebraica. S. Paulo, 3 de dezembro de 2017. Foto: Douglas Mansur, 2017.



Fonte: CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 276.

Destacamos esse fato, pois, em uma pesquisa que busca, através da linguagem, analisar a relação entre sujeito, língua e sociedade, é de suma importância considerar as ações que, enquanto atitudes responsivas (BAKHTIN, 2015), surgiram dos enunciados que nos propomos

a analisar. O relato dado por Sarah gerou uma resposta que também nos ajuda a interpretar e compreender a sociedade atual que nos envolve. Fecha parênteses.

Para além dos estudos e de um sonho profissional, as sobreviventes relatam ainda a perda da segurança, da felicidade, entre outras coisas. No entanto, outra perda discursivizada com frequência é a da figura masculina de dentro do âmbito familiar. Com a discursivização desse fato, começa a ser representada, também, a reconfiguração (forçada) dos papéis sociais das mulheres dentro da família patriarcal no cronotopo bélico-nazista.

A ausência de um pai, na família patriarcal, leva a uma reconfiguração total de sua estruturação inicial, uma vez que o homem é, como patriarca, o protetor e provedor das necessidades financeiras de um lar. Esse lugar de provedor, para Saffioti (2015, p. 89), é o papel que mais define a masculinidade de um chefe de família, “perdido esse status, o homem se sente atingido em sua própria virilidade, assistindo à subversão da hierarquia doméstica. Talvez seja esta sua mais importante experiência de impotência”. Em momentos de guerra, tal subversão é forçada durante a ausência do homem que é recrutado para os campos de batalha ou, no caso da *Shoah*, que foi deportado a um campo de concentração.

Olhando ainda para o relato de vida da sobrevivente Sarah Lewin, é possível observar como se deu essa reconfiguração dos papéis sociais que a ausência da figura masculina dentro de sua família propiciou.

#### **Sarah Lewin**

Depois de um tempo, a prefeitura mandou entregar uma carta na nossa casa informando que os homens judeus que quisessem trabalhar como voluntários para os alemães na França, durante uns três meses, poderiam ir. Os alemães prometeram aos familiares que não iriam mexer em ninguém, nem nas crianças, e que o trabalho seria pago. Nunca pagaram. Da nossa comunidade, onde muitas famílias eram judias, os homens foram se apresentar, entre os quais estavam o meu pai e o amigo dele Abraham Kutas. [...] Nunca mais soubemos do meu pai que, nessa época, tinha apenas 40 anos!

[...] A partir desse momento, eu e minha mãe deveríamos cuidar de nós mesmas. Ficamos sozinhas em casa, sem notícias do meu pai. Um dia, soubemos que uma fábrica que havia perto de casa estava contratando pessoal para trabalhar com munição. Pensamos que, trabalhando, estaríamos tranquilas. Eu não tinha medo de nada! Foi quando falei para a minha mãe: “Vamos logo, mãe, assim a gente vai trabalhar lá e ficaremos melhor!”. Minha mãe achou que eu estava louca, indo trabalhar para eles [os alemães]. É como se eu estivesse me entregando para a morte. Expliquei-lhe que essa era uma forma de estarmos seguras por um tempo, pois, trabalhando para eles, não mexeriam conosco (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 257-261).

O pai de Sarah, assim como os de outras sobreviventes, foi convocado a trabalhar para os alemães sob a promessa de que sua família estaria em segurança. A valoração da sobrevivente frente aos alemães é de revolta, sendo evidenciada pela entonação firme dada a

uma oração curta e direta através da qual ela evidencia que se tratava de uma promessa vazia e falsa dos alemães às famílias judias. *Nunca pagaram.*

Assim, como provedor e protetor, caindo numa promessa vazia de trabalho e proteção, o pai de Sarah foi tirado de casa e nunca mais retornou. Ao trazer essa informação para seu relato, a sobrevivente, com o seu posicionamento espaço-temporal atual, valora com tristeza a morte precoce do pai. Mesmo que o vocábulo “morte” não apareça explicitamente no relato, a construção do enunciado e a entonação dada a informação da idade do pai quando foi deportado, evidenciam esse fato. *Nunca mais soubemos do meu pai que, nessa época, tinha apenas 40 anos!*

Com a constatação de que o pai não voltaria, a sobrevivente insere novamente um marcador temporal, próprio do gênero relato de vida, que, discursivamente, marca uma ruptura em sua vida: *A partir desse momento, eu e minha mãe deveríamos cuidar de nós mesmas.* A perda do pai, portanto, é valorada como um fato que reconfigurou toda a estruturação da família e da vida da sobrevivente.

O marcador “A partir desse momento” evidencia que antes a configuração da família era outra. O responsável por cuidar da sobrevivente e de sua mãe era o pai, enquanto chefe da família patriarcal da qual faziam parte. Com a sua ausência, mãe e filha tiveram que ocupar esse papel e precisaram “cuidar de si mesmas”. A primeira necessidade que precisava ser suprida, reconfigurando o lugar social dessas mulheres que ficaram *sozinhas em casa*, era a do trabalho fora do lar.

Observamos pelo relato em destaque que, com o seu ímpeto jovem, é a sobrevivente, enquanto uma menina de 14 anos, que insiste, para a mãe, sobre a necessidade de começarem a trabalhar, mesmo que para os alemães. Com essa sugestão, vemos o embate de vozes de dois centros de valores diferentes: a mãe e a filha. O que para a mãe, constituída em um cronotopo já diferente do da filha, é valorado como uma sentença de morte, para a menina, com seu ímpeto jovem e determinada pelas vozes sociais da sua geração, era a chance de permanecer em liberdade, fora da mira da deportação.

Destacamos, no entanto, que, para ambas, o trabalho fora do lar, tomado enquanto signo ideológico, nessa situação, configurou-se como uma necessidade, devido ao cronotopo que se instaurara e que as obrigara a tomar decisões no auge do sofrimento e do desespero. O que para muitas mulheres, com outras experiências sociodiscursivas e inseridas em outros cronotopos, significava a liberdade do lar, para Sarah e sua mãe poderia significar a liberdade dos campos de concentração devido ao caráter sígnico da palavra (VOLÓCHINOV, 2019). *Pensamos que, trabalhando, estaríamos tranquilas.* Estar tranquila em um horizonte espaço-temporal de

perseguição e violência é estar em liberdade. Para elas, a liberdade é valorada e colocada na segurança de seu lar.

Em outros relatos, como o de Alice, essa reconfiguração forçada de papéis também foi evidenciada a partir da representação da perda do pai de dentro do lar.

**Alice Farkas**

Com a ocupação nazista, tudo mudou para os judeus húngaros. Os alemães começaram a levar os homens para os serviços pesados. No começo eles iam de manhã e voltavam à tarde para casa, quase ao anoitecer. Depois, apenas deixavam voltar no final de semana, ficando a semana inteira no alojamento.

Todos os judeus foram obrigados a usar a estrela amarela. A minha mãe começou a trabalhar porque precisávamos sobreviver. A gente tinha que pagar aluguel. Eu tinha mais ou menos 8 anos de idade quando tudo isso começou (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 133).

O momento de ruptura no relato de Alice é a ocupação nazista, e a principal perda, discursivizada pela sobrevivente nesse momento de mudança, é a da figura do pai. Alice dá a conhecer o fato de que, com a ocupação nazista, os homens começaram a ser tirados de casa para trabalharem nos campos de trabalhos forçados. O pai de Alice, conforme apresentado no capítulo anterior, tinha o papel de provedor de sua família, enquanto a mãe era dona de casa.

Com a ausência do pai, no entanto, a mãe da sobrevivente precisa ocupar esse lugar de provedor e protetor para garantir a sua sobrevivência e a de sua filha. Isso é afirmado linguisticamente por Alice: *A minha mãe começou a trabalhar porque precisávamos sobreviver*. Nesse caso, o trabalho extraluar para essa mulher também não tinha conotação de liberdade, como o tinha para as feministas que lutavam por esse direito. Na guerra, muitas mulheres foram tiradas à força de dentro do lar e jogadas no âmbito público para que pudessem lutar pela vida de sua família. O uso da oração coordenada sindética explicativa demonstra isso. A mãe de Alice só começou a trabalhar porque elas *precisavam* sobreviver, elas *tinham* que pagar o aluguel. Os verbos modais “precisar” e “ter” denotam a obrigatoriedade e a falta de escolha e mostram a valoração do trabalho como uma necessidade advinda da perseguição nazista.

Outro relato em que é possível observar esse movimento é o de Janina. A mãe da sobrevivente, conforme já discutido anteriormente, era pianista, mas abandonou a carreira musical ao se casar, tornando-se, igualmente, dona de casa. Para essa mulher, a perda da figura masculina também foi bastante traumática.

**Janina Schlensiger**

Assim que a Alemanha invadiu a Polônia, o governo polonês convocou todas as pessoas que eram da reserva. Meu pai foi logo convocado para o Exército, por ser tenente de reserva. [...] Em seguida, não sei a data, meu pai foi preso como oficial

com mais 20 judeus. Passou todo o período da guerra em um campo de concentração na região da Bavária. Assim que foi detido, eu e minha mãe fugimos em direção às terras russas.

[...] fomos até a cidade de Lwów, onde achávamos que iríamos encontrar alguém conhecido. De fato, encontramos uma parte de nossa “quase” família, não exatamente família, pois, quando você foge de alguma coisa – sendo nós apenas uma senhora com uma criança –, tudo é família. [...] Desalojadas, fomos morar por um tempo com a tia que era médica. Depois minha mãe disse assim: “Isso aqui não serve para mim, eu não tenho dinheiro para me manter”.

Inicialmente, alugamos um quarto no apartamento de um advogado que era quase parente nosso, que não era bem parente, era irmão de um tio meu. [...] Eu comecei trabalhar logo numa mercearia, e a minha mãe conseguiu emprego em um hospital de doenças contagiosas, rendendo assim um pouco de dinheiro para pagar o aluguel do quarto e a nossa comida. Não dava para nada mais: a gente não tinha roupa, a gente não tinha nada porque tudo havia ficado no apartamento (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 245-246).

O momento de ruptura do relato de Janina é a invasão da Polônia pela Alemanha e a convocação dos homens para o Exército, que, assim como nos relatos anteriores, se transformou em uma posterior deportação para campos de concentração. Com a prisão do pai, ela e sua mãe se viram sozinhas diante da nova realidade e empreenderam fuga.

Ao olharmos para a entonação dada ao signo “família”, vemos, em um primeiro momento do relato, que, com a estrutura patriarcal de sua família desfeita, Janina e sua mãe foram atrás de conhecidos que pudessem ser considerados “família” e que, assim, pudessem ocupar o lugar de proteção que fora esvaziado pela prisão do pai. *Quando você foge de alguma coisa – sendo nós apenas uma senhora com uma criança –, tudo é família.* A oração subordinada adverbial temporal que inicia esse período demonstra que a valoração do signo família não é a mesma em todas as situações. Em um cronotopo de guerra e violência, como o que ela se inseria naquele momento, a valoração de família passa a abranger todos aqueles que poderiam ajudá-las e protegê-las. É como se a sobrevivente e a mãe estivessem em busca de algo que preenchesse a lacuna deixada pela ausência do pai na “família”.

Além disso, é preciso observar a informação adicional acrescentada pela sobrevivente nesse período, a de que elas eram *apenas* uma senhora e uma criança. Discursivamente, o uso do advérbio “apenas”, em diálogo com o discurso patriarcal, gera a interpretação de que entre uma senhora e uma criança, para construir a instituição familiar, faltava uma figura essencial: a do pai. Só ela e a mãe não constituíam a família, por isso foram em busca de *alguém conhecido*.

Essa ausência do pai coloca, portanto, a mãe em um lugar nunca antes ocupado por ela, o que dificulta as suas ações frente à necessidade de tomada de poder. *Isso aqui não serve para mim, eu não tenho dinheiro para me manter.* Novamente, vemos que o trabalho fora de casa, para muitas, sinal de liberdade, foi uma necessidade imposta a essa mulher que, tendo sido



resguardada por muito tempo pelo papel do homem provedor, não se via produtiva fora do ambiente doméstico. Impiedosamente, foi num momento de guerra que ela e a filha perceberam que a figura de Anjo do Lar não mais lhes cabia. *Eu comecei trabalhar logo numa mercearia, e a minha mãe conseguiu emprego em um hospital de doenças contagiosas, rendendo assim um pouco de dinheiro para pagar o aluguel do quarto e a nossa comida.* Agora, o papel de provento e proteção da família era delas. Aliás, a própria família era agora composta *apenas* por elas, *uma senhora e uma criança.*

Enquanto nas famílias em que os pais foram presos foi possível observar, junto à discursivização da perda, essa mudança nos papéis e lugares sociais das mulheres, nos relatos das sobreviventes cujas famílias conseguiram fugir antes do momento da deportação, a imagem do pai como o tomador de decisões foi ainda mais reforçada. Na maioria dos relatos, a decisão de deixar o país e fugir do nazismo foi do pai. A título de exemplificação, pois esse não é o foco analítico desta seção, destacamos a sequência enunciativa abaixo.

**Esther Aharoni**

Diante do antissemitismo latente, papai resolveu sair de Paris, pois certas coisas eram avisos de que algo poderia acontecer. Mamãe preparou as malas, escondeu as joias, fez uma cesta de sanduíches e saímos de Paris, em 1939, rumo à nossa casa em Barcelona (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 121).

No recorte acima, observa-se a representação, pela linguagem, dos papéis dos homens e das mulheres dentro da família patriarcal. A decisão de deixar Paris foi exclusiva do pai, que, em seu papel de protetor da família, observou que o ambiente estava ficando perigoso para eles e *resolveu* sair de Paris. O verbo “resolver” foi usado como sinônimo de “decidir”. A decisão, portanto, foi tomada pelo homem e precisava, agora, ser executada. Nesse ponto, a mulher aparece na sequência do relato enquanto auxiliadora de seu marido: a mãe foi quem preparou as malas, escondeu as joias e fez uma cesta de sanduíches. Assim, a família pôde sair de Paris.

Retomando a discursivização da perda advinda da ascensão nazista, uma outra questão foi recorrentemente discursivizada pelas mulheres judias sobreviventes e, tendo em vista nosso objetivo, precisa ser retomada aqui. Trata-se da perda do lar.

O lar, este ambiente que o patriarcado insistiu em disponibilizar para a mulher, apareceu, em alguns relatos, como uma das perdas mais marcantes nas trajetórias das mulheres sobreviventes. O ambiente doméstico, no entanto, não foi discursivizado como perda no momento em que as mulheres apresentavam a ascensão nazista como um momento de ruptura de suas vidas, mas no momento final dos relatos, quando elas faziam uma breve reflexão sobre

os principais momentos de suas vivências. Nesse ponto, o dia em que foram tiradas de dentro de casa figura como uma das principais lembranças.

**Nanette Blitz Konig**

A lembrança mais forte que guardo dessa época foi quando fomos arrancados de casa. Até hoje escuto a batida na porta, a gritaria, a baixaria (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 126).

Nanette valora explicitamente que a saída de dentro de sua casa foi a lembrança mais *forte* para ela. O uso do adjetivo “forte” para caracterizar essa lembrança, ao lado verbo “arrancar”, denota a violência, física e psicológica, através da qual ela foi tirada de seu lar. A *batida na porta, a gritaria, a baixaria* complementam ainda a truculência pela qual ela foi, forçosamente, tirada de seu ambiente doméstico e familiar. Novamente, o que para muitas significaria liberdade, para ela, nas condições nas quais ocorreu, foi uma violação sem precedentes. A palavra “casa”, enquanto signo ideológico, para muitas mulheres representa um aprisionamento dentro da sociedade patriarcal. Para essa e para outras sobreviventes, no entanto, o signo “casa” assume outras valorações (VOLÓCHINOV, 2019). A casa, pela voz social dessa mulher judia que foi expulsa de seu lar, é a representação de toda a sua vida anterior à ocupação nazista, vida esta que lhe foi arrancada à força pelo governo de Adolf Hitler. Mais do que isso: a perda da casa, para muitas, é sinônimo da perda de liberdade, uma vez que, ao serem arrancadas do lar, elas foram aprisionadas nos guetos e nos campos de concentração. Assim, o próprio signo “liberdade”, para elas, assume outro sentido.

Alice também diz se recordar com clareza desse momento de sua trajetória.

**Alice Farkas**

Sinto tristeza, sim: lembro-me bem do dia em que os nazistas tiraram a casa onde morávamos, onde eu cresci, nos colocaram em fila com uma mochilinha e nos levaram para aquele prédio marcado com uma estrela amarela. E ainda mais: tiraram a gente desse prédio e nos levaram para a praça até conseguirmos entrar no gueto. Só tinha judeus...! Todo mundo na rua olhava aquela longa fila que andava no meio da rua durante o dia, em pleno inverno, cada um com uma trouxa! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 147).

No relato de Alice, não é a violência da retirada do lar que é discursivizada, mas a humilhação advinda dessa ação. Ela e a família foram tiradas da casa onde moravam, onde ela cresceu, e colocados numa fila *com uma mochilinha*. Chama a atenção a escolha da sobrevivente por apresentar essa última informação. Chama a atenção também esse uso, no diminutivo. *Uma mochilinha*. Tais escolhas constroem a entonação do relato. Independentemente do tamanho real dessa mochila, ela era minúscula se comparada a tudo aquilo que estava sendo deixado para trás, se comparada ao tamanho da perda que estava em

curso. Os próprios judeus, nesse momento, se sentiam minúsculos. Para o governo nazista, afinal, eles não eram nada.

Além disso, a informação de que eles foram levados a um prédio marcado com uma estrela amarela também é significativa nessa discursivização da humilhação. A Estrela de Davi é, há muito tempo, um símbolo da comunidade judaica. É, assim, conforme discute Volóchinov (2019), um fenômeno da realidade material que se tornou um fenômeno da realidade ideológica, ou seja, se tornou um signo ideológico para aquela comunidade. É, portanto, um signo que carrega e emana sentidos. No entanto, enquanto signo ideológico, a Estrela de Davi assume diferentes sentidos e valorações a depender do contexto socioideológico que a envolve. Nessa sua propriedade de signo, entra a discursivização da humilhação no relato destacado acima.

Durante o governo nazista, a Estrela de Davi, também chamada de estrela amarela, foi utilizada como símbolo da exclusão da comunidade judaica. Os judeus foram obrigados a se identificar pelo uso da estrela costurada em suas roupas, carimbada em seus documentos e/ou pintada em suas casas. Com isso, a Estrela de Davi, quando imposta como forma de identificação, por um governo que pregava o extermínio dos judeus, tornou-se um signo da humilhação, da estigmatização e da segregação de toda a comunidade judaica.

Alice e sua família foram tirados de casa, com uma *mochilinha* e foram encaminhados àquele prédio marcado com uma estrela amarela. *E mais*: a humilhação continua a ser discursivizada no relato de Alice quando ela detalha o seu percurso até o gueto no qual ficaria confinada com a sua mãe. Se não bastasse a identificação com a estrela amarela, que gritava ao mundo a humilhação daquelas pessoas, os judeus foram encaminhados ao gueto, em plena luz do dia, no meio da rua e à vista de todos: *...cada um com uma trouxa. Uma trouxa ou uma mochilinha* que carregavam os resquícios de um lar, que agora era sinônimo de liberdade, que estava sendo, forçosamente, deixada para trás.

Klara também relata não ter esquecido desse dia em que foi obrigada a deixar seu lar.

**Klara Kielmanowicz**

O dia estava bonito e ensolarado, nunca esqueci. Deixamos a comida no fogão, as portas abertas e nos preparamos para levar o mínimo necessário. Em poucos minutos abandonamos nossos lares. Soldados ferozes nos expulsaram de casa, gritando para que não olhássemos para trás. Eu, uma criança com apenas 10 anos, não entendia o porquê daquilo e nem imaginava para onde nos levavam (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 275).

A sequência enunciativa acima discursiviza duas condições opostas: a sensibilidade e a violência. Tratamos a sensibilidade aqui não como um atributo da sobrevivente enquanto mulher, mas como um atributo necessário às pessoas como seres humanos. Por mais triste que

seja o relato a ser contado, a sobrevivente se apega aos detalhes que buscam amenizar a crueldade daquilo que se segue. O relato é verdadeiramente cruel, mas o *dia estava bonito e ensolarado*, valora a sobrevivente. A maneira como ela estrutura esse trecho de seu relato dialoga bastante com uma narrativa ficcional. No entanto, o relato de Klara é dolorosamente real.

A saída do lar, para ela, foi forçada e repentina. As informações de que a comida ficou sobre o fogão e de que as portas da casa foram deixadas abertas são bastantes significativas para essa representação da perda do lar. Em muitas religiões, a mesa é considerada um lugar sagrado. Culturalmente, as refeições feitas à mesa simbolizam a união da família. Nesse dia, no entanto, a comida não chegou a ser servida, ela ficou sobre o fogão. A imagem dessa comida sobre o fogão torna-se signo ideológico e representa a ruptura do lar da família de Klara, que nesse dia não se reuniu à mesa.

Assim, com as portas abertas, às pressas, Klara e sua família pegaram o *mínimo necessário*. Acrescentamos, pegaram o possível. O sintagma nominal *portas abertas*, aqui, também pode ser entendido como signo ideológico, pois assume uma valoração específica nesse contexto (VOLÓCHINOV, 2019). As portas de uma casa representam a divisão necessária entre o ambiente privado e o público. Nesse dia, a família de Klara teve sua casa invadida, sua privacidade violada pelos soldados nazistas que, ao saírem, sequer fecharam as portas. Afinal, aquela casa não seria mais o lar daquela família judia que estava sendo obrigada a abandoná-lo. Assim, em poucos minutos, bem como outras famílias de sua comunidade, eles tiveram que abandonar seus lares. A partir daí, o tom emotivo-volitivo do relato de Klara muda.

*Soldados ferozes nos expulsaram de casa, gritando para que não olhássemos para trás.* A maneira pela qual Klara formulou esse período valora discursivamente toda a crueldade daquela cena que ela vivenciara aos dez anos: o uso do adjetivo “feroz” para qualificar os soldados e dos verbos “expulsar” e “gritar” para se referir as suas ações demonstram como essa cena foi retratada e guardada na memória daquela criança. *Eu, uma criança com apenas 10 anos, não entendia o porquê daquilo e nem imaginava para onde nos levavam.*

Neste último período, a entonação criada, mais uma vez, nos leva para fora dos limites do verbalmente expresso. A sobrevivente, ao olhar para si mesma enquanto criança naquele horizonte espaço-temporal, reflete e refrata os sentimentos que tomavam conta de si naquele momento: a confusão por não entender o que estava acontecendo e por não saber para onde iria. Mais que essa confusão, a entonação dada ao relato evidencia o medo que a sobrevivente, enquanto criança, sentira, diante de tudo o que estava ocorrendo em sua vida. Klara não entendia e não sabia, mas estava sendo levada para um campo de concentração.

Assim como para Klara, as lembranças da vida perdida com o advento do nazismo representam, para muitas, as lembranças mais fortes. Com a perda do direito aos estudos, do convívio social, da presença do pai e principalmente do lar, a ascensão do governo nazista marcava o fim de uma vida, muitas vezes, tranquila para essas sobreviventes. No entanto, mesmo com tanto sofrimento nesse momento de ruptura, esse era apenas o começo dos percalços pelos quais elas ainda passariam.

Na próxima seção, chegamos ao cronotopo bélico-nazista e, conseqüentemente, à vida das mulheres que, após a saída do lar, passaram a viver num cronotopo de guerra e violência. Assim, analisamos agora como as vivências próprias das mulheres foram discursivizadas nesse horizonte espaço-temporal, especificamente no dia a dia dos guetos e nos campos de concentração daquelas que não tiveram a oportunidade de escapar da violência empreendida pelo governo autoritário, racista e eugenista de Adolf Hitler, sem abandonarmos como o fato de que serem mulheres continuou a determinar a vivência dessas jovens.

### **4.3 As mulheres no cronotopo bélico-nazista: rotas de fuga, guetos e campos de concentração**

A violência empreendida pelos ideais eugenistas, racistas e antissemitas do governo nazista transformou, de uma forma inimaginável, a vida de todos os judeus na Europa. No entanto, conforme já discutido, a intersecção das questões de raça com as questões de gênero potencializou ainda mais os sofrimentos que foram infligidos às mulheres judias, que, por serem mulheres, sofreram de forma incontestavelmente diferente com o ódio nazista. Assim, nesta seção, analisamos como as vivências femininas no sistema patriarcal configurado pelo cronotopo bélico-nazista são discursivizadas e valoradas pelas mulheres judias sobreviventes. Para tanto, olhamos para esse cronotopo, que envolveu as mulheres tanto em suas rotas de fuga, quanto em seus esconderijos e, também, nos próprios guetos e campos de concentração.

Iniciamos com um relato do momento em que as sobreviventes e suas famílias começaram a ser expulsas de suas casas e deportadas. Na sequência enunciativa abaixo, a sobrevivente Alice Farkas representa o momento de criação do gueto de Budapeste, quando os nazistas convocaram todos os judeus da cidade e começaram a selecionar os que, *a priori*, iam para o gueto e os que, ao contrário, deveriam embarcar num trem, provavelmente rumo a um campo de concentração/extermínio. Sobre isso, diz a sobrevivente:

**Alice Farkas**

Levaram todos para uma praça... todo mundo! No meio da praça – e lá no alto havia uma sirene –, eles começaram a selecionar: “Esse vai para gueto, esse vai para o trem!”.

Olhavam na cara de cada um, um por um e, naturalmente, pretendiam separar-me da minha mãe. Porque aonde mulher ia criança não ia. Naturalmente uma criança da minha idade agarra, imediatamente, na saia da mamãe. Minha mãe também aparentava ser mais velha... Costumava colocar um lenço na cabeça. Lenço... sabe? Usávamos aquelas malhas de inverno, pois era mês de dezembro, temperatura abaixo de zero! Nesse momento falaram para a minha mãe:

— Solta esta criança!

— Não! Aonde eu vou, ela vai. Se eu tenho que morrer, ela vai morrer comigo! – respondeu a minha mãe.

— Dá para aquele senhor! – ordenaram.

— Não dou!

Bem, no meio dessa confusão toda, vai ou não vai entregar a criança, tocou o sinal da sirene. Ataque aéreo! Essa foi a nossa salvação... Eles gritaram e mandaram todo mundo correr para gueto... Fomos para o gueto e lá nos salvamos. E se aquela sirene não tivesse tocado? (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 134).

Já no começo dessa sequência enunciativa, é possível identificar a organização entonacional que será dada ao discurso. Conforme discute Volóchinov (2019), a entonação sempre nos leva para além dos limites do verbalmente expresso, mesmo quando este parece suficiente de todos os pontos de vista. É preciso, pois, considerá-la. Ao analisarmos o primeiro período do recorte acima, é possível observar o modo pelo qual a entonação, além de representar o vivido que está verbalmente expresso, evidencia o não-dito pela sobrevivente e as valorações que o constituem.

*Levaram todos para uma praça... todo mundo!* Esse trecho do relato é organizado em torno de uma repetição de ideias. O uso do pronome indefinido “todos”, linguisticamente, denota a ideia de um grande número de pessoas que, no entanto, não está especificado na sentença. No âmbito discursivo, porém, esse uso engloba todas as pessoas que se inserem naquela situação, ou seja, no relato; esse pronome indefinido demonstra que todos os judeus sem exceções foram levados a essa praça. Com o uso da expressão informal “todo mundo”, a sobrevivente visa ainda reforçar e reafirmar essa informação. *Todo mundo* inclui os homens que ainda estavam em suas casas, as mulheres, os idosos, os doentes e, inclusive, as crianças, como a que ela era.

Ao reforçar essa informação, a avaliação da sobrevivente é evidenciada, não em relação ao evento em si, mas em relação a sua própria vivência daquilo que relata, já que “um tom emotivo-voluto, uma valoração real, não se refere ao conteúdo enquanto tal, tomado isoladamente, mas na sua correlação comigo no evento singular do existir que nos engloba” (BAKHTIN, 2020, p. 90). Assim, a sobrevivente constrói o seu discurso do seu ponto de vista axiológico e das suas vivências da situação. São, portanto, as suas valorações frente aquilo que

ela própria vivenciou que perpassam o seu relato. *Todo mundo* sinaliza que ninguém foi poupado, inclusive ela, uma criança que, em suas próprias palavras, *tinha mais ou menos 8 anos de idade quando tudo isso começou*.

Apesar de o sujeito que fala no momento em que fala já estar situado em um outro cronotopo e já ser constituído por outras vozes sociais, o discurso interior daquela criança de 8 anos fica, em alguns momentos, subentendido no relato da sobrevivente. Isso porque, de acordo com Bakhtin (2018b), o sujeito que fala, quando fala, encontra-se fora do cronotopo representado, mas não deixa de tocá-lo, estando sempre em sua tangente.

Assim, desde o início da sequência enunciativa, vê-se que a sobrevivente se empenha em representar fidedignamente o acontecimento de seleção o qual passou junto a sua mãe. Para tanto, ela busca relatar com exatidão o vivido e recorre ao uso do discurso direto para recuperar as falas da mãe e dos soldados nazistas nesse momento de tensão. Além disso, em alguns momentos, é como se a sobrevivente recuperasse até mesmo a voz social daquela menina de 8 anos.

Atentemo-nos ao segundo parágrafo do relato em análise. A sobrevivente inicia descrevendo a forma pela qual os nazistas decidiam quem ia para o gueto e quem ia para o trem. *Olhavam na cara de cada um, um por um e, naturalmente, pretendiam separar-me da minha mãe. Porque aonde mulher ia criança não ia*.

A oração que inicia o primeiro período, através da doutrina de reflexão e de refração da linguagem, foi construída a fim de representar a minuciosidade pela qual os judeus eram examinados e escolhidos para o trem ou para o gueto. *Cada um, um por um* era, isoladamente, avaliado e separado. Essa construção, além de apontar para a realidade dos acontecimentos, refrata também a avaliação da sobrevivente frente a eles. No entanto, observa-se que não se trata da avaliação da mulher sobrevivente, mas daquela criança que estava ali vivenciando a situação. Nesse sentido, com tamanha rigorosidade por parte dos oficiais nazistas, a menina avalia como inevitável o fato de que chegaria a sua vez. Já que *cada um e um por um* estava sendo examinado, não havia como fugir ou se esconder e, quando isso acontecesse, *naturalmente*, pretendiam separá-la de sua mãe.

É como se, ao tentar representar com fidelidade aquele momento de seleção, a sobrevivente o relatasse a partir de sua visão de criança, é ela, enquanto uma criança de oito anos, que verifica que, naquela situação de violência, já sem o pai, sendo expulsa de sua casa, *naturalmente* a separariam também de sua mãe, *porque aonde mulher ia criança não ia*. Essa oração coordenada sindética explicativa apresenta uma justificativa bastante simples para o que estava prestes a acontecer.

Nessa oração, chama a atenção também o uso do advérbio “naturalmente”, que designa algo que acontece devido a ordem natural das coisas. Pelo objetivo dos nazistas, analisando a situação de nosso olhar exotópico, é claro o motivo pelo qual eles pretendiam separar as mães de seus filhos, uma vez que, diante de uma situação de violência e perigo para os filhos, a mãe, bem como o pai se ainda estivesse ali, determinados pela construção social da família, *naturalmente*, reagiriam, trazendo desordem ao processo de extermínio posto em prática pelos nazistas. No entanto, pela voz social daquela criança de oito anos, o uso do advérbio “naturalmente” parte de outra constatação. Separá-la-iam de sua mãe, porque ela verificou, naquele momento de seleção, que *aonde mulher ia criança não ia*. Novamente, repetimos, uma explicação bastante simples que parte de um horizonte axiológico infantil, o que reforça a ideia de que a narrativa, nesse momento do relato, progride pela voz social daquela criança de oito anos que estava vivenciando a situação relatada.

A partir dessa justificativa dada pela voz da criança, observa-se que a entonação do relato começa a mudar. *Naturalmente uma criança da minha idade agarra, imediatamente, na saia da mamãe*. Com o uso do mesmo advérbio, a sobrevivente valora como natural o seu instinto de se agarrar a sua mãe com medo da separação. Mesmo nesse trecho, ainda é possível questionar se há ou não uma fusão entre as vozes heterodiscursivas da criança e da mulher (BAKHTIN, 2015).

Seguindo o seu relato, agora já se posicionando efetivamente fora do acontecimento narrado e usando a sua voz social atual, a sobrevivente avalia também, de outro ponto de vista, a inevitável separação. Situada fora daquele cronotopo, ela já teve acesso a informações que evidenciam os motivos das seleções e dialoga com elas em seu relato: as pessoas mais velhas, não aptas ao trabalho forçado, eram encaminhadas diretamente para a morte. Sabendo disso, ela valora, então, o semblante mais velho da mãe como um dos motivos pelos quais elas seriam separadas.

No decorrer do relato, a sobrevivente ainda discursiviza um conflito instaurado entre a mãe e os nazistas, o que poderia tê-las levado à morte naquele instante. No entanto, a sobrevivente conta que uma sirene, que sinalizava ataques aéreos e que estava situada no alto da praça, tocou, fazendo com a situação fosse desfeita. Nesse ponto, destacamos a valoração da sobrevivente a esse sinal sonoro, que também pode ser compreendido como um signo ideológico. *Bem, no meio dessa confusão toda, vai ou não vai entregar a criança, tocou o sinal da sirene. Ataque aéreo! Essa foi a nossa salvação...*

A sirene, enquanto materialidade sonora, discursiviza o ataque aéreo. Assim, para muitos, ela assume valorações que denotam a guerra, a violência, o medo, a morte. Para essa



sobrevivente, no entanto, a sirene, ao menos nesse momento de sua vida, assume outra valoração: a de *salvação*. Graças a sirene, que normalmente discursiviza a violência, a discussão entre a mãe da sobrevivente e os nazistas foi interrompida, e elas puderam se refugiar no gueto. Novamente, recuperamos Bakhtin (2020) que afirma que o tom emotivo-volitivo dado a determinadas palavras e signos depende da vivência do sujeito frente aquilo que discursiviza.

*E se aquela sirene não tivesse tocado?* Essa pergunta não é direcionada ao ouvinte da sobrevivente, mas é um discurso interior exteriorizado, cujo segundo participante do diálogo é a própria sobrevivente e a sua consciência discursiva. No entanto, ousamos respondê-la. Se aquela sirene não tivesse tocado, provavelmente, Alice e sua mãe não teriam sobrevivido àquele momento de seleção e, mais especificamente, àquela discussão com os oficiais nazistas. Essa é uma resposta pressuposta que parte do conhecimento e da compreensão comum que temos da situação que é representada. Com ela, a valoração de salvação conferida a sirene é reforçada, uma vez que o silêncio advindo do não soar da sirene significaria, para Alice e sua mãe, naquela situação, a morte.

Essa reavaliação de uma materialidade sonora própria do cronotopo bélico-nazista também é verificada no relato de Halina. No discurso dessa sobrevivente, isso acontece justamente no momento em que ela e seus familiares conquistam a liberdade de um esconderijo no qual passaram uma parte do período da ocupação nazista.

**Halina Blankfeld**

Assim, cerca de um ano e nove meses depois da liquidação do gueto de Pińsk, em uma madrugada de 1944, ouvimos as explosões dos soviéticos chegando. Meu tio disse: “Parece que estamos ouvindo música!”. Aquilo significava liberdade! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 234).

Halina ficou escondida em um porão com a família durante mais de 600 dias. Na sequência enunciativa destacada acima ela relata o dia em que as tropas soviéticas, vencendo os alemães, chegaram à cidade em que ela se encontrava e faz referência aos sons das explosões das bombas utilizadas pelo exército. Nesse momento do relato, observa-se duas valorações distintas desse signo sonoro emitido pelas bombas.

Ao retomar o discurso do tio, Halina o faz pelo discurso direto, buscando transmitir com fidelidade a sua fala. Com isso, ela evidencia a entonação e a avaliação dele diante do que escutava. “*Parece que estamos ouvindo música!*”. É importante observarmos a escolha lexical feita pelo tio de Halina para descrever o som das bombas. Essa materialidade sonora, própria de um cronotopo de guerra, é colocada, por ele, em posição de sinonímia à música. No entanto, música, para esse sujeito que esteve por meses trancado e escondido dentro de um espaço

limitado, no qual não era seguro emitir qualquer tipo de som, também assume uma valoração diferente. Em um processo de paráfrase da análise de Bakhtin (2020), é possível dizer que a “música” é uma música para ele, é no seu tom emotivo-volitivo que o som de uma bomba se torna música para os ouvidos. Assim, o som das bombas se torna música para ele e enche de alegria aquele porão silenciado, por meses, pelo medo.

Já para Halina, mais do que música, o som das bombas foi valorado por ela como sinônimo de liberdade. Quando as tropas soviéticas chegaram a sua cidade, Halina tinha 14 anos, estava longe dos pais e havia passado quase dois anos de sua vida escondida em um porão. Liberdade para essa adolescente é sinônimo de vida, de ter sobrevivido à guerra. Assim, o som das bombas é acentuado pela possibilidade de voltar a viver em liberdade.

Já dentro dos guetos, o fato de ser mulher e as construções sociais decorrentes disso também determinavam a vivência das sobreviventes, e, arriscamos dizer, algumas das determinações sociais que relegavam às mulheres o ambiente doméstico ajudaram a garantir a sua sobrevivência e a sobrevivência de seu grupo. Na sequência enunciativa abaixo, a sobrevivente Dina relata como era a vida dentro do gueto de Lodz, no qual ela estava confinada com a sua família.

**Dina Klug Jakubowicz**

No gueto de Łódź, a vida era muito dura, mas nós tínhamos trabalho. [...] Não tínhamos tempo para descansar, pois trabalhávamos o dia inteiro e à noite precisávamos cozinhar. Eu era a cozinheira e dividia a comida entre todos. Se alguém ficava mais fraco, nós dávamos óleo que servia de vitamina. Então, óleo servia para todos os doentes. Por exemplo, quando fiquei doente, usei a cota de óleo de todos os outros quatro companheiros. Quando o meu irmão Mendel ficou doente, o nosso óleo foi para ele, assim como um pedaço a mais de pão. Eu dividia, eu cozinava, sabendo que a maior porção deveria ir para quem estava doente. Cada migalha servia para viver, para o nosso sustento (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 167).

A sequência enunciativa acima é iniciada por uma descrição do dia a dia no gueto: *a vida era muito dura, mas nós tínhamos trabalho*. Observamos, inicialmente, uma caracterização de como era a vida naquele espaço. O adjetivo “dura” intensificado pelo advérbio “muito” busca refletir a penosa vida dos judeus naqueles bairros fechados após terem sido expulsos de suas casas. No entanto, chama a atenção a oração coordenada adversativa que segue essa afirmação. *A vida era muito dura, mas nós tínhamos trabalho*. O uso da conjunção adversativa “mas” introduz uma informação que é valorada pela sobrevivente como mais importante quando comparada a anterior. Aqui, o trabalho é valorado pela sobrevivente como atenuador dos sofrimentos vivenciados naquele tempo-espaço. Dina, em outro momento de seu relato, avalia o trabalho como uma necessidade diante da classe social de sua família. Aqui, o trabalho é

valorado também como necessidade de sobrevivência, mas essa avaliação é constituída por outros agravantes, como a escassez causada pela violência.

Além disso, no relato em tela, consideramos válido destacar a representação do fato de que, dentro dos guetos, o papel das mulheres nos afazeres domésticos, especialmente na cozinha, ainda era vigente, mas que essa determinação social passou por uma reavaliação. Enquanto atividades essenciais à vida, os conhecimentos domésticos e alimentares da sobrevivente, adquiridos antes do advento do cronotopo bélico-nazista, são valorados aqui como fator de sobrevivência de seu grupo naquele tempo-espço de guerra, violência e escassez. Tal valoração se dá pela entonação da construção do relato que demonstra a todo momento que a separação da comida era feita de acordo com a necessidade dos integrantes da família. *Eu dividia, eu cozinhava, sabendo que a maior porção deveria ir para quem estava doente.* Assim, além de cozinhar, a sobrevivente se dedicava a separar a comida de acordo com a necessidade de cada um. O óleo, portanto, servia de vitamina para os doentes e o pedaço extra de pão era dado ao que se encontrava mais debilitado. *Cada migalha servia para viver, para o nosso sustento.*

O signo “migalha” colocado em relação de equivalência ao signo “sustento”, para outro horizonte axiológico, é, a princípio, paradoxal. Afinal, migalha é aquele fragmento mínimo de comida que é desprezado. Ademais, tal signo é, muitas vezes, colocado em posição de sinonímia a “nada”. No entanto, “migalha”, enquanto signo ideológico, no tom emotivo-volitivo da sobrevivente, é valorado, pela voz social de alguém que passou fome, como o alimento que significava a manutenção da sua vida e a de seus familiares (VOLÓCHINOV, 2019). A escolha por esse vocábulo, no entanto, não é aleatória, pois ela serve para enfatizar que, naquele cronotopo, qualquer fragmento de comida era revalorado como sinônimo de sustento e aproveitado ao máximo para garantir a sobrevivência do grupo.

Outro relato que mostra como a experiência com os afazeres domésticos auxiliaram as mulheres a se manterem vivas no cronotopo bélico-nazista é o da sobrevivente Janina.

**Janina Schlesinger**

Apesar das péssimas condições de Bergen-Belsen, consegui sobreviver à fome, às doenças, por esperteza e amizade: conseguia alimento adicional trabalhando na cozinha, como cascas de batata cruas, que levava escondidas no forro do meu casaco para conseguir alimentar a minha mãe. Com agulhas improvisadas com pedacinhos de madeira das camas, consegui fazer um cobertor, meias e luvas com fios de lã roubados, vendidos depois em troca de um pedaço de pão (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 249-250).

A sequência enunciativa acima já é iniciada com a valoração da sobrevivente de que ela só sobreviveu ao Holocausto por esperteza e amizade. O relato representa o fato de que,

enquanto mulher, ela foi designada para trabalhar na cozinha e, com isso, conseguia alimento extra para alimentar a sua mãe. Nesse relato, no lugar das migalhas, são as cascas de batatas, que a princípio seriam desprezadas, que são valoradas como signo de sobrevivência, como alimento adicional.

No entanto, uma outra atividade, a qual ela aprendera antes de ser confinada no gueto e que lhe foi útil para a sobrevivência ali, foi a costura. Aqui, diferentemente dos relatos que representavam situações anteriores à ocupação nazista e que valoraram a costura como um apêndice da renda familiar, a costura no dia a dia dos guetos é valorada como signo de sobrevivência, uma vez que, com as suas habilidades e *esperteza*, a sobrevivente improvisava agulhas, costurava e vendia suas confecções em troca de um pedaço de pão, garantindo a sua alimentação e a de sua mãe.

Essa reconfiguração da valoração da costura também aparece em outros relatos como o de Klara e o de Halina. Klara relata o tricô como forma de sobrevivência em um acampamento de refugiados, Halina usou a técnica em seu esconderijo.

**Klara Kiewmanowicz**

A habilidade que adquiri com o tricô naqueles momentos nos foi providencial, pois nos ajudou a sobreviver quando estivemos na Transnístria, acampamento onde nós, judeus da Moldávia e Bucovina, permanecemos por três anos até o final da guerra. Graças à minha habilidade no tricô e a de minha mãe, a quem ensinei, pudemos sobreviver em Bondurovca, campo da Ucrânia. Embora a região dispusesse de lã, os moradores ao redor desconheciam a técnica de seu uso. Ao nos dispor confeccionar malhas para as famílias interessadas, conseguimos valores que nos permitiram adquirir alimentos para nossa sobrevivência em um período muito difícil (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 268).

**Halina Blankfeld**

A uma certa época, no inverno de 1943, nossas joias acabaram e precisamos aprender a fazer roupas de tricô, assim trocaríamos por comida e conseguiríamos nos alimentar bem. Então todos nós no porão aprendemos com a mãe da Milya a tricotar, a fazer roupas e meias 1/4 para os camponeses, de forma que recebemos comida muito boa e pudemos, nós no porão e as senhoras que nos ajudaram, receber alimentos, como batatas, manteiga e farinha (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 233).

Com o advento da guerra, não só os papéis das mulheres se reconfiguraram na sociedade europeia, mas também a avaliação das atividades domésticas por elas majoritariamente exercidas. Com isso, em muitos casos, a sobrevivência da família, tal como nos primórdios do desenvolvimento humano, esteve, literalmente, nas mãos das mulheres e de habilidades que por milênios foram responsabilizadas a elas, como as da cozinha e as da costura.

Na primeira sequência enunciativa, a sobrevivente caracteriza a costura como providencial. Além de valorá-la como oportuna e útil naquele cronotopo, também traz uma avaliação religiosa, caracterizando-a como uma providência divina, que a ajudou a sobreviver

e a garantir a sobrevivência da família; ela usa, portanto, as vozes sociais da religião em diálogo com a sua voz de mulher sobrevivente. Já no relato de Halina, a costura é colocada em posição de substituição às joias da família com as quais eles conseguiam dinheiro para comprar alimentos. Ao não terem mais joias para vender, foi a costura que garantiu a sua sobrevivência no esconderijo em que estavam. Assim, em ambos os casos, a costura, usada como moeda de troca para alimentos no momento de escassez e perseguição, perde a valoração de atividade auxiliar e passa a assumir a valoração de meio principal de sobrevivência. A costura foi, nesse momento, o que garantiu o provento das necessidades alimentares básicas das famílias dessas sobreviventes.

Além das determinações sócio-históricas de gênero, fatores biológicos também determinaram a vivência das mulheres durante a *Shoah*. Com o desenrolar da guerra e com a ordem de que a Solução Final fosse colocada em prática, os judeus começaram a ser encaminhados em massa para os campos de extermínio, cujas condições de vida eram ainda piores que as dos guetos. Dina relata o momento em que chegou a Auschwitz, e seu relato representa como os fatores biológicos determinaram o destino de inúmeras prisioneiras.

#### **Dina Klug Jakubowicz**

Assim, depois de uma semana fomos encaminhadas para Auschwitz. A ordem foi vestir uma roupa bonita porque iríamos para o trabalho. Como tínhamos um pão redondo de dois quilos, resolvi escondê-lo embaixo do casaco preto que eu havia ganhado do Joint. Assim, o pão ficou na altura da barriga. Apresentamo-nos as três, em fila: minha irmã mais velha, eu no meio e a mais nova atrás. Lá estava em uma mesa o Dr. Mengele, fazendo a seleção. Mandou-me para o outro lado, e, então, Dvoireh, a mais velha, começou a gritar e perguntou:

– Por que devo ir para o outro lado sem elas? Elas vão para um lado, e eu vou para outro?

– É o destino! – respondeu Mengele, explicando que eu estava grávida.

Então Dvoireh gritou em iídiche: “Jogue fora o pão! Jogue fora o pão!”.

Abri o casaco, joguei fora o pão, e, então, Mengele juntou-me com as minhas duas irmãs. Foi sorte, pura sorte! Assim, não me apanharam, pois na seleção eles não tinham tempo para isso. Seleção era decisão: quem ia para um lado, quem ia para o outro? Assim, minha irmã me salvou (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 168).

Dina representa em seu relato a seleção inicial que ocorria na chegada ao campo de Auschwitz. Pela doutrina da reflexão da linguagem, ela busca, com detalhes, apresentar a seu interlocutor o que aconteceu nesse momento de sua vida. Tendo escondido um pão dentro do casaco e na altura da barriga, ela foi encaminhada para uma fila oposta à de suas irmãs por acharem que ela estava grávida. Para os nazistas, as mulheres grávidas eram um risco ao plano de extermínio da comunidade judaica. Por isso, ao chegarem aos campos, elas eram imediatamente encaminhadas para a morte. Dentro de nossos objetivos, importa, nesta

sequência enunciativa, olhar para duas escolhas lexicais de dois horizontes axiológicos diferentes: uma do médico nazista e outra da própria sobrevivente.

A sobrevivente, ao buscar representar fidedignamente a cena vivenciada por ela e suas irmãs, recorre ao discurso direto para representar os discursos de sua irmã e do doutor Mengele. Pela perspectiva bakhtiniana, sabemos que não é possível repetir um discurso nas mesmas condições nas quais ele foi enunciado originalmente, uma vez que não se pode recuperar o seu contexto extraverbal. No entanto, através da representação do discurso outro é possível, pelo viés axiológico daquele que fala, representar a essência da comunicação que se pretende reportar. Olhemos, portanto, para a fala atribuída ao médico nazista, conhecido como o Anjo da Morte, ao explicar o motivo pelo qual a sobrevivente estava sendo encaminhada para uma fila diferente da fila da irmã: *É o destino! – respondeu Mengele, explicando que eu estava grávida*. A sobrevivente demonstra linguisticamente, no desenrolar do relato, que, no momento de seleção, os nazistas não tinham tempo a perder. Isso também é mostrado pelas únicas palavras proferidas por Mengele.

A escolha pelo vocábulo “destino” para explicar que a prisioneira estava grávida é, porém, bastante significativa. Destino é aquilo contra o que não se pode lutar, é algo predeterminado pelas leis naturais ou por forças maiores, trazendo um sentido místico aos acontecimentos. Ao escolher por essa palavra para dizer o motivo pelo qual a sobrevivente estava sendo encaminhada à morte, é como se houvesse uma entonação de escárnio e ironia na fala do médico nazista, que valora a morte da sobrevivente a partir de duas vozes sociais que o constituem e que dialogam em sua consciência sociodiscursiva: a nazista e a patriarcal.

Pela ótica nazista, a partir da natureza racial dos judeus e do plano de extermínio traçado, o destino de todos, independentemente do sexo e da idade, seria a morte. É como se, pelo uso da metáfora entonacional, o médico dissesse à irmã da sobrevivente que aquele também seria o seu destino quando ela não fosse mais útil para o sistema de exploração de sua força de trabalho. Já pelo viés patriarcal, destino tem uma carga semântica mais forte. É como se o médico reafirmasse que, mais uma vez, a natureza biológica das mulheres é quem definia o seu lugar na sociedade e, nesse caso, no plano de extermínio nazista. Uma mulher grávida, além de não ser útil ao sistema de exploração de mão de obra, era um risco à Solução Final uma vez que daria luz a um bebê judeu, e, por isso, seu único caminho era a morte.

É a irmã mais velha, já constituída por essas vozes sociais, que percebe a situação que se instaurara e salva Dina gritando em ídiche, talvez para não ser compreendida pelos alemães: *Jogue fora o pão! Jogue fora o pão!* Ao atender o pedido da irmã, a sobrevivente se salva, sendo encaminhada para o mesmo lado que a irmã.

Após descrever essa situação, a sobrevivente a avalia: *Foi sorte, pura sorte!* O substantivo “sorte” aqui chama a atenção, já que pode caracterizar uma situação contra a qual não se pode fazer nada. Em um movimento parafrástico poder-se-ia até mesmo dizer: *Foi o destino!* Ao relacionar os vocábulos “destino” e “sorte”, percebe-se que eles podem estabelecer uma relação dialógica de convergência de sentidos. No entanto, na sequência enunciativa em tela, os dois usos acontecem em horizontes axiológicos diferentes, mas caminham na mesma direção e estabelecem, no âmbito do discurso, paráfrases do sentido global de suas falas. Assim, para Mengele, foi o *destino* que determinou que o fato de a sobrevivente estar grávida a levaria a morte. Para a sobrevivente, foi a *sorte* de não estar grávida e de a irmã ter percebido a situação que a livrou da morte. No entanto, milhares de mulheres grávidas não tiveram a *sorte* de Dina e foram, pelo *destino*, encaminhadas para as câmaras de gás em Auschwitz.

Passando por esse momento de seleção, as prisioneiras, que, *a priori*, haviam sido selecionados para o trabalho, passavam por um processo de higienização, conforme Dina também apresenta na sequência enunciativa a seguir:

**Dina Klug Jakubowicz**

Assim que chegamos a Auschwitz, cortaram todo o nosso cabelo, cabelo de cabeça, daqui, debaixo, cortaram tudo. Cortaram todo o cabelo, e a gente não se reconheceu mais. Porque sem cabelo parecia bicho, só bicho andando. A gente começou a chamar cada uma das pessoas pelo nome e assim nos juntamos. Em seguida nos mandaram para o chuveiro (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 168).

O processo de raspagem do cabelo era realizado com todos os prisioneiros que chegavam aos campos. No entanto, é preciso destacar que para uma mulher, sócio-historicamente determinada pelas questões de gênero e que era constituída pelo cruel discurso de que a beleza era um atributo de sua feminilidade, a raspagem do cabelo, nesse contato inicial com o campo de concentração, era bastante traumática. Tal valoração é evidenciada pela entonação e pelas escolhas lexicais feitas pela sobrevivente na sequência enunciativa acima.

Observamos, inicialmente, o primeiro período, no qual a sobrevivente apresenta a informação de que seu cabelo foi raspado e a enfatiza várias vezes. *Cortaram todo o nosso cabelo, cabelo de cabeça, daqui, debaixo, cortaram tudo.* Sintaticamente, vemos o uso do sujeito indeterminado para construir as orações desse período. Esse tipo de sujeito, em uma das suas possibilidades de uso, aparece quando não importa informar o agente da ação, mas sim enfatizar a ação propriamente dita. Assim, estabelecendo uma relação dialógica entre o linguístico e o discursivo, tal como propõe Bakhtin (2018a), o fato de ter tido seu cabelo raspado é bastante significativo para essa mulher, que, na sequência do relato, valora essa ação como um ato de desumanização dela e de suas irmãs, enquanto vítimas e enquanto mulheres. *Porque*

*sem cabelo parecia bicho, só bicho andando.* A escolha lexical da palavra “bicho” é determinada pela valoração que a sobrevivente faz da situação que relata.

Ainda nessa sequência, precisamos olhar para um outro fato da vivência de Dina. Conforme analisado anteriormente, Dina, de uma família  *muito religiosa*, recebera uma educação recatada, como grande parte das mulheres judias da época, é a partir desse lugar social que ela discursiviza esse momento. Dina, aliás, fala anteriormente em seu relato que, em sua vida antes da ascensão nazista, ela nem sequer tinha amigos homens. Esse senso de recato, de pudor, de “decência”, que era inculcado nessas mulheres, também determinou vivências traumáticas nos campos de concentração, onde elas precisavam se apresentar nuas diante de outros prisioneiros e dos oficiais nazistas, onde elas dividiam a cama com outras mulheres até então desconhecidas, onde elas sequer tinham um lugar privado para suprir suas necessidades higiênicas e fisiológicas básicas.

No entanto, a avaliação de vergonha e humilhação em relação a isso não é linguisticamente verbalizada pelas sobreviventes nos relatos que analisamos, ficando sempre no âmbito do discurso, do subentendido, do horizonte axiológico compartilhado. No relato há pouco destacado, Dina discursiviza a humilhação avaliando a situação do corte do cabelo. *Cabelo de cabeça, daqui, debaixo.*

Linguisticamente, o uso do advérbio “debaixo” não informa nominalmente a qual parte do corpo a sobrevivente se refere. No entanto, no âmbito do discurso, infere-se essa informação, uma vez que é enraizado na sociedade patriarcal o silenciamento das mulheres ao falarem de seus próprios corpos. Além dessa informação, há o apagamento da forma pela qual esse corte de cabelo aconteceu. Com isso, a sobrevivente silencia o desnudamento, bem como o constrangimento que dele decorreu, deixando essas avaliações no âmbito do subentendido (VOLÓCHINOV, 2019).

Porém, mesmo considerando que situações como essa foram enormemente traumáticas para as sobreviventes, em alguns relatos, considerando a individualidade dessas mulheres, podemos inferir também que, por terem sido recorrentes e por terem acontecido ao lado de inúmeras outras situações de violência, o senso de recato e pudor, que antes determinava essas mulheres, aos poucos foi deixando de ser considerado. Tal afirmação pode ser vista a partir da análise do relato da sobrevivente Janina, destacado a seguir:

**Janina Schlesinger**

Um certo dia, eles começaram levar a gente para “transporte”, passando antes pela seleção feita por um médico. Minha mãe foi levada para o primeiro andar de um prediozinho onde ficou segregada para ir num transporte, e eu fui separada para



morrer, porque tinha uma alergia. Eles tinham medo que fosse alguma coisa muito ruim. [...]

O local onde eu estava com outras prisioneiras selecionadas para morrer nos fornos tinha duas portas e uma janela. Desesperada, pulei pela janela do primeiro andar – meu anjo estava bem nesse dia, e eu não me machuquei – e, em seguida, entrei por uma outra porta que deu na sala onde estava a minha mãe. Foi aí que percebi que estava nua porque eles tiravam toda a roupa da gente para verificar se não tínhamos nenhuma doença. Aí alguém me arrumou um casaco, e nós saímos (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 148-149).

A sobrevivente também relata um momento de seleção vivenciado por ela. Novamente, assim como Dina, não demonstra no primeiro parágrafo a forma como tal seleção ocorria, mas mostra seu destino: estava separada para a morte, pois tinha uma alergia. A entonação da construção do relato da sobrevivente sinaliza um sentimento de desespero que tomava conta dela no momento em que percebeu qual seria o seu destino. A urgência em fugir da morte fez com que ela sequer percebesse que estava nua. O senso de recato diante do instinto de sobrevivência foi anulado, e isso é representado linguisticamente pela sobrevivente quando diz que apenas percebeu que estava nua quando já estava novamente “em segurança”, ao lado de sua mãe. O senso de recato, na sequência enunciativa acima, não é discursivizado, o que aponta para uma reconfiguração dessa avaliação social nesse momento de desespero vivenciado pelas mulheres nos campos de concentração. A vida, para essa mulher, a partir das vozes sociais que a constituem em sua singularidade, é valorada como mais importante que o julgamento da sociedade patriarcal.

Um outro ponto a se destacar nos relatos das mulheres em seu dia a dia nos campos e nos guetos é o de que, diferente do senso de recato, a solidariedade não foi anulada pelo instinto de sobrevivência das prisioneiras, que fortaleciam os vínculos familiares ou ainda estabeleciam novos vínculos de solidariedade a outras mulheres a fim de garantir a sobrevivência do grupo, movimento caro ao movimento feminista que defende insistentemente a importância de as mulheres se unirem (HOOKS, 2019). Essa rede de proteção estabelecida com as irmãs é constantemente retomada no relato da sobrevivente Dina.

#### **Dina Klug Jakubowicz**

Depois fizemos uma fila e ganhamos um vestido, e o meu era muito bonito. Fomos levadas para as barracas, mas a mulher que tomava conta do local gostou muito do meu vestido. Eu falei: “Me dá três sopas e eu vendo o vestido”. Ela falou que somente daria uma sopa, e eu retruquei: “Uma sopa não dá para três!”.

Nós éramos muito unidas. Então, ela nos deu uma sopa bem grossa em troca do meu vestido. Para eu não ficar sem nada para vestir, ela deu-me um outro vestido. Quando ela me deu sopa, dividi com as minhas irmãs: comemos a sopa com a mão porque não havia colher. Dividimos a sopa em três, sentamos assim... e comemos a sopa em três (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 168-170).

**Dina Klug Jakubowicz**

Uma coisa que me marcou muito foi a união, união com as minhas irmãs, pois sempre estivemos juntas. [...] Nunca nos separamos. Isso eu sempre faço questão de contar (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 2, p. 178).

Vemos na primeira das sequências enunciativas acima o uso repetitivo do numeral substantivo “três”, que representa a sobrevivente e suas duas irmãs. Na situação relatada, observamos que, em uma oportunidade de vender seu vestido, a sobrevivente prontamente o coloca como moeda de troca por comida, pedindo três sopas por ele. Ao solicitar três sopas pelo vestido, ainda não se mostra exatamente a sua preocupação em dividi-las com as irmãs. No entanto, ao observar a sua resposta à proposta de receber apenas uma sopa pela roupa, a sobrevivente expõe a sua intenção: *Uma sopa não dá para três!*

A entonação dada ao relato por esse uso repetitivo do numeral para se referir às irmãs colabora na construção da preocupação que elas tinham uma com as outras e da importância desse laço familiar que foi por elas reforçado nesse momento de sofrimento. Ao olharmos para o objeto de discurso que representa essa união, vemos o quanto ela foi importante para a sobrevivência das *três*. O alimento, nesse caso especificado pelo signo ideológico “sopa”, é valorado pela voz social de uma mulher prisioneira que viveu a escassez e a fome associadas à violência, mas que viveu essa situação em uma rede de solidariedade estabelecida com as irmãs. Assim, para quem olha de fora essa situação, a divisão da única sopa ganhada na troca de um vestido é valorada como a maior das provas de amor e união entre ela e as suas irmãs. Para a sobrevivente, ao contrário, essa divisão do alimento é valorada como a única forma de sobrevivência dela e das irmãs. É como se uma não sobrevivesse sem a outra. Então, naquele cronotopo de guerra e violência, a sopa enquanto signo ganha outra valoração e é colocada em posição de sinonímia à vida, que foi dividida entre as *três* (VOLÓCHINOV, 2019).

Nesse sentido, a união com as irmãs é valorada, conforme destacado na segunda sequência enunciativa, durante todo o relato de Dina como aquilo que a sustentou naquele momento de desesperança e insegurança. Dividir o alimento e as inseguranças em *três*, para a sobrevivente, foi o que permitiu que as *três* sobrevivessem. *Isso eu sempre faço questão de contar*, diz ela.

Outro relato no qual percebe-se o estabelecimento de laços de amizade é o de Janina. Mesmo que com uma breve referência, o tom de contraste com o qual o relato foi construído demonstra como constituir um laço de solidariedade num campo de concentração foi importante para ela.

**Janina Schlesinger**

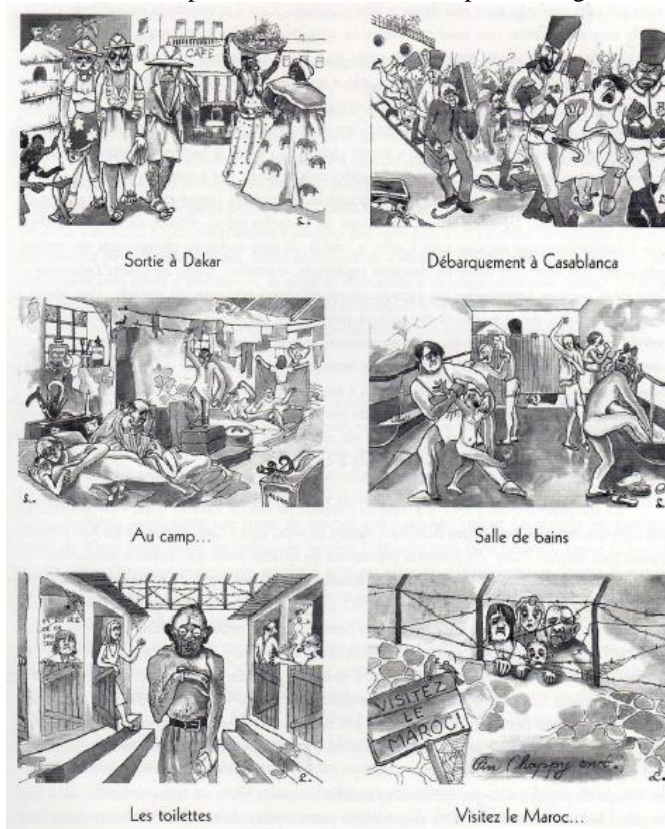
Os barracos onde ficavam os prisioneiros eram horríveis e muito sujos, mas não tínhamos como limpar. Nesse campo, fiz amizade com uma pessoa que se tornou minha grande amiga. Lembro-me de que bordávamos florezinhas no chapéu branco que costumávamos usar (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 3, p. 248).

Janina inicia seu relato falando das péssimas condições do campo de concentração no qual estava confinada. Assim, no primeiro período da sequência enunciativa destacada, um tom negativo perpassa seu discurso, tanto pelo objeto do discurso quanto pelas escolhas lexicais que o representam: *Os barracos onde ficavam os prisioneiros eram horríveis e muito sujos, mas não tínhamos como limpar*. Mesmo representando a negatividade desse ambiente, observamos que a sobrevivente busca mostrar que, se dependesse dos prisioneiros, a realidade seria, mesmo que minimamente, outra. Após essa observação, em uma mudança abrupta de assunto e de entonação, a sobrevivente fala de uma grande amiga que fez no campo: *fiz amizade com uma pessoa que se tornou minha grande amiga*. Esse período funciona como uma passagem de uma entonação negativa a outra totalmente diferente. Ao falar da amiga, a lembrança é valorada num tom de afetividade e paz. *Lembro-me de que bordávamos florezinhas no chapéu branco que costumávamos usar*. Aqui, o tema do discurso, tal como o define Volóchinov (2018), é um detalhe mínimo da vivência da sobrevivente, mas que, naquele lugar onde nada exalava coisas e sentimentos bons, servia de refúgio para ela. É assim, portanto, que a amizade no campo de concentração é valorada pela sobrevivente, como um refúgio do horror dos campos, como uma luz em meio às trevas, como *florezinhas em um chapéu branco* usado num lugar que exalava a morte.

Nesse cronotopo, além da fome, da violência, do medo, da perda de familiares, uma outra situação, decorrente da ideologia patriarcal, com a qual as sobreviventes, enquanto mulheres, tiveram que conviver, tanto nos campos de concentração como nas etapas de deportação e ainda nas rotas de fuga já fora do domínio nazista, foi o assédio sexual.

Um dos relatos que traz essa informação é o de Lisbeth Forell, uma sobrevivente que conseguiu fugir antes de ser presa pelos nazistas. Lisbeth embarcou com sua família, em 1940, em um navio que saiu da França em direção à América. No entanto, o navio precisou voltar e ancorou em Marrocos, onde ela e sua família foram confinadas em um campo de refugiados, cujas condições eram degradantes. Lá, a sobrevivente, que é artista, fez algumas caricaturas (Figura 5) como forma de protesto pela situação em que ela e a família se encontravam, o que lhe rendeu problemas.

Figura 5: Caricaturas feitas por Lisbeth Forell no campo de refugiados em Marrocos



Fonte: CARNEIRO; MIZRAHI (2017-2020, v. 4, p. 201).

Lisbeth foi denunciada pelos desenhos e convocada pelo chefe da polícia local para prestar esclarecimentos. Sobre isso, diz a sobrevivente:

#### **Lisbeth Forell**

Daí surgiu um puxa-saco para me denunciar: mostrou as minhas caricaturas ao comandante do navio que, de posse desses desenhos, justificava a nossa prisão em Casablanca. Fui intimada a falar com o chefe da polícia local francesa, o senhor Bourel. Minha mãe e meu pai foram comigo, mas esperaram na antessala. O “cara” se encantou comigo: eu tinha 16 anos na época, ele me prometeu ajudar em troca de algumas visitas. Para sucumbir aos pedidos de um velho francês, eu prometi que, com o tempo, tudo bem, eu iria sim! Com isso, ele ordenou a nossa soltura (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 199).

Antes de olharmos para o relato, cabe destacar a singularidade de Lisbeth enquanto sujeito social. Ela era uma jovem artista, de uma família burguesa e que havia estudado na Academia de Belas Artes de Antuérpia, localizada na Bélgica e que, conforme ela conta, era considerada a melhor da Europa. Lisbeth, por ter entrado cedo no mundo das artes e devido a sua classe social, foi constituída por diferentes vozes e experiências sociais que possibilitaram a ampliação de sua consciência sociodiscursiva, o que determina também o seu horizonte axiológico refletido no relato (BAKHTIN, 2015).

Observamos, pela construção entonacional de seu discurso, que a sobrevivente valora os acontecimentos narrados a partir de uma posição social de enfrentamento. Vemos que ela já não era uma jovem tão determinada pelas vozes do patriarcado, mas sim por vozes de resistência a esse sistema. O uso do adjetivo “puxa-saco” para caracterizar a pessoa que denunciou seus desenhos já mostra desde o início da sequência enunciativa essa valoração de não-submissão ao que a sociedade impunha. Enquanto aquele que a denunciou é valorado como bajulador do sistema, ela se coloca na posição de resistência a essa estrutura social.

Na sequência do relato, as escolhas lexicais continuam a colaborar com essa valoração. Entretanto, cabe olharmos primeiramente para a descrição da situação vivenciada pela sobrevivente. Ao ser denunciada, Lisbeth era uma adolescente de 16 anos e foi convocada a prestar esclarecimentos sem a presença dos pais, que, apesar de a acompanharem, não puderam entrar na sala em que ocorreu essa espécie de interrogatório. O profissional responsável pela intimação e pelo interrogatório feito a essa menina era um homem, chefe de polícia, que, ao invés de ajudá-la, diante da situação de vulnerabilidade de uma adolescente, refugiada e prestes a ser presa, optou por tirar vantagem da situação na qual ela se encontrava. O relato de Lisbeth, mais que apenas representar uma situação isolada vivenciada por ela, reflete uma cultura de dominação e exploração que perpassa a vida de inúmeras meninas e mulheres até hoje, independentemente da situação em que elas se encontrem.

A partir dessa representação da situação vivida, pela linguagem, a sobrevivente também se posiciona ideologicamente frente a ela. O uso de vocábulos como “cara” e “velho francês” para designar o chefe de polícia que a intimou mostram a valoração depreciativa que a sobrevivente faz desse homem que a propôs ajuda em troca de visitas íntimas. A entonação de indignação de Lisbeth também perpassa seu relato quando ela retoma a informação de que ela tinha 16 anos na época do ocorrido. É importante verificar o fato de que, por ser uma jovem cujo horizonte socioideológico era mais desenvolvido e ampliado por conta de suas interações sociais fora do lar, ela conseguiu se desviar com êxito dessa situação garantindo a “liberdade” de sua família bem como sua segurança. Muitas, no entanto, não conseguiriam.

Outra sobrevivente que relata uma situação parecida é Lili, que, ainda dentro do território dominado pelos nazistas, foi salva de um dos momentos de deportação.

**Lili Alejandra Georgescu Angel**

Depois começaram a levar todos os judeus para os campos de concentração e de extermínio [...]. Porém, “meu anjo protetor” começou a atuar, como sempre [...]. Já estava para embarcar num vagão, juntamente com meus familiares, quando um coronel veio ao meu encontro, perguntando se eu tinha pressa em viajar. Respondi que preferia ficar. Foi quando aconteceu um milagre: ele chamou um soldado e mandou que nos levassem de volta ao gueto. Obviamente, esse coronel queria algo

em troca e passei a ser vista por ele como mal-agra-decida, porque não voltei a procurá-lo (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 187).

Pela sequência enunciativa acima, vemos que Lili, à época com 20 anos, ao contrário de Lisbeth, era ainda determinada pelos discursos autoritários da religião e do patriarcado. A primeira escolha lexical que encaminha o discurso para essa valoração é a de que *seu anjo protetor* havia a ajudado, *como sempre*, na situação em que está prestes a ser relatada. Com esse uso, a sobrevivente já avalia aquele acontecimento pelas vozes da religiosidade. A entonação da construção discursiva do relato reforça essa valoração a todo momento.

O uso do advérbio “já” para iniciar o período que descreve a situação em foco representa o fato de que ela e seus familiares estavam na porta do vagão embarcando rumo a um campo de concentração, ou seja, representa que naquele momento nada mais poderia ser feito, eles seriam efetivamente deportados. Trazendo essa entonação de fato quase que consumado, o advérbio “já” reforça a ideia de interferência divina no momento em que o oficial chega e interrompe o embarque. Ainda nessa progressão de ações que leva a essa valoração, observamos a escolha pelo vocábulo “milagre” para caracterizar o momento em que o coronel ordena a sua retirada da fila. Tal momento é valorado, então, como algo que não pode ser explicado fora do discurso religioso.

No entanto, a partir de nosso olhar exotópico, sabemos que é possível e necessário tirar essa situação do âmbito da misticidade. A sobrevivente, por sua vez, também faz esse movimento. Com o uso do advérbio “obviamente”, ela valora como indiscutível o fato de que a intenção desse oficial não era a de efetivamente salvá-la, mas a de, por tê-lo feito, receber *algo em troca*. Eis, mais uma vez, a mulher sendo objetificada e explorada em uma situação de vulnerabilidade. Além disso, quando a sobrevivente diz que passou a ser vista como “mal-agra-decida” por não ter procurado novamente esse coronel, ela representa o modo pelo qual o patriarcado age sobre as mulheres, incul-tindo-lhes sempre o rótulo de ingrata, de culpada, de inferior, entre outros, como se atender de maneira submissa à investida de assédio fosse uma obrigação dela.

Além do assédio, sabe-se que a violência sexual também era uma constante no cronotopo bélico-nazista, principalmente contra as prisioneiras judias. Nas palavras de Saffioti (1987), a representação extrema do poder dos homens frente às mulheres é o estupro. A exploração sexual das mulheres é, nesse sentido, uma das formas, se não a principal, pela qual os homens buscam afirmar a sua pretensa superioridade frente à figura feminina.

A violência sexual está enraizada na sociedade patriarcal desde os primórdios do seu desenvolvimento, com o início do comércio intertribal de mulheres, e é, até hoje, normalizada, devido a alguns comportamentos sociais e à ideologia patriarcal que ainda relativizam e silenciam essa agressão contra o corpo e o psicológico feminino. A essa situação, atualmente, dá-se o nome de cultura do estupro.

Pela cultura do estupro, as questões de gênero colocam o homem na função de um caçador em busca de seu objeto desejado, não importando se este é ou não um sujeito desejante (SAFFIOTI, 1987). Nesse processo, conforme explica Saffioti (1987, p. 18), “contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha”. O estupro é, assim, o ápice do patriarcado em sua missão de objetificar e, conseqüentemente, desumanizar a mulher.

Essa exploração, apesar de ter raízes muito profundas, ainda é bastante comum nos dias atuais. No entanto, observamos que a sua perversidade é ainda mais acentuada em momentos em que as mulheres estão no auge de sua vulnerabilidade, como em momentos de guerra, em que os corpos femininos passam a ser valorados como territórios a serem invadidos. Sendo o estupro parte de uma cultura de dominação e exploração do corpo e do psicológico da mulher, podemos afirmar que o medo do abuso sexual era uma constante no dia a dia das prisioneiras dos guetos e dos campos de concentração. Nesses locais, a intenção dos nazistas era desumanizar ao máximo as suas vítimas, e o estupro, praticado majoritariamente contra mulheres, era, antes da morte nas câmaras de gás, uma das formas que melhor os auxiliavam a atingir tal objetivo.

Ao olharmos para os relatos de vida em análise nesta dissertação buscando a representação dessa questão dentro do cronotopo bélico-nazista, vemos que nenhuma das dezoito sobreviventes, seja em suas cidades ocupadas pelos nazistas, seja em suas rotas de fugas ou dentro dos guetos e dos campos de concentração, relatam situações de violência sexual sofridas por elas. A menção a essa forma de violência é feita em apenas dois relatos, quando as sobreviventes contam casos de estupro cometidos contra outras mulheres.

A sobrevivente Klara, em seu relato de vida, faz quatro menções dos estupros que aconteciam durante a invasão romeno-nazista a sua cidade. As duas primeiras menções são feitas de forma geral, sem determinar nenhum caso específico, mas dando a conhecer a regularidade de tal ato durante o avanço das tropas.

**Klara Kielmanowicz**

De acordo com testemunhos, uma unidade da cavalaria entrara na cidade, chefiada por um oficial armado com metralhadora. Eles atiraram em direção aos quintais das casas de judeus e, horas depois, 98 judeus haviam sido assassinados. Foi uma cena terrível, as ruas ficaram cheias de corpos. Os soldados romenos corriam de casa em casa, por ordem dos oficiais nazistas, saqueando e reunindo mulheres e meninas para estuprar (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 269).

**Klara Kielmanowicz**

Crueldade, agressão, ofensas e humilhações ocorreram com os judeus nos sete dias da ocupação romeno-nazista. Eles nos atacavam usando facões de açougueiro, machados, foices, barras e paus, competindo uns com os outros para ver quem seria capaz de matar o maior número de judeus. Durante três dias e três noites gritos de terror ecoaram pela cidade de Yedinitz. [...] Os assassinatos, os roubos, os estupros e as prisões aumentavam dia a dia (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 270).

Nas duas sequências enunciativas acima, apesar de não especificar nenhum caso de violência sexual, a sobrevivente representa, conforme já citado, como tais situações eram recorrentes no cronotopo bélico-nazista durante a ocupação de novos territórios. Destacamos, inicialmente, o trecho final do primeiro enunciado: *Os soldados romenos corriam de casa em casa, por ordem dos oficiais nazistas, saqueando e reunindo mulheres e meninas para estuprar.*

Olhando para o aspecto linguístico, vemos que o sujeito gramatical das orações que compõem o enunciado acima é representado pelo sintagma nominal “os soldados romenos”. Eram eles que corriam de casa em casa, saqueavam-nas e reuniam as mulheres e meninas para estuprar. Atentemo-nos, no entanto, ao acréscimo da informação *por ordem dos oficiais nazistas*.

Sabemos que a dominação das mulheres de povos conquistados, conforme discute Saffioti (1987) e Lerner (2019), é uma prática antiga, que data dos conflitos intertribais que aconteciam no início do desenvolvimento da agricultura. Entretanto, de acordo com Saffioti (1987, p. 60), ainda hoje, “quando um país é ocupado militarmente por tropas de outra nação, os soldados servem-se sexualmente de mulheres do povo que combatem”, como uma forma de demonstrar a sua superioridade e o seu poder frente a ele.

No caso dos nazistas, no entanto, quando se tratava de mulheres judias, tal exploração e dominação não acontecia de maneira aberta. Isso porque, de acordo com as Leis de Nuremberg, promulgadas por Hitler em 1935, as relações sexuais entre judeus e alemães eram consideradas crimes contra a honra alemã, pois seriam relações poluidoras da raça ariana. Saidel (2009) explica que, embora tais leis aparentemente “protegessem” as mulheres judias de crimes sexuais cometidos pelos nazistas, elas nem sempre eram respeitadas, uma vez que é sabido que tais violências aconteciam com frequência, mas o silêncio ou a invalidação da palavra das mulheres judias não denunciavam, muito menos comprovavam, qualquer ato ilícito dos alemães.



Colocando a sequência enunciativa em tela em diálogo com tal informação, observamos o fato de que, não podendo, legalmente, violentar as mulheres judias, os soldados alemães mandavam que os outros, nesse caso os romenos, o fizessem, garantindo que a humilhação por meio da violência sexual fosse infligida de qualquer forma contra a comunidade judaica. Tal violência, conforme destaca a sobrevivente na segunda sequência enunciativa, aumentava a cada dia, espalhando terror entre as famílias judias da cidade de Yedinitz. Antes, no entanto, de apresentar essa informação, a entonação do relato já o encaminha para a representação do horror da violência nazista.

Na segunda sequência enunciativa, vemos que a sobrevivente a inicia com sintagmas nominais de forte carga semântica que, justapostos, estabelecem uma gradação de avaliações frente a violência que foi empreendida contra os judeus durante a ocupação romeno-nazista: *Crueldade, agressão, ofensas e humilhações*. A entonação da continuidade do relato, ao evidenciar as armas utilizadas pelos soldados para atacar os judeus, reforça essa estrutura e essa força axiológica que representa a humilhação e a objetificação dos judeus pelos nazistas, que *competiam para ver quem matava mais judeus*. A atmosfera aterrorizante que tomava conta da cidade é representada pela forte carga semântica das escolhas lexicais da sobrevivente: *gritos de terror ecoaram pela cidade de Yedinitz*.

Já na sequência enunciativa destacada abaixo, Klara menciona um caso específico de estupro cometido na ocasião da invasão de sua cidade pelas tropas romenas e nazistas.

**Klara Kielmanowicz**

Os nazistas e os romenos destruíram a cidade de Yedinitz. Quatro forcas ficaram por longo tempo balançando na casa de um de seus moradores: eram os corpos de uma jovem mãe com suas meninas, esposa e filhas de David Mutzelmaier. Elas foram torturadas e violadas a noite inteira, na frente do pai. A família era uma das mais queridas de Yedinitz; suas crianças haviam recebido uma verdadeira educação judaica, todos falavam o hebraico e estavam se preparando para fazer *aliá*; iriam viver em Eretz Israel. A mais nova, Blimeleh (*z'l*), de 10 anos, era minha amiga. Seu pai, David, enforcou as filhas e a mulher e, em seguida, atirou-se em um poço (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 6, p. 271).

No recorte acima, a sobrevivente relata um caso no qual um pai matou a esposa e as filhas e, em seguida, se matou, após ter presenciado atos de violência sexual cometidos contra elas pelos soldados que invadiam sua cidade. Ao optar por iniciar o relato com o adiantamento da informação de que *quatro forcas ficaram por longo tempo balançando na casa de um de seus moradores*, a sobrevivente já demonstra o tom trágico que permeará o seu discurso.

A partir disso, a sua valoração frente aos fatos é feita pelas escolhas lexicais. *Eram os corpos de uma jovem mãe com suas meninas*. O uso do adjetivo “jovem” anteposto ao

substantivo “mãe”, bem como a escolha do sintagma nominal “suas meninas” para se referir às filhas da mulher, demonstram o uso subjetivo da linguagem, próprio do gênero relato de vida. Com esses usos, a sobrevivente confere um tom emotivo-volitivo mais familiar e fraternal ao seu discurso, indicando a relação de pessoalidade que tinha com as vítimas do fato relatado. *A mais nova, Blimeleh (z’l), de 10 anos, era minha amiga.*

Na sequência do relato, ao apresentar a violência sofrida por essa família, a sobrevivente diz: *Elas foram torturadas e violadas a noite inteira, na frente do pai.* Linguisticamente, Klara faz uso de duas locuções adverbiais que acrescentam informações circunstanciais de tempo e de lugar à oração: *a noite inteira, na frente do pai.* No entanto, no âmbito do discurso, pela ótica do patriarcado, essas circunstâncias de tempo e de lugar são valoradas pela sobrevivente como circunstâncias de intensidade, que exacerbam a gravidade dos atos cometidos contra a mulher e contra as meninas. Assim, a sobrevivente frisa que, além de terem sido *torturadas e violadas*, isso durou *a noite inteira* e aconteceu *na frente do pai.* Com esse uso, Klara, através da metáfora entonacional (VOLÓCHINOV, 2019), busca no ouvinte, seu cúmplice, a concordância frente à gravidade daquilo que relata.

Ademais, além de refratar a avaliação do sujeito frente aquilo que diz, o relato da sobrevivente também reflete o modo pelo qual a sociedade patriarcal funciona. Dentro do patriarcado, a violação sexual da esposa e das filhas é também humilhante para o homem que detém o poder patriarcal sobre elas. O homem, como chefe da família, quando não consegue garantir a segurança física e sexual das mulheres que estão sob sua proteção, sente-se mutilado em sua masculinidade e não suporta a humilhação advinda de sua suposta falha no papel de protetor, mesmo que ele não tivesse meios para impedir que tal violência ocorresse. É isso o que o relato da sobrevivente representa ao discursivizar a atitude do pai frente ao ocorrido.

Assim, determinada também pela ideologia do patriarcado, a entonação do discurso da sobrevivente o constrói de forma a aliviar discursivamente a “culpa” do pai, retomando os méritos dele enquanto chefe da família: *A família era uma das mais queridas de Yedinitz; suas crianças haviam recebido uma verdadeira educação judaica, todos falavam o hebraico e estavam se preparando para fazer aliá; iriam viver em Eretz Israel.* No entanto, na consciência discursiva desse pai, que também é determinado sócio-historicamente pelo sistema patriarcal, a culpa por não ter conseguido garantir a segurança e a honra de sua família faz com que ele prefira a morte dele e das mulheres da casa, sobre as quais tinham poder e autoridade.

Nesse caso, vemos que os homens também sofrem (em uma intensidade incontestavelmente diferente, é claro) com os efeitos do patriarcado. Ao fazer essa afirmação, em hipótese alguma queremos livrá-los das responsabilidades dos inúmeros tipos de violências

que eles continuam a empreender cotidianamente contra nós, mulheres. Ao contrário, queremos mostrar que esse sistema cultural é a tal ponto inválido, que lesiona também aqueles que, em teoria, beneficiam. Sobre isso, Saffioti (2015, p. 37) afirma que “há um sem-número de fatores prejudiciais aos homens” nesse sistema de dominação-exploração e isso também precisa ser considerado em um estudo que questiona tal sistema.

Por fim, o segundo e último relato que aborda a questão da violência sexual é o da sobrevivente Alice. A sobrevivente relata uma situação presenciada por ela no dia da libertação do gueto de Budapeste, onde estava presa com sua mãe e outras mulheres.

#### **Alice Farkas**

Os russos entraram no gueto de Budapeste no dia 21 de janeiro de 1945, dia do aniversário de minha mãe. [...] Nós estávamos lá embaixo no porão, porque o bombardeio estava “bravo”. [...] Lá havia um tipo de sofá onde estavam sentadas a minha mãe e a vizinha. Eu estava atrás, deitada com um travesseiro e um cobertor, porque era de madrugada quando eles chegaram... Como eu escutei muito barulho, eu fiquei quieta. Lembro-me de que ainda puxei o cobertor sobre a cabeça e fiquei imóvel. Para não chamar atenção dos russos. Ninguém olhou pra trás, nem a minha mãe, nem ninguém, porque todo mundo sabia que eu estava lá.

Quando os russos entraram, eles nos deram água, chocolates e bolachas. Depois estupraram as meninas. Por um milagre eu escapei, pois estava deitada atrás daquele sofá. Eu escapei... com a minha idade escapei. Por um milagre que os russos não me pegaram, pois as minhas amigas, as meninas, foram pegadas. Eles as levaram num cantinho, fizeram tudo o que tinham que fazer e as soltaram. Não fizeram outra coisa...! Depois nos fizeram um pouco de carinho e ninguém poderia falar nada. As mães tiveram que botar “fechadura” na boca, tampar os olhos e os ouvidos para não ver, não escutar nada. Depois de uma hora ou uma hora e meia, as meninas conseguiram escapar (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 139).

A sequência enunciativa acima apresenta uma situação de violência sexual cometida contra as prisioneiras de um gueto pelos soldados russos que vinham na intenção de “libertá-las” dos nazistas. O enunciado de Alice representa bem como a violência contra as mulheres é cruelmente intensificada quando ela se encontra no auge de sua vulnerabilidade.

A sobrevivente, balizada pelo gênero discursivo relato, sequencia temporalmente as ações dos russos aos chegarem ao gueto: *Quando os russos entraram, eles nos deram água, chocolates e bolachas. Depois estupraram as meninas. [...] Depois nos fizeram um pouco de carinho e ninguém poderia falar nada.* Interessa observar nessa sequência de ações os contrapontos cruéis que a constroem. É como se os russos tivessem ajudado essas prisioneiras e depois tivessem “cobrado” algo em troca como forma de “agradecimento”, tal como fez o oficial que “livrou” Lisbeth da prisão e o que “salvou” Lili da deportação. Nesse caso, conforme sinaliza a sobrevivente, primeiro eles deram comida, depois violentaram as meninas; primeiro deram carinho, depois cobraram silêncio.

O que torna tal situação ainda mais cruel é o fato de que, quando os soldados dos exércitos dos países em guerra contra a Alemanha chegavam aos guetos e aos campos de concentração, eles encontravam os prisioneiros desnutridos, doentes, machucados e à beira da morte. Tais condições físicas se refletiam incontestavelmente em suas condições psicológicas. No entanto, nem as assustadoras condições sub-humanas com as quais os soldados se deparavam ao chegar para “libertar” os prisioneiros eram capazes de evitar que os homens exercessem sobre mulheres no auge da desumanização o seu poder ainda mais desumanizador. As mulheres e meninas, coagidas pela fome, pelas situações degradantes em que se encontravam e pelo medo, não apresentam resistência e suportam mais essa humilhação em silêncio. O destaque dado pela sobrevivente para o fato de que as mães tiveram que colocar uma fechadura na boca é bastante significativo. Elas colocaram uma fechadura na boca para não gritar a dor das filhas, dor que doía especialmente nelas. As mães taparam os olhos e os ouvidos para não serem testemunhas da humilhação das filhas, que também as humilhava. É assim que a cultura do estupro trabalha: com a humilhação e com a desumanização das mulheres, que para o patriarcado é objeto pertencente ao homem, independentemente de sua condição física e psicológica.

Ainda em observância a essa sequência enunciativa, destacamos o tom emotivo-volitivo de alívio que perpassa o relato no momento em que a sobrevivente discursiviza que escapou dessa violência empreendida pelos soldados russos. *Por um milagre eu escapei, pois estava deitada atrás daquele sofá. Eu escapei... com a minha idade escapei.* A entonação dada ao relato pela repetição do verbo escapar, conjugado na primeira pessoa, traz um tom de incredulidade frente ao que é discursivizado, é como se até atualmente a sobrevivente ainda não acreditasse que conseguiu escapar daquele perigo iminente. *Por um milagre eu escapei.* Novamente, a valoração do fato de ter escapado de mais essa violência é feita pela ótica do discurso religioso.

Para além desses dois casos, nenhum dos outros relatos menciona, mesmo que minimamente, atos de violência sexual, que, repetimos, eram frequentes naquele cronotopo. Há, portanto, o silenciamento desse fato em quase 89% dos relatos, dado que não tem relação de proporção com a frequência em que essas situações aconteciam durante a guerra, principalmente com as prisioneiras.

O silêncio das mulheres sobreviventes em relação a situações de violência sexual, tomado metaforicamente enquanto enunciado, dialoga com o silêncio de inúmeras outras mulheres que também passaram ou ainda passam por essa situação. Muitas mulheres vítimas de violência não a denunciam por medo de sofrer represálias por parte do agressor, pela

vergonha que sentem em relação ao ocorrido e por medo de um possível julgamento da sociedade.

Esses sentimentos de medo e vergonha que são discursivizados pelo silêncio, dialogam com os discursos do patriarcado que determinaram a castidade e a pureza, por muito tempo, como sendo atributos essenciais de uma mulher de “boa índole”. Durante milênios, conforme já discutido, era desses fatores que a honra de uma mulher dependia. Diante disso, a violência sexual foi por muito tempo ignorada e relativizada, fato que silencia as mulheres até o momento atual.

Ademais, ainda vigora na sociedade atual a prática de culpabilizar a vítima, aliviando a culpa do agressor. Tal situação foi ainda mais reforçada no cronotopo neautoritário brasileiro no qual nos inserimos atualmente, que validou, através de falas proferidas pela maior autoridade do país entre 2018 e 2022, discursos machistas e intolerantes. Em casos de abuso sexual que se tornam públicos no país, não é raro encontrar comentários que questionem coisas como a roupa e o comportamento social da vítima e o local e a hora do ocorrido, buscando incutir nela a culpa do que lhe aconteceu. *Afinal, o que uma moça direita estaria fazendo a essa hora na rua com uma roupa dessas?* Em contrapartida, pouco se questiona sobre aquele que cometeu a violência. Este é, portanto, um dos principais motivos que levam ao silêncio e à não-representação da violência sexual no discurso de inúmeras mulheres pelo mundo: o medo de ser duplamente humilhada (por seu agressor e pela sociedade).

Para finalizar esse movimento analítico, cabe destacar mais um (cruel) fato. Mesmo que a ótica patriarcal busque incutir nas mulheres a culpa pela violência sofrida, o ambiente mais propício para a violência sexual é, hipocritamente, o ambiente doméstico. Dentro do lar, onde o patriarcado defende que está a segurança e a honra das mulheres, é onde está também o maior carrasco de uma grande parte delas. A saída do lar é, em casos como esses, libertária.

#### **4.4 A representação (do) sensível (e) da liberdade**

Quando se fala em representação da história das guerras ou de períodos violentos, como vimos, a maioria dos discursos existentes e estudados foram produzidos por vozes masculinas. Nesse sentido, pensa-se, logo, nos grandes feitos heroicos e na “coragem masculina” que são, por vezes, representados. Ao optarmos por analisar relatos femininos, porém, sabíamos que, de fato, encontraríamos um outro olhar para as questões bélicas, um olhar diferente do que estávamos acostumados a nos deparar ao estudar a História, a linguagem e o discurso pelas lentes masculinas. Essa diferença de narrativas, no entanto, encontra justificativa na construção

social de gênero que tanto determina o desenvolvimento da consciência discursiva dos sujeitos sociais, sejam eles homens ou mulheres.

Saffioti (2015) discute o fato de que a sociedade impõe ao homem o desenvolvimento de condutas agressivas, perigosas e corajosas, enquanto as mulheres são estimuladas a desenvolver comportamentos dóceis e apaziguadores. Para empreender tal discussão, a socióloga retoma os conceitos de *animus* e *anima*, desenvolvidos pelo psiquiatra Carl Jung e que representam, respectivamente, os aspectos psicológicos do homem e da mulher. Nas palavras da autora,

O desequilíbrio reside justamente num animus atrofiado nas mulheres e numa anima igualmente pouco desenvolvida nos homens. Sendo o núcleo central de animus o poder, tem-se, no terreno político, homens aptos ao seu desempenho, e mulheres não treinadas para exercê-lo. Ou seja, o patriarcado, quando se trata da coletividade, apoia-se nesse desequilíbrio resultante de um desenvolvimento desigual de animus e de anima e, simultaneamente, o produz (SAFFIOTI, 2015, p. 39).

Tal situação, para a autora, é incontestavelmente mais desvantajosa para a mulher. No entanto, o homem, para Saffioti (2015), também é bastante prejudicado com essa determinação social, uma vez que sobre ele são impostas diversas pressões, ao mesmo tempo em que ele é tolhido de expressar seus sentimentos e sua sensibilidade. Afinal, “homem não chora”. Tal convenção social se reflete na história quando construída pela perspectiva do homem, seja no papel de vencedor seja no papel de perdedor.

Diante disso, nesta última e breve seção, buscamos olhar para a sensibilidade que, na discursivização da liberdade, emana das vozes das mulheres sobreviventes que, enquanto mulheres sócio-historicamente determinadas, têm ao menos essa vantagem frente ao homem: a de poder e conseguir expressar a sua sensibilidade, tão necessária em tempos de guerra e violência. Portanto, para finalizar nosso capítulo analítico, buscamos olhar, brevemente, para a discursivização (do) sensível (e) da liberdade, tão cara a essas mulheres.

Para analisar como a liberdade foi discursivizada pelas mulheres sobreviventes, recorreremos aos trechos finais dos relatos nos quais, pela construção composicional do gênero relato de vida, elas fazem uma reflexão sobre os acontecimentos que foram relatados. Nesse momento de seus enunciados, algumas falam nominalmente da liberdade, outras o fazem no âmbito discursivo, como a sobrevivente Eva Gaj.

**Eva Wendriner Gaj**

A mensagem que deixo para as futuras gerações é que uma das coisas mais importantes é ser tolerante com todos os tipos de pessoa. Meus pais me ensinaram isso ao não me obrigarem a adotar o judaísmo, deixando que eu escolhesse em Tupiza se

queria ser ou não batizada pelas freiras católicas. Não fui batizada e escolhi seguir a vida judaica (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 58).

Na sequência enunciativa acima, Eva não discursiviza nominalmente a liberdade, mas fala de tolerância, que, enquanto signo ideológico, assume valorações específicas para ela a partir de sua posição sociodiscursiva e das vozes sociais que a constituem (VOLÓCHINOV, 2019). Ser tolerante é respeitar os ideais, as opiniões, as crenças do outro. É, portanto, respeitar a liberdade do outro de ser e de pensar diferente. Ser tolerante é, mais ainda, tudo aquilo que os nazistas e uma parte dos alemães não foram com os judeus.

Assim, ao optar pelo signo “tolerância” para representar a sua mensagem às gerações futuras, é como se a sobrevivente fizesse uma avaliação de todo o seu relato e, por esse balanço, destacasse aquilo que ela gostaria de ter recebido para que sua infância e sua juventude não tivessem sido interrompidas. Com sua mensagem, a sobrevivente valora a tolerância, em relação direta à liberdade, como *uma das coisas mais importantes* a serem postas em prática pelas novas gerações, para que histórias como a da *Shoah* não tenham mais lugar na atualidade.

Além disso, destaca-se que, ao falar de tolerância e da sua importância, a sobrevivente traz um exemplo simples para ilustrar a sua proposição, mas que é bastante significativo e sensível. O fato de os pais não a terem obrigado, já longe do regime nazista, a seguir a religião judaica é, para ela, um exemplo de tolerância e, conseqüentemente, de respeito à sua liberdade.

Ao olhar para esse relato, é preciso lembrar que o direito de escolha da religião foi suprimido aos judeus durante o governo nazista, pois, para Hitler, o judaísmo era uma raça e, como raça, não poderia ser anulado. Assim, de acordo com o nazismo, mesmo que se convertesse a outra religião ou deixasse de seguir a religião judaica, um judeu sempre seria um judeu. Ele não tinha liberdade de escolha frente a sua “natureza”.

Nesse sentido, a atitude dos pais de Eva, se colocada em posição dialógica ao discurso nazista, pode ser tomada como uma atitude responsiva de resistência aos ideais racistas e antissemitas desse governo (BAKHTIN, 2015; 2016). Assim, para a mulher sobrevivente, ter a opção de determinar a religião que gostaria de seguir assume um tom emotivo-volitivo de liberdade. As escolhas lexicais feitas pela sobrevivente constroem essa valoração. O uso do verbo “escolher”, conjugado na primeira pessoa, considerando o contexto sócio-histórico desse relato, tem uma carga axiológica muito forte. *Escolhi seguir a vida judaica*, diz a sobrevivente. A decisão foi dela, mulher, judia, perseguida pelo nazismo e sobrevivente do Holocausto. O poder de escolha, para Eva, é valorado como o sinônimo da liberdade, que só pode ser garantida pela tolerância, *uma das coisas mais importantes*.

Com uma construção sintática parecida, Nanette, por sua vez, valora a liberdade como *um dos bens mais preciosos do ser humano*:

**Nanette Blitz König**

A partir do que vivi, constatei que um dos bens mais preciosos do ser humano é a liberdade: liberdade de ir e vir, liberdade de proferir suas crenças, a liberdade de viver como você é (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 1, p. 126).

A sequência enunciativa acima é iniciada pela oração *A partir do que vivi* que, na organização estrutural do gênero relato de vida, já indica que o enunciado está se encaminhando para a sua finalização. Com o uso da locução prepositiva “a partir de”, que denota o momento em que algo começou a ser feito, a sobrevivente evidencia que é a partir de tudo o que relatou, a partir de todas as suas vivências, a partir de seu horizonte axiológico de mulher-judia-sobrevivente e de suas experiências sociodiscursivas as quais a singularizam, que ela chega à sua valoração de liberdade. Se as vivências fossem outras, a valoração de liberdade também o seria. Assim, nesse momento de seu relato, ela poderia falar sobre os males da humanidade, sobre o ódio do ser humano ao diferente, mas ela opta por falar da liberdade.

Nanette descreve sensivelmente a liberdade como *um dos bens mais preciosos do ser humano*. A entonação que propicia a valoração desse signo ideológico é construída pelas escolhas lexicais da sobrevivente (VOLÓCHINOV, 2019). O uso do adjetivo “preciosos” caracterizando o substantivo “bens” coloca a liberdade em uma posição de máxima importância para a vida humana, colocando-a também num patamar de grande valia, de valor imensurável. Enquanto para outras mulheres, com outras formações socioideológicas, o bem mais valioso do ser humano poderia ser a carreira, a saúde, os filhos, a família, a fé, para essa mulher que teve a sua liberdade tolhida, a partir de todas as suas vivências, não há nada acima da liberdade, não há nada que possa comprá-la.

Assim, o vocábulo liberdade pode assumir inúmeras significações, mas quando tomado enquanto signo ideológico assume as valorações do sujeito que o emprega. Observamos na sequência enunciativa em tela que a sobrevivente valora a liberdade a partir das suas experiências sociodiscursivas, colocando a sua definição em posição dialógica às restrições que lhe foram impostas pelo governo nazista: a restrição de ir e vir, a restrição de proferir suas crenças e a restrição viver como ela era. Tudo o que lhe fora proibido é valorado, pela sobrevivente, como sinônimo do *bem mais precioso do ser humano*: a *liberdade de ir e vir*, a *liberdade de proferir suas crenças*, a *liberdade de viver como você é*.

Por fim, para finalizar esse último movimento de análise, optamos por destacar duas sequências enunciativas retiradas do relato de Lisbeth que, mais que valorar a liberdade vivida



longe do ódio nazista, valora também a saída libertária de outro lugar de enclausuramento da mulher: o lar da família patriarcal.

**Lisbeth Forell**

Minha liberdade é sagrada. Prefiro passar fome a ficar com alguém que me engane. Estou sozinha (sem um companheiro ao meu lado) há bastante tempo. Sozinha nunca estou: dou aulas, tenho os filhos, os netos, muitas amizades. Sou muito curiosa. Acho que isso é coisa de pintor! (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 204).

**Lisbeth Forell**

Hoje me sinto acolhida carinhosamente pela natureza. Para escapar, vou ao meu sítio Shalom. Lá, eu posso, sem mágoa e revolta, mergulhar nas reminiscências e cuidar de minhas lembranças... tanto das más quanto das boas (CARNEIRO; MIZRAHI, 2017-2020, v. 4, p. 208-209).

Conforme sinaliza Volóchinov (2019), as avaliações do sujeito-autor determinam, antes de mais nada, a própria escolha da palavra. Assim, a escolha da sobrevivente pelo adjetivo “sagrada” para caracterizar sua liberdade é bastante significativa. Aqui, mais que usar a linguagem da religião, vemos que a sobrevivente busca valorar a sua liberdade como um direito inviolável, intocável, inegociável.

Ademais, para essa sobrevivente, o signo ideológico liberdade assume outras valorações. Observamos, na sequência do relato, que ela não fala somente da liberdade enquanto o seu direito de indivíduo livre, mas também como a sua independência enquanto mulher. Lisbeth deixa claro que está há bastante tempo sem um companheiro e que isso não a torna uma pessoa solitária. *Sozinha nunca estou: dou aulas, tenho os filhos, os netos, muitas amizades*. Lisbeth sabe que não precisa de um companheiro para ser feliz e valora isso quando afirma que prefere passar fome a estar com alguém que a engane. Isto é liberdade para essa mulher: ser independente, autossuficiente. Vemos, portanto, que ela, como resultado de suas experiências sociais, de sua classe social, de sua profissão, entre outros fatores, se coloca em posição de resistência à ideologia do patriarcado e, determinada por outras vozes sociais, valora o relacionamento patriarcal como algo que poderia atrapalhar a sua liberdade, que lhe é *sagrada*. Assim, mais que a voz da religião, a sobrevivente valora liberdade por vozes de resistência, recuperando, conscientemente ou não, vozes da luta feminista, para a qual a liberdade das mulheres também é sagrada.

Para finalizar seu relato, Lisbeth, na segunda sequência enunciativa em tela, traz a narrativa para o seu tempo atual e, nesse momento, faz uma representação (do) sensível (e) da liberdade, que não é representada linguisticamente, mas que permeia o relato por um tom emotivo-volitivo de paz e tranquilidade.

O uso do adjetivo “acolhida” modificado pelo advérbio “carinhosamente” valoriza de forma sensível a sua relação com a natureza. É a natureza que a protege, a acolhe, a abriga, sozinha e em silêncio. A natureza pode, portanto, ser avaliada como espaço em que sua liberdade é exercida da maneira mais completa e natural, e essa relação é valorada de maneira bastante afetuosa pela sobrevivente. A liberdade, mesmo que não representada linguisticamente, é representada no âmbito do discurso. É a natureza que, ao acolhê-la carinhosamente, permite que ela seja livre para lidar com os seus sentimentos da melhor maneira possível. Livre do ódio e do poder patriarcal, é a natureza quem a acolhe.

Com esta breve seção, finalizamos a análise discursiva que nos propomos a empreender nesta dissertação. Com esse percurso que, metaforicamente, saiu do lar e chegou à liberdade das mulheres sobreviventes, mais que as ouvir, buscamos dialogar com elas, questioná-las, interpretá-las, na ânsia de colaborar para a construção da História pregressa da mulher, da nossa História, que por muito tempo foi silenciada, e, principalmente, colaborar para a construção de nossa História futura, que precisa ser diferente, igualitária e, cada vez mais, libertária.

## CONCLUSÃO: À ESPERA DE POSSÍVEIS RESPOSTAS

No início do desenvolvimento desta pesquisa, no começo de 2020, era incerta ainda a teoria que a embasaria, bem como o recorte e a abordagem que seriam feitos do material. Aliás, as duas únicas coisas definidas como certas eram o material de análise, a saber, a coleção Vozes do Holocausto, e a necessidade de colocar o genocídio cometido contra o povo judeu, bem como o governo totalitário que o executou, em debate, principalmente após os acontecimentos políticos que haviam, nos anos anteriores, se desenrolado em nosso país. De lá para cá, muitas coisas aconteceram, é claro, mas destaca-se o advento de uma pandemia mundial, que foi irresponsavelmente minimizada por líderes de grandes potências, como o Brasil, gerando uma política desenfreada de morte associada cruelmente à desinformação e a discursos antidemocráticos vindos de políticos eleitos democraticamente. Diante desse cenário, hoje, quase três anos após o início de nossa empreitada na pós-graduação, colocar em discussão regimes como o de Hitler é, assustadoramente, ainda mais urgente. Portanto, esta investigação, ao colocar em debate as consequências de discursos e de regimes autoritários, pela voz daqueles que as sofreram, promove e visibiliza algumas discussões e reflexões necessárias acerca desse tema.

Ademais, destaca-se que, no começo deste percurso investigativo, o recorte a ser feito sobre relatos de mulheres ainda não estava definido. Isso, no entanto, se mostrou necessário no embate dialógico que eu, enquanto pesquisadora-mulher no Brasil, e meu orientador promovemos com o *corpus* e com discursos outros já veiculados sobre o tema, discursos esses que apontavam para lacunas na História das vivências das mulheres no Holocausto e, mais especificamente, das vivências das mulheres contadas e compartilhadas pelas próprias mulheres, e não por terceiros. Com isso, esta dissertação, além de proporcionar um estudo científico sobre o modo pelo qual as mulheres sobreviventes discursivizam e valoram a *Shoah*, pode colaborar na construção da própria História das mulheres, contada pelas próprias mulheres, organizada e publicada por um projeto de historiadoras-mulheres e interpretada e analisada também por uma pesquisadora-mulher.

Para além dessas possíveis contribuições, nosso principal objetivo era analisar as ideologias que constituem os enunciados dessas mulheres judias sobreviventes, olhando especificamente para o modo como as vivências das mulheres em um cronotopo de guerra e violência eram discursivizadas e (re)valoradas pelas sobreviventes, que tiveram suas infâncias e/ou juventudes interrompidas pelo ódio institucionalizado. Acreditamos que logramos êxito nesse propósito, uma vez que, através da análise discursiva dialógica que realizamos, pudemos

verificar quais os tons emotivo-volitivos que constituíam os enunciados das mulheres judias sobreviventes a depender do tema que era tomado como objeto de discurso, bem como das vozes sociais que as integram enquanto sujeitos dialógicos. Ademais, foi possível analisar também a forma como o fato de as relatantes serem mulheres figurou nesses relatos de vida, principalmente através do movimento – metafórico e literal – de saída do lar realizado forçosamente pelo advento do cronotopo bélico-nazista, o que aponta para uma reconfiguração dos papéis sociais das mulheres a partir desse tempo-espaço.

Para que tais resultados fossem possíveis, no entanto, foi necessário percorrer um longo caminho, desde os diálogos metodológicos e teóricos até os diálogos analíticos. Nesse percurso sustentado teoricamente pelos postulados do círculo de Bakhtin e teórica-metodologicamente pela Análise Dialógica do Discurso, foram os objetivos específicos que nos guiaram, uma vez que a metodologia que adotamos nos livrou, de antemão, dos corrimãos que nos levariam ao já-conhecido.

Nosso primeiro objetivo específico era o de apresentar as mulheres sobreviventes enquanto sujeitos sócio-historicamente situados e constituídos por diversas vozes sociais interiorizadas. Com isso, pudemos verificar que essas mulheres, enquanto sujeitos dialógicos, têm sua consciência discursiva formada por inúmeras vozes sociais, dentre as quais figuram as vozes da religião e as vozes do patriarcado. No entanto, apesar de sujeitos sociais, essas mulheres são também seres singulares, e as vivências distintas que cada uma teve no decorrer de sua formação sociodiscursiva resultaram em diferentes assimilações de tais vozes e, conseqüentemente, em diferentes discursivizações e valorações de um mesmo objeto de discurso. Assim, em alguns momentos, esporádicos, mas existentes, vozes socioideológicas de resistência ao sistema patriarcal também foram identificadas.

Para chegar a esse resultado, delineamos em nosso primeiro movimento analítico um percurso histórico sobre o advento do sistema patriarcal e as suas reverberações e modificações no pequeno e no grande tempo. Com isso, buscamos identificar como esse sistema cultural constituiu, no decorrer de milênios, a consciência sociodiscursiva de inúmeras mulheres pelo mundo, subjugando-as ao papel de dona de casa, de esposa e de mãe. Buscamos analisar como o patriarcado foi se reconfigurando através da luta feminista, observando como ele ainda é refletido na sociedade atual. Tendo compreendido esse sistema de dominação-exploração, em nosso terceiro movimento de análise discursiva, conseguimos identificar, em um embate dialógico de vozes, como ele ainda determina inegavelmente a consciência sociodiscursiva das mulheres judias sobreviventes frente àquilo que discursivizam de suas próprias vivências.

Com isso, concluímos que as sobreviventes são constituídas pelas vozes com as quais tiveram contato no decorrer de suas interações sociais. Sendo mulheres que nasceram na década de 1930 no continente europeu e que faziam parte, em sua maioria, de famílias religiosas e patriarcais, os discursos autoritários da religião e do patriarcado ainda as constituem, mas têm espaços e valorações diferentes em seu heterodiscurso. No entanto, sabemos que, em sua contemporaneidade inacabada, os sujeitos dialógicos se desenvolvem continuamente e, a depender de suas vivências e das novas vozes e valores sociais com as quais eles têm contato, vão ampliando o seu repertório heterodiscursivo. Assim, concluímos também que as mulheres judias sobreviventes, já situadas fora daquele cronotopo inicial, são constituídas, mesmo que não conscientemente, por esses novos discursos da luta feminista com os quais tiveram contato desde então.

Já o nosso segundo objetivo específico era o de compreender as especificidades do gênero discursivo relato de vida ao ser mobilizado dentro da esfera acadêmico-historiográfica de produção discursiva e como elas se refletiam em nosso *corpus* de análise. Sendo o relato um gênero discurso que ganha um *status* de verdade, pudemos identificar que a escolha por esse modo social de dizer, mesmo que não consciente, não foi aleatória e trabalhou eficazmente no propósito discursivo do projeto Arqshoah de registrar essa história por muitos questionada, relativizada e/ou negada. Assim, os três elementos constitutivos do gênero, adaptados à situação de uso, foram substanciais nessa construção de uma memória escrita do Holocausto. Para chegar a essas constatações, delineamos, em um segundo movimento analítico, uma investigação das características do gênero discursivo relato de vida, colocando-as em diálogo com a materialidade de nosso *corpus*.

Nesse momento, nosso primeiro ponto de análise foi o conteúdo temático. Constatamos que o domínio de sentido típico que constitui os relatos de vida que compuseram nosso *corpus*, mais que ser uma vivência específica de um determinado momento da vida das relatantes, perpassava toda a vida das mulheres sobreviventes. Apesar disso, os relatos tinham como eixo central as ações vivenciadas no cronotopo bélico-nazista, fato que ressignifica o vivido que é tomado como o domínio de sentido que perpassa os enunciados balizados pelo gênero relato. Diante dessas considerações, levando em conta os sujeitos desses enunciados e o campo da comunicação discursiva em que o gênero discursivo foi mobilizado, chegamos à definição do conteúdo temático dos relatos de vida das mulheres judias sobreviventes da *Shoah* como sendo o (sobre)vivido, entendendo-o como vivências constituídas pela violência e pelo ódio do cronotopo bélico-nazista.

Já em relação à construção composicional do gênero, a organização cronológica e sequencial relativamente estável do relato também se mostrou produtiva para o propósito discursivo do projeto *Arqshoah*. A partir desse elemento do gênero, os enunciados foram organizados na forma de um *enredo contado com começo, meio e fim*. Com essa disposição, a discursivização foi iniciada pelas vivências das mulheres judias antes do advento do nazismo ao poder, passando por esse marco histórico como uma ruptura em suas vidas, descrevendo as vivências nesse cronotopo de guerra e violência e chegando ao momento de liberdade e posterior reconstrução de suas vidas. Com essa organização, pudemos visualizar as vivências das mulheres judias sobreviventes como se estivessem dispostas em uma linha do tempo dividida em antes, durante e depois da ascensão nazista, o que evidencia a forma pela qual as vivências das judias foram completamente transformadas pelo governo autoritário de Adolf Hitler, permitindo ao leitor uma reflexão crítica sobre as consequências de regimes como esse.

Já em relação ao estilo do gênero relato, observamos que as marcas linguísticas desse modo social de dizer foram recorrentes nos relatos das sobreviventes, nos quais figuraram desde os marcadores temporais, passando pelas representações dos discursos outros, até os tempos verbais e as suas alternâncias, entre outras escolhas linguísticas próprias do gênero discursivo em tela. Destacamos que, por ser um gênero aberto às manifestações do estilo individual do falante, essa foi uma das principais características do estilo que colaboraram para a manifestação, através das escolhas lexicais e sintáticas, das valorações das sobreviventes frente àquilo que relatavam.

Diante do exposto, afirmamos que nosso segundo objetivo específico também foi concluído com êxito e se mostrou substancial para que o objetivo geral desta dissertação fosse alcançado.

O terceiro objetivo específico que nos guiou em nosso percurso investigativo foi o de analisar a reconfiguração dos papéis sociais das mulheres judias com o advento do cronotopo bélico-nazista. Em nossa análise, foi possível verificar que, com a retirada da figura masculina de provento e proteção de dentro do âmbito doméstico, as famílias foram reconfiguradas, tendo as sobreviventes, que à época eram crianças e/ou adolescentes, ao lado de suas mães, que assumir funções que antes lhes eram privadas. Destaca-se, no entanto, que esse não foi um movimento intencional, mas forçado pelo advento do nazismo e da guerra. Assim, as mulheres da família patriarcal que estavam, em sua maioria, resguardadas ao lar passaram a trabalhar fora do âmbito doméstico e a tomar as decisões dentro daquele espaço, sendo as responsáveis, agora, pela proteção e pelo provento da família. Além disso, já dentro dos guetos e campos de concentração, vimos como a experiência das mulheres em atividades de sobrevivência, mas que

há muito eram desvalorizadas, como a cozinha e a costura, passou a ser a principal mantenedora dos alimentos e da saúde familiar, mesmo que, em alguns casos, a figura masculina ainda se fizesse presente.

Foi essa reconfiguração de papéis, aliás, que guiou o nosso percurso analítico, uma vez que propusemos iniciar a nossa análise na discursivização dos papéis sociais das mulheres antes do cronotopo bélico-nazista emergir, partindo da profissão das mães das sobreviventes e observar a discursivização do lar nos relatos da infância e/ou da juventude dessas mulheres. Passando por esse espaço-tempo, analisamos a ascensão do nazismo como um momento de ruptura que causou inúmeras perdas na vida das sobreviventes, entre elas a da figura paterna de dentro do lar, fato que impulsionou a reconfiguração dos papéis sociais e a revalorização do ambiente doméstico e de suas atividades.

Por fim, em nosso quarto e último objetivo específico, buscamos analisar como o imbricamento do sistema patriarcal com o cronotopo bélico-nazista determinou as vivências das mulheres judias sob o domínio nazista, bem como as suas valorações sobre aquilo que elas relataram. Com esse objetivo, pretendemos, mais especificamente, identificar como questões biológicas de sexo e questões sociais de gênero determinaram a vivência das sobreviventes judias enquanto mulheres naquele tempo espaço de ódio e violência.

Observamos, a partir dessa inquietação, que as vivências no Holocausto para as mulheres foram indubitavelmente diferentes das dos homens. Isso porque ambos sofreram com o ódio racial dos nazistas, mas só as mulheres sofreram com a intersecção desse ódio à violência de gênero. Assim, constatamos que questões biológicas, como a gravidez, e questões sociais de gênero, como a responsabilização do cuidado com os filhos, determinaram a morte imediata de inúmeras mulheres judias ao chegarem aos campos de concentração. Além disso, a pretensa superioridade dos homens frente às mulheres e a suposta propriedade que o homem patriarcal acredita ter sobre a sexualidade das mulheres que estão sob o seu domínio também determinaram vivências bastante traumáticas, seja nas rotas de fuga, na invasão nazista às cidades e/ou nos guetos e campos de concentração. Ademais, em contrapartida, destacamos que outras determinações patriarcais que incutiram nas mulheres a sua responsabilidade com o lar e com a afetividade, por exemplo, auxiliaram, de certa forma, as sobreviventes à (sobre)viverem nesse cronotopo. Com essas constatações, podemos dizer que nosso último objetivo específico também foi plenamente alcançado.

Assim, tendo alcançado todos os objetivos que propusemos, finalizamos o percurso acadêmico que iniciamos há cerca de três anos. No início, gostaríamos de investigar a *Shoah*, buscando tirá-la da moldura que a separava da sociedade atual e que a colocava na ótica do

irrepetível. Podemos dizer que logramos êxito nessa empreitada. No entanto, destacamos que um dos diferenciais do nosso trabalho é que, mais que investigar esse trágico acontecimento histórico e tirá-lo dessa moldura, o fizemos pela ótica dos sujeitos que o vivenciaram e, mais especificamente, pelas vozes de mulheres judias, que estavam duplamente destinadas a se calarem diante do poderio nazista e masculino. Com isso, colocamos em debate duas pautas de extrema importância na atualidade: a luta feminista contra os resquícios do patriarcado e a luta contra a iminência do autoritarismo.

Para propor uma (não) finalização a esta investigação, recorreremos novamente a uma reflexão feita por Bauman (1998) ao tratar do Holocausto e da modernidade. Mesmo considerando que a *Shoah* foi um produto do tempo-espaço específico no qual aconteceu, é preciso pensar o cronotopo bélico-nazista a partir do fato, evidenciado pelo sociólogo, de que a sociedade moderna, tal qual a que vivemos hoje, também foi condição, não exclusiva, mas necessária para que o genocídio cometido contra o povo judeu acontecesse. Não é nosso intuito aqui apresentar a discussão do sociólogo sobre os mecanismos da modernidade que propiciaram a *Shoah*, mas, para concluir, consideramos pertinente retomar a sua reflexão final sobre esse acontecimento em seu imbricamento com a sociedade moderna.

Bauman (1998) salienta que o estudo atual do Holocausto não se resume mais na necessidade de punir os criminosos, mas sim na necessidade de olhar para as indispensáveis lições que esse acontecimento catastrófico trouxe para a humanidade e, acrescentamos, de lutar para que acontecimentos como esses nunca mais se repitam.

Quanto às lições deixadas pelo Holocausto, a primeira delas, de acordo com o que pontua o sociólogo, é um alerta. Trata-se do fato de que grande parte das pessoas, diante de uma situação para a qual não existe uma boa escolha, facilmente encontra uma justificativa para escapar ao seu dever moral e se torna conivente com situações de violência ao próximo, buscando apenas a autopreservação. Assim, conforme sinaliza o autor, para que o mal ganhe espaço, ele não precisa de seguidores nem de palco. Ao contrário, para o seu advento, basta o instinto da autopreservação e o pensamento de que “ainda não chegou minha hora, graças a Deus: me curvando inteiramente, ainda posso escapar” (BAUMAN, 1998, p. 236). Agindo dessa forma, nas palavras de Bauman (1998), “em um sistema em que a racionalidade e a ética apontam em sentidos opostos, o grande perdedor é a humanidade”.

Por outro lado, a segunda lição que a *Shoah* nos deixa, para Bauman (1998), é uma esperança. De acordo com o sociólogo, o Holocausto nos mostra que colocar a autopreservação acima do dever moral não é algo predeterminado nem inevitável, uma vez que muitas pessoas que não estavam sendo perseguidas pelo governo de Hitler arriscaram suas vidas em busca de



ajudar ou até mesmo salvar a vida do próximo durante o cronotopo bélico-nazista. Dessa forma, para o filósofo, é possível chegar à conclusão de que as pessoas podem ser pressionadas a deixar o dever moral de lado, mas não são de todo modo obrigadas a tal atitude. Nesse sentido, “não importa quantas pessoas optaram pelo dever moral acima da racionalidade da autopreservação – o que realmente importa é que alguns fizeram essa opção. O mal não é todo-poderoso. Pode-se resistir a ele” (BAUMAN, 1998, p. 236).

Portanto, resistamos! Resistamos ao fascismo, ao racismo, ao machismo, à misoginia, à desinformação! Resistamos a todas as facetas que o mal pode assumir. Somente assim poderemos evitar que o mal volte (ou continue) a ter espaço em nossa sociedade.

## Referências

- ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; OLIVEIRA, Amanda Maria de. O cronotopo nos estudos dialógicos da linguagem. *In*: FRANCO, Neil; COSTA-HÜBES, Terezinha da Costa; ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo. **Estudos Dialógicos da Linguagem**: reflexões teórico-metodológicas. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 89-108.
- ACOSTA PEREIRA, Rodrigo. Cronotopos, esfera e autoria no gênero notícia impressa. **Letra Magna**, n. 12, 2010. p. 1-21.
- ADORNO, Guilherme. Sujeito, autoria e as materialidades significantes. *In*: ADORNO, Guilherme; JESUS, Fabiane Teixeira. **Análise de Discurso**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., p. 83-122, 2017.
- ADORNO, Guilherme. Algoritmizar a língua? Automação, Informatização, Materialismo Discursivo. **Língua e instrumentos linguísticos**, v. 1, 2019. p. 172-195.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.
- AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa Editora, 2001.
- AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. *In*: BRAIT, Beth. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 95-114.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas(s). Tradução Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cadernos de estudos linguísticos**, São Paulo, n 19, jul-dez, 1990. p. 25-42.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- AZEVEDO JR., Aryovaldo. Fake news e as eleições brasileiras de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral. **Revista Más Poder Local**, n. 44, p. 81-108, 2021. Disponível em: <https://www.maspoderlocal.com/index.php/mpl/article/view/fake-news-eleicoes-brasileiras-2018-mpl44>. Acesso em: 13 set 2022.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance I**: a estilística. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5 ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018a.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II**: as formas do tempo e do cronotopo. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018b.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução: Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Pedro & João Editores, 2020.

BALZA, Guilherme. Prevent Senior ocultou mortes em estudo sobre cloroquina, indicam documentos e áudios. **G1**, 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/16/investigada-na-cpi-da-covid-prevent-senior-ocultou-mortes-em-estudo-sobre-cloroquina-apoiado-por-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 14 set 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BERMONG, Nele; BORGHART, Pieter. A teoria bakhtiniana do cronotopo literário: reflexões, aplicações, perspectivas. *In*: BERMONG, Nele et al. **Bakhtin e o cronotopo**: reflexões, aplicações, perspectivas. Tradução: Orizis Borges Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 16-32.

BEZERRA, Paulo. Posfácio: Uma teoria antropológica da literatura. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II**: as formas do tempo e do cronotopo. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018, p. 249-264.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. *In*: BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. Tradução: Ivo Stoniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional, 1990, p. 13-50.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2020, p. 9-31.

BRUM, Eliane. Eu sou uma escutadeira. *In*: MAROCCO, Bianca. **O jornalista e a prática**. Entrevistas. São Leopoldo: Editora Unisonos, 2012.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PLENÁRIO - Sessão Deliberativa - 17/04/2016 - 14:00**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>. Acesso em 23 jan 2022.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MIZRAHI, Raquel (Org.). **Histórias de vida**: refugiados do nazifascismo e sobreviventes da Shoah. São Paulo: Maayanot, 2017-2020, 6 v.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Holocausto**: crime contra a humanidade. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CÉSAR, Caio. Bolsonaro participou do encontro com a vice-líder da ultradireita alemã. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-participou-do-encontro-com-a-vice-lider-da-ultradireita-alema/>. Acesso em 02 fev 2022.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DANZINGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 50-58, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **Planejamento da pesquisa qualitativa** – teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.15-41.

DESTRI, Alana; MARCHEZAN, Renata Coelho. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1853>. Acesso em 21 jul. 2021.

DIAS, Wesley Mateus. **As relações dialógicas dos nomes das Operações da Lava Jato**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

FANINI, Angela Maria Rubel. Contribuições da Análise Dialógica do Discurso para a pesquisa acadêmica. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 26, n. 43, p. 111–129, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7894>. Acesso em: 25 jul. 2021.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FOLHA de S. Paulo. Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. **Folha de S. Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em: 13 set 2022.

FORTES, Carolina. Orquestra da FAB toca para Bolsonaro música de compositor ídolo de Hitler. **Fórum**, 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/orquestra-da-fab-toca-para-bolsonaro-musica-de-compositor-idolo-de-hitler/>. Acesso em 02 fev 2022.

FÓRUM. Jair Bolsonaro: ‘Erro da ditadura foi torturar e não matar’”. **Forum**, 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/jair-bolsonaro-erro-da-ditadura-foi-torturar-e-nao-matar/>. Acesso em 01 fev 2022.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em 12 set 2022.

FRANCO, Neil; ACOSTA PEREIRA, Rodrigo; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. Por uma análise dialógica do discurso. In: GARCIA, Dantielli Assumpção; SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. **De 1969 a 2019: um percurso da/na análise de discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 275-300.

FRANCO, Neil; ROHLING, Nívea; ALVES, Rafael Vitória. Em torno da concepção de relações dialógicas e reenunciação. In: FRANCO, Neil; COSTA-HÜBES, Terezinha da Costa; ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo. **Estudos Dialógicos da Linguagem: reflexões teórico-metodológicas**. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 139-160.

GERALDI, João Wanderley. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: MIOTELLO, Valdemir. (org.). **Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana**. São Carlos: Pedro e João editores, 2012. p. 19–39.

GUTERMAN, Marcos. **Holocausto e memória**. São Paulo: Contexto, 2020.

HERF, Jeffrey. **Inimigo judeu: propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto**. Tradução: Walter Solon. São Paulo: EDIPRO, 2014.

G1. Preço da passagem de ônibus provoca manifestações pelo país. **G1**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/preco-da-passagem-de-onibus-provoca-manifestacoes-pelo-pais.html>. Acesso em: 24 jan. 2022.

G1. Duas mil pessoas comemoraram vitória de Dilma na Paulista, diz PM. **G1**, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/duas-mil-pessoas-comemoraram-vitoria-de-dilma-na-paulista-diz-pm.html>. Acesso em: 13 set 2022.

G1. “8% aprovam e 71% reprovam governo Dilma, diz Datafolha”. **G1**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>. Acesso em 24 jan 2022.

G1. Secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao de ministro da Propaganda de Hitler. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>. Acesso em 02 fev 2022.

G1. Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em 03 fev 2022.

HOLQUIST, Michael. A fuga do cronotopo. In: BERMONG, Nele et al. **Bakhtin e o cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas**. Tradução: Orizis Borges Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 34-51.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Estatísticas de gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. n. 28, 2 ed. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf). Acesso em 02 abr. 2022.

ISTO É. ‘Não estupro porque você não merece’, diz Bolsonaro a Maria do Rosário. **Isto é**, 2014 Disponível em: [https://istoe.com.br/395929\\_NAO+ESTUPRO+PORQUE+VOCE+NAO+MERECE+DIZ+BOLSONARO+A+MARIA+DO+ROSARIO/](https://istoe.com.br/395929_NAO+ESTUPRO+PORQUE+VOCE+NAO+MERECE+DIZ+BOLSONARO+A+MARIA+DO+ROSARIO/). Acesso em 01 fev 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: a história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MENDONÇA, Marina Célia. Desafios metodológicos para os estudos bakhtinianos do discurso. In: MIOTELLO, Valdemir. (org.). **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro e João editores, 2012. p. 107–117.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 167-176.

MIOTELLO, Valdemir. Algumas anotações para pensar a questão do método em Bakhtin. In: MIOTELLO, Valdemir. (org.). **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro e João editores, 2012. p. 151–168.

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin**: criação de uma prosaística. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 20 abr 2022.

PAULA, Luciane de; LOPES, Ana Caroline Siane. A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. **Linguasagem**, São Carlos, v. 35, p. 35-76, 2020. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/769>. Acesso em 08 out 2022.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**, v. 2, n. 1, p. 135-148, 1999.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?). **MATRIZES**. São Paulo, n. 2, p. 73-93, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/69407/71976>. Acesso em 13 set. 2022.

REES, Laurence. **O Holocausto: uma nova história**. 2 ed. Tradução: Luis Reyes Gil. São Paulo: Vestígio, 2020.

REES, Laurence. **O carisma de Adolf Hitler: o homem que conduziu milhões ao abismo**. Tradução: Alice Klesck. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.

REINHARZ, Shulamit. **Feminist Methods in Social Research**. New York: Oxford University Press, 1992.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandiaíra, 2021.

ROCHA, Lucas. Copo de leite: Bolsonaro usa símbolo nazista de supremacia racial em live. **Forum**, 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/5/29/copo-de-leite-bolsonaro-usa-simbolo-nazista-de-supremacia-racial-em-live-76033.html>. Acesso em 14 set 2022.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. Tese [Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROHLING, Nívea. A pesquisa qualitativa e a Análise Dialógica do Discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de linguagem e sociedade**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 44-60, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7561>. Acesso em: 06 set. 2021.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In*: Meurer, J. L.; Bonini, Adair; Motta-Roth, Désirée. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 184-207.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAIDEL, Rochelle G. **As judias do campo de concentração de Ravensbrück**. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. Observações didáticas sobre a Análise Dialógica do Discurso – ADD. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia-MG, v. 10, n. 3, p. 1076-1094, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/dl23-v10n3a2016-15>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Das significações na língua ao sentido na linguagem: parâmetros para uma Análise Dialógica. **Linguagem e(m) Discurso**, Tubarão-SC, v. 18, n. 2, p. 307-322, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180203-9317>. Acesso em: 22 jul. 2021.

STAFUZZA, Grenissa Bonvino. O Círculo de Bakhtin (Volóchinov e Medviédev) no Brasil: episteme, autoria e tradução em perspectiva dialógica. **Heterotópica**, v. 1, n. 1, p. 66-82, 2019.

TERRA. “Bolsonaro: ‘prefiro filho morto em acidente a um homossexual’”. **Terra**, 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 01 fev 2022.

VICENTE, J. G. V. ; AZEVEDO, M. L. Jornadas de Junho: polarização, fanatismo e as mudanças no cenário político no Brasil. **Revista Khora**, v. 5, n. 6, 2018. Disponível em: <http://site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/view/138>. Acesso em: 13 set 2022.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2. Ed. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**. Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 16 ed. Tradução: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2021.

WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres. *In*: WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&MP, 2020.